

**REVISTA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**Dinâmicas do Crime
e da Prisão**

Volume 53 – número 3 – 2022

e-ISSN 2318-4620

Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB

Revista de Ciências Sociais

Dinâmicas do Crime e da Prisão

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.

Fortaleza, v. 53, n. 3, nov. 2022/fev. 2023, p. 1–464.

Copyright ©2022 Revista de Ciências Sociais



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- b Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

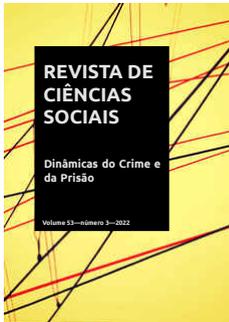
n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2022

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

crime; prisão; violência; poder.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 53, número 3, 2022

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Alexandre Jeronimo Correia Lima, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Antonio George Lopes Paulino, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Adelino Ferreira Lima Junior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Bruno Araújo Campos, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Maria Clara Araújo, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ryan Andre Marrocos Dos Santos, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Camila C. Nunes Dias, Universidade Federal do ABC, Brasil
Luiz Claudio Lourenço, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luiz Fábio S. Paiva, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Revisão

Adelino Ferreira Lima Junior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Bruno Araújo Campos, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ryan Andre Marrocos Dos Santos, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Vitória Nátaly Vasconcelos Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 53, n. 3, 2022

// DOSSIÊ: Dinâmicas do Crime e da Prisão

- 15 Dinâmicas de crime e prisão: a atuação de grupos criminosos em diferentes contextos
Camila C. Nunes Dias, Luiz Claudio Lourenço, Luiz Fábio S. Paiva
- 27 Facções, controles e gestão das periferias: mobilidades e direito à moradia em Fortaleza, Ceará, Brasil
Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, João Pedro de Santiago Neto
- 53 Da Cadeia à Fronteira: a transição territorial do Primeiro Comando da Capital
Pedro Diogo
- 93 “Madrinhas”, “cunhadas”, “irmãs” e “peregrinas”: o encarceramento de mulheres e as dinâmicas do Primeiro Comando da Capital (PCC)
Rosângela Teixeira Gonçalves
- 131 Da vulnerabilidade à supressão: sobre *visitas* no Sistema Penitenciário Federal
Mayara de Souza Gomes
- 167 Fações criminosas: um balanço da produção acadêmica no Brasil (2000-2022)
Luiz Claudio Lourenço

// ARTIGOS

- 201 Novas dinâmicas criminais na terra de Padre Cícero: Perfil dos crimes violentos letais intencionais na Cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, entre 2006 e 2016
Wendell de Freitas Barbosa, Samuel de Araújo Sobreira
- 247 Geografias de oportunidades ou efeitos de exclusão? Analisando o impacto do efeito-território em distintos contextos de pobreza e segregação em Salvador, Brasil
Stephan Treuke
- 295 *O Novo Mais Educação* e sua apropriação por uma escola municipal de Fortaleza
Gláucia Maria Pinheiro da Silva Pinheiro, Isaurora Cláudia Martins de Freitas
- 337 Colonialidade do poder, educação e movimentos sociais na América Latina: novos caminhos a partir de ocupações secundaristas?
Hugo de Oliveira, Eliane Gonçalves
- 381 Vegetando no Necrotério dos Vivos: “O fazer morrer e o deixar morrer” no contexto brasileiro
Luiz Gomes da Silva Neto, Francisca Denise Silva Vasconcelos, Gracymara Mesquita Severiano, Deidiane Moreira Alves
- 411 Estilos de vida e hábitos de consumo: uma análise de anúncios publicitários de periódicos classistas a partir do conceito *Habitus* de Pierre Bourdieu (Florianópolis, década de 1930)
Gustavo Tiengo Pontes

- 441 Ganhando novos espaços: a dinâmica do comércio informal de vestuário e calçados usados no município de Lichinga
Agostinho Lima, Joaquim Miranda Maloa

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 53, n. 3, 2022

// DOSSIER: Dynamics of Crime and Prison

- 15 Dynamics of crime and imprisonment: the performance of criminal groups in different contexts
Camila C. Nunes Dias, Luiz Claudio Lourenço, Luiz Fábio S. Paiva
- 27 Factions, controls and management of peripheries: mobility and the right to housing in Fortaleza, Ceará, Brazil
Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, João Pedro de Santiago Neto
- 53 From Jail to Border: the territorial expansion of the Primeiro Comando da Capital
Pedro Diogo
- 93 “Godmothers”, “Sisters-in-Law”, “Sisters” and “Pilgrims”: the incarceration of women and the dynamics of the First Capital Command (PCC)
Rosângela Teixeira Gonçalves
- 131 From vulnerability to suppression: About visits in the Federal Penitentiary System
Mayara de Souza Gomes
- 167 Criminal groups (criminal factions): a balance of academic production in Brazil (2000-2022)
Luiz Claudio Lourenço

// ARTICLES

- 201 New criminal dynamics in the land of Padre Cícero: Profile of intentional lethal violent crimes in the city of Juazeiro do Norte, Ceará, between 2006 and 2016
Wendell de Freitas Barbosa, Samuel de Araújo Sobreira
- 247 Geography of Opportunities or exclusion? Assessing Neighborhood Effects in different Contexts of Poverty and Segregation in Salvador, Brazil
Stephan Treuke
- 295 The *Novo Mais Educação* and its appropriation by a Municipal School in Fortaleza
Gláucia Maria Pinheiro da Silva Pinheiro, Isaurora Cláudia Martins de Freitas
- 337 Coloniality of power, education and social movements in Latin America: new paths from high school occupations?
Hugo de Oliveira, Eliane Gonçalves
- 381 Vegetating On The Morgue Of The Living: "To make die and to let die" in the brazilian context
Luiz Gomes da Silva Neto, Francisca Denise Silva Vasconcelos, Gracymara Mesquita Severiano, Deidiane Moreira Alves
- 411 Lifestyles and consumption habits: an analysis of advertisements from class periodicals based on the Habitus concept by Pierre Bourdieu (Florianópolis, 1930s)
Gustavo Tiengo Pontes
- 441 Gaining new spaces: the dynamics of informal trade in clothing and footwear worn in the municipality of Lichinga
Agostinho Lima, Joaquim Miranda Maloa

// **Dossiê**
Dinâmicas do Crime e da Prisão

Dinâmicas de crime e prisão: a atuação de grupos criminosos em diferentes contextos

Camila C. Nunes Dias

Universidade Federal do ABC, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-8389-3830>
camiladias00@gmail.com

Luiz Claudio Lourenço

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-6781-0230>
lulalourenco@gmail.com

Luiz Fábio S. Paiva

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2669-5635>
luizfabiopaiva@gmail.com

As Ciências Sociais brasileiras avançaram nos últimos anos na compreensão do fenômeno do crime no Brasil, em suas diferentes e múltiplas formas de acontecer, promover relações, estabelecer fronteiras políticas, produzir conflitos e afetar por meio de ações violentas

territórios marginalizados (MISSE, 1999; ADORNO; SALLA, 2007; ZALUAR, 2004; BARREIRA, 1998). Estudos observaram como desde as prisões até as periferias, pessoas conseguiram estabelecer relações, desenvolver esquemas de proteção e movimentar mercados ilegais geradores de possibilidades materiais e simbólicas para os envolvidos em tais práticas. Desta maneira, as Ciências Sociais ajudaram a compreender que fenômenos relacionados ao crime e a violência no Brasil não é apenas um “problema de segurança pública”, mas um fenômeno abrangente que estrutura relações, cria sentido de vidas e agência maneiras de viver em sociedade (RUOTTI, 2016; FELTRAN, 2018; SIQUEIRA; PAIVA, 2019; DIAS; PAIVA, 2022). Esta compreensão ampla dos fenômenos do crime gera uma série de possibilidades que são exploradas neste *Dossiê*, interessado fundamentalmente em dinâmicas criminais e da prisão, considerando a ação de grupos criminosos, seus movimentos, suas relações e seus múltiplos efeitos no mundo social (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; PAIVA, 2019; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

É importante destacar que os estudos das Ciências Sociais revelaram que a realidade das dinâmicas criminais envolve, sobretudo, associações criadas desde as prisões para manutenção de laços sociais e esquemas de proteção entre pessoas detidas e privadas de liberdade (ADORNO; DIAS, 2016; GRILLO, 2013; SINHORETO; SILVESTRE; MELO, 2013). O próprio Estado nacional tem uma participação importante na estruturação de grupos criminosos, pois as prisões foram os espaços de negociação e organização das primeiras formas de a princípio criminosos se comprometerem mutuamente com ideais comuns. As relações entre presos não criaram mundos paralelos, pelo contrário, criaram maneiras de viver e se relacionar no mundo social vigente, explorando espaços que o poder público não foi capaz

de ocupar.

Coisas simples como ter segurança e não sofrer uma ação violenta que lhe cause dano ou morte foram combustíveis de relações entre pessoas envolvidas na prática de crimes. Graças às pesquisas da área de Ciências Sociais sabemos que estar em uma prisão brasileira é sinal de risco de vida, de perigo e de perder a vida em virtude da ação de outros presos ou atores estatais, também, envolvidos em crimes (ADORNO, 1991; SALLA, 2006; LEMGRUBER, 1999). Foram as pesquisas das áreas de Ciências Sociais que possibilitaram enxergar que as pessoas privadas de liberdade são pessoas que irão atuar de acordo com necessidades básicas, como a de proteção. Alianças são feitas assim e geram acordos entre aqueles envolvidos em um esquema de proteção abrangente e que em sua configuração gerou muitas outras consequências (THOMPSON, 2002; RAMALHO, 2002; COELHO, 2005; PAIXÃO, 1987).

Os conhecimentos do campo das Ciências Sociais nos permitem estudar como algo aconteceu, conhecer sua história e entender certas dimensões da sua causalidade. O difícil é por meio desse mesmo conhecimento saber o que pode acontecer diante de um fato estruturado de determinada maneira, pois as possibilidades dos fenômenos sociais são sempre algo em aberto, algo que envolve um devir de diferentes coisas que podem ou não acontecer. No Brasil, os esquemas de proteção entre presos criaram outras situações e desenvolvimentos que afetaram a prisão e o mundo social do qual elas fazem parte. Este *Dossiê* fala disso. Ele fala de certas coisas que aconteceram após os primeiros esquemas de facções acontecerem, se consolidarem e se expandirem, se transformando em um modelo para quem faz o crime em praticamente todos os estados brasileiros e chegando até suas fronteiras e indo um pouco mais além (SIQUEIRA; PAIVA, 2019; PAIVA,

2018; MANSO; DIAS, 2018).

Os trabalhos que estão apresentados neste *Dossiê* se somam aos estudos que, utilizando diferentes perspectivas teórico-metodológicas, compreenderam como facções se tornaram possíveis nas prisões brasileiras e desenvolveram uma forma de fazer o crime presente em todos os estados do País. As histórias do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) fomentaram o imaginário social e criaram um saber que ultrapassou os limites da prisão e gerou uma diversidade de esquemas criminais estruturados em rede. São esquemas que funcionam em diferentes camadas, estabelecendo compromissos e responsabilidades entre as pessoas envolvidas em escalas distintas e complementares (ADORNO; SALLA, 2007; MISSE, 1999; DIAS, 2013; DIAS; RIBEIRO, 2019).

Ao serem criadas, as facções também criaram e mudaram a realidade social e a vida de pessoas e comunidades alcançadas por suas ações. Os bairros mudaram, suas guerras locais passaram a considerar a estruturação de grupos que como CV e PCC reclamaram para si o monopólio da violência e do crime naquele local. A vida dos envolvidos foi transformada, pois assaltantes voluntariosos, pistoleiros solitários e traficantes locais aos poucos foram convencidos, pelo entendimento ou pela violência, de que fazer parte de uma facção era destino dos que fazem o crime no Brasil. Estados como o do Ceará e a Bahia viram pequenos grupos locais, gangs e quadrilhas de bairros e comunidades, desaparecerem para dar lugar a facções, como a cearense Guardiões do Estado (GDE) e a baiana Comando da Paz (CP). Ao mesmo tempo, a GDE não conseguiu consolidar o controle absoluto do Estado, restando a ela disputar, sobretudo com o CV, a hegemonia do crime em prisões e bairros (PAIVA, 2022; NASCIMENTO; FREITAS, 2019; SIQUEIRA; NASCIMENTO; MORAES, 2022). Tal fato

gerou uma série de crimes violentos como chacinas que aumentaram o número de homicídios no estado e a vitimização de pessoas residentes em territórios marginalizados. Na Bahia o CP, também não conseguiu se consolidar como grupo hegemônico e, assim como no Ceará, as áreas periféricas pobres foram e são palco de disputas marcadas por dinâmicas de violência. Dentre os principais inimigos da CP se colocam as facções mais próximas ao PCC, como o Bonde do Maluco (BDM), por exemplo (LOURENÇO, 2018).

Ademais, as pesquisas das Ciências Sociais demonstraram, também, que esse fenômeno alcançou as fronteiras e hoje é uma realidade transnacional, com consequências em sistemas prisionais e territórios vizinhos do Brasil. Nesta dinâmica criminal complexa, a fronteira, a prisão e a periferia se comunicam, se implicam e fazem com que os acontecimentos tenham encadeamentos em uma escala micro e macro ao mesmo tempo. A morte de uma pessoa na fronteira do sul do País pode ter como consequência um “salve”, ou seja, uma orientação para ações de retaliação a grupos inimigos em áreas do Norte do Brasil. As conexões são facilitadas ainda mais por sistemas de comunicação que fazem com que as informações circulem e façam com que essas pessoas mesmo sem se encontrar estejam, em medidas diferentes, conectadas às ordens orientadoras do trabalho de todos os envolvidos (CANDOTTI; MELLO; SIQUEIRA, 2017; CIPRIANI, 2021; MANSO; DIAS, 2018).

Para além do grupo, existe a história de cada preso que é também parte da família de alguém, com sua singularidade e história particular. Isso faz com que a história de uma facção seja a história de muitas pessoas, envolvidas e não envolvidas diretamente com a ação do grupo (GODÓI, 2010). São vizinhos que de alguma maneira foram alcançados e até expulsos de suas casas porque foram confundidos ou

acusados de algo que desagrade os controles estabelecidos pelo grupo (PAIVA, 2022). É também a história de mulheres que vivem entre a prisão e suas casas, mantendo relações com pessoas que fazem parte da facção e, por essa razão, também lhe comprometem com uma série de coisas das quais elas não podem simplesmente se verem livres.

Ao considerar as nuances apresentadas do fenômeno das facções, evidencia-se a extensão de um fenômeno social ainda com muitas camadas a serem conhecidas e estudadas por pesquisas de cientistas sociais. Revelam ainda como as dinâmicas do crime e da punição são hoje dois temas de debate incontornáveis tanto na agenda pública quanto na agenda acadêmica, em especial nas Ciências Sociais. Os desdobramentos compreensivos dos fenômenos que envolvem as dinâmicas e interações entre crime e punição nas sociedades contemporâneas são desafiadores e mobilizam diversos grupos de pesquisa pelo mundo e nos diferentes estados de nosso país. Este *Dossiê*, longe de esgotar as alternativas analíticas desse campo, apresenta uma contribuição original e atual para se pensar aspectos que não devem ser ignorados pelas pesquisas acadêmicas.

Para continuar as discussões abertas nesta apresentação, apresentam-se aqui cinco textos que tratam de aspectos variados dessas dinâmicas, com enfoques distintos e que nos mostram com suas lentes de análise nuances atuais dessa complexa relação.

O texto *Facções, controles e gestão das periferias*, de Clodomir Cordeiro de Matos Júnior e João Pedro de Santiago Neto, mostra os resultados de um estudo realizado durante três anos (2016-2019) em áreas periféricas pobres da cidade de Fortaleza. Os pesquisadores lançaram mão de distintas técnicas de pesquisa qualitativa para investigar as mudanças na gestão territorial a partir da presença e atuação de facções criminosas. O texto aponta que o acirramento da rivalidade entre

os grupos repercutiu diretamente na circulação de pessoas nas áreas de atuação dessas facções, constituindo espaços exclusão e uma forte dinâmica de territorialização.

O artigo *Da Cadeia à Fronteira*, de Pedro Diogo, também trata da atuação territorial, mas a partir de outra perspectiva e conjuntura. O autor trata das transformações da atuação territorial do Primeiro Comando da Capital (PCC), nos últimos vinte anos. A transformação de uma atuação anteriormente mais situada no binômio prisão-rua que agora também passa a ser exercida num contexto rural-fronteiriço evidência a expansão da influência do PCC, além de revelar novas necessidades de adaptação e formas de atuação.

Em “*Madrinhas*”, “*Cunhadas*”, “*Irmãs*” e “*Peregrinas*”, Rosângela Teixeira Gonçalves trata como mulheres são representadas, ingressam e atuam dentro de prisões sob a influência do PCC. A partir de uma pesquisa extensa, a autora explora os ritos de entrada e o *ethos* que deve ser seguido dentro da facção criminosa, mostrando as diversas formas de atuação das mulheres dentro do PCC.

No trabalho *Da vulnerabilidade à supressão*, de Mayara de Souza Gomes, é mostrado um aspecto muito interessante de como a presença de lideranças de facções em presídios federais redundava numa série de medidas de contenção e restrição, em especial relacionadas às visitas presenciais. O medo de transmissão de informações pelos chamados “salves” (memorandos de ordem do PCC) teria justificado transformações significativas nas visitas.

Por fim, Luiz Claudio Lourenço, em *Facções criminosas*, a partir do catálogo de teses e dissertações da CAPES, faz um balanço da produção em teses e dissertações que de alguma forma abordam esses grupos criminosos. Neste texto, além de fazer esse recente estado da arte, o autor identifica a dificuldade presente na literatura em con-

ceituar mais sociologicamente o que é uma facção criminosa, com a intenção de superar esse desafio é proposto um conceito a partir da identidade e atuação desses grupos.

Observa-se que direta ou indiretamente o que todos os textos têm em comum é a presença e atuação de facções criminosas, o que nos leva a uma constatação: para tratar das dinâmicas de crime e punição hoje é impossível não tratar também da atuação de facções criminosas.

No mundo todo o fenômeno da atuação dos grupos criminosos que atuam em prisões (*prison gangs, maras, clicas* etc.) e da sua relação com dinâmicas de violência e crime faz parte da agenda crescente de pesquisas das Ciências Sociais. No Brasil, as facções também têm mobilizado a atenção de inúmeros pesquisadores. Na segunda década do século XXI, as facções criminosas brasileiras são um fenômeno disseminado em todo país, cujo impacto social tem múltiplos efeitos em territórios urbanos, fronteiras, sistemas prisionais e no bem-estar da população em geral. Alguns grupos adquiriram estruturas mais complexas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), que não apenas organizaram pessoas envolvidas em atividades criminosas como expandiram a expertise e a influência de brasileiros em esquemas internacionais de drogas, armas e lavagem de dinheiro. Desta maneira, é possível afirmar que os textos deste dossiê apresentam questões que, em alguma medida, irão se somar e enriquecer o debate de uma agenda de pesquisa em movimento e sempre atualizada pelas experiências sociais de pessoas e grupos envolvidos nas dinâmicas criminais que atravessam a sociedade brasileira.

Referências

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 9-1, p. 65-78, 1991.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, set.-out. 2007.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila N. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 10, n. 2, 118-132, Ago/Set. 2016

ALVAREZ, Marcos; SALLA, Fernando; DIAS, Camila N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital-PCC. *Tempo Social* v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

CANDOTTI, Fábio. M., MELO DA CUNHA, Flávia; SIQUEIRA, Ítalo. L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. In: MALLART, Fábio; GODOI, Rafael. *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.

CIPRIANI, Marcelli. *Os coletivos criminais de Porto Alegre: Entre a “paz” na prisão e a guerra na rua*. São Paulo, Hucitec, 2021.

COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIAS, Camila N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo, Ed. Saraiva, 2013.

DIAS, Camila N.; RIBEIRO, Natália C. T. O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIS) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7 (17): 98-124, 2019.

DIAS, Camila Nunes; PAIVA, Luiz Fábio S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. *Tempo Social*, v. 34, p. 217-238, set. 2022.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

GODÓI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

GRILLO, Carolina C. *Coisas da Vida no Crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (Doutorado) em Sociologia. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Prisões fora da lei: notas de um dispositivo punitivo marginal. In: MARQUES, V.; SPOSATO, K.; LOURENÇO, L. C. (orgs.). *Direitos humanos na democracia contemporânea: velhos e novos embates*. Rio de Janeiro: Bonecker, v. 3, p. 84-96.

LOURENÇO, Luiz C.; ALMEIDA, Odilza L. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de M.; FREITAS, Geovani Jacó de. Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará. *O público e o privado*, v. 17, n. 33 jan. jun, p. 143-166, 2019.

PAIXAO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir: Como o Estado trata o criminoso?* São Paulo: Cortez, 1987.

PAIVA, Luiz Fábio S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34 (99), 2018.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32: 165-184, 2019.

PAIVA, Luiz Fabio Silva. O Domínio das Facções nas Periferias de Forta-

leza-CE. *Revista TOMO*, n. 40, p. 87-87, 2022.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: A ordem pelo avesso*. São Paulo, Ibccrim, 2002.

RUOTTI, Caren, *Pretensão de legitimidade no PCC* justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

SALLA, Fernando. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*, São Paulo, v. 71, p. 364-90, 2008.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, jul.-dez. 2006.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013.

SIQUEIRA, Ítalo B. L.; PAIVA, Luiz Fábio S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7 (17): 125-154, 2019.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MORAES, Suiany Silva de. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, n. 4, p. 441-468, set. 2022.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Resumo:

O texto apresenta as ideias e o conjunto das contribuições que constituem o dossiê Dinâmicas do Crime e da Prisão.

Palavras-chave: crime; prisão; violência; poder.

Abstract:

The text presents the ideas and the set of contributions that make up the dossier Dynamics of Crime and Prison.

Keywords: crime; prison; violence; power.

Recebido para publicação em 24/10/2022.

Aceito em 24/10/2022.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Facções, controles e gestão das periferias: mobilidades e direito à moradia em Fortaleza, Ceará, Brasil

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5923-6980>

clodomir.cordeiro@gmail.com

João Pedro de Santiago Neto

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8052-2869>

joao_santiago_33@yahoo.com.br

Introdução

Experiências de mobilidades, migrações e deslocamentos, em seus diferentes níveis de análise, têm chamado à atenção de estudiosos interessados em compreender as dinâmicas que envolvem a formação e ocupação das cidades no Brasil. Marcadas historicamente por processos de segregação e mais recentemente pelos impactos do desenvolvimento de uma economia predatória do tráfico (BOURGOIS,

2010), os bairros das periferias de Fortaleza, capital do estado nordestino do Ceará, emergem no debate público local permeados por representações que acionam recorrentes cenas de violações de direitos e violência.

Em meio às desigualdades de acesso à moradia e reminiscências de um passado marcado pela migração de áreas rurais para a capital do estado e outras regiões do Brasil, a questão da habitação nas periferias urbanas do Ceará, historicamente caracterizada por experiências de lutas e mobilizações (BARREIRA; BRAGA, 1991), apresenta situações que aguçam o olhar sociológico para a compreensão de suas dinâmicas recentes. Em um arranjo que tornou possível, especialmente na última década, uma atuação capilar de coletivos criminais nas periferias de Fortaleza, experiências relacionadas às mobilidades cotidianas e ao direito à moradia nesses espaços passam a ser envolvidas por desafios que se conectam as práticas de controle e estratégias de gestão acionadas pelas chamadas “facções”.

Frente a esse quadro que se articula em Fortaleza, o presente trabalho tem por objetivo explorar sociologicamente os dilemas enfrentados pelos moradores das periferias da cidade em suas experiências cotidianas de tessitura dos espaços urbanos (CERTEAU, 2007) e habitação a partir da penetração de coletivos criminais e sua atuação na gestão dos territórios periféricos da capital cearense. Buscando contemplar os objetivos do texto dividimos o trabalho em três momentos. Inicialmente, após a exposição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, analisaremos o processo de metropolização de Fortaleza, buscando identificar algumas das condições de possibilidades (FOUCAULT, 2003) que tornaram viáveis a atuação de coletivos criminais ligados às atividades do tráfico de mercadorias ilegais na capital cearense. Em um segundo momento, analisaremos, a partir das narrativas

dos sujeitos da pesquisa, os múltiplos impactos da atuação das facções nas dinâmicas cotidianas de mobilidade e nas questões que envolvem o direito à moradia em Fortaleza. Por fim, nossas considerações finais pretendem destacar os argumentos trabalhados ao longo do texto e alguns dos impasses a serem enfrentados no processo de construção de formas mais seguras de existir e habitar as periferias das cidades brasileiras.

Procedimentos metodológicos

Uma maneira instigante de compreender as questões que envolvem as metodologias de pesquisa consiste em considerá-las como os caminhos e os instrumentais próprios das abordagens da realidade (MINAYO, 2002). Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos ocupam um lugar de destaque na produção do conhecimento científico ao permear as visões de mundo veiculadas nas teorias sociais. Seria em função da elaboração dos objetos e objetivos da pesquisa que os métodos de abordagem, as técnicas de produção dos dados e o tratamento manejado na análise social se impõem (BOURDIEU, 2005).

Partindo desse pressuposto e privilegiando um olhar qualitativo sobre nosso objeto trabalhamos na execução da pesquisa que deu origem ao presente texto, entre 2016 e 2019, com momentos interligados e complementares. A primeira etapa da pesquisa foi composta por uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, relatórios e instrumentos legais, e, uma investigação midiática, realizada através da consulta de jornais, revistas e páginas da internet. Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa de campo em seis bairros da periferia de Fortaleza, capital do estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Bus-

cando aproximar-se do cotidiano dos moradores desses espaços, entre 2016 e 2019, realizamos, individualmente ou em dupla, conversas informais, registros etnográficos e entrevistas semiestruturadas,¹ privilegiando para a composição do presente trabalho dados sobre os impactos da atuação das facções criminais nas dinâmicas de mobilidade e habitação que ganham forma nas periferias urbanas da capital nordestina.²

Traços da metropolização de Fortaleza e seus processos e transformações contemporâneas

Ao longo das últimas cinco décadas Fortaleza, capital do Ceará, passou por mudanças econômicas, demográficas, sociais e políticas que transformaram de maneira significativa os processos ligados às dinâmicas da criminalidade e acumulação social da violência na cidade (MISSE, 2006).

Recebendo historicamente migrantes dos ciclos das secas do Nordeste, que empurraram para as capitais nordestinas e outras regiões do país milhares de sertanejos em busca de sobrevivência e melhores condições de vida, a partir do início dos anos 1960 o processo incipiente de industrialização que se desenvolve em Fortaleza contribuiu para a intensificação da migração de trabalhadores, que nesse momento aspiravam ocupar os postos de trabalho recém-criados nesse ramo de

¹ Realizamos durante a pesquisa 48 entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados ao todo 32 homens, entre 16 e 28 anos, e 16 mulheres, com idades entre 18 e 32 anos.

² Durante o desenvolvimento do trabalho três bairros eram comandados por sujeitos ligados ao coletivo fluminense do Comando Vermelho (CV) e outros três à facção cearense Guardiões do Estado (GDE), momentaneamente vinculada ao coletivo paulista do Primeiro Comando da Capital (PCC).

atividades.³ Com um ritmo acelerado de crescimento entre 1970 e 2020⁴ a capital cearense mais do que triplicou sua população, transformando-se em uma metrópole com cerca de 2.685.000 habitantes. Em meio a um crescimento acelerado e desordenado as periferias da cidade desenvolveram-se de maneira desigual, abrigando um contingente populacional que afluiu para a capital, entre migrantes e trabalhadores, e deu forma a muitos bairros populares e comunidades periféricas de Fortaleza, ocupadas de maneira intensiva desde pelo menos os anos 1950 (DIÓGENES, 1989).⁵

Em 1973, Fortaleza e seu entorno, através da Lei Complementar Federal nº 14 de 08 de junho, foram classificados como uma das nove regiões metropolitanas do país (COSTA; AMORA, 2015), apresentando atualmente uma população estimada de 4.137.561 habitantes. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) passa a ser composta, desde 2014,⁶ por dezenove municípios, permitindo a rede urbana da capital, segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (RE-

³ A evolução da população de Fortaleza nas últimas seis décadas apresenta as seguintes cifras, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 1) 1960 — 514.818; 2) 1970 — 872.702; 3) 1980 — 1.338.793; 4) 1991 — 1.765.794; 5) 2000 — 2.138.234; 6) 2010 — 2.452.185; 7) 2020 — 2.686.612. Os dados para o ano de 2020 se referem à estimativa do IBGE para 01 de julho de 2020.

⁴ No mesmo período (1970-2020) o Brasil apresentou, segundo dados do IBGE, os seguintes contingentes populacionais: 1) 1970 — 94.508.583; 2) 1980 — 121.150.573; 3) 1991 — 146.917.459; 4) 2000 — 169.590.693; 5) 2010 — 190.755.799; e, 6) 2020: 210.147.125.

⁵ Segundo Pequeno et al. (2021) um primeiro levantamento sobre favelas em Fortaleza foi realizado ainda em 1962, apontando a presença de 11 dessas áreas no Plano Diretor da Cidade de Fortaleza, elaborado naquele ano.

⁶ A delimitação da Região Metropolitana de Fortaleza foi alterada pela última vez em 2014, pela Lei Complementar nº 144 de 04 de setembro. Ela é composta, além de Fortaleza, pelos municípios de Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

GIC/IBGE) de 2007, exercer significativa influência econômica e social sobre os estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Essa área de influência que a metrópole cearense alcançou nas últimas décadas estaria associada, como apontam alguns pesquisadores, a uma mudança no perfil econômico e administrativo do Estado e seus gestores. Conectando fenômenos associados à reestruturação do capital às dinâmicas históricas, econômicas, políticas e sociais locais, Costa e Amora (2015) consideram que a compreensão do processo de metropolização de Fortaleza nas últimas décadas envolve a análise de pelo menos três fases ou períodos que permeiam a produção do espaço urbano cearense.

O primeiro deles se estenderia do início da colonização aos anos 1960 e teria sido caracterizado pelo predomínio da economia agrário-exportadora, tal como a do algodão, e por um incipiente planejamento urbano estadual e regional (COSTA; AMORA, 2015, p. 37).⁷ Um segundo período se estende de 1960 a meados da década de 1980 e foi marcado pela criação e atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, pelo incentivo à instalação de indústrias no Ceará⁸ e por uma maior articulação da economia local ao mercado nacional (COSTA; AMORA, 2015; BARREIRA; BRAGA, 1991; LEMENHE, 1991). O terceiro período descrito pelas autoras se inicia na segunda metade dos anos 1980 e estaria

⁷ Somente no século XIX, já província separada de Pernambuco (1799), o Ceará passa a exportar algodão, produto de intensa demanda na Europa em processo de industrialização. Fortaleza, até então, não desempenhava papel econômico significativo no tecido nacional, pois ficava isolada dos caminhos do gado, restringindo-se às funções administrativas e de defesa. (COSTA; AMORA, 2015, p. 38).

⁸ De acordo com Costa e Amora (2015), nesse momento “amplia-se o parque industrial, com a modernização dos ramos tradicionais (têxtil e alimentício) e com a instalação de novos gêneros industriais: metalurgia, confecção, produtos de embalagens, dentre outros”. (COSTA; AMORA, 2015, p. 42).

associado a um reposicionamento do Ceará no arranjo da reestruturação produtiva mundial e nacional (COSTA; AMORA, 2015). A extinção da SUDENE, uma concorrência entre os estados brasileiros pela atração de investimentos, uma nova racionalidade política e econômica dos gestores locais e a produção da imagem do Ceará como um destino turístico nos anos 1980 criaram as condições de possibilidades que conduziram sua capital rumo um novo momento de sua história.⁹

Conectada nacional e internacionalmente por meio de rodovias, portos e aeroportos, as redes e fluxos de circulação de mercadorias e pessoas, legais e ilegais, passam a se intensificar em Fortaleza por meio da construção de infraestruturas de mobilidade e uma série de equipamentos que convergem para a capital cearense.¹⁰ Referência nacional na produção agrícola, prestação de serviços turísticos e polo industrial regional, Fortaleza desenvolve-se de maneira desigual e contraditória, estimulando a expansão das comunidades periféricas e bairros populares que marcam a cena de uma das principais metrópoles do nordeste brasileiro.

Tráfico varejista de drogas ilegais nas periferias de Fortaleza

Associada a processos econômicos, políticos e sociais de maior alcance, a atuação de coletivos criminais em Fortaleza nas duas últimas décadas tem alterado sensivelmente a figuração local do crime nas periferias da cidade, especialmente a partir da oferta de novas mer-

⁹ Fortaleza afirma-se como destino dos grandes eventos nacionais e internacionais com a construção do Centro Dragão do Mar em 1999 e a realização da Copa do Mundo de futebol na cidade em 2014.

¹⁰ Nesse momento destacam-se a abertura, duplicação e ampliação de rodovias (CE-040, CE-060, CE-085, BR-116, BR-222, BR-020) (COSTA; AMORA, 2015), a internacionalização do Aeroporto Pinto Martins e a construção do Complexo Portuário do Pecém em 2002 no município de São Gonçalo do Amarante (RMF).

cadorias, como a cocaína e o *crack*, e da reprodução de uma gestão violenta dos territórios mais vulneráveis da capital cearense.

Abastecidas historicamente pela *cannabis* proveniente do Polígono da Maconha,¹¹ região responsável pela oferta de cerca de 40% da droga consumida no país entre os anos 1980 e 1990 (FRAGA, 2015), as “bocadas” do tráfico varejista das periferias de Fortaleza foram marcadas, até o início dos anos 2000, pelo comércio da maconha do tipo “solto”. Nesse período, como apontam nossos interlocutores, os lucros da venda dessas mercadorias que fluíam dessa rota regional do tráfico de drogas não permitiram o acúmulo de grandes capitais econômicos e políticos.

Mudanças profundas ocorreram entre o final do século passado e início dos anos 2000 a partir de um processo de diversificação das mercadorias que conformavam o mercado varejista de drogas ilegais nas periferias de Fortaleza. A oferta de cocaína, *crack* e a *cannabis* “prensada”¹² estimularam, em alguns lugares de maneira mais rápida e outros de forma mais gradual, mudanças no perfil econômico, político e social dos varejistas locais, marcando uma nova etapa da lógica de ação dos coletivos criminais, que desde pelo menos a década de 1980 atuavam no estado.

Essas mudanças atenderam, por um lado, as expectativas dos ganhos econômicos dos atacadistas da droga, conectados as rotas internacionais do tráfico de drogas ilegais (THOUMI, 2014; BOURGOIS, 2010), e as demandas de ganhos imediatos dos varejistas locais, estimulando a tessitura de uma nova cartografia das drogas nas periferias de Fortaleza no início dos anos 2000. Atuando na capital cearense

¹¹ A região do “Polígono da Maconha” engloba cidades localizadas nas divisas dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe (FRAGA, 2006).

¹² A *cannabis* de tipo “prensada” passou a ser chamada nas periferias de Fortaleza de “maconha paraguaia” em alusão ao seu suposto país de produção.

desde nos anos 1980 por meio de ações de “grande envergadura” para a época, tais como sequestros e assaltos a empresas de transporte de valores, no início do século os coletivos criminais passam a intensificar suas atividades ligadas ao tráfico de drogas nas periferias de Fortaleza, estimulando as condições materiais e subjetivas que permitem a alteração gradual da cena criminal local. Nessa perspectiva, a conformação de uma nova cartografia local das drogas aponta não apenas para a centralidade dessas atividades na reprodução de grupos criminais na região, mas também para mudanças em suas formas de atuação e, de maneira especial para os fins do nosso trabalho, para um processo de capilaridade desses coletivos nos bairros mais vulneráveis da cidade a partir de 2013.

Uma década após as transformações do mercado varejista local e o engajamento dos jovens moradores das periferias da cidade nesse arriscado e lucrativo comércio, em meados de 2013, os coletivos criminais passaram a atuar de uma maneira sensivelmente capilarizada nos bairros da capital, estimulando mudanças significativas nas dinâmicas das mobilidades cotidianas e das experiências habitacionais em Fortaleza.

Territorialidades, mobilidades e habitação nas periferias de Fortaleza

Os processos de territorialização¹³ que acompanharam a penetração dos coletivos criminais nos bairros das periferias de Fortaleza estimularam uma série de transformações nas maneiras de “fazer o crime” nesses espaços (PAIVA, 2019), exigindo de seus sujeitos diferentes formas de engajamento e impondo às populações locais novas regras para suas mobilidades cotidianas e experiências habitacionais.¹⁴ Se por um lado, limites e regramentos são amplamente anunciados em torno da circulação de pessoas pelas ruas e espaços dos bairros das periferias de Fortaleza, por outro, expulsões e deslocamentos são promovidos em uma lógica de atuação capilar e violenta¹⁵ que busca monopolizar, pelo menos de maneira transitória, as atividades ligadas ao

¹³ A história de Fortaleza e o imaginário de seus habitantes são atravessados por experiências de territorialização de grupos juvenis nos bairros da cidade, tais como as turmas de pichadores dos anos 1980, as gangues de bairros da década de 1990 e as torcidas organizadas da década seguinte. Como aponta Diógenes (1998), Fortaleza nos anos 1990 era “[...] um espaço mapeado por zonas de atuação de gangues e galeras. [...] Observa-se que a noção de territorialidade, de delimitação precisa de uma área mobiliza-se, entre os integrantes das gangues, a partir de uma dimensão simbólica, no que diz respeito à premissa: ‘aqui não entra o inimigo’”. (DIÓGENES, 1998, p. 206).

¹⁴ Veloso e Santiago (2017) destacam que: “Se por um lado, a possibilidade de haver assaltos em determinada região reflete uma questão de segurança pública, por outro, entender a segurança por essa chave é simplificar demais a complexidade da questão que impacta, por exemplo, na própria mobilidade dos moradores, comprometendo não somente a qualidade do acesso à cidade, mas também, uma série de direitos que lhes deveriam ser garantidos”. (VELOSO; SANTIAGO, 2017, p. 29)

¹⁵ Segundo dados do Atlas da Violência (2016), o Ceará ocupou a segunda posição entre os estados mais violentos do Brasil no ano de 2014, quando foram registradas 52,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes em terras cearenses. Em 10 anos, de 2004 a 2014, houve um crescimento de 166,5% na taxa dos números de homicídios registrados no Ceará. Em 2016 Fortaleza ocupou a primeira posição no *ranking* das cidades mais violentas do Brasil.

lucrativo mercado de drogas ilegais nas franjas da capital cearense.

Arranjos criminais, territorializações e mobilidades cotidianas

Explorando os múltiplos impactos dessa nova gestão do crime e da vida nas periferias de Fortaleza, narrativas sobre mudanças nas dinâmicas de trabalho, relações familiares, frequência escolar e acesso às instituições de assistência à saúde apontam para a complexidade das questões que envolvem a penetração e o enfrentamento dos coletivos criminais na capital cearense.¹⁶

A intensificação de estratégias de controle sobre a circulação de pessoas nos bairros onde realizamos as pesquisas, algo que funcionava de maneira difusa e segmentada no interior desses espaços, anunciavam-se nos muros da cidade, conversas cotidianas e bilhetes anônimos, alimentando medos relativos à atuação do “crime” e fornecendo lições sobre uma pedagogia circunstancial que envolve um minucioso esquadramento dos territórios da capital.

Morador de um bairro dominado pela Guardiões do Estado (GDE),¹⁷ facção de origem cearense, Marcelo,¹⁸ um de nossos interlocutores, certo dia foi surpreendido em seu trajeto para o trabalho,

¹⁶ Ao longo de suas pesquisas nos morros e comunidades cariocas a antropóloga Alba Zaluar, especialmente em “A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza” (1985) e “Condomínio do Diabo” (1994), explorou de maneira sensível os processos associados à gestão do tráfico varejista de drogas nesses espaços, destacando a insegurança e o medo como efeitos perversos dos conflitos entre grupos armados e ações policiais que permeiam as franjas da cidade.

¹⁷ A Guardiões do Estado (GDE) é uma facção formada no estado do Ceará durante o início da década passada em resposta a penetração de coletivos criminais oriundos da região Sudeste e Norte do país.

¹⁸ Com o objetivo de preservar a integridade física dos nossos interlocutores seus nomes, assim como os dos bairros de Fortaleza onde a pesquisa foi realizada, foram alterados.

localizado em um bairro dominado pelo Comando Vermelho (CV),¹⁹ por dois jovens que afirmaram saber que ele residia em um território dominado por um grupo rival. Indicando veementemente sua não vinculação a qualquer um dos coletivos que atuam na cidade, o jovem trabalhador teve seu celular momentaneamente apreendido para a verificação de possíveis indícios capazes de atestar sua relação com alguma facção rival, sendo em seguida aconselhado a procurar serviço nas “suas áreas” ou mudar seu local de residência.

Frente a essas “recomendações”, Marcelo convenceu-se dos riscos reais e iminentes que os “avisos” que recebera em seu trajeto rumo ao trabalho anunciavam. Após reuniões com seus familiares e empregadores, o jovem trabalhador conseguiu ser realocado para uma filial da empresa localizada em outro bairro, cujos territórios eram dominados por grupos aliados, mesmo que transitoriamente, à facção que atuava próximo a sua residência.

Os tensionamentos que envolvem as mobilidades cotidianas nos espaços periféricos da cidade também ganham destaque e profundidade nas narrativas de Mazé, sobretudo quando se refere à tessitura de suas relações familiares. Após ser contemplada com um apartamento em um conjunto habitacional recém-construído em um bairro da periferia de Fortaleza, a jovem empregada doméstica afirmou ter interrompido a rotina de visitas de seus filhos à casa de seu ex-marido, morador de um bairro onde atuavam sujeitos ligados ao coletivo carioca do Comando Vermelho (CV).

Moradora de uma área controlada pela Guardiões do Estado (GDE), Mazé foi “aconselhada” a deixar de frequentar o lugar de sua antiga moradia, onde ainda residem alguns de seus familiares e o pai

¹⁹ O Comando Vermelho (CV) é uma das maiores organizações criminais do Brasil, tendo sido criada no final dos anos 1970 nas dependências do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Rio de Janeiro.

dos seus filhos. Com recorrentes dificuldades para promover o encontro familiar no bairro de sua residência, a estratégia acionada por nossa interlocutora foi marcar esses momentos em lugares considerados menos perigosos por ela e seu círculo familiar, tais como *shoppings centers* ou áreas de grande fluxo comercial espalhadas pela cidade.

Em uma complexa pedagogia que envolve os conhecimentos sobre os domínios territoriais dos coletivos criminais que atuam em Fortaleza, domínios que mudam circunstancialmente a partir de dinâmicas instáveis de conflitos e alianças, espaços afetivos da cidade que antes eram frequentados de maneira intensa e sem grandes preocupações passam a ser representados sob outra ótica, alimentando distâncias familiares e medos socialmente construídos.

Afastado da escola há mais de cinco meses, Douglas, jovem estudante de quinze anos de um bairro da periferia de Fortaleza, recorda como se tornou tenso e perigoso para ele e seu vizinho frequentarem a escola, localizada em um bairro vizinho ao que moravam. Para Douglas, no momento em que “fatiaram a cidade”, esses coletivos “não levaram em conta as pessoas que não tinham nada com eles”, deixando muitas escolas da cidade em “zonas proibidas”. O esquadramento dos territórios da capital cearense pelas facções posicionou seu bairro em um território sob o domínio da GDE, enquanto sua escola ficou nas “áreas do CV”, levando o garoto a receber constantes ameaças, a princípio ignoradas, pois, segundo o mesmo, “não estava envolvido” nas disputas e não lhe cabiam preocupações a respeito desses conflitos.

Em meio as ameaças de parte dos alunos da escola que o acusavam de integrar a facção que atua em seu bairro, Douglas foi agredido com pedradas quando percorria distraído seu trajeto diário rumo à escola. O fato levou o pai do garoto no dia seguinte à diretoria da escola,

momento em que recebeu a orientação, como medida de promoção à segurança do estudante, para conduzir diariamente de carro seu filho à instituição escolar. Algumas semanas depois, após o assassinato de um grupo de garotos próximo à sua casa e o acirramento dos conflitos entre facções em seu bairro, Douglas deixou de frequentar a escola, interrompendo, como vários de seus colegas, seus estudos em 2018.

Para Neide, as limitações relativas à sua circulação pelos territórios periféricos da cidade interferiram de maneira decisiva na continuidade do tratamento de saúde de seu filho mais velho no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) próximo à sua casa. Quando os coletivos que atuam na área onde se localiza o CAPS “deram a voz” de que não tolerariam mais a presença de pessoas do “outro lado” do bairro, Neide e seu filho foram alertados, na entrada do equipamento, sobre o perigo de desafiar as ordens dos grupos localmente enraizados. Após mais uma visita e fervorosos “avisos”, diretos e indiretos, nossa interlocutora interrompeu o tratamento que realizava há cerca de dois anos na instituição, gerando inúmeras preocupações quanto à sanidade mental do garoto e suas experiências a partir daquele momento.

Coagidos e impossibilitados de circular livremente pelos territórios das periferias de Fortaleza, os moradores dos bairros periféricos da capital enfrentam, além das múltiplas condições de vulnerabilidade que historicamente os afligem, lógicas violentas e mortais de controle que afetam sensivelmente suas experiências trabalhistas, familiares, escolares,²⁰ sanitárias e de lazer. Vejamos a partir de agora como a atuação desses grupos nas periferias da cidade associam-se a problemas que ganham destaque quando a questão do acesso à moradia entra

²⁰“Fortaleza sitiada: Guerra entre facções nas periferias da capital cearense expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças da escola e faz o número de homicídios explodir”. Ver em: brasil.elpais.com. Acesso em: 22/10/2020.

na agenda pública dos debates e discussões.

Coletivos criminais, gestão das periferias e dinâmicas habitacionais

Os conflitos pelo monopólio da venda de cocaína, *crack* e *cannabis* nos bairros das periferias de Fortaleza, permeados por jogos de alianças e cooperações instáveis, estimularam a reprodução de uma série de estratégias de controle na gestão dos territórios do tráfico da cidade, atingindo de maneira sensível as experiências relacionadas à moradia nesses espaços. Em torno do complexo jogo que envolve a consolidação, mesmo que de forma momentânea, dos domínios territoriais nas periferias da capital cearense, agressões, humilhações, torturas, assassinatos e expulsões passam a fazer parte do repertório dos dispositivos de controle acionados na gestão dos espaços urbanos periféricos e seus sujeitos. Esquadrinhando a cidade e seus espaços, os coletivos criminais tensionaram os residentes dos bairros das periferias de Fortaleza não apenas a reajustarem suas interações e mobilidades cotidianas, pois através de ameaças e assassinatos esses sujeitos foram forçados, de maneira recorrentemente preocupante, a abandonar seus lares e comunidades.²¹

Expulsões e deslocamentos passam a marcar a trajetória da atuação de coletivos criminais em Fortaleza e outras cidades do estado, transformando as experiências que envolvem o acesso aos conjuntos habitacionais construídos na última década na capital, especialmente através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV),²² e dando

²¹ Para Silva e Mariano (2020), em sua análise sobre um conjunto habitacional da RMF, “As disputas entre organizações criminosas geram um “faccionamento” dos territórios, estabelecendo fronteiras invisíveis e instáveis, onde moradores, [...] são expulsos de suas residências e proibidos de retornar, por ordem de organizações criminosas” (SILVA; MARIANO, 2020, p. 1567).

²² O “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) é, segundo o Ministério do

forma a um dos principais problemas que permeiam o direito à moradia na metrópole nordestina. O acirramento das disputas entre as facções que atuam em Fortaleza, de maneira incisiva a partir de 2018,²³ promoveram uma série de expulsões nas periferias da cidade, levando famílias, supostos membros de grupos rivais, desafetos pessoais e/ou réus dos “debates do crime” (FELTRAN, 2010) a se deslocarem pelas franjas da capital.

Em janeiro de 2018 as recorrentes expulsões que ocorriam na cidade ganharam repercussão pública quando moradores do bairro Barroso e do conjunto habitacional Maria Tomásia tiveram que sair às pressas de suas residências. Em um contexto de acirramento dos conflitos pelo domínio territorial desses espaços, famílias contempladas com casas e apartamentos por programas habitacionais foram desalojadas por meio de avisos nos muros de suas residências e/ou através da ação direta dos sujeitos associados localmente aos coletivos criminais.²⁴ O clima de insegurança gerado por essas ameaças fez com que vários moradores contemplados com unidades residenciais de progra-

Desenvolvimento Regional, uma política habitacional lançada em 2009 pelo Governo Federal que foi criada com o objetivo de promover acesso à moradia em áreas rurais e urbanas das diversas regiões do Brasil. Entre os anos de 2009 e 2020, o programa contemplou, através do financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), mais de 15 milhões de brasileiros que conseguiram adquirir a casa própria. Até 2020 foram entregues 5.145.248 casas. Ver em: sishab.mdr.gov.br. Acesso em: 20/06/2021.

²³ Em reportagem do dia 06/08/2018, o jornal “O Povo” destaca que 131 famílias registraram, através da Secretaria de Segurança e Defesa Social, Boletim de Ocorrência denunciando intimidações para deixarem suas casas. Ver em: www.opovo.com.br. Acesso em: 20/05/2020.

²⁴ Em janeiro de 2018 moradores de um bairro da periferia de Fortaleza amanheceram com as seguintes frases pichadas nos muros de suas casas: “É pra sair fora hoje se não vai morrer. Nós vai toca fogo em tudo (sic)”. O recado supostamente partiu da facção Guardiões do Estado (GDE) e fez com que vários moradores abandonassem suas residências na capital cearense. Ver: brasil.elpais.com. Acesso em: 20/06/2021

mas voltados para a assistência à moradia saíssem às pressas de suas casas, deixando para trás pertences, documentos e “um sonho” alcançado à duras penas.²⁵

Movido pelos sonhos do matrimônio e conquista da casa própria, Gleison, um dos nossos jovens interlocutores, após anos na lista de espera do “Minha Casa Minha Vida” foi contemplado com um apartamento em um conjunto habitacional recém-construído na periferia de Fortaleza. Durante as visitas que realizou à sua cunhada, uma das primeiras pessoas a se mudar para o “conjunto”, o jovem experimentou momentos de tensão nas ruas e prédios de sua futura residência, destacando o mal-estar que sentiu ao encontrar, por várias vezes, sujeitos armados nos espaços de ampla circulação dos apartamentos.

Impressionado com o controle ostensivo exercido pelas facções sobre aqueles que entram e saem do conjunto habitacional, Gleison, mesmo não sendo “envolvido” com o crime, decidiu desistir da unidade domiciliar e adiar o tão almejado “sonho da casa própria”, elemento recorrente dos nossos *projetos de vida* (VELHO, 2003).

Não quero isso para mim! Viver em um lugar tenso, onde o pessoal anda com medo de tiroteio! A gente quer receber um parente e é aquela complicação pra avisar que tem gente chegando. Um dia desses o pai da minha noiva chegou de carro na casa da minha cunhada, os caras assustados apontaram a arma e mandaram o velho pro chão! Não quis não morar lá, não! Os cara até se metem em assunto de família! Quero é viver sossegado! [...]. Trecho de entrevista com Gleison, realizada em 13/06/2019.

A decisão, tomada por Gleison, de não receber as chaves do apartamento e continuar na lista de espera para uma unidade habitacional

²⁵ Reportagem do dia 28/06/2019 do “G1” estampa a seguinte manchete: “Sargento da PM sai de casa escoltado após ser expulso por facção criminosa na Grande Fortaleza”. Ver em: g1.globo.com. Acesso em: 20/06/2021.

em outro lugar da cidade, ganha eco nas narrativas de outros interlocutores da pesquisa, sendo intercalada pelas experiências daqueles que após realizar o “sonho da casa própria” foram expulsos de seus lares pelas facções.

Aparecida, uma jovem de 21 anos que trabalha como manicure em um pequeno salão de beleza, recorda que estava feliz e empolgada quando recebeu, juntamente com seu marido e filha, uma casa em um bairro da periferia de Fortaleza que não conhecia. Após três meses de ajustes ao cotidiano do lugar e a compra de sua mobília em prolongadas prestações, Aparecida foi surpreendida na porta de sua casa por um grupo de jovens armados que avisaram que havia sido “decretado”²⁶ que ela deveria ir embora do bairro com sua família em dois dias. Diante da intimação nossa interlocutora recorda que buscou dialogar com os jovens que a interpelaram para que pudesse retirar seus pertences, sendo advertida para que “se contentasse com sua vida”, pois seus bens materiais já tinham “um novo dono”. Segundo seu relato, a moradia havia sido escolhida para dar abrigo aos familiares de um membro da facção local que precisavam ser acolhidos de maneira imediata naquele espaço.

A recorrência desses deslocamentos forçados nos bairros da periferia de Fortaleza estimularam o registro de inúmeras ocorrências junto as forças policiais locais, que muitas vezes precisaram escortar as famílias envolvidas nessas situações para áreas da cidade consideradas seguras, e a publicação de uma portaria pela Caixa Econômica Federal (CEF),²⁷ que deu aos beneficiários do Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV) expulsos a garantia de sua realocação para lu-

²⁶ Termo local para referir-se aos resultados da arbitragem dos conflitos realizados pelos membros das facções que atuam na cidade. Nesse caso, o “decreto” se refere a decisão de expulsar a moradora do conjunto habitacional em que residia.

²⁷ Ver portaria do Ministério das Cidades 488/2017 de 18 de julho de 2017.

gares onde possam exercer seu pleno direito à moradia.²⁸ Conectadas aos jogos de poder que envolvem a atuação capilar das facções nas periferias de Fortaleza, as questões que envolvem o direito a habitação nas franjas das cidades brasileiras podem ser observadas a partir da mediação dos múltiplos sujeitos, institucionais ou não, acionados na luta pelo acesso à moradia nos territórios vulneráveis das metrópoles brasileiras.

Para nossos interlocutores as dinâmicas de expulsões que ganharam intensidade na capital cearense nos últimos cinco anos estimularam a tessitura de novos olhares, por um lado, sobre os impactos do “envolvimento” dos jovens com o crime para seus grupamentos familiares, e, por outro, sobre as características dos laços de solidariedade tecidos no seio das facções criminais.

Diferente de momentos anteriores da histórica local, onde expulsões eram impostas apenas àqueles diretamente envolvidos em atividades ilegais, o arranjo criminal que ganha forma nas periferias de Fortaleza passa a exigir que os familiares desses sujeitos também se desloquem. Em um clima de acirradas disputas e insegurança generalizada nos territórios da cidade as facções passaram a não tolerar a presença dos familiares de quem “veste a camisa” de um grupo rival, “decretando” a expulsão de inúmeras famílias na capital cearense. “Espirrando todo mundo das áreas”,²⁹ as facções consideravam gerir seus conflitos sem a necessidade do uso imediato da força, “dando oportunidade” para os moradores dos “conjuntos”, ao invés de sofrerem severas punições ou serem assassinados, se deslocarem rumo ou-

²⁸ Em reportagem do jornal Ceará Agora, do dia 20/08/2018, encontramos a notícia: “Ceará acumula ‘refugiados urbanos’ com moradores expulsos de casas por facções criminosas”. Ver em: www.cearaagora.com.br. Acesso em: 20/03/2021.

²⁹ O termo nativo “esperrar das áreas” é utilizado para se referir ao processo de expulsão compulsória promovido pelos coletivos criminais que atuam nas periferias de Fortaleza, Ceará.

tros espaços da cidade.

Diante desses deslocamentos forçados, sujeitos ligados a facções criminais de outras “áreas” da cidade encontraram apoio e acolhimento nos territórios dos “irmãos”, revelando as teias de interdependências que garantem a sustentação e reprodução desses coletivos nas franjas da capital cearense. Expulsos de Pontamar quando a Guardiões do Estado (GDE) tornou aquele um dos seus principais locais de atuação na cidade, integrantes locais do Comando Vermelho (CV) encontraram abrigo e segurança no Conjunto Getúlio Vargas, permitindo a identificação dos laços de solidariedade que alimentam as reciprocidades envolvidas nas experiências de engajamento nesses coletivos.

Se em períodos anteriores a capilaridade das facções nas periferias de Fortaleza os “envolvidos” tinham que fugir ou evitar possíveis retaliações por meio de recursos próprios ou através do apoio material de familiares, no novo arranjo criminal que se espraia na capital cearense acolhimentos de “irmãos” e relocalizações habitacionais passam a fazer parte das dinâmicas de gestão dos conflitos e territórios da cidade. Em meio a demonstrações de solidariedade e o fortalecimento das “tropas” que dominam a paisagem do crime nas periferias, jovens vindos de “outras áreas” e sem vínculos anteriores com seus espaços, moradores ou vida comunitária passam a povoar os bairros de Fortaleza, ocupando, muitas vezes, as residências abandonadas por membros de grupos rivais e suas famílias.

Como exposto ao longo desse tópico do texto, as experiências de mobilidade e habitação nos bairros das periferias de Fortaleza foram sensivelmente tensionados ao longo dos últimos dez anos, passando a exigir de nossos interlocutores significativos ajustamentos em suas condutas ao mesmo tempo em que destaca a complexidade da compreensão do direito à moradia na região nordeste do país.

Considerações finais

Diante das conexões que se estabelecem entre a emergência de uma nova lógica de atuação dos coletivos criminais nas periferias de Fortaleza, Ceará, na última década e as sensíveis transformações nas formas de gestão local desses territórios e seus sujeitos, apresentamos ao longo do texto questões que apontam para a urgência de pensar os caminhos capazes de viabilizar o acesso aos direitos sociais em uma democracia política tão desigual e segregacionista quanto a brasileira (CALDEIRA, 2000).

Aos processos de segregação espacial que historicamente marcaram o desenvolvimento das periferias de Fortaleza e a construção de conjuntos habitacionais nas franjas da cidade somam-se, mais recentemente, os problemas relacionados à atuação capilarizada de coletivos criminais que dão forma a estratégias de controle e gestão que incidem de maneira decisiva sobre as dinâmicas de apropriação e habitação do espaço urbano periférico.

Os dados da pesquisa nos permitem observar que na última década os jovens das periferias de Fortaleza, como os de outras capitais das regiões Nordeste e Norte do Brasil, foram massivamente recrutados por redes criminais, promovendo um enraizamento local desses grupos, a reprodução de atividades ligadas ao tráfico de drogas ilegais e novas formas de gestão territorial (FELTRAN, 2010; BIONDI, 2020). “Avisos”, intimidações, ameaças, violências, torturas, assassinatos e expulsões permeiam não apenas os conflitos entre as facções, mas também as formas de gestão dos territórios periféricos e seus sujeitos acionadas localmente por esses coletivos, tensionando os “envolvidos” com o crime, seus familiares e moradores que não possuem meios políticos, sociais ou econômicos para contornar os “decretos”

do crime.

Tal processo, como apontam nossos interlocutores, demonstra não apenas a incapacidade do Estado em garantir as prerrogativas legais dos direitos previstos em nossa Carta Magna, mas também as transformações recentes dos arranjos criminais locais que ao longo do território brasileiro se apresentam como desafios sensíveis para a tessitura de nossas mobilidades cotidianas e acesso à moradia nas periferias do país.

Referências

ARAUJO, R. V.; COSTA, M. C. L. Da Migração Sertaneja ao surgimento das Favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em Fortaleza-Ceará. *GeoSaberes: Revista de Estudos Geoducacionais*, Fortaleza, n. 3, v. 6, p. 585-598, fev. 2016.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; BRAGA, Elza Maria Franco. *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. 1 ed. Fortaleza: Fundação Democrático Rocha, 1991.

BIONDI, Karina. Tecnologias de Gestão do Crime, Da Escola de Chicago à São Paulo do Século XXI. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 1, v. 26, p. 1-17, ago. 2020.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 20, p. 431-460, nov. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURGOIS, Philippe. *En busca de respeto: vendiendo crack en Harlem*. 1. Ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime e segregação e cidadania*. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

COSTA, Maria Clélia L.; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: Lustosa Costa, Maria Clélia; Pequeno, Renato. (Orgs.) *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

COSTA, Maria Clélia L.; PEQUENO, Renato (orgs.). *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2015.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *O eu e o outro: a constituição da identidade política nos movimentos sociais urbanos*. 1989. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, CE, 1989.

DIOGÊNES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeiras e o movimento Hip Hop*. 1 ed. Fortaleza: Editora Annablume, 1998.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, São Paulo, n. 58, v. 23, p. 59-74, abril. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRAGA, Paulo César Pontes. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas: Especiaria*, Ilhéus, n. 15, v. 9, p. 95-118, jan./jun. 2006.

FRAGA, Paulo César Pontes. A participação feminina no plantio de cannabis no Vale do São Francisco. In: FRAGA, Paulo César Pontes (org.). *Mulheres e criminalidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em questão*. 1 ed. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2006.

MISSE, Michel; ADORNO, Sérgio (orgs.). *Mercados Ilegais, Violência e Criminalização*. 1 ed. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

OLIVEIRA, J. A. V. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 2, p. 1-31, set. 2009.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: As transformações sociais do crime em Fortaleza. *Caderno CRH*. Salvador, n. 85, vol. 32, p. 165-184jan./abr. 2019.

RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. 1 ed. São Paulo: Editora Graal, 1979.

SILVA FILHO, F. C. O.; MARIANO, C. M. Fronteiras invisíveis e deslocamentos forçados: impactos da guerra de facções na periferia de Fortaleza (Ceará, Brasil). *Revista Direito e Práxis*, Fortaleza, v. 1, p. 1, 2020.

SANTIAGO, Vinícius; VELOSO, Sérgio. *Ninguém Entra, Ninguém Sai: Mobilidade urbana e direito à cidade no Complexo do Alemão*. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll Brasil, 2017.

THOUMI, Francisco E. Organized crime in Colombia: The Actors Running the Illegal Drug Industry. In: PAOLI, Letizia. *The Oxford Handbook of Organized Crime*. New York, NY: Oxford University Press, 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Resumo:

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma investigação, realizada entre os anos de 2016 e 2019, sobre a penetração de coletivos criminais nos bairros das periferias de Fortaleza, Ceará, e sua atuação na gestão dos conflitos e territórios da capital cearense. Explorando o arranjo criminal que ganha forma nas franjas da cidade a partir de uma pesquisa de campo que envolveu conversas informais, registros etnográficos e entrevistas semiestruturadas, destacamos como resultados da pesquisa as mudanças recentes nas formas de gestão dos territórios e sujeitos das periferias fortalezenses e seus impactos sobre a tessitura das mobilidades cotidianas e o direito à moradia nesses espaços.

Palavras-chave: Facções; controle; periferias; Fortaleza; Ceará.

Abstract:

The article aims to present the results of an investigation, carried out between 2016 and 2019, on the penetration of criminal groups in the peripheries of Fortaleza, Ceará, and their acting in the management of conflicts and territories in the capital of Ceará. Exploring the criminal arrangement that takes shape on the fringes of the city from a field research that involved informal conversations, ethnographic records and semi-structured interviews, we highlight as results of the research the recent changes in the forms of management of territories and subjects of the peripheries of Fortaleza and their impacts on the composition of daily mobility and the right to housing in these spaces.

Keywords: Factions; control; peripheries; Fortaleza; Ceará.

Recebido para publicação em 15/06/2022.

Aceito em 11/10/2022.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Da Cadeia à Fronteira: a transição territorial do Primeiro Comando da Capital

Pedro Diogo

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República do Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2927-055X>

pedrondiogo@gmail.com

O presente artigo se propõe a analisar as transformações pelas quais vem passando nos últimos vinte anos o processo de produção de território do Primeiro Comando da Capital. Desde que o grupo foi fundado — na primeira metade dos anos 1990 —, até o presente momento, as formas de apropriação e as características do espaço apropriado têm se modificado substancialmente, sendo transformadas pela necessidade do PCC de atuar em contextos cada vez mais distintos daqueles em que surgiu.

Nesse artigo, esse processo de mudança é tratado como uma transição, na qual a facção é obrigada a sair de uma dinâmica territorial calcada essencialmente na apropriação dos espaços originalmente ocupados (aqui denominados de urbano-prisional) para se aventurar na

disputa por território em contextos significativamente diferentes, situados nos ambientes definidos por esse artigo como rurais-fronteiriços. Esse processo de transição se dá basicamente pela necessidade do grupo de se expandir econômica e politicamente, obtendo acesso mais amplo aos grandes carregamentos de drogas e se tornando menos dependente dos atores criminais que dominam esses ativos no mundo interiorano-fronteiriço.

Em um primeiro momento será realizada uma breve discussão acerca do conceito de território e de sua aplicação no campo dos estudos do crime organizado, passando-se em seguida para uma leitura do cenário criminal brasileiro com enfoque no território. Nos blocos seguintes serão descritos e analisados os dois grandes cenários aqui tratados: o urbano-prisional e o interiorano-fronteiriço, atentando-se para a atuação e o desenvolvimento do Primeiro Comando da Capital nos dois contextos. No último segmento do artigo, é feita análise da transição territorial vivenciada pela facção ao se deslocar pelos seus novos cenários de atuação, tecendo ainda alguns comentários finais acerca dos possíveis novos rumos territoriais do grupo criminoso analisado.

É importante ressaltar esse artigo se valeu metodologicamente de múltiplas fontes de informação, utilizando desde a ampla bibliografia acadêmica e jornalística disponível sobre o assunto até dados produzidos pelos próprios integrantes do PCC. Os conteúdos produzidos pela própria facção consistem em planilhas, *salves* e outros instrumentos de registro e transmissão de informações elaborados pelo grupo, os quais podem ser encontrados parcialmente em anexo em Diogo (2021).

Território e crime organizado

Ainda que não seja objetivo desse artigo aprofundar os conceitos clássicos aqui utilizados, faz-se necessário minimamente explicitar alguns recortes teóricos aplicados. O conceito de território consiste no principal recurso explicativo utilizado nesse artigo e, ainda que seja aplicado dentro de suas formulações mais usuais, parece adequado ressaltar os parâmetros utilizados.

Os debates sobre o conceito de território apresentam, hoje em dia, termos e elementos significativamente convergentes, ressaltando-se questões como exercício especializado do poder e apropriação do espaço. Mesmo fora do contexto europeu de elaboração teórica, os autores contemporâneos pouco têm se distanciado dos marcos propostos pelas teses de Claude Raffestin (1993), para quem território consiste em um espaço apropriado de forma concreta ou simbólica por um ator social.

Já os debates sobre o conceito de crime organizado configuram cenário mais amplo e problemático. Von Lampe (2018), em seu esforço de compilar conceituações de crime organizado, já obteve mais de 115 definições, as quais se mostram bastante variadas e, ainda que possuam elementos em comum, divergem em relação a alguns aspectos centrais. Elementos como hierarquia, especialização e busca pelo monopólio aparecem em boa parte das proposições formuladas, sobretudo nos anos 1970 e 80, sendo secundarizados nas décadas seguintes, quando conceitos como redes criminais passam a ocupar maior espaço no debate internacional sobre o assunto.

No âmbito do esforço ao qual este artigo se propõe, a contribuição conceitual mais importante é possivelmente a do cientista político colombiano Gustavo Duncan, que, ao analisar as organizações crimi-

nosas latino-americanas, constatou que estas se transformaram em estruturas de acumulação de poder centrais nos circuitos sociais mais pauperizados da região. Nesse sentido, a leitura de Duncan se mostra bastante apropriada para o presente trabalho, ao simultaneamente adequar o conceito ao contexto latino-americano e aproximar o debate à questão das relações de poder, estabelecendo um contraponto importante às visões, muitas vezes, economicistas adotadas pelos pesquisadores europeus e norte-americanos.

No Brasil, Marcelo José Lopes de Souza é um dos principais autores a desenvolver discussões sobre território e crime organizado. O trabalho desenvolvido por esse autor (SOUZA, 2000), no entanto, focou nas facções criminosas cariocas da época, as quais não haviam vivenciado de forma significativa um processo deslocamento de seu eixo espacial de atuação, restringindo-se, portanto, a produzir território no contexto das cadeias e favelas do Rio de Janeiro.

Crime organizado e território no Brasil

Uma leitura nacional do fenômeno criminal antes dos anos 1950 se mostra pouco adequada, em face à heterogeneidade do país e mesmo à falta de conexão entre as cidades e regiões que vigorou até essa época. Santos (1994) afirma que o Brasil, durante séculos se assemelhava “a um grande arquipélago” (SANTOS, 1994, p. 26), com capitais pouco conectadas entre si, inclusive do ponto de vista físico e logístico. Tal quadro só começa a ser, de fato, alterado, com os processos de industrialização e urbanização, intensificados a partir da década de 1950 do século passado, sobretudo na porção centro-sul do país.

Não há evidências de que as dinâmicas ilícitas seguissem lógica destoante desse cenário fragmentado, sendo, muito provavelmente,

protagonizadas por atores locais, inseridos em fluxos espacialmente restritos. As quadrilhas criminosas tinham sua atuação geralmente limitada aos entornos urbanos onde estavam inseridas, havendo, eventualmente migrações de criminosos geralmente com intuito de se homiziar em estado distinto do que cometeu seus crimes ou ainda desbravar novas “praças”, nas quais as estruturas de segurança se encontravam menos consolidadas e capazes de responder a crimes mais bem planejados e executados. Tais episódios, no entanto eram raros, havendo clara concentração dos assaltos a bancos no ambiente urbano (AQUINO, 2010).¹

Do ponto de vista do narcotráfico, somente a partir dos anos 70 surgem referências à existência de um mercado urbano robusto de entorpecentes e, por conseguinte, das organizações criminosas ligadas a ele. A massificação do consumo de maconha e a chegada da cocaína ao Brasil abririam perspectivas para o surgimento e adensamento de grandes grupos criminais no país. Esse fenômeno ocorreria de forma conexas a duas dinâmicas centrais para a proposta de análise desta pesquisa: o surgimento das facções de base prisional e a consolidação das atividades criminais na zona fronteira.

O surgimento das facções nos ambientes prisionais viabilizaria a conformação de grandes organizações criminais de matriz urbana,

¹ Cabe aqui fazer um aparte em relação ao fenômeno do banditismo rural e mais especificamente do *Cangaço*, transcrito no sertão do nordeste brasileiro no final do século XIX e primeira metade do século XX. Para Pernambuco de Mello (2013), o banditismo rural se enraizou e expandiu sob a forma de *Cangaço* no sertão nordestino por ter encontrado ambiente adequado e específico para sua disseminação. Tais particularidades conferem ao *Cangaço* certa desvinculação dos fenômenos criminais cuja trajetória se almeja aqui delimitar. Ainda que existam similaridades entre os métodos dos grupos ligados ao banditismo rural e aqueles praticados pelas quadrilhas contemporâneas (sobretudo aquelas ligadas ao que se denominou mais recentemente de *novo cangaço*) parece pouco proveitoso aprofundar as análises em torno do *cangaço*, cujo contexto e desdobramento pouco se relacionam às condições que facilitaram o surgimento das facções.

inexistentes no Brasil até então. Como será detalhado em etapa posterior deste trabalho, esses grupos estabeleceriam uma relação de “*continuum*” entre a vida prisional e as atividades criminais exercidas, sobretudo, nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos do país.

Já os grupos interioranos têm sua gênese ligada em grande parte à consolidação da fronteira (em especial aquela do Brasil com o Paraguai e o sudeste do território boliviano) como *locus* central para as atividades criminais, processo que se inicia no final dos anos 1970 a partir dos fluxos de contrabando, posteriormente incorporando drogas e armas. O trânsito desses fluxos pelas cidades interioranas situadas entre a fronteira e as grandes metrópoles incidiu no surgimento de uma “rota”; feição continuada do espaço, demarcada pelo trânsito frequente e perene de produtos e serviços ilícitos.

Esses seriam, de forma simplificada, os fenômenos que resultariam nos cenários territoriais que se pretende explorar na contextualização almejada nesse artigo. Entende-se que tais cenários territoriais do crime organizado no Brasil (aqui denominados de urbano-prisional e interiorano-fronteiriço) se apresentam, inicialmente, separados, avançando, todavia, no sentido de um processo de integração.

Evidentemente, a definição de tais cenários envolve algum grau de generalização, uma vez que supõe a existência de certa homogeneidade de atores e processos que não corresponde à plena realidade dos quadros verificados. Como veremos adiante, os cenários urbano-prisional e interiorano-fronteiriço consistem em categorias de análise, pautadas, no entanto, em especificidades de atores, processos e atributos facilmente identificáveis nos ambientes representados.

A tese defendida neste artigo se pauta na ideia de que o Primeiro Comando da Capital possui papel central no processo de integração dos dois cenários territoriais, uma vez que o grupo desenvolveu pro-

gressivamente uma ampla capacidade de transitar e aproximar dois ambientes até então razoavelmente apartados. Assim como o CV, o PCC surgiu no cenário urbano-prisional, porém, ao contrário da organização carioca, a facção paulista se introduziu de forma perene e intensiva no “mundo” interiorano-fronteiriço, logrando protagonismo nas rotas que interligam o ambiente limítrofe com Paraguai e Bolívia aos centros de consumo e exportação de drogas situados no eixo urbano São Paulo/Santos.

O cenário urbano-prisional como espaço de origem do Primeiro Comando

Ainda que o surgimento das facções certamente não inaugure o fenômeno da criminalidade urbana no Brasil, ele consiste em um marco para o modelo analítico aqui proposto. O surgimento das facções no ambiente prisional reordena o cenário dos ilícitos das grandes cidades, ao estabelecer uma relação direta entre o cotidiano dos cárceres e a dinâmica da criminalidade urbana, sobretudo aquela exercida nas periferias e favelas das principais metrópoles brasileiras.

Embora tal relação sempre tenha existido, em virtude de a população carcerária ser desde longa data majoritariamente composta por pessoas oriundas dessas mesmas periferias e favelas, o surgimento das facções inaugura uma relação de mando mais imediata entre as lideranças encarceradas e os operadores dos negócios ilícitos nas ruas, em especial aqueles ligados ao narcotráfico. Essa relação não pode ser reduzida, contudo, a uma subordinação dos integrantes em liberdade aos líderes encarcerados, ainda que envolva uma extensão do poder exercido no ambiente intramuros dos presídios para as ruas, fenômeno que se inicia no Rio de Janeiro e progressivamente se espalha para pra-

ticamente todo o país.

O surgimento das facções tem como período de referência o final dos anos 1970 e o início dos anos 80, embora a nacionalização desse fenômeno só tenha ocorrido mais de duas décadas depois. O principal marco para o surgimento desses grupos é a criação do Comando Vermelho (CV), evento já amplamente narrado pela literatura especializada destacando-se as obras de Lima (2016) e Amorim (2006). Para Michel Misse (2011), as relações de cooperação e proteção estabelecidas dentro das prisões no início dos anos 1980 pelo Comando Vermelho foi inovadora e permitiu a criação de uma grande rede, integrando as lideranças do varejo do narcotráfico local.

Embora os líderes iniciais do CV fossem essencialmente assaltantes de banco, progressivamente os narcotraficantes obtiveram proeminência na facção, em face à possibilidade que essa atividade oferece de permanecer delinquindo e obtendo renda mesmo em situação de encarceramento. O processo de deslocamento da principal atividade criminal dos líderes certamente teve grande influência no fortalecimento das conexões entre cárcere e rua, uma vez que o varejo do narcotráfico consiste em uma atividade mais territorializada do que o roubo a banco, demandando perenidade e controle espacial da favela para estabelecer atendimento regular à clientela.

O modelo de organização criminosa com forte vinculação com o ambiente prisional seria, de certa forma, repetido anos mais tarde com o surgimento do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. Posteriormente, a vinculação entre cárcere e “rua” seria disseminada Brasil a fora, primeiramente a partir das próprias “células do PCC” e, em seguida, por meio das organizações que mimetizariam os modelos estabelecidos pela organização paulista. Pode-se dizer que, ao longo dos anos 1990 e na década seguinte, ocorreu um processo de matu-

ração de um padrão de organização criminosa centrado na figura da facção e marcado pela simbiose entre as relações e práticas criminais estabelecidas nos espaços prisionais e aquelas desenvolvidas nas ruas das favelas e periferias dos aglomerados urbanos brasileiros.

Diversos fatores contribuíram para o processo de disseminação das facções pelo país, podendo-se elencar pelo menos quatro deles como mais recorrentemente citados nas análises já desenvolvidas sobre esse fenômeno: a massificação do uso do celular nas cadeias, a expansão do encarceramento no Brasil, o “boom” do consumo interno de cocaína e a convivência nas unidades prisionais das lideranças de organizações criminosas de diferentes partes do país.

A massificação do celular, e mais especificamente a dos *smartphones*, teria facilitado a construção de uma relação de simbiose entre os criminosos encarcerados e aqueles em liberdade, ao auferir instantaneidade ao fluxo de ordens entre as cadeias e as estruturas criminais situadas fora do cárcere. Organizações criminosas como o PCC, no entanto, levaram a gestão do *mundo do crime* via celular para outros patamares, ao instituir centrais telefônicas e realizar grandes conferências entre suas lideranças por meio de celulares. Os *debates*² realizados por integrantes de diferentes estados consistiram em ferramenta fundamental para integrar as células do grupo e propiciar maior legitimidade às decisões tomadas pela facção.

O tema da massificação do encarceramento no Brasil foi abordado por diferentes autores, sobressaindo a pesquisa feita por Dias (2011), a qual centra seus esforços analíticos na dinâmica estabelecida no âmbito do estado de São Paulo. De acordo com a autora, ocorre ao longo dos anos 1990 uma expansão vertiginosa do encarceramento em todo

² Os *debates* consistem em discussões de caráter, geralmente, deliberativo travadas entre integrantes da facção.

o país, sendo esse processo ainda mais agudo no estado de São Paulo. Nessa lógica, a expansão das facções estaria ligada à farta disponibilidade de “mão de obra”, colocada a serviço desses grupos a partir do processo de encarceramento massivo. Acrescente-se que as péssimas condições das superlotadas unidades prisionais brasileiras também contribuiriam para que os presos se tornassem cada vez mais dependentes das facções, prescindindo dessas para acessar bens e serviços essenciais, bem como para garantir sua integridade física contra ataques de rivais e arbitrariedades conduzidas pela própria ação estatal (ADORNO; SALLA, 2007).

A expansão do consumo de cocaína, decorrente da entrada do *crack* no mercado brasileiro, teria também propiciado a ampliação do principal mercado ilícito explorado pelas facções: o varejo do narcotráfico. Se a cocaína era uma droga cujo consumo estava vinculado historicamente apenas às elites, com o advento do *crack* ocorre um processo de massificação do consumo desse entorpecente, o qual tem em sua modalidade fumada, um produto mais barato e acessível a camadas da população que não logravam fazer uso recorrente do cloridrato, até então, bastante dispendioso.

Por fim, o processo de nacionalização das facções também teria se beneficiado do convívio entre as lideranças criminais de diferentes estados nas unidades prisionais. No final dos anos 1990 e início dos 2000, as estruturas de segurança dos estados apresentavam grande dificuldade em manter isolados, de fato, alguns dos principais líderes de organizações criminosas. Diante desse cenário, inicia-se um processo de intercâmbio de prisioneiros de alta periculosidade entre órgãos de segurança pública estaduais, no intuito de afastar essas lideranças de suas áreas de influência. A interação entre lideranças facilitou a articulação entre as organizações criminosas, resultando nas alianças

entre facções e na disseminação dos métodos organizacionais adotados, sobretudo, pelo PCC e pelo CV. Posteriormente, foi criado o Sistema Penitenciário Federal, também com intuito de isolar presos, obtendo bons resultados em sua proposta de restringir as ações dos líderes, mas, igualmente, facilitando a aproximação entre criminosos de estados distintos.

É nesse contexto que surge e se expande o Primeiro Comando da Capital, ocupando rapidamente espaços no mundo prisional e nas favelas e periferias de São Paulo e boa parte dos estados limítrofes. Estima-se que cerca de 90% do sistema prisional do estado de São Paulo esteja sob influência do PCC (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 63), sendo razoável estimar que parcela semelhante das *biqueiras*³ da Região Metropolitana de São Paulo também pertençam à facção, a integrantes dessa⁴ ou a traficantes que também estão alinhados de alguma forma ao *Comando*. Se é possível definir um espaço originário do grupo, muito provavelmente envolveria o sistema prisional do estado de São Paulo e a periferia da região metropolitana da capital, havendo ainda grande influência da facção nos municípios da Baixada Santista. No mais, à medida que se avança em direção ao interior do estado essa influência tende a se reduzir, ainda que existam importantes redutos da facção em cidades

³ Uma *biqueira* consiste em um ponto de varejo de drogas em São Paulo, sendo comum também o uso do termo *lojinha*, *firma* ou *fm* para designar esse tipo de unidade comercial. O controle do varejo de drogas consiste em uma vantagem no jogo de relações que resultam na apropriação do espaço e no domínio do mercado de ilícitos em favelas e periferias.

⁴ É importante ressaltar a diferença entre os negócios da facção daqueles pertencentes aos integrantes dela. Do ponto de vista gerencial e contábil tais negócios são manejados de forma completamente separadas, não havendo mistura entre as finanças do *Comando* e as de seus integrantes, a não ser quando autorizada pelas lideranças, cujos negócios também possuem contabilidade própria, embora possam se valer, eventualmente, dos canais de negociação utilizados pela facção.

como Campinas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, dentre outras.

Autores como Jozino (2004) e o próprio fundador do PCC José Marcio Felício da Costa (*Geleição*) (BRASIL, 2005, p. 54) correlacionam o surgimento da facção a uma partida de futebol e um motim ocorridos no dia 31 de agosto de 1993 no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (conhecido como *Piranhão*), no qual se encontravam encarcerados os indivíduos que viriam a ser conhecidos como os fundadores do grupo. Nessa partida, esse núcleo de internos teria executado os integrantes do Comando Caipira e pactuado a formação da facção paulistana.

A narrativa fundacional do PCC apresenta elementos especialmente pertinentes para a análise proposta neste trabalho. O enfrentamento violento narrado entre os grupos da capital e do interior (PCC e Comando Caipira) ressalta a existência de antagonismo entre a criminalidade oriunda desses dois cenários, contrapondo, de um lado, as lideranças egressas das favelas e periferias da Região Metropolitana e, do outro, indivíduos ligados às quadrilhas das cidades do interior paulista. Mais do que uma simples história acerca do embate entre dois bandos carcerários rivais, a narrativa sobre a origem do PCC carrega uma representação da prevalência dos grupos originários da metrópole paulista sobre as organizações advindas do interior do estado.

O poder que o grupo estabelece nas cadeias transborda para as ruas da metrópole paulista, em movimento bastante semelhante àquele protagonizado pelo Comando Vermelho, construindo o que neste trabalho é denominado *continuum* urbano-prisional. A simbiose estabelecida pelo PCC entre o *mundo do crime* no ambiente dos cárceres e aquele consolidado nas ruas parece ir além daquela alcançada pelas facções cariocas, pois ao colocar esses dois mundos na mesma *sintonia* (unificando condutas, regras e cadeias de comando) o grupo paulista con-

segue estabelecer certo grau de unicidade na criminalidade paulista, panorama bastante diferente do violento e disputado varejo de drogas do Rio de Janeiro. A construção dessa hegemonia decorre em grande parte da habilidade do grupo em negociar e em construir um discurso de união e de paz entre os *ladrões*, capaz de dirimir os antagonismos e disputas tão frequentes no *mundo do crime*.

A própria estrutura adotada pela facção reflete a relevância que os cenários urbanos e prisionais possuem para o grupo. A estrutura do PCC é relativamente bem conhecida no âmbito das forças de segurança, tendo sido analisada, sobretudo, em sucessivas investigações conduzidas pelo Grupo de Apoio e Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (GAECO) e pela Polícia Civil deste mesmo estado. As informações disponíveis convergem para a centralidade que algumas células possuem nessa estrutura, dentre elas destacam-se as sintonias *Geral Final*, a do *Sistema* e a da *Rua*.

Há consenso entre os especialistas de que a cúpula decisória da facção integra célula denominada de *Sintonia Geral Final (SGF)*, geralmente referida pelos próprios integrantes simplesmente de *Final*.⁵ Historicamente, a ascensão à *Final* depende do quanto um integrante é estimado e respeitado pelos demais, de sua proximidade em relação aos outros líderes e dos esforços que já ensejou em prol do PCC.

Segundo a denúncia do GAECO, a *Final* era integrada em 2013 por Marcos Willians Herbas Camacho (*Marcola*), Abel Pacheco de Andrade (*Vida Loka*), Rogério Geremias de Simone (*Gegê do Mangue*), Roberto Soriano (*Tiriça*), Daniel Vinicius Canônico (*Cego*), Fa-

⁵ Progressivamente a palavra *sintonia* foi sendo suprimida pelos integrantes do grupo em seus discursos ao se referenciarem às células da facção. Dessa forma, é comum, por exemplo, que a *Sintonia dos Estados e Países* seja chamada simplesmente de *Estados e Países* ou que a *Sintonia da Rua* seja citada pelos membros do PCC apenas como *Rua*.

biano Alves de Souza (*Paca*), Edilson Borges Nogueira (*Birosca*) e Júlio Cesar Guedes de Moraes (*Julinho Carambola*). Embora, o PCC possua atuação nacional e mesmo presença em outros países, uma breve análise das trajetórias criminais dos integrantes dessa cúpula deixa claro que todos eles têm ou tiveram como principal área de atuação a região Metropolitana de São Paulo. Dos oito principais líderes do grupo mencionados pelo GAECO, sete são nascidos na Região Metropolitana de São Paulo, sendo quatro paulistanos, dois do ABC paulista e um de Osasco/SP. Embora não atuem unicamente como varejistas, seus pontos de droga conhecidos estão, em sua maioria, também na metrópole paulista.

Tais fatos reiteram a ideia de que o PCC é, em sua essência, uma organização de origem paulistana, com suas raízes fincadas no ambiente urbano. Ainda que o grupo possua grande presença no interior e que alguns de seus integrantes mais importantes na cadeia do tráfico de drogas sejam dessa porção do estado de São Paulo, o poder dentro da facção encontra-se historicamente concentrado nas mãos dos líderes oriundos da Região Metropolitana.

A *Sintonia do Sistema*, por sua vez, é responsável por consolidar e coordenar todas as atividades realizadas pela facção no âmbito do sistema prisional paulista. A *Sintonia do Sistema* consolida e coordena diversas células da facção, subdivididas primeiro de acordo com o tipo de unidade prisional: o *Sistema* propriamente dito (penitenciárias destinadas a presos já condenados pela justiça), os *CDP* (Centros de Detenção Provisória), as *Femininas* (unidades prisionais destinadas às mulheres), as *Comarcas*⁶ (delegacias que custodiam presos) e

⁶ Embora algumas autoridades estaduais de São Paulo alegassem já em 2006 que o encarceramento em delegacias se encontrava quase extinto, o PCC persistia, ao menos até 2011, utilizando essa categoria. Não se aprofundou nesse estudo se nessa época se mantinham significativas quantidades de detentos em delegacias

as *Colônias* (unidades agrícolas de encarceramento), dentre outras. O esquema que se segue exemplifica essa lógica de forma simplificada, demonstrando como ela se aplicaria a quatro unidades penais hipotéticas (CDP1, CDP2, Penitenciária 1 e Penitenciária 2).

Cada uma dessas frações é ainda subdividida em células menores, as quais tem, geralmente, como unidade os estabelecimentos prisionais. Grandes estruturas carcerárias podem subdividir ainda mais, contando com células gerenciais do PCC em raios ou pavilhões específicos, conforme ilustra a Figura 1. Tal arranjo é, no entanto, bastante fluido, adaptando-se à realidade da unidade prisional e à relevância da facção na estrutura da facilidade carcerária.

Considerando a origem prisional do PCC e a centralidade que o ambiente do cárcere possui no cenário criminal brasileiro, entende-se as motivações que levam a facção a empreender tamanho esforço para regular as cadeias e seus mercados internos. Embora os valores movimentados pelos presos possam parecer, a princípio, relativamente baixos, deve-se entender que a população prisional brasileira, com mais de 800 mil internos torna-se cada vez mais um mercado significativo, sobretudo para as facções criminosas.

É importante ainda atentar que o controle da venda de bens de toda natureza dentro do ambiente prisional implica em significativo acúmulo de poder para quem o detém. Há relatos de um amplo rol de atividades comerciais que seriam geridas pelo PCC no sistema prisional, passando pelas cantinas das cadeias, a venda de cigarros e narcóticos e o domínio das estruturas de jogo do bicho nas unidades.

Tão importante quanto a ocupação dos espaços econômicos do cárcere é a inserção nas posições de poder das cadeias. Os trabalhos

na época, mas diversas reportagens disponíveis na internet sustentam que em 2011 ainda havia expressiva quantidade de detentos encarcerados em delegacias no estado de São Paulo.

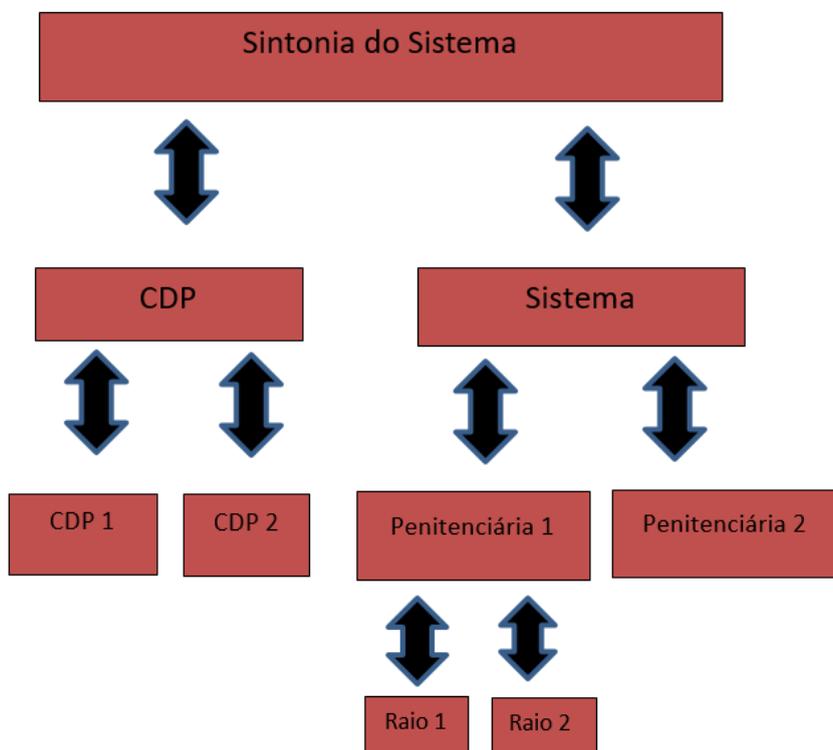


Figura 1 — Diagrama simplificado da estrutura de gerenciamento do PCC no sistema prisional paulista
 Fonte: elaboração própria

elaborados por Dias (2011) e Biondi (2009) reiteram a ideia de que a facção ocupa espaços estratégicos dentro das unidades sob seu comando, em especial o cargo denominado de *faxina*, que consiste no indivíduo responsável por realizar a limpeza do presídio em determinados ambientes fora das celas. Esta mobilidade privilegiada confere ao *faxina* centralidade nas relações dentro do ambiente prisional, tornando essa função de extremo interesse para os integrantes do PCC (DIAS, 2011).

A regulação das relações entre os presos e a intermediação das

questões entre a administração prisional e os internos consistem, possivelmente, nas principais estratégias do processo de ocupação de espaços políticos protagonizado pelo PCC nas cadeias. A partir dessa dupla mediação o grupo lograria fortalecer-se simultaneamente nas relações horizontais de poder (presos–presos) e nas articulações verticais (administração–presos), assumindo posição evidentemente vantajosa.

A *Sintonia da Rua*, por sua vez, é a fração responsável por gerenciar todas as questões relacionadas à facção no ambiente extramuros do *mundo do crime* do estado de São Paulo. A *Sintonia da Rua* é subdividida territorialmente em 8 unidades: Norte, Centro, Oeste, Leste, Sul (todas essas frações referentes ao município de São Paulo), ABC, Baixada e Interior.⁷ Esse modelo de fracionamento proposto no qual seis das oito unidades se referem à metrópole paulistana consiste também uma importante evidência da centralidade que a Capital possui na dinâmica do grupo.

Dentro da sintonia da *Rua* se mostra especialmente relevante para se compreender e analisar a dinâmica territorial do PCC o conceito de *quebrada*.⁸ A *quebrada* remete originalmente à ideia do espaço urbano socialmente fragmentado em classes, dividido entre os ambi-

⁷ Essa estruturação é constatável a partir de tabelas construídas pelas próprias estruturas de gestão da facção. É importante ressaltar que essas informações correspondem à estrutura do PCC no ano de 2011, sendo possível que tenham ocorrido alterações nos últimos dez anos.

⁸ A utilização do termo *quebrada* é amplamente difundida entre as camadas populares de São Paulo, antecedendo, inclusive, o surgimento do PCC. Embora não exista certeza acerca da origem do termo, sabe-se que ele é utilizado pelo menos desde o início da década de 2000, estando presente no vocabulário adotado por grupos fortemente vinculados à periferia paulistana, como artistas de *rap* e pichadores, não estando seu uso restrito ao *mundo do crime*. Pereira (2010), em seu estudo, sobre as redes de relações entre os pichadores de São Paulo, ressalta que pertencer a uma *quebrada* significa ter um vínculo com um local específico e ao mesmo tempo se inserir no conjunto de locais que integram a periferia paulistana

entes dos ricos e os dos pobres, semelhante à dualidade que, no Rio de Janeiro, se estabelece entre *Morro* e *Asfalto*. Nesse sentido, a *quebrada* corresponde ao espaço da pobreza e da precariedade. Freitas Junior (2017) se refere à *quebrada* como um local definível a partir da vulnerabilidade, propondo a “designação de *quebrada* à circunscrição, dentro dos bairros, que identificam os locais mais vulneráveis” (FREITAS JUNIOR, 2017, p. 22).

É importante ainda ressaltar que a *quebrada* consiste em uma referência espacial para quase todas as questões relacionadas aos membros do PCC em liberdade. Em regra, junto aos líderes da sua *quebrada* é que o integrante deve pagar a cebola, buscar apoio quando precisar e prestar contas quando for demandado; enfim, é contatando os líderes da sua *quebrada* que o *irmão* se mantém em *sintonia*.

Pode-se afirmar que a *quebrada* consiste na principal unidade territorial de gestão da *rua* para o PCC. Nessa escala a facção gerencia e desempenha boa parte de suas atividades na *Rua*, tanto as de caráter comercial quanto aquelas ligadas à regulação do *mundo do crime* e das relações sociais na periferia em um sentido mais amplo. Essas últimas atividades, tendem a ser realizadas preferencialmente a partir da escala da *quebrada*, uma vez que a regulação dos pequenos conflitos sociais depende da proximidade entre os integrantes do PCC e as comunidades locais.

O cenário interiorano-fronteiriço como espaço de expansão do Primeiro Comando da Capital

O que aqui se denomina de cenário interiorano-fronteiriço resulta da consolidação dos fluxos de ilícitos que se estabeleceram a partir das fronteiras em direção às principais capitais do país. As fronteiras

com o Paraguai e a Bolívia são as mais relevantes nesse processo, sobretudo, pelo fato de partirem dessa região os fluxos que abastecem os mercados de produtos ilícitos de São Paulo e Rio de Janeiro.

A criminalidade na fronteira entre Brasil e Paraguai antecede a questão do tráfico de drogas, tendo sua origem vinculada à dinâmica do contrabando. Tais fluxos foram construídos, sobretudo, durante o período em que o país vizinho permaneceu sob controle da ditadura do General Stroessner, época na qual se consolidaram as relações entre organizações criminosas voltadas ao descaminho e as estruturas políticas paraguaias (MIRANDA, 2001). Desde os anos 1960, já eram conhecidos os esquemas de contrabando articulados por parte do generalato paraguaio.

A queda de Stroessner, no entanto, não representou o fim das práticas ilícitas no Paraguai. Segundo o jornalista Vladimir Jara (2003), quando os esquemas saem do controle direto do governo central eles se multiplicam e passam a estabelecer redes ainda mais complexas, protagonizadas cada vez mais pelas elites locais, ainda que contando com uma cultura nacional de convivência com a ilegalidade.

Essa permissividade com o delito tão enraizada no Paraguai e no ainda relativamente pouco ocupado oeste da Bolívia (ou região da *Media Luna*) mostrava-se extremamente funcional para atender o crescente apetite por bens ilícitos existentes no vizinho Brasil. Os fluxos ilegais estabelecidos a partir deste encontro entre oferta e demanda experimentaram, ao longo dos anos 1980 e 90, aumento exponencial, estimulados pela expansão do crime nas grandes cidades brasileiras que precisavam cada vez mais de drogas, armas e itens de consumo contrabandáveis.

Embora seja difícil precisar em que momento se inicia o tráfico de maconha na fronteira entre Brasil e Paraguai, parece bastante plausí-

vel a ideia de que essa dinâmica teria sido iniciada por redes atuantes no circuito do contrabando, que enxergaram no tráfico de maconha uma oportunidade para ampliar seus ganhos, valendo-se de mecanismos de burla de fiscalização já instituídos nessa rota. Segundo Abreu (2015), uma das hipóteses mais aceitáveis seria a de que em meados dos anos 1970 os sacoleiros que adquiriam produtos no Paraguai passam a também trazer maconha para revender nas grandes cidades.

A trajetória do denominado Clã dos Turcos na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai é possivelmente a primeira evidência da consolidação de grupos especializados no narcotráfico na região. A atuação dos irmãos Gandi e Fahd Jamil Georges no tráfico de drogas é relativamente bem documentada, destacando-se reportagem feita por Borges (2019) e obra de Vladimir Jara (2003) que detalha as atividades dessa organização criminosa no final dos anos 1970 e início dos 80. Nas décadas seguintes, a venda de drogas se ampliou brutalmente na região, com o Paraguai assumindo protagonismo na produção de maconha voltada para abastecer o crescente mercado brasileiro e dos demais países do Cone Sul. As negociações promovidas pelo Clã dos Turcos consolidaram as cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero/Paraguai e Ponta Porã/Brasil como o principal *hub* de narcóticos para o mercado brasileiro, operando primeiramente apenas maconha e, posteriormente, também carregamentos de cocaína vindos da Bolívia, Peru e mesmo da longínqua Colômbia.

A inexistência de produção de drogas⁹ e armas em território nacional capaz de satisfazer a demanda interna também proveriam a fronteira de centralidade no ambiente criminal brasileiro. Nos grandes

⁹ O Brasil logrou produção substancial de maconha na região do polígono. Essa produção, no entanto, decaiu bastante desde os anos 1990. Segundo pesquisa feita por Ishibuya em 2005, cerca de 82,5% da maconha coletada de São Paulo viria do Mato Grosso do Sul/Paraguai contra apenas 5% do Polígono da Maconha.

centros urbanos, a fronteira assume proporção quase mítica, como local de origem de quase todos os bens ilícitos desejados e o qual se encontrava (nos anos 1980 e 90) praticamente inacessível aos narcotraficantes donos do varejo das favelas de Rio e São Paulo, que dispunham de pouquíssima mobilidade e dependiam de intermediários vindos do interior e da própria zona fronteiriça para lograr abastecer seus pontos de venda de entorpecentes.

As principais restrições logísticas, no entanto, não se relacionavam a internalização das drogas em solo brasileiro. Na verdade, o cruze fronteiro nunca chegou a ser, de fato, a maior dificuldade para as organizações criminosas, dada a ampla dimensão dos limites do Brasil com seus vizinhos e as restrições das estruturas nacionais de fiscalização. Para além da transposição da fronteira em si, boa parte das dificuldades limitações logísticas do tráfico no Brasil está em atravessar as centenas de quilômetros de rodovias interioranas e criar um corredor razoavelmente seguro, que conecte as localidades fronteiriças e as grandes metrópoles brasileiras, situadas no litoral ou nas proximidades.

O abastecimento dos mercados emergentes de drogas do Rio de Janeiro e São Paulo depende da perenidade desses fluxos que se originam no ambiente fronteiro e atravessam o interior do Sul/Sudeste/Centro-Oeste do país, geralmente por meio de caminhões e pequenas aeronaves, consolidando o que se convencionou denominar de Rota Caipira. Essa rota se traduz, na verdade, menos em um traçado específico e mais em uma região de trânsito intenso da maconha e cocaína originada das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia e endereçada aos grandes núcleos urbanos e portos do Brasil. Segundo Abreu (2017), a região abrangeria o interior paulista, Triângulo mineiro e sul goiano, miolo logístico do caminho entre os países produtores da droga e os

grandes centros de consumo.

O mapa que segue visa delimitar os múltiplos trajetos que endossam a Rota Caipira. Deve-se ter em mente, no entanto, que tais percursos são realmente bastante diversos, tanto pela multiplicidade logística que a rede rodoviária oferece quanto pelo uso recorrente de aviões, que tornam bem amplas as possibilidades de caminhos para se chegar aos destinos almejados.

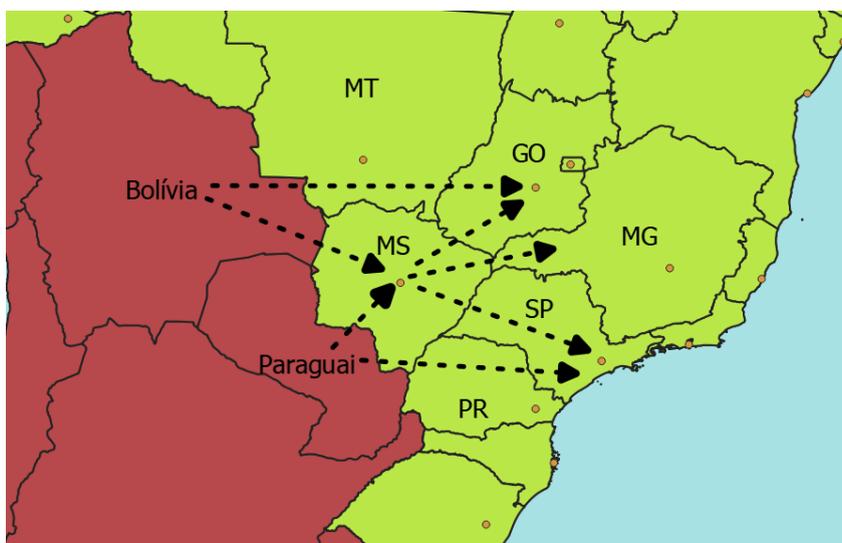


Figura 2: Mapa da Rota Caipira: trajetos mais relevantes

Fonte: elaboração própria

Em sua obra sobre a rota caipira, o jornalista Allan de Abreu (2016) produziu extenso e detalhado compêndio de eventos e atores ligados ao narcotráfico nesse cenário, exemplificando a intensa movimentação de ilícitos que existe na região. Ao longo de sua narrativa, fica clara a relevância que o PCC assumiu na rota caipira, ainda que a facção esteja longe de ser hegemônica em um cenário no qual atuam grupos e *players* de múltiplas origens. Coexistem na região traficantes de matrizes diversas, desde integrantes de facções foragidos das

grandes capitais, até *brokers* vinculados a organizações criminosas extracontinentais, como libaneses, mexicanos e italianos; passando, evidentemente, por criminosos oriundos do próprio cenário interiorano-fronteiriço.

A presença e a relevância das facções nesse cenário consistem em fenômenos relativamente recentes, inaugurado, possivelmente pela chegada de Luís Fernando da Costa (*Fernandinho Beira-Mar*). Segundo o jornalista paraguaio Vladimir Jara (2003), Beira-Mar chegou no Paraguai no final de 1998 e se instalou na cidade de Capitán Bado (epicentro da produção canábica paraguaia), sob a proteção do *Clã Morel*, grupo familiar com longo histórico no narcotráfico e na política local. A trajetória de Beira-Mar no Paraguai tem em seus capítulos finais um progressivo tensionamento com o *Clã Morel* e o subsequente extermínio de vários integrantes do grupo outrora aliado, o que levou o traficante carioca a ter que abandonar o país. Esse desfecho violento denota as incompatibilidades, tensões e rupturas que resultariam da chegada dos criminosos oriundos das grandes cidades ao cenário interiorano-fronteiriço.

Ainda que a fronteira historicamente fosse um local marcado pela presença precária do Estado e a resolução violenta dos conflitos, a chegada dos criminosos cariocas e paulistas traria novos componentes de brutalidade ao cenário local. No ambiente criminal da fronteira, predominavam, até então, grupos de matriz familiar, geralmente ligados também à produção agrícola latifundiária e bastante aceitos e inseridos nos círculos políticos e sociais das elites locais. Dessa forma, a chegada de Beira-Mar e da lógica violenta das favelas cariocas se choca com os modelos criminais vigentes na região.

Ocorrem, a partir da chegada de Beira-Mar ao Paraguai, as primeiras tensões decorrentes do contato entre os dois cenários criminais

aqui definidos e apresentados. As diferenças entre o modelo criminal urbano-prisional (sobretudo o carioca), marcado pelo uso permanente de armamento de guerra, violência generalizada e reduzida vinculação entre os narcotraficantes e autoridades de alto escalão se choca com a realidade fronteiriça, na qual a violência era bem mais seletiva e os traficantes se inseriam de forma muito mais direta e funcional no contexto político-institucional. De certa forma, o Comando Vermelho dos anos 1990, violento e avesso aos acertos e às proximidades com as autoridades, era a antítese do crime organizado representado pelo Clã do Turcos, que faziam uso pontual da violência e viviam inseridos em uma aura de semioficialidade. Manso e Dias (2018), ao descrever o comportamento e as relações dos grupos “nativos” da fronteira com as autoridades locais, ressaltam que os grupos criminais tradicionais eram percebidos como agentes de manutenção da ordem e aliados políticos.

Se a chegada do Comando Vermelho à região de fronteira através de Beira-Mar resultou em episódio disruptivo, específico e pontual, a aproximação do PCC dessa região se daria de forma muito mais contínua e orgânica, o que se explica em parte pela própria adesão que a facção paulista consolidou gradualmente nos estados do Paraná, Mato Grosso e até mesmo dentro do Paraguai e da Bolívia. Os relatos produzidos por Manso e Dias (2018) narram a incursão de emissário da facção de vulgo *Corcel* ao Paraguai e à Bolívia, ocorrida no início de 2008. *Corcel* era um gerente financeiro do PCC e tinha como missão estabelecer os primeiros contatos entre os fornecedores locais e a facção como “pessoa jurídica”.

No entanto, antes da chegada de *Corcel* muitos outros *irmãos* já circulavam pela região de fronteira, tocando seus negócios pessoais, sobretudo relacionados a drogas e armas. Essa presença perene de

integrantes da facção paulista na região foi provavelmente o diferencial em relação ao Comando Vermelho que permitiu ao PCC fincar raízes. Deve-se considerar que a presença de criminosos oriundos do interior de São Paulo no Mato Grosso do sul, por exemplo, é recorrente e nada acintosa, enquanto um bandido carioca consiste em a figura exógena à paisagem fronteira com o Paraguai ou a Bolívia. Do ponto de vista das conexões e articulações entre redes ilícitas, é de se esperar que mesmo um criminoso paulistano também disponha de melhor trânsito no interior de seu próprio estado e nas unidades da Federação vizinhas do que um indivíduo originário do Rio de Janeiro, estado bastante distante física e culturalmente da faixa de fronteira.

Alguns desafios, no entanto, se impunham igualmente a cariocas e paulistas. A resistência dos criminosos autóctones da região de fronteira à livre circulação dos indivíduos oriundos do cenário urbano-prisional consistiu em um dos mais importantes entraves à penetração dos faccionados nesse outro ambiente. As organizações da fronteira, que possuíam forte componente familiar e vinculação com redes locais de poder, sempre se mostraram relutantes em permitir que os atores criminais exógenos, vindos de Rio e São Paulo tivessem livre acesso à região e à rede de fornecedores ali atuantes, o que poderia incorrer em seu esvaziamento comercial e político.

Preservar sua prevalência no cenário fronteiro era uma questão eminentemente territorial, na qual os espaços apropriados pelas redes criminais tradicionais poderiam até ser, eventualmente, compartilhados com grupos paulistas e cariocas, mas sempre de forma controlada, considerando que os acessos aos fornecedores fossem limitados. Impedir a ascensão de grupos externos significava ainda garantir a perpetuação do poder na mão de uma elite histórica, que dominava simultaneamente o cenário do tráfico de drogas e a dinâmica fundiá-

ria-produtiva, exercendo, muitas vezes, esse controle dos dois lados da fronteira.

Um dos casos mais emblemáticos desse tipo de resistência aos grupos oriundos do cenário urbano-prisional foi o de Jorge Rafaat Toumani, liderança criminal também de origem libanesa, atuante em Pedro Juan Caballero/Ponta Porã desde o início do presente século. Após o declínio da família Jamil, Rafaat se torna a principal figura do narcotráfico na região, ainda que em um cenário, como já mencionado antes, muito mais complexo e heterogêneo. A dominância de Rafaat se manifestava por meio de sua capacidade de restringir os acessos de seus concorrentes a outros fornecedores de drogas do cenário criminal de Pedro Juan Caballero/Ponta Porã, o que deixa diversos outros *players* locais insatisfeitos, entre eles o PCC.

Em junho de 2016, um *pool* de narcotraficantes de origens diversas reuniu um grande grupo de *sicários* com armamento pesado e conseguiram executar Rafaat, dando fim a prevalência dos grupos de familiares e de matriz libanesa/brasileira na região e inaugurando um novo período, menos estável e com intensa participação no ambiente fronteiriço de facções e criminosos advindos do cenário urbano-prisional, ligados, especialmente ao PCC. Apesar de sua origem no cenário urbano-prisional o PCC conseguiu, de certa forma, se moldar ao ambiente interiorano-fronteiriço, em um processo gradual de conquista de liderança e espaço nessa outra realidade. Cabe aqui aprofundar as análises acerca das transformações pelas quais passou a dinâmica de apropriação do espaço, propondo-se um modelo de reorganização da espacialidade do PCC centrado em uma atuação capaz de integrar os cenários urbano-prisional e interiorano-fronteiriço.

A transição territorial do PCC: do cenário urbano-prisional ao interiorano-fronteiriço

Desde seu surgimento, o PCC sempre dependeu de sua capacidade de se expandir e incorporar novos espaços de atuação para se consolidar no *mundo do crime*. O esquema que se segue apresenta um modelo analítico do fluxo de expansão territorial da facção. Segundo esse modelo, o *Comando* parte de um contexto urbano-prisional, no qual está organicamente inserido, em direção a cenários interioranos e ao ambiente da fronteira, aos quais precisa se adaptar para alcançar protagonismo.

Cronologicamente, o primeiro grande esforço expansivo consistiu em transpor os muros das instituições penais em que seus líderes estavam encarcerados para se estabelecer em outras unidades e progressivamente se tornar hegemônico no sistema prisional paulista. As sucessivas transferências de seus líderes e integrantes foram fundamentais para a expansão do grupo pelo amplo conjunto de unidades penitenciárias do estado de São Paulo, o qual foi tomado a partir do violento processo narrado por Dias (2011).

O segundo movimento expansivo executado pela organização foi no sentido de se espriar pelas ruas das periferias e favelas de São Paulo. Essa ação não se mostrou, a princípio, tão difícil, uma vez que as principais lideranças do grupo eram egressas dessas mesmas *quebradas*. A transposição da cadeia para a *rua* exigiu uma progressiva mudança de atuação no campo dos ilícitos, com as lideranças do grupo se assentando cada vez mais no varejo do tráfico de drogas, ainda que os assaltos continuassem no rol das principais atividades desempenhadas pelos integrantes do PCC.

A interiorização no estado de São Paulo também não representou

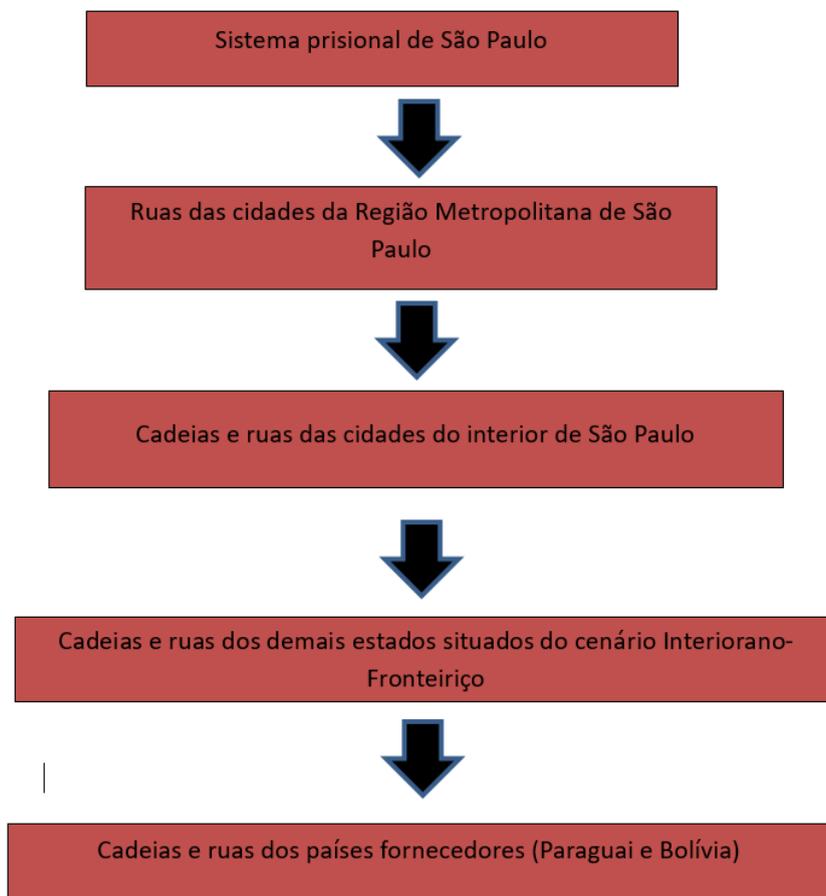


Figura 3 — Fluxo da expansão territorial do Primeiro Comando da Capital

Fonte: elaboração própria

uma dificuldade significativa para o PCC, visto que boa parte da população prisional paulista também foi migrada para unidades situadas em cidades do interior a partir do fechamento da gigantesca estrutura da Casa de Detenção de São Paulo, o *Carandiru*. As transferências dos líderes do *Comando* para unidades no interior do estado, destacando-se o assentamento da cúpula da facção na cidade Presidente

Venceslau (a mais de 600 km de distância da capital) também serviu para aproximar o PCC dos criminosos do interior paulista. Para Silvestre (2016) A dispersão das unidades prisionais no interior de São Paulo teve resultado contrário ao que se esperava, pois terminou por fortalecer estadualmente a rede do PCC nos presídios.

A aproximação entre os líderes do PCC e a massa carcerária das pequenas cidades resultou em um processo expressivo de arregimentação de integrantes interioranos, incluindo desde novatos no *crime* até traficantes mais velhos e bem estruturados,¹⁰ interessados em ampliar sua base comercial e adquirir o prestígio, a proteção e os contatos ofertados aos membros do *Comando*.

A expansão do PCC no cenário interiorano-fronteiriço é ainda motivada pelas passagens dos seus líderes encarcerados por unidades prisionais do Paraná e do Mato Grosso do Sul, as quais ajudaram a criar condições para a aproximação da organização com os criminosos desses estados. Esta rede de contatos construída a partir do conjunto de movimentos de interiorização aqui narrados é fundamental para o processo de ocupação do espaço interiorano-fronteiriço, pois permite ao PCC construir parcerias, cooptar grandes traficantes para suas fileiras e, por fim, eliminar intermediários, seja por meio de *by-pass* comercial ou mesmo por meio da violência, aniquilando fisicamente aqueles que obstruíam a entrada da organização na fronteira.¹¹

¹⁰ O caso de Rodrigo Felício (*Tico*), traficante originário de Limeira/SP, é um típico exemplo da primeira situação. Segundo Abreu (2017), *Tico* foi *batizado* na facção ainda aos 19 anos, após ser preso e encarcerado em unidade prisional onde o PCC era hegemônico. A partir daí, *Tico* progrediu hierarquicamente na facção, tornando-se um dos principais nomes da *Sintonia do Interior* e da *Sintonia do Progresso*, ao mesmo tempo em que ampliou e articulou seus próprios negócios diretamente no Paraguai, a ponto de, em alguns anos, tornar-se um dos maiores fornecedores do próprio PCC e de seus líderes da capital.

¹¹ Além do já mencionado caso de Jorge Rafaat, são numerosos os episódios violentos na fronteira de com o Paraguai envolvendo integrantes da facção, tanto

A relevância do PCC no cenário interiorano-fronteiriço e, mais especificamente, na rota caipira é inquestionável, havendo, no entanto, diferentes interpretações acerca da existência efetiva de uma hegemonia da facção nesse ambiente. Alguns autores como Abreu (2017) sugerem que o grupo se tornou dominante na Rota Caipira por dispor de uma rede de filiados bem mais ampla que as demais quadrilhas, com numerosos membros em estados-chave, como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Esse processo ocorreu em detrimento dos grupos tradicionais da fronteira, os quais perderam força e passaram gradualmente a compartilhar território com o PCC. Esse avanço do PCC no que era historicamente território dos narcotraficantes autóctones da fronteira aparenta não ser reversível, em face à capacidade de persistir que a facção tem demonstrado, mesmo em cenário evidentemente hostil.

Uma célula da facção que demonstrou ser especialmente importante nesse processo de expansão é a *Sintonia dos Estados e Países* (também denominada *Resumo Disciplinar dos Estados e Países*), fração subordinada diretamente à *Final* e responsável pela coordenação do grupo em todos os ambientes fora do estado de São Paulo. Essa célula apresentou crescimento acelerado na última década. Segundo os dados obtidos GAECO de São Paulo na Operação *Echelon*, a *Sintonia dos Estados e Países* é subdividida em pelo menos 28 células de caráter territorial, sendo cada uma delas responsável por uma unidade da Federação (excluindo-se São Paulo dessa conta), além do Paraguai

na condição de autor de homicídio quanto na situação de vítima. Há diversos registros de integrantes da facção que foram executados, eventos muitas vezes atribuídos pela imprensa local a pistoleiros vinculados às lideranças tradicionais da região, como Fahd Jamil, Jarvis Ximenez Pavão ou o próprio Rafaat. As relações entre essas lideranças e o PCC, no entanto, seriam dúbias, fazendo negócios com a facção por um lado, mas, por outro, dificultando o acesso a contatos em escalas mais altas da cadeia de fornecimento de drogas e armas.

e da Bolívia. Esses dois países, por apresentarem um elevado número de integrantes da facção, possuiriam *Sintonias* próprias; ou seja, uma célula exclusivamente voltada à gestão das atividades nestes países.

A presença e a atuação dos integrantes da *Sintonia Geral dos Estados e Países* obedece a uma lógica claramente espacializada, na qual estados limítrofes a São Paulo (à exceção do Rio de Janeiro) possuem mais integrantes são organizacionalmente mais importantes. Paraná, Mato Grosso do Sul e, eventualmente, Minas Gerais são estados considerados pelas lideranças da facção como *desenvolvidos*, terminologia utilizada para designar as unidades da Federação que possuem maior capacidade e, aparentemente, maior autonomia de gestão.¹²

A atuação do PCC internamente nos estados também é heterogênea, sendo marcadamente mais fortes nos municípios próximos da divisa com São Paulo. Em Minas Gerais, por exemplo a facção é bem mais atuante no sul do estado e na região do Triângulo Mineiro, ambas lindeiras ao território paulista (MIRANDA, 2017). Tais evidências fortalecem a perspectiva de que a facção se espraia a partir de uma lógica de continuidade física do espaço, tendo, a princípio, dificuldades em se estabelecer em localidades mais distantes e desconectadas de seus espaços de origem.

A presença intensa do PCC no Paraná e no Mato Grosso do Sul não pode ser entendida, contudo, apenas pela questão da contiguidade. O caráter fronteiriço desses estados é central para o projeto expansi-

¹² Historicamente, a gestão do PCC, nos estados em que a presença da organização é menos relevante, é conduzida por integrantes encarcerados em estados mais importantes para a facção, como o Paraná, Mato Grosso do Sul. Essa afirmativa é sustentada pelas listas periodicamente distribuídas pela facção para seus integrantes, as quais contêm o vulgo e o contato de seus representantes em todos os estados. Nessas listagens, é facilmente identificável que os responsáveis por estados em que a facção tem pouca relevância, tais como Rio de Janeiro ou o Distrito Federal, possuem celular com prefixos do Paraná ou do Mato Grosso do Sul.

onista da facção. A construção de um corredor de domínio entre as áreas de produção de drogas (ou de venda a preço mais reduzidos) situadas na fronteira e as áreas de varejo ou mesmo exportação constitui evidente interesse da facção. Na Bolívia e sobretudo no Paraguai a atuação da facção já transpôs a região de fronteira, encontrando-se integrantes do PCC em diversas cidades e unidades prisionais, mesmo no interior desses países.

Outra evidência do processo expansivo é a ampliação pela qual passa o conceito de *quebrada*. A referência inicialmente estabelecida junto aos bairros da metrópole paulista foi sendo progressivamente substituída por enquadramentos mais amplos e diversos. Os limites da *quebrada* passaram a ter que assimilar outras morfologias espaciais, como cidades de diversos tamanhos do Brasil e dos países vizinhos, espaços cada vez mais incorporados e apropriados pela dinâmica expansiva do grupo.

A tabela que segue foi elaborada a partir da compilação dos chamados *cara-crachá*¹³ elaborados pela facção, sistematizando-se apenas as respostas dos campos que possuem maior pertinência para a análise da questão territorial. Embora ela se baseie em dados dos Estados e Países, entende-se que tais informações são aplicáveis a qualquer local gerido pelo PCC.

Essa sucinta compilação das *quebradas* apresentadas como referência dos integrantes da facção evidencia as novas morfologias incorporadas ao conceito, coexistindo registros em que o termo é utilizado para designar um bairro com menções em que se refere a um país

¹³ O *cara-crachá* consiste na ficha de filiação dos integrantes do grupo, na qual constam diversos dados considerados importantes como o local de *batismo*, os *padrinhos* e as referências, as últimas cadeias em que o integrante esteve encarcerado. O conteúdo dessa ficha é constantemente revisado pela *sintonia* responsável, a qual acresce ou retira campos de consulta com certa periodicidade.

Tabela 1 — Exemplos de quebradas declaradas pelos integrantes

Integrante	Quebrada de origem	Quebrada atual	Local de batismo
01	Hidrolândia/CE	Hidrolândia/CE	Sistema Alrim Moura Costa
02	Fortaleza/CE	Caucaia Jurema/CE	Rua
03	Osasco/SP	Cidade do Leste/PY	Penitenciária de Neuquen /Argentina
04	São José do Rio Preto/SP	Paraguai	Coronel Oviedo/PY
05	Campo Grande — Brazil	—	Sistema Cidade de Leste (Py)

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir de material apreendido junto a integrantes do PCC.

fronteiriço inteiro, no caso o Paraguai.

A presença perene do PCC no ambiente da fronteira configura uma situação que não conseguiu ser reproduzida por outros grupos oriundos do cenário urbano. A atuação sistemática do PCC no cenário fronteiriço o difere dos demais grupos urbano-prisionais presentes na região, que possuem inserção pontual e geralmente derivada da capacidade empreendedora de uma liderança específica, tal qual ocorreu com o Comando Vermelho durante a incursão de Beira-Mar no Paraguai. Mesmo sofrendo diversos reveses, o PCC tem logrado repor suas lideranças na fronteira, mantendo sua presença em um cenário violento e dinâmico, no qual mesmo os grupos de origem local têm dificuldades em persistir.

Esse processo de expansão não transcorre, no entanto, de forma irrestrita ou livre de pressões por parte dos demais atores sociais. A facção teve de realizar significativas concessões para atuar em novas áreas, adotando em seu espaço de expansão posturas distintas daquelas assumidas em seu espaço de origem. A incorporação desses novos

territórios demandou à facção a elaboração de novas estratégias e interação, sobretudo para se relacionar com os atores criminais presentes. Em Diogo (2021), são aprofundadas e analisadas tais estratégias, mas cabe ao menos ressaltar para a finalidade deste artigo, que o grupo se comporta de forma diferente nesses novos contextos, onde renuncia à ambição monopolista que apresenta em São Paulo para se tornar apenas mais um ator no complexo cenário criminal da fronteira.

Se em São Paulo o PCC transcende a condição de grupo para se tornar um mediador ou mesmo uma estrutura de governança das relações entre criminosos, na fronteira a facção possui papel menos proeminente, ajustando sua conduta às suas reais possibilidades de exercício do poder. Nos ambientes em que o PCC disputa poder e mercados com outras facções, o grupo parece ter suas capacidades apropriar do espaço de forma exclusiva bem mais restringida, se assemelhando mais a uma grande quadrilha ou a uma rede de quadrilhas, no sentido tradicional desses termos.

Considerações finais

O que aqui se denomina de transição territorial consiste no fenômeno de expansão do ambiente urbano-prisional para o interiorano-fronteiriço, movimento executado pelo PCC sem prejuízo ao domínio de seu espaço de origem. Mesmo sendo de matriz essencialmente paulistana, a facção conseguiu arregimentar lideranças do interior e dos estados vizinhos, constituindo uma rede de integrantes que se estende desde a capital até as proximidades da região de fronteira.

Essa transição, no entanto, transcorre em meio ao conjunto de dificuldades que um determinado ator social apresenta para se deslocar de seu cenário de origem para um novo contexto com o qual está,

a princípio, pouco familiarizado. No caso do PCC esse processo se faz necessário para que a facção consiga ampliar suas possibilidades econômicas e políticas, ao reduzir sua dependência dos fornecedores de drogas e armas estabelecidos na região de fronteira.

Ainda que o PCC tenha se mostrado, desde o início da facção dispor de grande capacidade e interesse em se expandir, parece haver limites para as possibilidades de incorporação de novos territórios, impostos, sobretudo por outros atores da dinâmica criminal avessos à formação de uma hegemonia da facção paulista. As evidências dessas restrições podem ser constatadas tanto em locais muito próximos a São Paulo (no Rio de Janeiro, por exemplo, onde o grupo paulista é pouco relevante) quanto em locais física e culturalmente distantes, como a região andina, onde é produzida boa parte dos produtos que o PCC almeja adquirir por preço mais baratos. Nesse sentido, parece pertinente identificar que outras formas de resistência à expansão das organizações criminosas existem de fato, o que só pode ser devidamente aprofundado a partir de novas investigações sobre o tema.

Referências

ABREU, Alan de. *Cocaína: a rota caipira. o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ADORNO, Sergio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada e os ataques do PCC. *Revista Estudos Avançados*. v. 21, n. 61. São Paulo. Dez. 2007.

AMORIM, Carlos. *CV PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

AQUINO, Jania Perla Diógenes. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 3. n. 10. Out./nov./dez. 2010. p. 75-100.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. Tese de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

BORGES, Lázaro Thor. Na ditadura era diferente: dossiês inéditos da ditadura mostram que militares sabiam que políticos traficavam armas e drogas na fronteira. *The intercept Brasil*. Disponível em: theintercept.com.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Depoimento tomado junto a José Márcio Felício (Geleição) pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre tráfico de armas em 17 de maio de 2005*. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. Brasília, 2005.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*, Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

DIOGO, Pedro Nogueira Gonçalves. *O Cartel e o Comando: território e territorialidade no Cartel de Sinaloa e no Primeiro Comando da Capital*. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. repositorio.unb.br.

DUNCAN, Gustavo. *Más que plata o plomo: el poder político del narcotráfico en Colombia y Mexico*. Bogotá, Penguin Random House Grupo Editorial, 2014

FREITAS JUNIOR, Renato de Almeida. *Prisões e quebradas: o campo em evidência*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Curitiba, 2017.

JARA, Vladimir. *Beira-Mar en Paraguay: mafia, traición y muertes en la frontera*, Salpa, Asunción, 2003.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

LAMPE, Klaus Von. *Definitions of Organized Crime*. 2018. Disponível em: www.organized-crime.de.

LIMA, William da Silva. *400x1: uma história do Comando Vermelho*. ed. 3. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2016.

MANSO, Bruno Paes e DIAS, Camila Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Procedimento

- Investigatório Criminal nº 336/10, Presidente Venceslau, 09 set. 2013.
- MIRANDA, Anibal. *Crimen organizado en Paraguay*. Assunção: Editora Miranda e Associados, 2001. Disponível em: www.portalguarani.com.
- MIRANDA, Bernardo. PCC expande domínio em Minas e acumula regalias. *Jornal O Tempo*. Reportagem. 17 jan. 2017. Disponível em: www.otempo.com.br.
- MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Dossiê Crime, segurança e instituições estatais: problemas e perspectivas. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, out. 2011. p. 13-25.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Revista Lua Nova*. n. 79. São Paulo, 2010.
- PERNAMBUCANO DE MELLO, Frederico. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora A Girafa. 2013.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SACK, Robert David. *Human territoriality: it's theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SHIBUYA, Elisa Kayo. *Rastreamento da origem geográfica de amostras de maconha apreendidas nas ruas de São Paulo, por meio de assinaturas químicas*. Tese de doutoramento Ciências na área de Tecnologia Nuclear — Materiais, Universidade de São Paulo, 2005.
- SILVESTRE, Giane. “*Enxugando iceberg*”: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: repositorio.ufscar.br.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Resumo:

Este ensaio tem como objetivo discutir o processo através o qual o Primeiro Comando da Capital se lançou em um processo expansivo em direção a contextos espaciais até então inóspitos à facção, situados, essencialmente, na porção interiorana e fronteira do centro-sul do país. Nesse esforço analítico são analisados diversos conteúdos (acadêmicos e jornalísticos) produzidos sobre a facção, além de material elaborado pelo próprio grupo. Constatou-se ao final que a empreitada do grupo em transcender seu espaço de origem (aqui definido com urbano-prisional) e se apropriar de novos espaços em contextos diversos (aqui definidos como interiorano-fronteiriços) foi, em geral, bem-sucedida, ainda que certas limitações tenham se imposto à atuação do grupo nesse percurso.

Palavras-chave: Crime organizado; território; Primeiro Comando da Capital.

Abstract:

This essay aims to discuss the process through which the First Command of the Capital launched an expansive process towards spatial inhospitable contexts, situated essentially in the countryside and border portions of the center-south of Brazil. In this analytical effort, various contents (academic and journalistic) produced about the PCC are analyzed, in addition to material prepared by the group itself. At the end, it appears that the group's endeavor to transcend its space of origin (here defined as urban-prison) and to appropriate new spaces in different contexts (here defined as countryside-border) was, in general, successful, although certain limitations have been imposed on the group's performance along this path.

Keywords: Organised crime; territory; Primeiro Comando da Capital — First Command of the Capital.

Recebido para publicação em 15/06/2022.
Aceito em 11/10/2022.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



“Madrinhas”, “cunhadas”, “irmãs” e “peregrinas”: o encarceramento de mulheres e as dinâmicas do Primeiro Comando da Capital (PCC)

Rosângela Teixeira Gonçalves

Universidade Federal do ABC, Brasil

 0000-0002-7685-4307

rosangela.teixeira@ufabc.edu.br

Introdução

No Brasil, mesmo com um considerável avanço na última década,¹ a maioria das pesquisas sobre o Primeiro Comando da Capital — PCC e o Comando Vermelho — CV, continua a investigar a atuação exercida pelos homens, enquanto os papéis desempenhados

¹ No que diz respeito à presença e participação de mulheres em organizações criminosas, foi possível identificar as pesquisas desenvolvidas por Antunes (2017), Bumachar (2016), Gonçalves (2017), Lima (2013), Padovani (2015).

pelas mulheres nas organizações criminosas² permanecem nas sombras dos estudos e políticas públicas.

Supostamente, a relativa invisibilidade das mulheres nos debates sobre o crime organizado é um produto da percepção geral destas como apêndices de seus companheiros. Entretanto, ignorar que as mulheres desempenham funções nas organizações limita uma compreensão abrangente e não traz uma imagem completa do fenômeno.

Portanto, o presente artigo, fruto da pesquisa de doutorado desenvolvida pela autora, traz para a reflexão, narrativas que apresentam a dimensão das dinâmicas estabelecidas pelas mulheres em três diferentes unidades prisionais femininas do estado de São Paulo e que perpassam as relações com o PCC, evidenciando as diferentes posições que as mulheres ocupam, bem como a natureza dos vínculos, das conexões e os pontos de contato na organização.

No estado de São Paulo, desde o ano de 2010, o pesquisador que tem como objeto de estudo o sistema prisional deve submeter seu projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretária de Administração Penitenciária (CEP/SAP). Com o objetivo de realizar entrevistas com as mulheres em cumprimento de pena, encaminhei o projeto de pesquisa para a apreciação, que resultou em um parecer positivo, após um ano de trâmites, devoluções e ajustes.

Posteriormente a realização de reuniões com as equipes diretivas das unidades prisionais, foi possível entrevistar trinta e cinco mulhe-

² Conforme apontam Salla e Teixeira (2020) a maioria dos trabalhos no campo das ciências sociais sobre crime organizado, ficam limitados a fenômenos relacionados à criminalidade capturada pelo sistema penal, articulada ou não ao comércio de drogas, de roubos e, sobretudo os grupos que se formaram na prisão nas últimas décadas. O presente artigo compreende o fenômeno do crime organizado a partir de uma análise sociológica do fenômeno, partindo da definição proposta por Guaracy Mingardi (2007), que mobiliza a noção de mercados criminais e a relevância das conexões com o Estado, superando a percepção que apresenta o crime organizado como antagonista ou concorrente com o Estado.

res, *sapatões*, homens e mulheres transexuais em três diferentes penitenciárias, localizadas no estado de São Paulo. Optou-se neste trabalho por identificar as unidades nas quais a pesquisa foi realizada através das siglas Penitenciária Feminina I — PI, situada na zona da Alta Paulista, inaugurada no ano de 2001, fez parte do chamado Plano de Expansão³ das unidades femininas da SAP, Penitenciária Feminina II-PII, localizada na capital paulista, diferenciava-se das demais por possuir um pavilhão que custodiava majoritariamente mulheres estrangeiras e a Penitenciária Feminina III, também localizada na capital, sendo essa a maior penitenciária feminina da América Latina, cuja gestão do cotidiano, no momento das entrevistas, estava sob o domínio do PCC.

Nas três penitenciárias as entrevistas buscaram apreender nos discursos, as representações sobre as unidades, realizada pela direção, administração, grupos de mulheres presas e os eventuais acordos entre a administração da unidade e as lideranças do Comando. O que as narrativas das trinta e cinco entrevistadas, que vivenciavam os dias e as noites dentro das celas e entre os muros e as grades das prisões apontaram é que suas trajetórias, relações e conexões estabelecidas com as dinâmicas do PCC são múltiplas e diversas. Histórias e vidas marcadas pela interseccionalidade de gênero, cor, classe social, idade, que se fazem e se fizeram possíveis, dentro e fora do cárcere impactando diretamente o cotidiano e as relações estabelecidas com

³ Inaugurada no ano de 2011, fez parte do que foi chamado pela SAP de “Plano de Expansão”, para a construção de penitenciárias femininas, com o objetivo de gerar novas vagas, frente ao aumento do número de mulheres encarceradas no estado. No ano de 2008, a SAP anunciou a construção de oito unidades penitenciárias para serem entregues em 2009, projetadas para o que o que foi chamado de “necessidades femininas”. O custo orçado das unidades possuía o valor de 34,4 milhões e tinham capacidade para 768 presas, com 660 vagas no regime fechado e 108 vagas para o semiaberto.

as administrações penitenciárias, com as agentes, com as companheiras de cela, com as *irmãs*, os *setores*, *as cunhadas*, *as peregrinas*, *os sapatões etc.*

Para garantir o sigilo das mulheres entrevistadas, a identificação das narrativas será realizada através do uso de nomes fictícios, sendo ressaltadas suas principais características, de forma a sem revelar suas identidades, possibilitar que os leitores compreendam a produção de suas interpretações sobre o cotidiano nas unidades penitenciárias pesquisadas.

A pesquisa teve como objetivo analisar e compreender se os procedimentos do PCC, construídos a partir da hegemonia masculina, quando acionados no cotidiano das penitenciárias femininas, acabam por intensificar a opressão e ou a violência ou se conferem um caráter de representação e de legitimidade na defesa de direitos da população de mulheres presas. A análise também buscou investigar os *batismos*, interditos para o *batismo*, as punições, principalmente no que diz respeito à orientação do afeto e da sexualidade, com o objetivo de compreender os impactos no cotidiano das prisões. Para o presente artigo, foram trazidas reflexões acerca de como são estabelecidas ou negociadas, as relações dentro das diferentes unidades penitenciárias a partir das posições ocupadas pelas *irmãs*, *cunhadas* e *guerreiras* e com os membros do sexo masculino do PCC, os *irmãos*.

“Madrinhas e batismos”

Foi após a segunda megarrebelião, no ano de 2006, que o PCC deu início ao *batismo* de mulheres interditando naquele momento, as *cunhadas*, mulheres casadas ou que mantinham relações com os *irmãos* e as que estabeleciam vínculos e laços de afeto com pessoas do mesmo

sexo.⁴ Nos últimos dez anos, com o crescimento do número de mulheres presas, o PCC passou ampliar os convites para o *batismo*, com o intuito de organizar o cotidiano, as relações e as regulações dentro das unidades prisionais, como por exemplo, a proibição do consumo de *crack* e a gestão dos corpos, cujo convívio não é permitido na mesma penitenciária.⁵

A escolha e o convite dos homens e mulheres para incorporar a organização através do *batismo* têm como responsabilidade os *padrinhos* e *madrinhas*, que realizam a indicação e que irão acompanhar e se responsabilizar pelas ações e decisões tomadas pelos integrantes. No caso da indicação de novos *irmãos*, o *padrinho* deve ser necessariamente um membro já batizado para poder indicar o novo membro (DIAS, 2013). Enquanto que para as mulheres, a pesquisa constatou que existem diferenças substanciais no que tange a figura da *madrinha*.

As madrinhas podem ser *irmãs batizadas*, como também mulheres com uma *caminhada*,⁶ ou seja, com uma trajetória no *mundo crime*,

⁴ Dentro do sistema prisional, são denominadas como *entendidas* mulheres que usam vestimentas lidas como masculinas, mas mantêm seus cabelos compridos, são referenciadas no feminino e se autoidentificam no feminino, entretanto, assumem posturas e têm gestos tidos como masculinos e, assim como os *sapatões*, suas performances nas relações são socialmente vinculadas ao masculino. E são designadas de *mulheríssimas* as que apresentam atributos marcadamente femininos, tanto nas vestimentas, quanto na estética, cabelos compridos, maquiagem, brincos e nas relações erótico-afetivas, sensualidade e passividade (ANTUNES, 2017).

⁵ São denominadas de “coisas” as mulheres que cometeram infanticídio, ou seja, o assassinato de crianças, de familiares como pais e mães ou o aborto, cuja presença não é permitida na mesma unidade prisional que ocupam as demais mulheres.

⁶ Padovani (2018) conceituou a caminhada como sendo o termo que faz referência à vida pregressa, utilizada tanto pela polícia como pelos dos ladrões. Por caminhada entende-se ainda o caminhar, o ato de correr junto com alguém que está preso ou dentro da prisão, no castigo. “Caminhar junto: levar comida, mandar cartas, visitar, conversar, acompanhar o companheiro, a companheira de cela, a amiga, a namorada, a esposa, durante a pena. Alguém que envia cartas, jumbo,

que não tenham passado pelo ritual de *batismo*, ou *cunhadas*, mulheres que mantém vínculos e relações de afeto com *irmãos*, membros *batizados* na organização.

Como exemplo da diferença entre as figuras dos *padrinhos* e das *madrinhas*, uma das interlocutoras da pesquisa, Margareth, 33 anos, branca, mãe de cinco filhos, presa há cinco anos na PIII, unidade penitenciária em que a gestão era realizada pelo Comando, exemplificou o caso de uma *madrinha*, acusada de cometer mais de dez homicídios e de pertencer ao que foi chamado de *PCC de Saias* pela imprensa, condenada a 90 anos de prisão e que mesmo sem ser *batizada*, teria uma “capacidade para além do Comando”.

Ela não se batizou, mas é uma *madrinha*. Só que armaram pra ela, aí ela foi excluída de dentro da cadeia, agora ela tá em Tremembé, agora ela foi pra igreja. Ela ajudava muito, não deixava ninguém tomar pau, as meninas tava devendo e ela ia lá chorar, colocava escola de samba aqui pra dentro. As *irmãs* escutavam, ela tinha uma capacidade pra além do Comando. (Margareth, 33 anos, branca, presa na PIII).

A *madrinha* que possui uma *caminhada*, ou seja, uma trajetória reconhecida no *mundo do crime*⁷ é necessariamente uma figura respeitada entre a *massa*, e a sua indicação é considerada como um privilégio para a nova integrante do Comando. Como aponta Dias (2013),

ou faz visitas, está no pedal, no corre, pedalando, correndo juntos”. (PADOVANI, 2018, p. 87).

⁷ Para José Ricardo Ramalho (2008), em “Mundo do Crime: a ordem pelo avesso”, aponta que na prisão o mundo do crime e o mundo do trabalho, aparecem enquanto uma oposição de fundamental importância. A figura do nato corresponde àquele que apresenta os atributos de quem fez a opção pelo mundo do crime, ou seja, a figura do delinquente, em oposição a aqueles que atribuem sua passagem ao acaso. A figura do *malandro*, no mundo do crime, era uma das principais e dizia respeito à experiência, ao conhecimento e às regras de procedimentos. Estar no mundo do crime significava estar legitimado, em razão das acusações e infrações aos códigos e à legislação.

os *padrinhos* conferem um grau de credibilidade, diante da confiança que depositam no afilhado e na relação estabelecida com a organização. Caso os afilhados dos *padrinhos* e *madrinhas*, contraíam dívidas ou sejam excluídos, aqueles que fizeram a indicação, de acordo com o dicionário disciplinar, ficam necessariamente durante o período de um ano, sem poder realizar a indicação de novos indivíduos para o batismo.⁸

Moreira (2015) apontou que os núcleos familiares ultrapassam os limites da vida social básica, resultando em organizações políticas e em produções materiais. As relações de compadrio são resultado na maior parte das vezes, da cerimônia de batismo, segundo as primeiras constituições do arcebispado no Brasil. Aos padrinhos cabia a garantia de assessorar os afilhados na fé cristã, o que com o passar dos anos extrapolou a religião, passando a significar proteção e trocas de favores. A autora assinala para os ganhos adicionais das escolhas daqueles que seriam os compadres, as inúmeras possibilidades e obrigações, resultantes da instituição de compadrio, na qual tantos os padrinhos, os afilhados e os pais, poderiam se beneficiar mutuamente, cabendo a cada um, distintos papéis na manutenção de uma instituição de vínculo. Segundo a autora, a presença das *madrinhas*, não se faziam presentes com frequência nos batismos, sendo por vezes comum a figura de dois padrinhos e de nenhuma *madrinha*.

Ou seja, historicamente, no Brasil, a família que incluía relações simbólicas como afinidade, quando se contraía o parentesco através do matrimônio, une também através do parentesco simbólico, como as relações de compadrio. Tanto as primeiras quanto as últimas podem estar relacionadas a interesses comuns, que ligam as famílias a redes

⁸ Item 45 do Dicionário Disciplinar, punição por afilhado: Quando o afilhado é batizado no salve, e se for excluído por dívida particular, o padrinho fica um ano sem batizar, se for dívida com o Comando o padrinho toma 90 dias.

amplas de clientelismo, como trocas e favores (MOREIRA, 2015).

No PCC, o compadrio passou a ser estendido para as famílias que se formam dentro, ao redor e através dos muros da prisão, formando a *família original*, a *família 15:33*, na qual os *irmãos* e as *irmãs*, convidam um novo integrante e formam com o novo membro, um elo. De acordo com Dias (2013), é o *padrinho* quem irá se vincular a pessoa convidada para fazer parte da organização, sendo ele, quem irá avaliar a capacidade do indicado pertencer ao Comando, constituindo-se enquanto o seu fiador.

Dias (2013) e Biondi (2010) apontam como características e qualidades fundamentais para que os homens sejam indicados para integrar o *Comando*: a capacidade de oratória, articulação, negociação, planejamento e reflexão, sendo esses elementos imprescindíveis para o convite. No contexto das relações estabelecidas no *mundo do crime*, a disposição de todas essas características, associadas à capacidade de antecipar movimentos, é chamada de “*visão*”. Biondi (2018) define um “*ladrão de visão*”, como sendo aquele que percebe e avalia movimentos, situações, traça estimativas de configurações futuras, é capaz de expressar-se bem, assim como de argumentar, sendo ainda, na maior parte das vezes, inteligente e bem informado.

No que diz respeito aos atributos necessários para que uma mulher possa ser convidada para ingressar nos quadros da organização como *irmãs* foram mencionadas a importância de uma “*caminhada no mundo do crime*”, ou seja, uma trajetória de feitos e a disposição e a ausência de temor para o cometimento de crimes, o que leva a respeitabilidade entre os pares. Além desses atributos é indispensável uma conduta ilibada e honesta em relação aos fundos da organização, além da capacidade para dialogar com a população e com a direção, os diretores de disciplina, agentes prisionais, entre outros atores.

Porque hoje em dia se você entrar na cadeia e for uma mina malandra que souber trocar ideia você vai ser convidada pra ter um papel. Se você é uma mina malandra, que tem uma visão você recebe o convite, eu já recebi o convite, pra entrar na irmandade, pra gente tá se unindo, pra gente ser grandes (Margareth, 33 anos, branca, presa na PIII).

O procedimento do *batismo* para as mulheres dentro do sistema prisional é diferente do que ocorre quando elas estão em liberdade. A “*rua é campo aberto*”, em oposição à prisão enquanto “*campo fechado*”, foi à elucidação de Margareth, quando falava sobre o processo, para explicar o porquê à quantidade de trâmites burocráticos serem maiores do que nas ruas. Dentro da prisão, após a indicação para o *batismo*, são reunidas informações sobre a vida pregressa da mulher, com o intuito de analisar a conduta e a caminhada, fora da unidade prisional. Questionamentos como “*com quem você andava e com quem você falava*”, são inventariados para verificar a possibilidade de ingresso na organização.

A lista de perguntas que vão compor o relatório colhido foi identificada durante a interceptação de uma investigação⁹ e serão trazidos aqui, levando em consideração as ressalvas que devem ser feitas ao material, fruto de uma operação policial.

Pergunta 1: Os *irmãos* e *irmãs* fizeram o convite para fazer parte do Primeiro Comando da Capital, vai aceitar de corpo, alma e coração?

Pergunta 2: Leu todo o Estatuto, do 1º ao 18º item e teve o entendimento da ideologia e da disciplina do Primeiro Comando da Capital?

Pergunta 3: Já fez parte de alguma gangue, quadrilha ou de outra facção?

Pergunta 4: Já fez uso de pasta base, de crack ou de outra droga

⁹ Operação Flashback.

proibida?

Pergunta 5: Já segurou algum tipo de flagrante que não era seu dentro do sistema ou na rua ou cobrou algum valor em dinheiro para benefício próprio?

Pergunta 6: Já teve algum envolvimento com pessoa do mesmo sexo ou ato de homossexualismo?

Pergunta 7: Os padrinhos te passaram total entendimento dos trabalhos implantados pela família?

Pergunta 8: Já fez alguma caminhada que fere a ética do crime e que possa desabonar a trajetória dentro do Comando?

Pergunta 9: Já foi conduzido a algum prazo particular ou a algum arame da família?

Pergunta 10: Está ciente das guerras que o PCC vem enfrentando com as facções inimigas?

Pergunta 11: Sabe quem são seus inimigos?

Após o extenso inventário, uma espécie de relatório é elaborado a respeito da vida da indicada, existindo, portanto, a necessidade de comunicação com o exterior da prisão. Esse processo pode levar entre dois e três meses, o que faz com que o *batismo* dentro do cárcere seja um processo moroso, em comparação com o processo que se dá fora dele, cujo ritual ocorre em um menor tempo.

Após findar o recolhimento das informações, a candidata deve ler o estatuto, concordar e assinar, dando ciência que conhece as regras e os procedimentos do PCC. Em seguida, o termo de *batismo* é encaminhado para a *torre*¹⁰ e pode levar mais alguns meses para regressar a

¹⁰ Nas etnografias de Biondi e Feltran a *torre* é definida como uma posição política relacional existente no PCC e que não pode ser confundida com a posição de chefia ou de gerência, que não corresponde a um modelo piramidal de organização (BIONDI, 2018). A *torre* foi considerada por Varella (2017) como um tribunal de segunda instância, geralmente é formada por *irmãos*, homens presos em diferentes penitenciárias, que são encarregados de ouvir as partes, testemu-

resposta, que pode ser negativa ou positiva.

“As irmãs”

Conforme Varella (2017) e reiterado em outros trabalhos (DIAS, 2013; PADOVANI, 2010) as *irmãs* acabam atuando, como uma instância decisória nos pavilhões, semelhante a juízas, tendo autonomia para resolver desentendimentos e questões cotidianas. São definidas como um tribunal de primeira instância, pois caso a demanda seja considerada mais complexa, muitas vezes o caso é encaminhado através de um celular, para a “*sintonia*”, espécie de tribunal de segunda instância formado por presos do sexo masculino, que exercem liderança sobre um determinado território (PADOVANI, 2010).¹¹ Para Yara, 37 anos, parda, mãe de dois filhos, presa há dez anos, filha de pai *batizado* no PCC, que cumpria pena na PIII e que trabalhava no momento da entrevista no setor da *mudança*,¹² a *irmã* tem como uma das funções responsabilizar-se pela conduta das mulheres presas, no cotidiano da unidade prisional.

Se tiver uma irmã em um pavilhão ela vai cuidar de 300 presas, imagina na rua, quanto não vai ter pra ela cuidar. A gente fala cuidar, porque se for ver mesmo as *irmãs* e o *setor* é quase uma babá, né?

nhas, chegando à deliberação, no caso dos debates e dando ou não o aval para as batizadas que terão a suas vidas escrutinadas.

¹¹ De acordo com uma das mulheres entrevistadas, os debates que envolviam dívidas, estupro e violência eram discutidos em conjunto, chegando a existir momentos em que eram levados para uma instância superior. Segundo ela existe uma hierarquia, sendo necessário que o debate prosseguiu para a para a “torre”, envolvendo os *irmãos*.

¹² Na PIII, as mulheres responsáveis pelo setor da “*mudança*” e da “*inclusão*”, eram as responsáveis por identificar qual o local que a ingressante iria passar o período dentro da prisão, o que variava de acordo com as pessoas e as relações estabelecidas fora dos muros da prisão e também dentro, caso aquela que cruzava as grades já tivesse sido presa.

(Yara, 37 anos, parda, cumprindo pena na PIII).

Durante sua pesquisa, Padovani (2010) afirmou ter escutado por mais de uma vez que uma das principais atribuições das *irmãs*, era a de “*cuidar da vida das bandidas*”, cuidado esse que por vezes recai sobre a vida sexual das mulheres presas, seja relacionado ao envolvimento com os homens do Comando ou com mulheres. Outras definições a respeito das *irmãs* identificadas pela autora e que carregavam uma carga pejorativa, diziam respeito às posições ocupadas pelos homens e pelas mulheres no PCC, como por exemplo, “*as irmãs são as lagartixas dos irmãos*”.

Nas três diferentes unidades prisionais em que a pesquisa foi realizada, existia em cada pavilhão, a figura de uma *disciplina*.¹³ Na PIII¹⁴ unidade que possui três pavilhões, existia, portanto, três *disciplinas*, que tinham como responsabilidade cobrar o respeito às regras vigentes nos estatutos como a proibição da entrada do crack, evitando a ocorrência de brigas, a fabricação de armas, discussões, agressões físicas, extorsões, reprimindo ações que podiam vir impactar a ordem (VARELLA, 2017).

A *irmã*, que tem o papel de “*sintonia*” é quem recebe o *salve*,¹⁵ co-

¹³ De acordo com Dias (2013) *piloto, disciplina ou palavra* são postos de liderança locais dentro do PCC, dentro das unidades prisionais, determinados bairros ou comunidades dominadas pela organização. É a autoridade máxima no local ou na região e tem como função manter a disciplina a partir das ordens do Comando.

¹⁴ Durante o trabalho, optou-se por identificar as penitenciárias nas quais a pesquisa foi realizada através das siglas PI (Penitenciária Feminina I localizada na região oeste do estado), PII (Penitenciária Feminina II localizada na capital) e PIII (Penitenciária Feminina III, também localizada na capital), com o objetivo de garantir o sigilo das mulheres entrevistadas, cujos perfis, podem vir a ser identificados, assim como o corpo técnico de psicólogos, assistentes sociais e Agentes de Segurança Prisional (ASPs), que contribuíram para a presente pesquisa. Também foram omitidos os nomes de todas as entrevistadas para a presente pesquisa, que foram identificados através do uso de nomes fictícios.

¹⁵ De acordo com Dias (2013) *piloto, disciplina ou palavra* são postos de liderança

municado transmitido através do celular pela figura do *sintonia geral* das *cadeias*, função ocupada por um *irmão*. Para controlar a conduta de cada mulher que ocupa as posições nos *setores*, é escalada uma *irmã* por pavilhão e é de sua responsabilidade a escolha daquelas que vão ocupar as vagas na faxina, saúde, elétrica, horta, requisição, boia, assistência social, jurídica e cozinha, essa última quando está sob a responsabilidade das mulheres presas (VARELLA, 2017).

Na PIII, Margareth, 33 anos, interlocutora da pesquisa afirmou que existia ao menos uma *irmã* por pavilhão, sendo naquele momento o total de doze *irmãs* em toda a unidade. “*Tem duas no ímpar, no par tem três, no dois tem quatro e no três tem três, são doze, é um número pequeno, mas é um número forte, que consegue tocar*”. Os nomes das mulheres indicados para ocupar as vagas nos *setores*, que correspondem às funções de manutenção do cotidiano da unidade, necessariamente partem da *irmã* “o setor do pavilhão é o setor da *irmã*, então a *irmã* escolhe e a *polícia* acata”, ela explicou quando questionei se todos os nomes indicados pela *irmã* eram aceitos pela direção da unidade prisional.

Dráuzio Varella (2017) detalhou que para trabalhar nos *setores*, as mulheres devem ter comportamento exemplar, como por exemplo, “não podem bater boca com ninguém, faltar ao respeito com as companheiras e funcionárias ou desobedecer às regras de convívio apreciadas pela facção” (VARELLA, 2017, p. 129).

Necessariamente toda *irmã* é *setor*, ou seja, todas estão registradas como um *setor* na unidade prisional e recebem pela função exercida através da Mão de Obra Indireta — MOI.¹⁶ Entretanto, não são todas

locais dentro do PCC, dentro das unidades prisionais, determinados bairros ou comunidades dominadas pela organização. É a autoridade máxima no local ou na região e tem como função manter a disciplina a partir das ordens do Comando.

¹⁶ As pessoas em cumprimento de pena no estado de São Paulo recebem um salário,

as *irmãs*, que exercem a função na qual está registrada, podendo optar por trabalhar ou não na atividade designada.

Na planilha as *irmãs* estão registradas como setores normais, a que mora comigo, ela tá registrada como boieira, ela exerce no café da manhã e na janta, ela gosta assim. Tem umas que fazem, se eu falar que todas que fazem é mentira. Tem umas que aproveitam e não fazem (Yara, 37 anos, parda, cumprindo pena na PIII).

Algumas *irmãs* recebiam além do MOI, um auxílio mensal do PCC para exercer a função, que foi mensurado como sendo de R\$300,00 no ano de 2018. E, em liberdade, não necessitavam pagar a “mensalidade” ao Comando, pois de acordo com Margareth, que já tinha sido casada com um *irmão*, a organização compreende que “são mães de família que deixaram tudo, pra tá fazendo o corre, não tem que pagar”. Já outra interlocutora questionou a cobrança das mensalidades, feita às mulheres em liberdade. “Você vai ter que pagar pra ser malandra, pra ser bandida? Na cadeia não, na rua paga R\$600,00”.

Dias (2013) apontou que na primeira fase do Comando existia a obrigatoriedade de os *irmãos* presos pagarem uma taxa mensal ao PCC. No ano de 2013, após a reestruturação do Comando a obrigatoriedade do pagamento por aqueles que estavam presos, foi abolida e a cobrança passou a ser considerada como extorsão. Para os *irmãos* que estão fora do sistema prisional, o pagamento da mensalidade é um elemento central e deixar de fazê-lo pode acarretar em punições e até na exclusão definitiva dos quadros da organização. De acordo com a autora, o pagamento dessa taxa¹⁷ é o único compromisso financeiro

do qual 10% são retidos em conta pecúlio para utilização quando saírem em liberdade e até 25% fica para o MOI, que se consiste em um rateio para garantir o salário aqueles que atuam em serviços no interior da unidade prisional, como nas cozinhas, lavanderia e manutenção. Fonte: Fundação de Amparo ao Preso ressocializa detentos através do trabalho.

¹⁷ No período em que Dias (2013) fez a pesquisa, a taxa variava entre R\$600,00 a

que os *irmãos* têm com o Comando.

Diante de tais assimetrias, é possível afirmar que ao serem os homens que alimentam o *caixa* do Comando, através das mensalidades, confere-se aos *irmãos*, um capital simbólico e econômico, o que de acordo com uma das interlocutoras, torna-se uma estratégia para “aumentar a família, a mulher ganha um dinheirinho e o homem paga”, o que possibilitaria assim, aos homens demandar e ordenar serviços das *irmãs*, que recebem pelo exercício da função. Conforme aponta Federici (2019), historicamente os homens, graças ao seu salário conquistaram o poder de supervisionar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, como também de usar as mulheres como serviçais e de puni-las. Diante do poder monetário e dos relatos das interlocutoras, pode-se afirmar que os *irmãos*, fazem uso do trabalho das *irmãs*, dentro das penitenciárias femininas.

A pesquisa também identificou que assim como o *batismo*, a inserção na folha de pagamentos do Comando, também leva algum tempo. “Algumas recebem, algumas não, demora um pouco pra sair. Passa pra *final*, a *final* passa pro *caixa* e o *caixa* passa pro *resumo*, até chegar aqui tem um tempo”¹⁸ (Margareth, 33 anos, branca presa na PIII), o que por vezes impacta na manutenção das mulheres dentro do cárcere.

Durante a realização da pesquisa foi possível verificar a existência, na penitenciária III, unidade considerada como estando sob o domínio do PCC, dois diferentes perfis de *irmãs*, mulheres *batizadas* no PCC, que serão apresentados aqui, na forma de tipos ideias. O conceito de tipo ideal em Weber (1992) busca apresentar um objeto em

R\$1500,00, não sendo possível precisar o montante atual.

¹⁸ Segundo ela uma das mulheres com quem conversei no ano de 2018, as irmãs recebiam R\$300,00 de auxílio financeiro do PCC, enquanto estão dentro da unidade e quando em liberdade não necessitam pagar a “mensalidade ao Comando”, pois “são mães de família, que deixaram tudo, pra tá fazendo o corre, não tem que pagar”.

sua forma pura, com o intuito de compreender aspectos do fenômeno social, a partir de uma maior ou menor aproximação. Uma das principais características do tipo ideal, é que enquanto tipo puro, ele não corresponde à realidade, mas pode auxiliar na compreensão de um fenômeno sociológico.

O primeiro perfil diz respeito às mulheres mais jovens que são batizadas dentro da prisão, consideradas como tendo o perfil para integrar a organização são convidadas por uma *madrinha* para serem *batizadas*. São geralmente denominadas pelas mais velhas, filhas, esposas ou parentes de homens batizados no PCC, de “*novinhas*” ou “*emocionadas*”. Em tese seriam mulheres que não compreenderiam ao certo como a organização funcionava e estariam iludidas com a ideologia do PCC.

Padovani (2018) também identificou em sua pesquisa que existiam as que se denominavam como a “*velha guarda do crime*” e que afirmavam não estar gostando dos rumos que as “*meninas novas*” estavam tomando e se posicionavam como antagônicas ao pavilhão conhecido como o QG do PCC, local em que estavam as “*novinhas batizadas*”. Em suas falas, a autora identificou uma marcação geracional do crime, que também foi possível observar nos diálogos com as mulheres entrevistadas na presente pesquisa.

Suárez e Sousa (2016) refletiram sobre o pensamento dual, que caracteriza o caráter hierárquico nas relações entre homens e mulheres, a partir das palavras que definem os sexos e que são sustentadas por uma relação dicotômica. As autoras citam como exemplo, termos como superior, racional, forte que são relacionados aos homens e as mulheres, termos como emocional, inferior e fraco que são formados através da reprodução de um ideal patriarcal. A mulher enquanto inferior, fraca e dotada de emoção é uma percepção socialmente cons-

truída e quando desconstruída possibilita a participação e a ação no cenário político (BOURDIEU, 2012). As mulheres não estão eximidas de atitudes e práticas machistas, considerando que o machismo é presente na formação dos indivíduos e nas instituições sociais, como a família, a escola e a imprensa (OLIVEIRA; MAIO, 2014). Portanto, não é possível acreditar que no *mundo do crime* e dentro das instituições prisionais a reprodução do machismo esteja erradicada, o que permite atentar para a desqualificação das *irmãs*, que optaram pelo *batismo*, sem uma trajetória anterior no *mundo do crime*, como sendo, uma decisão guiada pela emoção, ao invés da razão.

Outro perfil identificado através das narrativas foi o das mulheres que buscavam ingressar através do *batismo* no PCC, para aferir capital social¹⁹ ou financeiro dentro da prisão. Bourdieu (2012) foi quem primeiro fez uma análise sistemática do conceito de capital social, o definindo como um agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou de reconhecimento mútuo ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis.

Assim como o perfil anterior, essas mulheres acabavam não sendo tão respeitadas pela população, quanto às *irmãs*, que possuíam uma trajetória anterior junto à organização. Por vezes, uma *madrinha* poderia ser mais respeitada do que uma *irmã*, afinal, a *madrinha* é quem possui uma conexão com o Comando, e é quem faz a indicação para

¹⁹ Segundo Portes (2000) o conceito de capital social não incorpora uma idealização verdadeiramente nova, estando presente tanto nas teorias de Durkheim como em Weber. A inovação do conceito de capital social vai incidir sobre as consequências positivas da sociabilidade, e chama a atenção para o fato de que as relações não monetárias podem ser fontes importantes de poder.

os *irmãos*, das futuras *irmãs*.

Tem uma *irmã* que chegou aí que não tem nada, que não tinha nem sabão em pó pra lavar, fica o dia inteiro, querendo conduzir a vida do próximo. Não sabe de nada, coitada, pegou o papel tem 2 meses, tá querendo mostrar serviço (Margareth, 33 anos, branca, presa na PIII).

Existiam também, as mulheres que foram batizadas fora do sistema prisional, mulheres que estavam presas há muitos anos ou que tiveram mais de uma passagem pela prisão. Geralmente são mais velhas, ou seja, fazem parte de outra geração e possuem uma “caminhada no mundo do crime”. Essas *irmãs* foram consideradas como sendo as “que estão pela população”, ou seja, que dialogam com as instâncias responsáveis da administração com o objetivo de auxiliar as mulheres que estão cumprindo pena, sendo ouvidas e respeitadas pela *massa*.

E, por fim, as *cunhadas*, mulheres casadas com *irmãos*, que mais recentemente passaram a serem *batizadas*. Após o diálogo com diferentes interlocutoras, foi possível constatar que o convite para o *batismo* das *cunhadas* anteriormente proibido, passou a ser realizado após o Comando identificar que existia um número reduzido de mulheres que possuíam as características consideradas como necessárias, ou seja, fossem heterossexuais, conhecessem os procedimentos do PCC e tivessem uma *caminhada no mundo do crime*²⁰.

Sempre teve bastante casal, mas foi aumentando cada dia mais, já teve até uma vez que o comando pediu pra batizar algumas meninas e não tinha quem batizar, que era tão poucas as que podiam e as que podiam também não queriam. (Yara, 37 anos, presa na PIII).

²⁰ Não foi possível precisar com exatidão o momento exato em que teve início o batismo das *cunhadas*.

De acordo com uma das interlocutoras, ainda que a *cunhada* e o *irmão* estejam casados, para que o ingresso da nova *irmã* no Comando seja autorizado às *caminhadas* são analisadas de maneiras distintas “o *irmão* tem uma história e uma caminhada diferente da *cunhada*, *irmã batizada*”. Entretanto, é prezado que o casal esteja em *sintonia*, ou seja, que ambos possuam uma caminhada íntegra, de acordo com os procedimentos do Comando “a sua história, é a sua caminhada, não adianta um ter uma caminhada correta e a outra falhar, é cobrada igual”.

É importante ressaltar aqui, que ainda que nos últimos anos tenha aumentado o número de *irmãs*, continuam sendo os homens que ocupam as posições finais do Comando. Portanto, uma *irmã* que esteja casada com um *irmão* estará mais próxima das instâncias de resolução final, do que outras mulheres *batizadas* que não nutram as mesmas relações, o que pode impactar nas dinâmicas que envolvam os debates dentro das penitenciárias femininas.

Peregrinas

Peregrina é o nome dado às mulheres que chegam à unidade prisional sem recursos financeiros, que não recebem o *jumbo* e que não dispõem de trabalho, ou seja, mulheres que enfrentam dificuldades para sobreviver na prisão. Para que não vivam apenas dos poucos produtos que são entregues mensalmente pelo Estado e da alimentação fornecida pela unidade prisional, as mulheres próximas ao PCC organizam o que é chamado de “*ajuda às peregrinas*”. As mulheres que ocupam os *setores* são responsáveis por mensalmente arrecadar junto à *massa* rolos de papel higiênico, sabonetes, giletes, absorventes e redistribuir para as que necessitam e nos dias de visita, salgados ou lanches são ofertados para quem não recebe *jumbo*.

Eu sou peregrina, não tenho visita, não tenho nada. Outro dia mesmo fizeram uma arrecadação aqui pra ajudar as peregrinas, eu fui chamada, me deram papel higiênico, sabonete e pasta de dente. (Raíra, 70 anos, branca, presa na P1).

Raíra estava presa há 3 anos e três meses, residia anteriormente em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e foi apreendida no aeroporto, enquanto viajava com destino a Istambul, com uma grande quantidade de drogas. Dentro da prisão recebia ajuda de muitas mulheres, pois ela não recebia visitas, *jumbo* ou dinheiro no pecúlio. “Tenho muita ajuda das mulheres, tia, eu lavo sua roupa, tia, o que a senhora precisa no dia da compra e aqui no semiaberto também”. Diante da sua condição de *peregrina*, afirmou sentir-se protegida pelo Comando, “tem umas *irmãs* aqui, elas são muito protetoras, protege muita gente, eu me sinto protegida”.

No entanto, o auxílio às *peregrinas* pode chegar ao fim após alguns meses, caso o Comando identifique que não houve mobilização para encontrar trabalho, seja ele formal ou informal. Ou seja, a condição de peregrina pode ser algo transitório. Algumas mulheres carregam o título apenas por um período, enquanto outras, como as idosas que não podem ocupar as vagas de trabalho disponíveis em decorrência de problemas de saúde, acabam sendo consideradas como *peregrinas* enquanto durar o cumprimento da pena, recebendo o auxílio até o final da sua permanência na prisão.

A recusa ao *batismo*

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar mulheres que afirmaram terem recusado o convite para o *batismo*. O perfil das que não aceitaram tornarem-se *irmãs*, foi majoritariamente o de mulheres que estavam atuando no *mundo do crime*, junto ou próximas ao PCC, an-

tes mesmo da organização batizar as primeiras mulheres. Além das mulheres que já atuavam no *mundo do crime*, mulheres que foram casadas com *irmãos* e possuíam redes de contatos em outras unidades prisionais, ou com membros *batizados* fora ou dentro das unidades prisionais, chamado de “*meu pessoal*”. Diante da rede que conseguiam mobilizar de dentro do cárcere, acabavam na maioria das vezes optando por não se batizarem.

Em decorrência da respeitabilidade adquirida ao longo de sua trajetória, de possuírem capacidade narrativa e argumentativa ou ainda e das relações articuladas acabavam estando muito próximas às lideranças ou ocupando posições próximas às *irmãs*. A grande maioria fazia parte do *setor* e possuía o respeito do Pavilhão (BRITO; GONÇALVES; DIAS, 2019).

Para além do capital social mobilizado pelas mulheres, algumas das interlocutoras afirmaram a recusa em aceitar os procedimentos mobilizados no Comando dentro do cárcere para garantir a disciplina e o respeito aos procedimentos, como os espancamentos, agressões e até mesmo o assassinato. Além da discordância das técnicas de controle utilizadas, integrar o PCC deixa mais iminente a possibilidade de *bonde*, ou seja, a transferência para outras unidades prisionais, com o intuito de desarticular a atuação da *irmã*.

O *batismo*, ou seja, tornar-se *irmã*, faz com que a mulher se comprometa com diferentes dinâmicas do cotidiano da unidade prisional, sob o domínio do PCC. Essa responsabilidade acarreta ainda, os riscos da função, já que na maioria das vezes quem responde por um pavilhão inteiro frente à direção são as *irmãs*, que ficam mais suscetíveis a castigos e transferências para regimes mais austeros. “As meninas que é malandra que tem uma visão, não vai somar, porque não quer dor de cabeça”.

Além disso, outro fator mencionado para não aceitarem o *batismo*, foi o de ausência de possibilidades para deixar de atuar junto à organização, sendo, por vezes, mencionado que o único caminho possível é o da conversão na igreja.

Para sair é apenas pela *Bíblia*, porque no crime tem coisas que tem que fazer que não condiz com o caminho de Deus. Eu conheço, eu vi ser fundada. Eu não faço parte, nunca quis, porque eu não acho que é pra mim. Ou você sai de um jeito, ou você sai morta, né? (Anaya, 44 anos, parda, presa na PII).

O Regimento Disciplinar do PCC indica as ações que podem levar um integrante a ser excluído do *Comando*, existindo 45 situações listadas e suas respectivas punições e possibilidade ou não de retorno, sendo possível afirmar a partir da leitura do documento e das entrevistas realizadas, que exclusões são frequentes na organização.

Uma *irmã* pode vir a ser *sacada*, ou seja, retirada da posição em que se encontra, por algumas razões, como a desaprovação e o descontentamento da *massa* com a sua postura ou caso quebre alguma regra estabelecida, como por exemplo, se relacionar afetivamente com outra mulher.²¹ Outras razões como roubo ou o sumiço de dinheiro do caixa da organização,²² também podem levar a destituição e a depender da situação, até a morte. Portanto, a *irmã* pode retornar para a *massa*, e alguém que compõe a *massa* pode vir a ocupar a posição de *irmã*.

²¹ Item 27 do dicionário disciplinar: homossexualismo é quando mantém relação ou atos obscenos com pessoas do mesmo sexo. Punição: Exclusão sem retorno. Item 36 do dicionário disciplinar: Pederastia: Se caracteriza quando se pratica sexo com pessoas do mesmo sexo, difere do homossexualismo porque o praticante é ativo somente e não passivo.

Punição: Exclusão e é cabível cobrança com análise da sintonia.

²² Item 31 do dicionário disciplinar: Mão na cumbuca: É caracterizado quando rouba algo da organização, dinheiro, drogas, armas, etc. Trata de uma situação grave. Punição: exclusão e morte depende da situação com análise da Sintonia.

Eu já vi mulher entrar pro Comando e em dois meses tomar pau e sair. O poder sobe à cabeça, aí, ela vai pro caixa do Comando, ela vai ficar responsável por todo dinheiro que entra. Aí, quando você vai fazer a conta pra fechar e mandar, tá faltando lá, só que aí você esquece que há um tempo atrás você bateu na companheira. Tá faltando, aqui, vai lá nas ideias, “tá faltando, irmã: cadê nosso dinheiro? Dou 15 dias pra aparecer com o dinheiro!” Não apareceu com o dinheiro, tomou um pau e foi sacada do Comando (Margareth, 33 anos, presa na PIII).

Assim sendo, de maneira semelhante aos critérios de escolha, instituídos para o *batismo* dos homens na organização, para uma mulher dispor de capacidade argumentativa, conhecer os procederes e o estatuto da organização a coloca em posição de negociar, tanto com direções de unidades prisionais, tanto com *irmãos*, *torres* e outros membros do PCC, mesmo sem serem batizadas.

Contudo, é necessário não cair nas representações estereotipadas de gênero, retirando a agência das mulheres, frente aos diálogos, negociações e debates com homens pertencentes ao PCC. Através das entrevistas foi possível identificar que as mulheres são agentes nas relações que estabelecem com outras mulheres, com instâncias diretivas, representantes do Estado, *irmãos*, *torres* e *sintonias*. Portanto, não necessariamente, a organização criminosa que foi fundada por homens e que possui uma maior quantidade de homens em instâncias decisórias, que resistências não possam ser manifestadas por mulheres, batizadas ou não.

A recusa ao *batismo* pode ser interpretada como uma forma de antagonismo à dominação masculina, que se impõe diante de uma organização e de normas e documentos produzidos por homens, que buscam normatizar o cotidiano de uma unidade prisional feminina, bem como os comportamentos das mulheres custodiadas e as relações estabelecidas no mundo do crime.

A moral sexual no mundo do crime --- Interdições para o *batismo*

Ao desenvolver uma análise sobre as relações homoafetivas no Talavera Bruce, Julita Lemgruber (1983) identificou que os relacionamentos preenchem uma série de necessidades, principalmente dos laços e vínculos de afeto, levando em consideração que grande parte dessas mulheres não mantinha contato com qualquer pessoa fora dos muros. As conexões supriam ainda, de acordo com a autora, uma série de necessidades que também perpassava a vida material na prisão, em que situações de extrema pobreza e de escassez de condições, acabavam por se consolidarem como uma forma de auxílio mútuo e de resistência.

No período em que realizou a pesquisa, Lemgruber (1983) identificou uma repressão severa às relações, por parte da direção da instituição, sempre legitimando em decorrência das brigas, que deveriam ser evitadas. Entretanto, durante o íterim em que permaneceu na unidade, verificou apenas seis brigas cuja motivação fosse conflitos entre casais. Como nas unidades masculinas, quase não existiam repressões, as explicações encontradas foram que o controle ao comportamento sexual das mulheres, estava atrelado ao ideal feminino da mulher recatada, que deveria ser protegida e ter sua integridade preservada. As práticas que mais suscitaram em castigos nesse período, era o consumo de drogas e a manutenção de relações e troca de afeto entre mulheres, que chegavam até a direção, através das delações.

Ainda que as mulheres não estejam mais sendo punidas e controladas pela direção das unidades prisionais, o controle e a punição acabam sendo realizados por instâncias não oficiais, como o PCC, na figura das *irmãs*, que necessariamente devem possuir uma orientação

heterossexual.

Como aponta Paul Preciado (2018), a heterossexualidade feminina branca, é antes de tudo, um conceito econômico que designa uma posição específica no centro das relações biopolíticas de produção de troca baseada na transformação do trabalho sexual, do trabalho de gestação, do cuidado dos corpos e de outras atividades não remuneradas no capitalismo industrial. Dessa forma, é impossível imaginar a rápida expansão do capitalismo industrial sem o comércio de escravos, a expropriação colonial e a institucionalização do dispositivo heterossexual como modo de transformação em mais-valia dois serviços sexuais não remunerados historicamente realizados pelas mulheres.

Historicamente a heterossexualidade nem sempre existiu e a transformação do capitalismo contemporâneo implicou em uma mutação da ordem sexo-gênero. Para Paul Preciado (2018), a heterossexualidade está fadada a desaparecer. Como já apontado anteriormente, o artigo 4º do Estatuto do PCC interdita ao batismo os homossexuais, que são colocados junto aos pedófilos, estupradores, entre outros indivíduos que tenham cometido atos, que são rechaçados pelas éticas do mundo do crime. Portanto, a matriz de orientação inteligível entre o sexo, o gênero e o desejo é um dos elementos que vão orientar o batismo de novos membros no PCC, e vão buscar gerir através de práticas reguladoras, que vão ter como função gerar identidades coerentes a partir de uma matriz de normas de gênero coerentes (BRITO; GONÇALVES; DIAS, 2019).

Considerando que no cotidiano das unidades prisionais a grande maioria das mulheres em algum momento, deu início a um flerte, namoro ou casamento com outra mulher, com um *sapatão*, ou uma *entendida*, o PCC passou a aceitar o batismo das *cunhadas*, mulheres casadas com membros da organização, o que anteriormente era proi-

bido. Esse fenômeno indica uma divisão sexual do trabalho, em que cabia aos *irmãos*, às funções relativas ao mundo do crime, enquanto a esposa não poderia comprometer-se com as mesmas tarefas. Entretanto, como apontam as entrevistas, os papéis não são estanques, existindo cunhadas, que muitas vezes participaram de ações delitivas, mesmo sem o aval dos seus maridos.

Conforme Brito, Gonçalves e Dias (2019), a identidade de gênero, compreendida como associação entre o sexo, o gênero, a prática sexual e o desejo, efeito de uma prática regulatória, constitui-se enquanto uma instância que legitima práticas de poder no PCC, impactando as relações que decorrem desses interditos.

Ainda que os *sapatões* e os homens *trans* sejam considerados e respeitados nas redes e no *mundo do crime* e os cabelos curtos, *shorts*, blusas largas estejam presentes nos pavilhões, galerias, celas e raios, eles são interditados para o *batismo*, o que balizam as relações de poder instituídas nas penitenciárias femininas. Com relação às mulheres transexuais, presas em penitenciárias sob o domínio do PCC, existe a necessidade de se afirmar enquanto mulher *trans*. Gabriela, presa na PII, afirmou que quando foi presa, logo foi informada que deveria “se declarar”, pois “aqui é cadeia do Comando, eu disse que não tem nada a ver se é cadeia do Comando ou não, isso é problema meu”.

Na PIII circulavam algumas histórias de candidatas que tiveram o pedido de *batismo* negado, como de uma mulher que pretendia se tornar *irmã* e respondeu durante o interrogatório que teve um envolvimento rápido com outra mulher. Na busca pela “*verdade*” foi constatado que elas teriam sido casadas e, portanto, estaria interditada para o *batismo* no PCC.

É possível afirmar aqui, que mesmo os *irmãos*, companheiros e familiares, estejam fisicamente distantes, os homens ainda continuam se

fazendo presente dentro das celas e dos pavilhões das penitenciárias femininas, através dos procedimentos do PCC, dos interditos para o batismo, decisões tomadas no âmbito das torres, núcleo composto pelas figuras dos *irmãos*.

O item 8 do Estatuto do PCC informa que: “Os integrantes do Partido [PCC] têm que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do sistema”. Contudo, no início da organização, a manutenção de parceiros sexuais do mesmo sexo dentro da prisão era aceita normalmente. Dias (2013) explica que muitos homens continuaram mantendo relações homoafetivas e continuaram dentro da classificação de “homens”, tendo em vista que a masculinidade era definida pela performance do papel ativo e não pela relação com uma pessoa do mesmo sexo. Entretanto, “a nova hierarquia de poder não se baseava mais no exercício individualizado da violência física e sim em outros elementos definidores de status, como a posse de bens ou relações familiares estáveis fora da prisão” (DIAS, 2013, p. 206).

Desta forma, ao contrário da situação anterior, em que constitui fonte de status subjugar sexualmente outro preso, manter relações homossexuais dentro da prisão expressava a incapacidade do preso para manter vínculos com o lado externo da prisão, desvalorizando-o socialmente. Nos últimos anos da década de 2000, o PCC passou por mudanças na sua estrutura interna e promoveu alterações na forma de agir imposta à população carcerária e nos princípios e valores que orientam essa ação. O princípio de classificação dos homossexuais passou a englobar não apenas os presos passivos sexualmente como também aqueles que exercem o papel ativo na relação, que passaram a ser vistos como bichas, sofrendo todas as consequências discriminatórias associadas a essa condição (DIAS, 2013).

De acordo com Dias (2013) os diferenciais de poder entre os dois grupos, presos heterossexuais, que tinham companheiras que os visitavam ou dinheiro para pagar prostitutas, e os presos homossexuais, foram ampliados significativamente, as barreiras que os separam tornaram-se muito maiores e a segregação passou a estar vinculada à ideia de contaminação. As celas em que a população LGBTQA+ ficam são vigiadas por membros do PCC e seus copos, pratos e talheres são separados.

No que diz respeito às unidades femininas, não existe a separação de celas ou pavilhões,

É uma cadeia de mulher, então, a maioria de mulher, gosta de mulher, eu aprendi isso aqui dentro (Marie, 42 anos, presa na PIII).

No entanto, mesmo não existindo a proibição ao convívio de casais de mulheres nos pavilhões os casais devem seguir regras, como em dias de visita, evitar toda e qualquer demonstração de afeto. Também não existe proibições, no sentido de um *sapatão* ocupar posições de trabalho próximas ao PCC, como a de *faxina*, desde que disponha de uma *caminhada no crime* e possua *proceder*.

Contudo, de acordo com Igor, de 21 anos, pardo, preso na PIII, os *sapatões*, não seriam “muito bem-vindos” na organização, “eles tem meio essa crítica com a gente”, pois seriam considerados pelos *irmãos* do PCC como motivo das separações e divergências entre os casais “você talaricam nossas minas”, seria essa a afirmação que teria ouvido a seu respeito. A *talaricagem* é definida no dicionário disciplinar do PCC como “quando se envolve ou tenta seduzir uma pessoa envolvida com outra com contato físico, em cartas, gestos ou mensagens”. A *talaricagem*, caso seja objeto de debate e caso chegue-se a conclusão que aquele ou aquela que foi acusada foi considerado culpado é alvo de punição e exclusão da organização criminosa, sem retorno e

cobrança da parte do prejudicado, ou seja, aquele que foi traído, ou traída, no caso, pode pedir cobrança (BRITO; GONÇALVES; DIAS, 2019).

A interdição para o batismo dos *sapatões*, mulheres e homens *trans* no PCC pode ser identificada como mais uma das formas dos homens continuarem com a hegemonia no que diz respeito às instâncias decisórias e também financeiras. Para uma das interlocutoras, caso o *batismo* fosse autorizado, o respeito estabelecido pelos membros batizados poderia findar, pois envolveria relações de amor e de afeto dentro da prisão, o que poderia influenciar as decisões tomadas dentro do cárcere, pelas *irmãs* e também pelos *irmãos* batizados.

Aqui é um mundo, porque eu não sei como é na rua, mas aqui dentro uma não respeita a outra, por isso tem tanta briga, tanta confusão, na parte do homossexualismo, imagina se todas as *irmãs* fosse homossexual, quem ia respeitar elas, porque ia viver na mesma briga, que eles vive. Na mesma bagunça, na mesma traição, na mesma falta de respeito, então, é melhor deixar do jeito que tá. (Dandara, 64 anos, negra, presa na PIII).

O PCC se institui e se define enquanto *família 15:33*, *família original*, *família* verdade e como indica Toledo e Filho (2013) historicamente, o dispositivo da sexualidade, assegurava as famílias serem as guardiãs sobre seus membros. Dessa forma, buscava-se assegurar a heteronormatividade, excluindo toda a dissidência da norma, o que o PCC enquanto família regula e institui nos Estatutos, não se eximindo de controlar e definir a sexualidade dos *irmãos* e *irmãs* e *batizados*.

As mulheres, ao orientarem o desejo para outras mulheres, escapam das relações que as obrigam em direção ao homem, sejam obrigações sociais, físicas ou econômicas, como o trabalho doméstico, os deveres conjugais, a ilimitada produção dos filhos (WITTING, 2019).

No entanto, conforme aponta Federici (2019) a “misoginia tam-

bém é agravada pelo racismo” e a “transfobia também agrava a misoginia” (FEDERICI, 2019, p. 100), portanto, diante de um Estatuto e de interdições explícitas para que os corpos que não identificam sexo, gênero e desejo, ou pessoas que transgênero, não possam alçar as posições de *irmãs* e de *irmãos*, podem ser vítimas de maiores dificuldades durante o cumprimento de suas penas em unidades que estão sob o controle e o domínio do PCC.

Considerações Finais

O feminismo interseccional possibilita uma leitura da existência social da mulher encarcerada quando sua identidade social é cruzada, por diversos marcadores sociais ao mesmo tempo (AKOTIRENE, 2020) e no estado de São Paulo, o PCC atua como uma instância que possibilita o posicionamento de mulheres, em relações de poder, que alteram profundamente as condições de vida dentro do cárcere.

Portanto, a participação, a trajetória e o envolvimento das mulheres com o Comando, não é uniforme. As mulheres desempenham diferentes papéis na economia do crime, o que permite caracterizar diferentes tipos de participação, em que suas funções, as colocam em posições subordinadas, de vítimas a protagonistas, lideranças e também perpetradores da violência.

Correr com o PCC garante na grande maioria das penitenciárias do estado de São Paulo o acesso a advogados, médicos e dentistas que podem ser contratados para atender as demandas dos seus integrantes, sejam eles homens ou mulheres em cumprimento de pena, assim como auferir os melhores empregos e salários e em alguns casos a comunicação direta com diretores de pavilhão e diretores gerais de unidades prisionais, que podem vir a atender pedidos e solicitações de indiví-

duos ou da massa. Garante ainda o recebimento de *Sedex*, o depósito de dinheiro na conta do pecúlio, possibilitando inclusive a contratação de serviços de limpeza e de beleza dentro da prisão, estratificando a *massa*.

Por outro lado, *correr com o PCC* também significa estar inserida em relações de poder em que muitas vezes estão subordinadas a um estatuto, regras e procederes, tendo muitas vezes que subordinar-se a decisões tomadas no âmbito das instâncias decisórias masculinas. Muitas mulheres acabam subordinadas aos homens, que ocupam as posições finais nas sintonias do *Comando* e além de atender as demandas da população, devem averiguar as condutas e deliberar a respeito de contendas e discussões, existindo ainda possibilidades de indisposição com a administração das unidades prisionais, o risco de transferência e de novos processos, o que mobiliza muitas vezes, a negativa para o *batismo*.

Diante da realização das pesquisas nas distintas penitenciárias, foi possível verificar que o Estado se vale das ameaças constantes de transferência para um regime mais rígido, com o intuito de adequar as ações das mulheres que ocupam a posição de *irmãs* nas penitenciárias, de forma que essas cumpram com as funções de controle dos corpos daquelas que habitam os pavilhões, sem, contudo, confrontar a administração das unidades prisionais, na luta por melhores condições de cumprimento de pena. Dessa forma, pautas que são consideradas como importantes e legítimas de serem demandadas junto ao Estado, como por exemplo, as más condições de alimentação, acabam ficando relegadas, em detrimento dos controles instituídos ao comportamento da massa orientado em acordo com os procederes do PCC.

O aumento da participação das mulheres no PCC pode ser compreendido como opção política e decisão de gestão da administração

prisional. Seja pela opção de reprimir e prender mulheres em decorrência do seu trabalho precário na economia ilegal da droga ou através dos múltiplos e complexos processos colocados em prática pela administração prisional que transfere a gestão cotidiana dos espaços de convivência para as próprias presas e, desta forma, produz e reforça as dinâmicas das redes criminais, da violência e da vinculação ao mundo do crime. Ou ainda, diante das condições precárias de cumprimento de pena, onde dentro dos pavilhões, quem não possui condições financeiras de acionar *jumbo* ou o pecúlio, acaba muitas vezes dependendo do auxílio do Comando, como no caso das *peregrinas*. Assim, ingressar ou correr com o PCC, permite muitas vezes auferir melhores postos de trabalho, acessar advogados, médicos, dentistas, amenizando as condições precárias de cumprimento de pena nas penitenciárias femininas no estado de São Paulo.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. Pólen. São Paulo. 2019.

ANTUNES, Sara Vieira. *Habitar entre as grades: táticas de vida no cotidiano de uma penitenciária feminina*. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. 2017

ANTUNES, Sara Vieira. Produção de corpos e categorias de pessoas nos fluxos de uma penitenciária feminina. *Revista Florestan Fernandes*. São Carlos. 2016.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado*. Imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2009.

BIONDI, Karina. *Proibido Roubar na Quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 2012.

BRITO, Josiane; GONÇALVES, Rosângela; DIAS, Camila. Uma abordagem relacional em penitenciárias masculinas e femininas sob o domínio do Primeiro Comando da Capital (PCC). *43º Encontro Anual da ANPOCS*. Ca-xambú — Minas Gerais. 2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração de poder. *I Seminário Nacional Sociologia e Política*. UFPR. 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. “Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3 (5): 128-144, ago./set. 2009

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio a tramas do poder arbitrário. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2. Novembro. 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC. Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político. Análise nº28/2017. *Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil*. 2017

DIAS, Camila Caldeira Nunes; BRITO, Josiane da Silva. A privatização das prisões em duas perspectivas: preso como mercadoria e gestão compartilhada com Comandos. *Comciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 188, maio. 2017

DIAS, Camila Caldeira Nunes; GONÇALVES, Teixeira, Rosângela. A transferência de mulheres para o Regime Disciplinar Diferenciado — RDD: novos elementos, permanências e continuidades. *Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia* — SBS. 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; GONÇALVES, Teixeira, Rosângela. Sistema carcelario brasileiro, el fortalecimiento de los Comandos y los efectos perversos sobre las mujeres presas: Sao Paulo como paradigmas. In: *La política en la violencia y lo político de la seguridad*. p. 95-122. Flacso. Ecuador. 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo. Boitempo, 2019.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999

MOREIRA, Alencar Uerisleda. Africanos em Caravela, Bahia: Estratégias de Batismo e Compadrio (1821-1823). *Revista África(s)*, v. 02, n. 04, p. 72-84, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. *Sexualidade: a importância da família e da escola como formadores sexuais*. *Relação Escola e Família: diálogos interdisciplinares para a formação da criança*. São Paulo: Paulinas, 2014. P. 85-100.

PADOVANI, Corazza Natália. *Perpétuas espirais*. Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977–2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Campinas. 2010.

PADOVANI, Corazza Natália. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Campinas. 2015.

PADOVANI, Corazza Natália. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações*. *Cadernos Pagu*. Campinas (51). 2017.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre Casos e Casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. São Carlos, EdUFSCar. 2018.

PRECIADO, Paul B. O que é contrassexualidade? In: HOLANDA, H. (org.). *Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais*. Bazar do Tempo, 2019.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo. IBCCrim, [1976] 2002.

SUAREZ, Fernanda Chiozzini Martins-Suarez; SOUSA, Júnia Marise Matos Sousa. Homem razão e mulher emoção: uma análise da relação dicotômica entre homens e mulheres na visão dos assentados (as). *Revista Ambivalências*. v. 4, n. 7 (2016).

TOLEDO, Livia Gonsalves; FILHO, Fernando Silva Teixeira. Homofobia familiar: abrindo o armário entre quatro paredes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. vol. 65. no3. Rio de Janeiro. 2013.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. Companhia das Letras. São Paulo, 2017.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais, Parte 2*. Tradução Augustin Wernet; Introdução à edição brasileira Maurício Tragtenberg. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WITTING, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLANDA, H. (org.). *Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais*. Bazar do Tempo, 2019.

Resumo:

O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado que teve como objetivo compreender a estrutura e o funcionamento do Primeiro Comando da Capital — PCC em três diferentes penitenciárias femininas localizadas no estado de São Paulo. Através da realização de trinta e cinco entrevistas com mulheres, *sapatões*, homens e mulheres transexuais, agentes penitenciários e visitantes das unidades prisionais, a investigação buscou analisar se os procedimentos do PCC, construídos a partir da hegemonia masculina, quando acionados no cotidiano das penitenciárias femininas, acabam por intensificar a opressão e ou a violência ou se conferem um caráter de representação e de legitimidade na defesa de direitos da população de mulheres presas. A pesquisa buscou ainda verificar como as relações são instituídas ou negociadas, a partir das posições ocupadas por *irmãs*, *cunhadas* e *guerreiras* e como são estabelecidas as relações com os membros do sexo masculino do PCC, os *irmãos*. A análise também versou a respeito dos *batismos*, *punições* e dos interditos para o *batismo*, principalmente no que diz respeito à orientação do afeto e da sexualidade, com o objetivo de compreender os impactos no cotidiano das prisões. Nas considerações finais o presente artigo aponta que ainda que muitas mulheres apresentem resistências ao PCC, o Comando se consolidou nos pavilhões das unidades penitenciárias femininas, realizando junto ao Estado a gestão das dinâmicas e do cotidiano nas penitenciárias femininas no estado de São Paulo.

Palavras-chave: Encarceramento de mulheres; gênero; Primeiro Comando da Capital.

Abstract:

This article is the result of a doctoral research that aimed to understand the structure and functioning of the PCC within the female prisons located in the state of São Paulo. By conducting thirty-five interviews with transsexual women, shoes, men and women, in three different prison units, the investigation sought to analyze whether the procedures of the PCC, built on the basis of male hegemony, when triggered in the daily life of female prisons, end up by intensifying oppression and / or violence, or by giving them a character of representation and legitimacy in the defense of the rights of the population of women prisoners. The research also sought to verify how relations are instituted or negotiated in women's prisons, based on the positions occupied by sisters, sisters-in-law and warriors and how relationships are established with the male members of the PCC, the brothers. In addition, it analyzed how baptisms, punishments and interdictions for baptism, especially with regard to the orientation of affection and sexuality. In the final considerations, the present article points out that although many women show resistance, male domination, undertaken through the sisters' procedures and baptism, the Command consolidated itself in the pavilions of the female penitentiary units, carrying out with the State the management of the dynamics and the daily life in the female penitentiaries of the state of São Paulo.

Keywords: Incarceration of women; genre; First Capital Command.

Recebido para publicação em 20/03/2022.

Aceito em 11/10/2022.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Da vulnerabilidade à supressão: sobre *visitas* no Sistema Penitenciário Federal

Mayara de Souza Gomes

Universidade Federal do ABC, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0488-6710>

mayara.dsgomes@gmail.com

Introdução

Ao longo dos anos 2000, diferentes estabelecimentos prisionais pelo país tornaram-se palco de rebeliões, motins e *massacres* que trouxeram à tona demandas endereçadas ao Estado para o atendimento a condições mínimas de confinamento, tal como, o acesso à água potável, alimentação suficiente e adequada, atendimento jurídico e médico, diminuição da superpopulação prisional, dentre outros pedidos que se justificariam diante da (histórica) omissão estatal no cumprimento de direitos e garantias conferidas às pessoas em situação de prisão (DIAS, 2017).

Além disso, estes episódios também serviram para trazer à público grupos/coletivos de criminosos, identificados também como facções

criminosas.¹ O protagonismo de tais atores se fez notar, não somente, por conta de suas demandas endereçadas pela melhoria nas condições de aprisionamento, mas também, pela capacidade de expressar sua força frente ao Estado. E igualmente, em relação a outros grupos rivais com quem disputam o controle de territórios e mercados ilícitos (MANSO; DIAS, 2018).

Tais episódios tem igualmente reverberado para além dos muros prisionais. Assim, além de receberem cobertura midiática, os impactos e desdobramentos destes eventos vieram a afetar a dinâmica de bairros e cidades, que se tornaram, por vezes, extensões das disputas desencadeadas no âmbito prisional e vice-versa (MELO; PAIVA, 2021; DIAS, 2017; CALDEIRA, 2004). Vale pontuar, que processos de contestação às deletérias condições de aprisionamento constituem parte da história prisional brasileira (GÓES, 2009; SALLA, 2006). Além disso, as facções criminosas também teriam, em parte, surgido como forma de contestar as precárias e violentas condições de encarceramento (SALLA; DIAS; SILVESTRE, 2012).

Pode se apontar que uma das respostas políticas e institucionais adotadas para incidir neste cenário foi a criação do Sistema Penitenciário Federal. Os presídios federais foram criados em meados dos anos 2000 pelo Governo Federal à época, sob gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), que optou por construir unidades prisionais de segurança máxima que pudessem em caráter *excepcional e temporário* neutralizar indivíduos responsáveis pela instabilidade da segurança pública e prisional dos estados da federação. Com destaque, sobretudo para aqueles indivíduos considerados como lideranças de facções

¹ Considerando-se que a formação destes agrupamentos de criminosos tem na prisão sua origem e igualmente sendo a expressão corrente em diferentes contextos, me referirei a tais coletivos/agrupamentos como facções criminosas, recorrendo ao argumento de Paiva (2019).

criminosas (SILVA JÚNIOR, 2020; DEPEN, 2017; DIAS, 2017).

Dessa forma, o Sistema Penitenciário Federal teria por escopo ser um modelo prisional capaz de isolar e segregar indivíduos considerados como problemáticos e/ou expressivos dentro das facções criminosas. Para tal, os presídios federais possuem estrutura e protocolos de ampla vigilância e controle que se orientam por inibir interações e contato com o mundo externo, inclusive, entre a própria população aprisionada nas unidades federais, uma vez, que as pessoas ali custodiadas ficam isoladas individualmente por 22 horas diárias.

Os presídios federais se diferenciam das prisões estaduais dentre vários aspectos por sua rigorosa rotina e pelas assistências materiais, de saúde e jurídica que são fornecidas de forma efetiva aos custodiados. No entanto, um ponto de contato em relação a universos prisionais tão distintos dizia respeito ao direito da visita social com contato e visita íntima que eram permitidas às pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário Federal.

Dessa maneira, apesar deste ponto de conexão, o atendimento a tal direito não deixava de ser considerado controverso por atores do sistema de justiça, servidores públicos e gestores envolvidos na execução da política penitenciária federal. Em particular, porque ao seguir a mesma lógica das visitas das penitenciárias estaduais, portanto, com contato físico e íntimo, deixava-se um tipo de interação significativa alheia ao controle e vigilância presentes na rotina prisional federal.²

Em 2017, mesmo sem essa discussão ter chegado a um consenso o Ministério da Justiça e da Segurança Pública proibiu a visita íntima e com contato em presídio federal conforme a Portaria n° 718/2017,³

² Por exemplo, escuta e sistema de vídeo que captam imagem e som. Em uma visita íntima, por exemplo, o monitoramento poderia ferir o direito à privacidade e intimidade das pessoas envolvidas na visita.

³ A visita íntima e com contato não foi restringida aos presos que tivessem sido

permitindo-se somente a visita social em parlatório ou por videoconferência, ou seja, sem contato físico. A edição da Lei nº 13.964/2019 conhecida por “Pacote Anticrime” veio a cristalizar este entendimento, vedando a visita íntima e social com contato físico aos presos custodiados em unidades federais e que tivessem sido incluídos por conta do interesse da segurança pública, perfil correspondente a massiva maioria dos custodiados, a exceção seria para réu delator ou colaborador (NUNES, 2020, p 113).

Por pano de fundo, episódios de execução de agentes de execução penal federal, bem como, operações policiais teriam contribuído para que fosse tomada esta decisão. Na visão dos gestores e atores envolvidos na política penitenciária, as visitas seriam um dos principais vetores quanto à transmissão de mensagens e “salves”,⁴ a partir do Sistema Penitenciário Federal. Desse modo, enquanto as visitas fossem mantidas em suas modalidades de contato físico e íntimo não seria possível neutralizar de fato as “lideranças criminosas”.

Diante desse conjunto de elementos, este artigo se propõe a discutir como a visita social com contato e íntimo correspondem a marcadores importantes na história do Sistema Penitenciário Federal. Nesse sentido, a permissão e posteriormente a sua supressão são aspectos que refletem mudanças substanciais na execução desta política penitenciária, tornando estes estabelecimentos prisionais ainda mais fechados à sociedade brasileira (GOFFMAN, 2010). Além disso, possibilitam inferir se a narrativa de sua eficiência não estaria mais atrelada à capacidade de punir e neutralizar determinados indivíduos, do que necessariamente implicar no abalo das facções criminosas.

incluídos no Sistema Penitenciário Federal por conta de ser réu delator ou colaborador premiado. Contudo, este perfil é pouco frequente nos presídios federais.

⁴ Segundo Dias (2013) “salves” seriam uma espécie de comunicação que é utilizada para a transmissão de decisões pelo PCC.

Nossa discussão é baseada na análise de documentos elaborados no âmbito da União e Justiça Federal, bem como, de normativas e legislações que versaram sobre mudanças na visitação nos presídios federais. Tomamos igualmente por referência entrevistas realizadas com indivíduos que estiveram ou ainda se encontram envolvidos na execução desta política penitenciária.⁵

Este artigo tem a seguinte estrutura: iniciamos com uma breve descrição sobre o modelo da *supermax* americana, que serviu de inspiração aos presídios federais. A seguir, abordamos os elementos que ajudam a entender as especificidades do Sistema Penitenciário Federal, bem como de que maneira a visita íntima e social com contato compõem parte da realidade das prisões brasileiras, além do seu cumprimento e posterior exclusão na rotina dos presídios federais. Por fim, elaboramos algumas reflexões que ajudam a problematizar o papel dos presídios federais quanto à sua própria significância em relação a agenda de enfrentamento às facções criminosas.

***Supermax*: o paradigma da vigilância e segregação**

Conforme assinalado o Sistema Penitenciário Federal é caracterizado por um amplo regime de controle e vigilância, que tem em sua centralidade o confinamento solitário quase que diuturno de sua população. Tais características são referências igualmente encontradas nas *supermax* americanas, que serviram, inclusive, de paradigma para a

⁵ Foram realizadas 10 (dez) entrevistas semiestruturadas com indivíduos que possuem trajetórias temporais e profissionais diversificados e que estavam ou estiveram envolvidos na execução desta política penitenciária. Em razão da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), as entrevistas foram realizadas de modo remoto, por meio de plataformas digitais como *Zoom* e *Teams*. As conversas foram gravadas e posteriormente transcritas.

constituição dos presídios federais (CASTRO, 2019; DEPEN, 2017; REISHOFFER, 2015).

As *supermaximum security facilities*, ou simplesmente *supermax* são alas e/ou estabelecimentos prisionais conhecidos pela segregação, vigilância e o confinamento solitário de no mínimo 22 horas diárias de pessoas custodiadas em tais espaços. Originárias dos Estados Unidos tais instalações são reputadas como uma parte importante no conjunto de estabelecimentos voltados à detenção e punição de indivíduos naquele país. A título de exemplo, os custodiados ficam isolados em suas celas em média de 22 a 23 horas diárias (em alguns cenários, até 24h) refeições e tratamentos são realizados na cela, sem qualquer interação física entre a equipe profissional e a pessoa presa. A visita com contato é vedada, sendo permitida somente a visita por parlatório (quando há a separação entre visitante e custodiado por um vidro e a conversa ocorre normalmente via aparelho telefônico) e que, ainda assim, ocorrem com pouca frequência, haja vista, que as instalações dessa natureza costumam ficar em lugares distantes de centros urbanos (KUPERS, 2017; PIZARRO; NARAG, 2008).

Ademais, há variações entre as instalações com diferenças relativas desde a existência de janelas nas celas ou apenas buracos para circulação do ar, fornecimento de papel e caneta, até quanto a possibilidade da recreação no período fora da cela ser coletivo ou individualizado, etc. (KUPERS, 2017). E embora as características que ajudem a descrever as *supermax* não se constituam como eminentemente inovadoras, têm-se que a adoção deste tipo de aprisionamento se constituiu em meio a um conjunto de mudanças sociais e penológicas desencadeadas ainda em meados dos anos 1970 naquele país (ROSS, 2013; PIZARRO; NARAG, 2008).

O declínio das políticas de reabilitação, somada a “guerra às dro-

gas” teriam contribuído para impulsionar o aumento da população prisional estadunidense de forma acelerada, fomentando uma miríade de conflitos no âmbito das instalações prisionais. Sendo assim, agressões, episódios de violência, disputas internas e incidentes de fuga apesar de não corresponderem a fatos novos na realidade prisional teriam se avolumando à medida que a população prisional crescia progressivamente. Dessa forma, ao adotar (novas) estratégias de gerenciamento e segregação de indivíduos considerados como problemáticos, ou como se tornou corrente definir: “*os piores dos piores*” buscava-se isolar aqueles que geravam problemas à rotina e regras estabelecidas. Além disso, simbolicamente se demonstrava ao restante da população prisional uma punição bastante penosa, a ser mobilizada e aplicada em relação aqueles que estivessem implicados em distúrbios no ambiente prisional (MEARS, 2013).

O episódio da rebelião de Marion (Illinois) em 1983 é apontado como um evento simbólico para compreender o advento das *supermax*. Embora já correspondesse a uma instalação de segurança máxima, foi após a agressão e morte de agentes prisionais, que a direção da prisão em caráter de emergência determinou o confinamento dos presos, em um regime de quase 24 horas em suas celas, inclusive, com a suspensão dos programas de reabilitação (KUPERS, 2017; ROSS, 2013). Este tipo de interdição, com um severo confinamento foi mantido em Marion e, posteriormente, o governo federal dos Estados Unidos deu início ao planejamento e construção de unidades ou alas específicas destinadas a manter sob custódia nesse tipo de regime, aqueles prisioneiros considerados difíceis de serem geridos. Desde então, houve um espraiamento e crescimento de instalações *supermax* nas unidades federativas norte-americanas, bem como passou a servir de modelo para outros países pelo globo (KUPERS, 2017; REITER,

2016; PIZARRO; NARAG, 2008).

No Brasil, o Sistema Penitenciário Federal pode ser considerado como um exemplo da extensão deste modelo. É certo, que em nosso contexto os elementos que possibilitaram a criação destas unidades se devem, em boa medida, a vontade política por parte do governo federal, mas também a fatores como a “crise” quase permanente nos sistemas prisionais estaduais e pela emergência e consolidação das facções criminosas. Além disso, a superpopulação prisional, bem como, as dinâmicas relativas à criminalização da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) são outros aspectos que ajudam a situar o cenário que propiciou o investimento neste modelo de aprisionamento.

Presídios federais um (novo) paradigma frente ao caos carcerário

A construção de unidades prisionais pela União estava prevista desde os anos 1980, por conta de disposição legal contida no *caput* do art. 86 Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84).⁶ No entanto, o investimento para a efetiva proposição e gestão de presídios próprios pelo Governo Federal, apareceu de forma mais detida a partir de 2003,

⁶ Define o *caput* do art. 86 da LEP: “As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União”. A previsão do *caput* do art. 86 foi no sentido de prever o cumprimento de penas em estabelecimentos prisionais de gestão e responsabilidade dos estados da federação ou da União. A Edição da lei 10.793/2003 que promoveu importantes alterações no Código Penal e no Código de Processo Penal fez ajustes significativos para a formalidade e legalidade do Sistema Penitenciário Federal, tal como: o art. 86 com inclusão do parágrafo “§1º A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado”. Para uma discussão mais profunda dos repertórios legais e normativos relativos ao Sistema Penitenciário Federal, ver: Silva Júnior (2020).

com o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo registros de notícias e entrevistas veiculadas na mídia, o então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pontuava que alguns dos principais projetos a serem empreendidos pela recém-empossada gestão federal passavam por uma Reforma no Judiciário e também uma melhoria no Sistema Penitenciário Nacional.⁷

O aperfeiçoamento na política penitenciária seria desde ampliar a oferta de medidas alternativas e o repasse de valores aos estados para atendimento aos direitos previstos na Lei de Execução Penal, mas também, com a construção de presídios federais que pudessem custodiar presos problemáticos, envolvidos em motins e rebeliões. Naquela ocasião, São Paulo e Rio de Janeiro se destacavam em razão dos crescentes e notáveis problemas enfrentados em relação à segurança pública e prisional. Em São Paulo, a Megarrebelião⁸ em 2001 protagonizada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) teria marcado o surgimento de um novo momento na segurança pública paulista, com desdobramentos no âmbito local e nacional⁹.

Por sua vez, no Rio de Janeiro fugas, atentados, motins e outros enfrentamentos provocados a partir do sistema prisional, compunham parte do cenário social carioca e que evidenciavam problemas quase que permanentes no sistema prisional e na segurança pública do es-

⁷ Alguns registros sobre essa visão do então Ministro da Justiça podem ser localizadas em materiais como: cpdoc.fgv.br último acesso 25/03/2022.

⁸ A megarrebelião de 2001 em São Paulo fomentou uma série de mudanças que ocorreram no âmbito do sistema prisional do estado (que já passava por processos de expansão) e teve com efeito mais significativo a “criação” do Regime Disciplinar Diferenciado — RDD por meio de resolução n° 26 da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em maio daquele ano. E que serviu de modelo posteriormente para a edição da Lei federal (n° 10.792/2003) que tornou legal o RDD sanção prisional em todo país (DIAS, 2013).

⁹ Os trabalhos de Manso e Dias (2018); Dias (2013); Salla (2006) trazem esse registro.

tado. Ademais, com a morte do jornalista Tim Lopes,¹⁰ bem como, a situação de Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar” considerado como o principal narcotraficante à época e que tinha passado por diferentes estabelecimentos de detenção em estados da federação teriam convergido para fortalecer a narrativa de que o combate ao crime organizado era medida imprescindível (CALDEIRA, 2004).

Dessa maneira, pode se argumentar que houve um movimento decisivo por parte do Governo Federal em assumir o protagonismo na oferta de instalações próprias para acolhida de presos problemáticos. O interesse de incidência nesta agenda também se fez observar por conta da reorganização do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que futuramente viria a assumir um papel essencial na execução da política penitenciária federal, bem como, a edição da Lei Federal nº 10.792/2003, que alterou a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), promovendo alterações importantes tal como a possibilidade do cumprimento de pena em local distante do lugar da condenação, além de ter institucionalizado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) (NUNES, 2020).

Considerando-se o lapso temporal entre a assunção do Governo Federal e a inauguração da primeira unidade federal em Catanduvás no Paraná no ano de 2006, pode se ponderar que o Sistema Peni-

¹⁰ A morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, foi um dos crimes que teve grande repercussão nacional. O jornalista desapareceu em 2 de junho de 2002, quando fazia uma reportagem sobre abuso de crianças e adolescentes e tráfico de drogas em um baile funk da Vila Cruzeiro, na Penha, Zona Norte carioca. Depoimentos de testemunhas e dos envolvidos no caso indicaram que Tim fora sequestrado, torturado, julgado e executado por traficantes, a mando de Elias Pereira da Silva, o “Elias Maluco”. Elias Maluco e outros acusados foram processados e condenados pela morte do jornalista, sendo que “Elias Maluco” foi transferido para uma unidade federal em 2007 e permaneceu custodiado no Sistema Penitenciário Federal, quando veio a óbito, por conta de um suicídio em setembro de 2020. Sobre o caso de Tim Lopes, ver: extra.globo.com, último acesso 16/04/2022.

tenciário Federal foi uma política penitenciária prioritária.¹¹ Ainda neste mesmo ano foi inaugurada a unidade de Campo Grande no Mato Grosso do Sul, seguida por Mossoró no Rio Grande do Norte e Porto Velho em Rondônia, ambas em 2009. A unidade mais recente foi inaugurada em Brasília no Distrito Federal no ano de 2018 e atualmente uma outra unidade está em processo de licitação na cidade de Charqueadas no Rio Grande do Sul.

O governo federal, desde o início da execução da política penitenciária do Sistema Penitenciário Federal tem afirmado que este modelo é eficiente, tendo por referência principalmente a não ocorrência de motins e rebeliões e/ou ausência do uso ou encontro de aparelhos celulares junto aos custodiados (DEPEN, 2017; 2016). Neste aspecto, estas afirmações guardam consigo a premissa de que o atendimento aos rigorosos protocolos de vigilância e monitoramento são medidas necessárias para o cumprimento desta política penitenciária.

A dinâmica nos presídios federais é marcada pela vigilância e controle de sistema de áudio e vídeo, dispostos na maior parte dos ambientes da unidade (DUARTE, 2022). Além disso, todas elas possuem o mesmo projeto arquitetônico e detém a mesma quantidade de vagas disponíveis, podendo custodiar até 208 indivíduos. A sua ocupação deve ser sempre inferior ao total disponível, conforme determinação legal e em razão de ser necessário deixar uma quantidade de vagas ociosas para inclusão de presos em caráter de emergência (em caso de rebeliões nos estados, por exemplo) e igualmente, para o bom cumprimento de todos os protocolos de segurança.

¹¹ Nos parece razoável afirmar que 03 (três) anos é um tempo significativamente rápido para idealização, constituição e implementação de uma política pública penitenciária, ainda mais, diante da complexidade envolvida na execução da política do Sistema Penitenciário Federal. A despeito dessa impressão, alguns interlocutores pontuaram que para a “opinião pública” a percepção de três anos é totalmente distinta.

Os critérios definidores do perfil de inclusão no Sistema Penitenciário Federal encontram previsão no decreto regulamentar nº 6.877/2009:

Art. 3º Para a inclusão ou transferência, o preso deverá possuir, ao menos, uma das seguintes características:

I — ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa;

II — ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem;

III — estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado — RDD;

IV — ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça;

V — ser réu colaborador ou delator premiado, desde que essa condição represente risco à sua integridade física no ambiente prisional de origem; ou

VI — estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem.

Os incisos versam sobre perfis que tem por referência definições legais e situacionais, que podem ou não ser considerados de forma cumulativa, da mesma forma, são cabíveis para presos provisórios ou definitivos. Podemos sugerir que os critérios vinculados a descrições legais aparecem de forma mais detida no caso dos incisos III e V portanto, que encontram respaldo em dispositivos legais próprios. Em relação ao perfil do inciso II, na prática, é bastante incomum tal inclusão em presídios federais. Quanto às demais hipóteses, as definições embora estejam associadas a repertórios criminalizantes — dispositivos do Código Penal, de Leis Penais Extravagantes — constituem-se como dispositivos flexíveis e sujeitos a variadas interpretações. Além disso, há as hipóteses de inclusão em razão de situações específicas

(VI) ou a constituição de relacionamentos que sejam ilegais e moldáveis às definições como organização/ facção criminosa (inciso I, IV).

É preciso reiterar que os indivíduos custodiados no Sistema Penitenciário Federal quase que em sua totalidade provêm de sistemas prisionais estaduais e que, portanto, já estariam institucionalizados e ambientados, de certo modo, a um tipo de cultura prisional que se distingue daquela produzida nos presídios federais. E apesar das diferenças descritas no perfil de inclusão, deve-se ter em vista que o fator subjacente na maioria dos casos refere-se a ideia (abstrata) de segurança pública. Conforme tipifica a Lei nº 11.671/2003 que trata das inclusões nos presídios federais, em seu art. 3º *“Serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, condenado ou provisório”*.

Em termos de rotina, os custodiados permanecem isolados individualmente por 22 horas ao dia. Eles são mantidos em suas celas individuais, que possuem a metragem de 7m² e contam com dormitório, sanitário, chuveiro, pia, mesa e assento todos fixados a estrutura, com horários específicos para as cinco refeições e ligação de água dos chuveiros (DEPEN, 2017). A interação social é garantida por meio do banho de sol diário de duas horas na companhia de até 13 presos da mesma ala de vivência.

Nesse aspecto, a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) trouxe uma alteração no sentido de que o banho de sol deve ser realizado em grupos de até 04 indivíduos e não pertencentes à mesma facção. A nova redação gerou um problema prático, conforme alguns entrevistados pontuaram, uma vez, que por questões de segurança não é pertinente colocar indivíduos de grupos faccionados rivais no mesmo grupo do banho de sol, ainda mais, após a ruptura das relações entre

PCC e CV (MANSO; DIAS, 2018). O acesso a materiais de leitura como livros, apostilas e revistas são permitidos. Outras formas de comunicação externas são proibidas, com exceção das correspondências que são garantidas¹² (DEPEN, 2017; REISHOFFER, 2015).

Visitas: seus significados e mudanças

As visitas são também permitidas no Sistema Penitenciário Federal, constituindo parte do conjunto de direitos assegurados à pessoa presa. Segundo o art. 41 da Lei de Execuções Penais, o direito à visita é conferido à pessoa em situação de prisão em dias determinados, podendo ser realizada pelo cônjuge, companheira, parentes e amigos. Uma das principais defesas atribuídas à visita é a sua importância no processo de ressocialização do apenado, assim, o contato com o mundo externo seria viabilizado por meio da manutenção dos vínculos sociais e afetivos que são fortalecidos ao longo das visitas. Tendo adotado o modelo progressivo quanto aos regimes de cumprimento de pena, a visita seria um elo importante e gradativo da reinserção social do apenado.

Do ponto de vista da rotina e cultura prisional brasileira, as visitas são consideradas como momentos muito relevantes, que estariam ajustadas às regras formais, mas, sobretudo, pautada por valores determinados pela cultura prisional que buscam fazer deste momento uma ocasião alheia às tensões e problemas enfrentados no cotidiano prisional. Momento de trocas de afeto, estar informado dos problemas da vida familiar e comunitária, consumir alimentos preparados ao gosto (e possibilidade) da visitante (em sua maioria mulheres), são algumas das características das visitas no ambiente prisional. Além de ser a

¹² Todas as correspondências são lidas pela administração prisional quando do envio, quanto do seu recebimento.

ocasião em que se recebem itens alimentícios, de higiene pessoal e limpeza, cigarros que conferem a possibilidade de suportar em condições “melhores” os dias na prisão (LAGO, 2019; DUARTE, 2015; SILVESTRE, 2013).

Conforme destacado, consideramos que existe um marco temporal mais preciso para designar as mudanças quanto à visitação social com contato e íntimo no Sistema Penitenciário Federal. Nesse sentido, o ano de 2017 teria sido determinante para o início desta reconfiguração. Para fins de abordagem neste texto, apontamos como “Pré-2017” aquele cenário em que a visitação apesar de seguir regras mais restritivas, possuía características aproximadas aquelas existentes nas unidades prisionais estaduais, sobretudo pelo contato físico ser permitido.

Enquanto a etapa “Pós-2017” é marcada pela suspensão das visitas com contato e cujo posicionamento veio a ser incorporado de forma definitiva por meio da legislação federal em 2019. Ressaltando-se a sua impossibilidade frente aos custodiados incluídos em presídios federais, por conta de interferência e desestabilização da segurança pública nos estados da federação. Abordamos alguns elementos que ajudam a compreender essas mudanças e igualmente algumas contradições decorrentes dessa alteração.

Pré-2017

O decreto nº 6.049/2007 é o primeiro que aprovou e regulamentou o Sistema Penitenciário Federal e dispunha no título X — “das visitas” algumas diretrizes para o cumprimento deste direito à pessoa custodiada em presídios federais. Dentre um dos aspectos principais constava o mesmo rol de pessoas descritas na LEP (cônjuge, companheira, familiares, amigos). Além disso, discriminava alguns aspectos

tos como a duração de três horas semanais e única ocorrência durante a semana, a exceção das semanas com datas festivas, oportunidade, em que o diretor da unidade prisional poderia avaliar se seria o caso de conferir dias “extras” para visitação.

O decreto ainda prossegue no art. 95 ao abordar que a visita íntima teria por “*finalidade fortalecer as relações familiares do preso e será regulamentada pelo Ministério da Justiça. Parágrafo único. É proibida a visita íntima nas celas de convivência dos presos*”. A suspensão das visitas com contato era permitida apenas em caráter excepcional. Dessa maneira, a visita social e íntima não seria, a princípio, um problema no Sistema Penitenciário Federal, sua previsão legal e ocorrência dentro da rotina dos presídios federais, identificava-a como parte do conjunto dos direitos da pessoa presa (e da sua família) quanto a manutenção dos vínculos sociais e familiares.

Deve-se ponderar que a visita íntima não possui expressa definição legal na LEP, tendo se constituído como direito da pessoa presa, sobretudo, por força de costume e entendimento das cortes superiores e normativas infralegais no país. Dada a sua precariedade normativa, a pressão e mobilização de familiares e das pessoas em situação de prisão são importantes para seu efetivo cumprimento (LAGO, 2019). Desse modo, a viabilidade para sua ocorrência, passa dentre outras questões, sobre o entendimento e iniciativa dos estados da federação quanto ao atendimento desse direito¹³

Embora a regulamentação da visita íntima fique a critério dos estados, o Conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPCP) tem editado resoluções para estabelecer recomendações e diretrizes para o atendimento desse direito pelos estados da federação. A mais re-

¹³ Como é o caso das suspensões estabelecidas após rebeliões ou motins prisionais, ou ainda, partindo de um exemplo mais recente tal como as suspensões decorrentes da adoção das medidas sanitárias por conta do COVID 19.

cente é datada de 2021 (Resolução nº 23 de 04 de novembro de 2021) e possui mais restrições se comparada às suas antecessoras (resoluções de 1999 e 2011). No âmbito do Sistema Penitenciário Federal o decreto nº 6.049/2007 trouxe a previsão inicial de sua ocorrência, tendo sido posteriormente regulamentado por atos próprios,¹⁴ que em linhas gerais descrevem o número limite de visitantes, bem como, outras minúcias tais como vestuário e orientações para cadastro etc.

Outro aspecto importante, sobre as visitas de um modo geral, diz respeito ao deslocamento de mulheres, familiares e parentes às unidades prisionais para visitação. Assim, é frequente que tais visitas precisem se dirigir para outros bairros, cidades e regiões para visitar seus entes, ressaltando-se que os custos e as preparações envolvidas nessa empreitada são expressivos. Em São Paulo onde ocorreu um espraiamento e descentralização de unidades prisionais pelo estado os relatos das visitantes passa também pela disponibilidade de tempo e dinheiro na programação de suas idas às visitas nos estabelecimentos prisionais (LAGO, 2019; GODÓI, 2017; SILVESTRE, 2013).

Em relação ao Sistema Penitenciário Federal este é certamente um fator que se sobressai, em especial, por tais unidades estarem longe do local de origem da maioria dos custodiados e conseqüentemente de suas famílias. Além disso, por critérios de segurança, tais presídios são construídos em perímetros distantes dos centros urbanos das cidades em que se localizam, correspondendo a outro entrave à visitação. De acordo com o Anuário do Sistema Penitenciário Federal de 2016 em que foram ouvidos 367 custodiados, mais da metade deles afirmou naquela ocasião receber visita social regularmente (53,87%), daqueles que não recebiam (30,03%), um dos principais motivos para

¹⁴ A exemplo das portarias: Portaria nº. 1.190, de 19 de junho de 2008; Portaria GAB DEPEN nº. 54, de 04 de fevereiro de 2016, Portaria GAB-DEPEN/DEPEN/MJSP nº. 22, de 01 de fevereiro de 2021.

tal dizia respeito à distância (49,40%) (DEPEN, 2016, p. 40). Em um país de dimensões continentais tal como o Brasil esse é um aspecto importante para se observar quanto a dinâmica das visitas em presídios federais. Por outro lado, é possível considerar a partir desse universo de informações que uma quantidade importante de famílias, companheiras, cônjuges tiveram êxito em se deslocar para a visita em tais estabelecimento prisionais.¹⁵

Outro fator distintivo do Sistema Penitenciário Federal é a impossibilidade de ingresso de gêneros alimentícios ou de qualquer outra natureza pelas visitas. Nesse aspecto, a discrepância entre as unidades estaduais é notável, pois, conforme pontuado previamente a visita é também o momento em que são entregues e consumidos itens que representam uma vantagem, se não, a garantia à sobrevivência na prisão (LAGO, 2019; DUARTE, 2015; SILVESTRE, 2013).

Pode se apontar que a visita social com contato e íntimo não seria por si só um evento considerado como alheio à rotina dos presídios federais. Contudo, a sua existência não implicava por consequência a compreensão de que fosse pertinente em um sistema que possui características fortemente pautadas pela disciplina e segurança. O desconforto, principalmente, em relação à visita íntima, aparece como tema de discussão e divergência em narrativas de interlocutores a quem pude entrevistar, mas também, no registro de eventos destinados a discutir a política penitenciária do Sistema Penitenciário Federal.

¹⁵ Interessante notar que alguns dos supostos efeitos decorrentes desse tipo de situação seria que o PCC estaria estabelecendo casas de apoio às famílias de pessoas presas em presídios federais e que pertenceriam à facção. www1.folha.uol.com.br último acesso 03/04/2022.

Conhecidos como *Workshops do Sistema Penitenciário Federal*¹⁶ estes eventos são realizados em conjunto pelo DEPEN e o Conselho da Justiça Federal (CJF) contando com debates, palestras e deliberações, costumam participar destes eventos ministros das cortes superiores, magistrados federais e estaduais, defensores públicos da união e dos estados, promotores estaduais e federais, além de servidores federais e do próprio DEPEN. A sua primeira edição ocorreu em 2010 e desde então, segue sendo realizado uma vez ao ano, é a ocasião em que muitos assuntos são debatidos de modo a dirimir divergências e firmar posicionamentos. Chamados de *enunciados* a consolidação de tais deliberações acabam se tornando referência para práticas e decisões no âmbito do Sistema Penitenciário Federal e Justiça Federal. Nesse sentido, vale pontuar que algumas das mudanças trazidas pelo Pacote Anticrime em relação a execução penitenciária federal foram objeto de discussão em diferentes *workshops*.

No que tange à visita íntima, a discussão em torno de seu cabimento ou não nas unidades federais, aparece já no terceiro *workshop* realizado em 2012. Em linhas gerais, o argumento principal já debatido naquela ocasião, seria de que visitas dessa natureza não possibilitariam o controle e monitoramento adequado, portanto, representaria uma vulnerabilidade no Sistema Penitenciário Federal. A visão minoritária seria de que poderiam permanecer, desde que tratadas como regalias a serem concedidas aos presos que apresentassem bom comportamento e após um lapso temporal significativo de custódia em presídios federais. A posição dominante seria de que as visitas deveriam ser suprimidas como forma de fortalecer a segurança do sistema e inibir a transmissão de mensagens a partir de conversas travadas dentro

¹⁶ Os relatórios dos workshops são disponibilizados no site do Conselho Federal de Justiça. www.cjf.jus.br último acesso: 23/04/2022.

dos presídios federais, especialmente, entre as visitas e custodiados.

A percepção de que as visitas com contato e íntima constituiriam um ponto problemático em presídios federais é também apresentada pelos entrevistados:

O Sistema Penitenciário Federal tinha fraqueza, qual era a fraqueza dele ter dez anos de fundação, 12 que foi mais ou menos, a época 10, 12 anos quando encerrou a visita íntima. A fraqueza dele era a visita íntima/social, porque é onde você não pode gravar, é onde você não tem a coleta de dados, você não sabe o que o preso está falando, você não sabe o que o familiar está levando e não é tratar familiar de preso como bandido. Mas é que você não tem como registrar, você não tem como captar a informação. Então, eles utilizaram isso. (Entrevistado 1)

Até alguns anos atrás, nós tínhamos a visita íntima que por ela eram passadas muitas ordens e aí acho que foi uma atitude muito acertada do governo, da mudança de não se haver a visita íntima. (Entrevistado 2)

O argumento de que o ponto vulnerável do Sistema Penitenciário Federal estaria centrado na permissão da visita íntima e com contato, é um aspecto importante para compreender também o processo de construção e assimilação desta narrativa por parte de diferentes atores envolvidos na política penitenciária federal. Nesse sentido, ainda que não seja possível captar com precisão o que motivou este debate ter se iniciado nos anos anteriores, é possível ponderar que a percepção do caráter impróprio, sobretudo, da visita íntima, teria contribuído para uma rápida assimilação das decisões que vieram a proibir a visita deste tipo em presídios federais. Segundo relatos de entrevistados, os Agentes Federais de Execução Penal seriam aqueles que apresentavam mais queixas quanto a manutenção de visitas desse tipo. Na leitura deste grupo, além de enfraquecer os protocolos de segurança e a própria finalidade do Sistema Penitenciário Federal, eles representa-

riam os indivíduos mais suscetíveis à eventuais ameaças e ordens de execução.

Além disso, a premissa de que os presídios federais visam garantir o cumprimento de protocolos e práticas de segurança máxima é outro elemento que ajuda a fortalecer a perspectiva de que o endurecimento na custódia de suas populações é parte indissociável da boa execução desta política, bem como, de sua efetividade quanto à desarticulação das facções criminosas.

Pós-2017

O ano de 2017 é o momento em que convergem uma série de fatores que desencadearam na proibição das visitas com contato e íntimas nos presídios federais. A morte de dois Agentes Federais de Execução Penal no ano anterior e de uma Especialista Federal em Assistência de Execução Penal naquele ano são consideradas como episódios que contribuíram decisivamente para a mudança da permissão à proibição:

No dia 25 de maio de 2017 foi assassinada a psicóloga Melissa de Almeida Araújo,¹⁷ de 37 anos. Ela foi morta em Cascavel/PR, atingida por dois disparos no rosto, na frente do marido e do filho de apenas dez meses de vida. Chegava a casa depois de mais um dia de árduo trabalho no presídio federal em Catanduvas/PR. Em 2 de setembro de 2016, o agente do presídio federal em Catanduvas/PR, Alex Belarmino Almeida Silva, morreu ao ser atingido por 23 (vinte e três) tiros, também na cidade de Cascavel/PR. Em 14 de abril do mesmo ano, o agente do presídio federal em Mossoró/RN, Henry Charles Gama Filho, foi assassinado a tiros num bar da cidade. Todos os três casos têm algo em comum: as execuções foram realizadas mediante emboscada, após monitoramento de suas rotinas, e determinadas por uma mesma facção criminosa. Um pouco antes,

¹⁷ O nome das vítimas foi amplamente divulgado em notícias a respeito dos casos, por isso, optei por manter a identificação.

em 2012, o agente penitenciário Lucas Barbosa foi morto por integrantes de outra facção porque, ao ser assaltado, estava com a farda da corporação. No VI Workshop, em 2015, alertamos: Quem conhece o *modus operandi* das organizações criminosas que possuem como foco dominar e mandar nos presídios tem ciência de que primeiro são feitas as tentativas de corrupção dos agentes do sistema, acompanhadas ou seguidas de ameaças, para depois serem colocados em prática planos de execução. (*VIII Workshop*, 2019, p. 8 e 9)

A ocorrência de episódios de ameaças e execução de policiais penais, juízes e outras autoridades são componentes presentes na história das prisões brasileiras. Além disso, a interceptação de planos de execução idealizados contra autoridades, supostamente, por membros de facções criminosas compõe também este contexto mais amplo. A ideia subjacente veiculada é de que uma das estratégias possíveis para o enfrentamento ao Estado diz respeito ao uso da força e violência fatal contra agentes públicos.

Em relação aos episódios envolvendo os agentes federais¹⁸ tem-se que para além de gerar a sensação de insegurança no corpo dos agentes federais de execução penal, o breve intervalo entre os episódios e ainda, no último caso, em que a vítima foi uma mulher e profissional de saúde fortalecia a perspectiva de que estariam sob risco de vida iminente. Além disso, caso o DEPEN tivesse mantido a permanência das visitas, também estaria sujeito à resistência por parte dos agentes.¹⁹ Na percepção dos entrevistados o fechamento do Sistema Penitenciário Federal com a proibição das visitas íntimas era a medida mais adequada para suprimir qualquer brecha que ainda estivesse ser-

¹⁸ Notícias que trazem relatos e descrições dos episódios que culminaram na morte dos agentes: noticias.uol.com.br, noticias.uol.com.br último acesso: 07/04/2022.

¹⁹ Protestos de sindicatos dos agentes foram promovidos para contestar as visitas, inicialmente pela sua manutenção e após a proibição, por conta de decisões na justiça que reintegraram à visita. g1.globo.com último acesso 07/04/2022.

vindo para a transmissão de informações e mensagens dos presídios federais para fora e vice-versa.

Somado a estes eventos, operações policiais apontavam que determinados custodiados seguiam ainda envolvidos e supostamente liderando empreendimentos ilegais.²⁰ As investigações demonstraram que algumas das estratégias mobilizadas para a transmissão de mensagens iam desde o envio de bilhetes, até recados verbais repassados de um preso para outro e retransmitidos durante a visita íntima, por exemplo. A portaria que inicialmente suspendeu por 30 dias as visitas íntimas e com contato, além daquelas em parlatório, foi estabelecida poucos dias após o episódio que culminou na morte da especialista federal em execução penal.

Datada de 29 de maio de 2017 a decisão foi tomada pelo Diretor Geral do DEPEN, após o período de suspensão de trinta dias nova portaria foi editada (nº 327/2017) que permitiu a retomada da visita em parlatório e a permanência da vedação quanto àquelas com contato e íntimas. Ao longo desta portaria (nº 327/2017) são descritos os motivos ensejadores das restrições: os episódios que culminaram na morte dos agentes federais cujos nomes são descritos nominalmente, além da *Operação Epístola*, deflagrada naquele ano e que apontava as implicações da transmissão de informações através das visitas íntimas.

Na sequência, no mês de agosto, outra portaria (nº 718/2017) é publicada vindo a reintegrar a visita íntima e com contato no rol de direitos assistidos aos custodiados nas unidades federais, todavia, limitada apenas para os custodiados em unidades federais que ali estivessem na condição de réu colaborador ou delator premiado. Nos demais ca-

²⁰ Batizada com esse nome, a operação demonstrava por meio de um compilado de pequenos bilhetes as ordens direcionadas às atividades associadas a mercância de drogas e outras atividades ilícitas g1.globo.com último acesso 07/04/2022.

sos, relativos às hipóteses previstas no decreto nº 6.899/2007 e que versam sobre perfis de custódia em decorrência do “interesse da segurança pública” não seriam permitidas.

A partir desta última portaria do mês de agosto, pleitos judiciais foram apresentados questionando a restrição imposta, com destaque para a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 518/2017 que junto ao STF questionou, *grosso modo*, que esta decisão feria tratados internacionais de direitos humanos e das pessoas presas dos quais o Brasil seria signatário. Apesar de diferentes ações e algumas decisões iniciais da justiça federal em primeiro grau que reintegraram a visita, o quadro geral foi pela manutenção da proibição.²¹ Em 2019, com a sanção da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) essa discussão foi em parte arrefecida. Pois, desde então, a regra legal é que a visita em presídios federais está limitada às modalidades virtuais e em parlatório, assim, os custodiados recebem visitas somente sem contato. O advento da pandemia do coronavírus e as medidas sanitárias recomendadas no ano de 2020 vieram a suspender as visitas em parlatório, tendo sido retomadas tão somente no início do ano de 2022 (Portaria nº 09/2022).

A respeito do entendimento da proibição das visitas íntimas e com contato em presídios federais é apontado pelos entrevistados:

Por exemplo, para um sistema de segurança máxima e lembre-se, sempre que estou falando de Sistema Penitenciário Federal, estou falando de Sistema de Segurança Máxima. Não é adequado a visitação íntima, que é algo costumeiro nos presídios estaduais, nas administrações penitenciárias estaduais, mas para um perfil de segurança máxima não é adequado. E por que não? Porque o grande diferen-

²¹ A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi proposta no STF pelo Instituto Anjos da Liberdade e pedia a declaração da inconstitucionalidade dos art. 1º e 2º da portaria, pela violação de dispositivos constitucionais, bem como, dos tratados internacionais.

cial da segurança máxima é que se consiga durante todo o período em 24 horas, sete dias por semana, fazer o monitoramento das pessoas presas, em todos os seus aspectos, todas as suas conversas. Então, isso é necessário que se tenha um controle muito rígido, muito forte sobre as conversas, as comunicações. E quando você tem, por exemplo, visita íntima, você não tem condições de ter esse controle. Então, é possível, dentro do campo da possibilidade, é possível que informações do mundo exterior e eventualmente ordens serão enviadas de dentro de uma penitenciária para o mundo exterior. Isso pode acontecer muito facilmente, porque é um ambiente, que se você tem visita íntima, você não pode monitorar. Então, é uma situação delicada. A visita com contato físico sem monitoração, também não é adequada. Então, quando nós estamos tratando e, friso novamente, de um ambiente de segurança máxima, esses pontos são tratados como vulnerabilidades e essa vulnerabilidade foi sanada no ano de 2019, quando foram restringidas as visitas íntimas e o contato físico entre presos e seus visitantes, que hoje é realizado somente via parlatório, ou seja, por vidro e, em todo caso, monitorado em tempo real. (Entrevistado 3)

Eu vi que foram pontos marcantes para que aquela força que já tenha de dizer: não, a fraqueza do sistema está aqui, a morte dessas pessoas foi determinante para que o sistema endurecesse nesse sentido, de a gente vai manter a visita íntima, a gente vai deixar que eles continuem influenciando lá fora, porque ele está isolado por algumas coisas, ele não está indo para o restaurante, beleza. Ele não está em cinema (sic), mas ele está comandando lá fora. (Entrevistado 4)

A visão dos entrevistados é ilustrativa para observar como as restrições foram consideradas pertinentes à medida que os episódios envolvendo agentes e especialista federais, bem como, o entendimento de que as visitas seriam o ponto de transmissão de mensagens exigiam uma ação mais efetiva pelo governo federal, neste caso, com a supressão das visitas nestas modalidades. As decisões administrativas e posterior determinação legal que vieram no sentido de proibir visitas íntimas e com contato, interferiram na vida prisional para as populações dos presídios federais. Pois, apesar da rigorosa rotina as

visitas sociais com contato e íntimo conferiam a possibilidade de um momento diverso à forte disciplina e vigilância na vida dos custodiados.

Nesse sentido, ainda que em tais estabelecimentos a importância da visita não esteja vinculada, por exemplo, à provisão de itens que permitam a subsistência da pessoa presa como ocorre nas unidades estaduais. A sua significância segue no sentido de conferir afeto e interação distinta daquelas 22 horas de isolamento diários massivamente marcadas pelo isolamento, ociosidade e o cumprimento de rigorosos protocolos de disciplina.

O caráter não individualizado da suspensão das visitas e depois da incorporação legal de sua proibição, ajudam a fortalecer a perspectiva de que o Sistema Penitenciário Federal é um modelo cujo seu “aperfeiçoamento” deve ser orientado por uma maior rigidez nas suas práticas e protocolos. Desse modo, a narrativa de que o governo federal possui o controle e efetiva capacidade de disciplinar e restringir a atuação das lideranças das facções criminosas, sobretudo a partir de um modelo cada vez mais rigoroso de monitoramento e vigilância.

Se por um lado isso fortalece a identificação dos presídios federais como ilhas de controle e punição (ainda que não sejam destinadas ao cumprimento de pena), satisfatórias no enfrentamento às facções criminosas. Por outro lado, implica em inferir que estes grupos deveriam ter sido desestabilizados pela ausência da gestão e liderança dos indivíduos caracterizados como “cabeças” e/ou “lideranças” e que estariam custodiados no Sistema Penitenciário Federal, inclusive, aqueles que estão há muitos anos em tais estabelecimentos, como é o caso do preso número 001, o “Fernandinho Beira-Mar”, que está desde 2006 mantido sob custódia em presídios federais.

Dias (2009), ao ponderar sobre o RDD em São Paulo, aponta que

naquele modelo de sanção, sua utilização se devia mais como medida para: “estabelecimento de limites para o exercício do poder da facção [PCC] sem que isso signifique sua desorganização” (DIAS, 2009, p. 139). A partir dessa linha de raciocínio, após quase cinco anos da proibição da visita íntima pode se cogitar que se isso não desencadeou um enfraquecimento das relações e atividades empreendidas pelas facções criminosas, os presídios federais poderiam ser considerados como pouco expressivos para este propósito. Seja porque esse modelo de aprisionamento não atende a essa necessidade, ou ainda, porque cada vez mais as facções criminosas teriam se dinamizado a ponto de suas atividades não estarem centralizadas em uma ou algumas poucas lideranças (DUARTE, 2022).

Além disso, com a supressão das visitas pode se argumentar que ocorre um fechamento quase que total de tais estabelecimentos à sociedade, sobrando pouco espaço para observância e compreensão das práticas e dinâmicas implicadas na rotina nos presídios federais. Ao acentuar protocolos de monitoramento e controle, inibindo interações com indivíduos que possuem contato com o mundo externo, ocupa-se de suprimir relações que podem provocar algum (novo) impacto na narrativa de eficiência deste modelo.

Assim, enquanto os estudos sobre prisões no Brasil têm apontado a porosidades das fronteiras entre as dinâmicas do dentro e fora da prisão (MELO; PAIVA, 2021; MANSO; DIAS, 2020; GODÓI, 2017) com a proibição das visitas íntimas e contato aponta-se que os presídios federais teriam atingido uma aproximação factual à perspectiva das *supermax*. Desse modo, eventuais interações e intervenções externas que possam afetar a rotina prisional tornaram-se ainda mais desencorajadas e/ou suprimidas.

Considerações Finais

O surgimento e consolidação das facções criminosas no Brasil, certamente, provocou transformações relativas às dinâmicas prisionais, mas também, para além destes espaços, com reflexos na segurança pública dos estados e em âmbito nacional (MANSO; DIAS, 2017). A criação do Sistema Penitenciário Federal se insere como uma proposta encampada pelo governo federal à época, que seria supostamente capaz de contribuir para desestruturar ou reduzir a influência de tais grupos nas dinâmicas criminais. Desse modo, ao tomar por referência um modelo de aprisionamento rigoroso tal como as *super-max* explora-se a ideia (e a prática) de que o monitoramento e segurança ostensivos seriam capazes de enfraquecer estes agrupamentos, incidindo na realidade prisional e criminal em nível local e nacional.

O atendimento às visitas com contato e íntima corresponderiam inicialmente à proposta de possibilitar que as populações custodiadas em tais espaços pudessem seguir usufruindo, ao menos, de um hábito e direito bastante representativo e difundido na cultura prisional brasileira. A alteração ocorrida a partir de 2017 veio a promover uma ruptura significativa, à medida, que a rotina extenuante e repetitiva da dinâmica prisional federal perderia um dos últimos elos e *contatos* com o mundo externo. Restando apenas o atendimento de advogados, a prestação religiosa e eventualmente educacional como ocasiões em que se interage pontualmente com pessoas que não sejam outros custodiados ou membros do corpo funcional do presídio federal.

A edição da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) além de ratificar a posição adotada pelo DEPEN desde 2017, trouxe consigo o fortalecimento da narrativa de que a excepcionalidade do Sistema Penitenciário Federal comportaria a necessidade de se suprimir pon-

tos vulneráveis e neste caso, seriam as visitas. Desse modo, pode-se notar que a defesa da segurança pública em sua abstração ou de forma mais detida, após a execução dos agentes federais e da especialista federal vieram a dar suporte para ações consideradas como mais efetivas no sentido de tornar os presídios federais alheios a desestabilizações. Ainda, que para isso, tais determinações tivessem caráter generalizante e de impacto expressivo e imediato aos custodiados e suas famílias.

Os efeitos e impactos da supressão das visitas com contato carecem de maior compreensão, no entanto, gostaríamos de chamar a atenção para dois pontos significativos. O primeiro, diz respeito a dimensão individual, relativa aos custodiados que estão *efetivamente* apartados do mundo externo, sem poder contar com interações afetivas e sociais, que são humanamente relevantes e conforme estudos sobre *supermax* já apontaram, são essenciais para evitar a deterioração mental de pessoas em situação de prisão em estabelecimentos com tais características (KUPERS, 2017; REITER, 2016). A outra perspectiva refere-se a própria narrativa de eficácia do Sistema Penitenciário Federal, uma vez, que se as relações das facções criminosas teriam se dinamizado a ponto de não ser preciso centralizar em um indivíduo a tomada de decisões relativas a tais agrupamentos, como justificar a custódia por longos anos de determinados indivíduos? E ainda, se estes indivíduos já teriam sido neutralizados pelos presídios federais, porque as facções criminosas tiveram pouca ou nenhuma afetação de suas atividades? Tais questões, certamente, estão longe de serem respondidas e não foram abordadas neste texto, contudo deixam indícios de que o fechamento do Sistema Penitenciário Federal às visitas e a sociedade brasileira não devem ser interpretados somente como a capacidade de fortalecer a defesa e segurança pública local e nacional.

Mas que projetam uma radicalização nas formas de controle e por consequência, de punição, dirigida a determinados indivíduos, a partir, de novos modelos e arranjos de aprisionamentos no país.

Referências

CALDEIRA, César. A política do Cárcere Duro — Bangu 1. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1): p. 87-102, 2004.

CASTRO, Karolina. A. P. *Sistema Penitenciário Federal: estudo sobre regimes disciplinares e confinamento solitário*. (2019). Dissertação de Mestrado (Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília. Brasília.

DIAS, Camila C. N. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 3, filiação 5, Ago/Set, p. 129-144, 2009.

DIAS, Camila C. N. *Hegemonia nas prisões e o monopólio da violência*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Coleção Saberes Monográficos.

DIAS, Camila C. N. Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político. Friedrich Ebert Stiftung. *Análise* nº 28, p 1-29, 2017.

DUARTE, Thais, L. *Amor em cárcere: relações afetivas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. 2015. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

DUARTE, Thais, L. Uma questão de força? Debates sobre prisões federais e expansão do Primeiro Comando da Capital. *Revista Direito GV*, São Paulo. v. 18, n. 1, jan/abr, 2022. doi.org

GODÓI, Rafael. *Fluxos em cadeia: As prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GÓES, Eda Maria. *A recusa das grades: Rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986*. São Paulo: IBCCRIM, 2009. (Monografias, 54).

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8ª Edição, 1ª Reimpressão, São Paulo: Perspectiva, 2010.

KUPERS, Terry, A. *Solitary: The inside story of supermax isolation and*

- how can abolish it. Okland, California: University California Press, 2017.
- LAGO, Natália, B. *Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão*. 2019. Tese de Doutorado (Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH–USP). São Paulo.
- MANSO, Bruno e DIAS, Camila N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 11, n. 2, p 10-29, ago/set, 2017.
- MANSO, Bruno e DIAS, Camila N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia. 2018.
- MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Fábio. S. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. *Revista USP*, 1(129), p 47-62, 2021. doi.org
- MEARS, P. Daniel. Supermax Prison: The policy and the Evidence. American Society of Criminology. *Criminology & Public Policy*. volume 12, issue 4, p. 681-719, 2013.
- NUNES, Walter. Sistema Penitenciário Federal: O regime prisional de líderes de organizações criminosas. *Revista Brasileira de Execução Penal*. Brasília, v. 1, n. 2, p. 101-134, jul/dez, 2020.
- PAIVA, Luiz. F. “Aqui não tem gangue, tem facção” as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 32, n. 65, p 165-184, jan/abr, 2019.
- PIZARRO, Jessenia. M.; NARAG, Raymund, E. Supermax prison: what we know, what we do not know, and where we are going. *The Prison Journal*. volume 88, number 1, march, p. 23-42, 2008.
- REITER, Keramet. *23/7: Pelican Bay Prison and the rise of long-term solitary confinement*. Yale University press, 2016.
- REISHOFFER, Jefferson C. *A Psicologia no Presídio Federal: Dos pareceres técnicos às produções de “alta periculosidade”*. 2015. Dissertação de Mestrado (Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- ROSS, Jeffrey I. *The globalization of supermax prisons*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 2013.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, jul/dez 2006.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila N; SILVESTRE, Giane. Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária. *Estudos de Sociologia*. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 333-351, 2012.

SILVA JÚNIOR, Walter, N. *Execução Penal no Sistema Penitenciário Federal*. Natal: OWL, 2020, p. 399.

LA. *Dias de visita: Uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2013.

Relatórios

Conselho da Justiça Federal, III Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal: Enunciados, Brasília, novembro de 2012.

Conselho da Justiça Federal, VIII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal: Enunciados, Brasília, setembro de 2019.

Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN. Anuário do Sistema Penitenciário Federal 2015, 1ª Edição: Brasília, 2016.

Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN. 2º Anuário do Sistema Penitenciário Federal 2016. 2ª Edição: Brasília, 2017.

Notícias

ADORNO, Luís; COSTA, Flávio; KONCHINSKI, Vinicius. PCC cria núcleo para administrar imóveis e abrigar familiares de presos. *Folha de São Paulo*. 11 agos. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso: 03/04/2022.

AGENTES penitenciários de Catanduvas protestam contra liberação de visitas íntimas. *G1*, Paraná, 03 agost. 2017. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 07/04/2022.

COSTA, Flávio. Monitoramento, emboscada e tiros no rosto, como o PCC matou psicóloga de prisão federal. *UOL*. São Paulo, 24 jul. 2017. Disponível em: noticias.uol.com.br. Acesso em: 07/04/2022.

COSTA, Flávio. PCC matou 3 agentes para intimidar e desestabilizar servidores de presídios federais. *UOL*. São Paulo, 29. Jun. 2017. Disponível em:

noticias.uol.com.br. Acesso: 07/04/2022.

MARTINS, Marco Antônio. *G1*, Rio de Janeiro, 24 mai. 2017. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 07/04/2022.

RELEMBRE, a morte de Tim Lopes, torturado e executado por traficantes da Vila Cruzeiro. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 22 set. 2020. Disponível em: extra.globo.com. Acesso em: 16/04/2022.

Resumo:

O artigo discute as transformações das visitas com contato e íntimas no Sistema Penitenciário Federal. Os presídios federais foram criados em meados dos anos 2000 como parte de uma agenda de enfrentamento às facções criminosas. As visitas foram proibidas em 2017, sob a justificativa de estarem sendo utilizadas para a transmissão de mensagens e “salves”, especialmente, após operações policiais e episódios de violência fatal contra agentes federais de execução penal. Por meio de entrevistas com atores envolvidos na execução desta política penitenciária, somada a análise de normas e documentos produzidos pelo DEPEN, argumentamos como a mudança em relação às visitas contribuiu para que os presídios federais se tornassem mais rigorosos para sua população, além de se fechar ainda mais à intervenção social externa.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário Federal; visita íntima; visita; facções criminosas; presídios federais.

Abstract:

The article discusses the transformations of contact and intimate visits in the Federal Penitentiary System. Federal prisons were created in the mid-2000s as part of an agenda to combat criminal gangs. Visits were banned in 2017, on the grounds that they were being used for the transmission of messages and “salves”, especially after police operations and episodes of fatal violence against federal criminal enforcement agents. Through interviews with actors involved in the execution of this penitentiary policy, in addition to the analysis of norms and documents produced by DEPEN, we argue how the change in relation to visits has contributed to making federal prisons more rigorous for their population, in addition to closing even more to external social intervention.

Keywords: Federal Penitentiary System; intimate visit; visit; criminal groups; federal prisons.

Recebido para publicação em 29/04/2022.
Aceito em 11/10/2022.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Fações criminosas: um balanço da produção acadêmica no Brasil (2000-2022)

Luiz Claudio Lourenço

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-6781-0230>

lulalourenco@gmail.com

Fações criminosas: um fenômeno criminal e social

Nas últimas décadas, os textos que mapearam a produção sobre crime e violência no país apontaram contribuições significativas e o crescimento da área dos estudos prisionais, mostrando a incontornável importância de se levar em conta crime e prisão como partes integrantes de uma mesma dinâmica (ZALUAR, 1999; ADORNO, 1993; MISSE et al. 2001; SALLA, 2006; CAMPOS; ALVAREZ, 2017; LOURENÇO; ALVAREZ, 2018).

Nas ciências sociais, a literatura que discute a atuação de grupos criminosos dentro e fora das prisões conta com uma série de trabalhos

em diversos contextos geográficos (DECKER, KATZ; WEBB, 2008; JACOBS, 1974; PHILIPPS, 2012; PYROOZ, DECKER; FLEISHER, 2001; SKARBEEK, 2010, 2011). Hoje, as chamadas facções criminosas constituem parte integrante da cadeia de relações econômicas, sociais e políticas dentro das unidades prisionais, influenciando também as dinâmicas em áreas urbanas, onde exercem poder. Assim, é possível dizer que o crescimento desse fenômeno social nas últimas duas décadas teve um duplo impacto, por um lado nas prisões, por outro em áreas urbanas.

Mas, antes de avançar no detalhamento do desenvolvimento dos trabalhos que discutem dinâmicas criminosas dentro e fora das prisões, é necessário delimitar o que estamos falando quando usamos o termo “facção criminosa”? Uma definição operacional requer, aqui, a percepção de sete fatores fundamentais que fazem parte da configuração desses grupos e balizarão nossa construção conceitual de facção criminosa.

1. “Proceder” e pertencimento ao “mundo do crime”: os agrupamentos descritos nos diferentes trabalhos observados aqui são compostos por indivíduos inscritos dentro do “mundo do crime”, que compartilham códigos e valores de sociabilidade entre seus membros. Assim, o chamado “proceder” opera como um tipo de ordenamento social dentro do cárcere, mas que também se dilata para áreas de influência das facções, como o espaço urbano periférico (RAMALHO, 2002; MARQUES, 2010).
2. Ganhos econômicos no crime e empreendimentos criminais: as facções se caracterizam por ter nas atividades ilícitas um empreendimento econômico de geração de renda, ou seja, sua existência e seus ganhos dependem fortemente de suas atividades

dentro do crime. A facção é um meio de garantir os ganhos econômicos de seus membros. Nas prisões, também adotam uma lógica econômica que estabelece um empreendimento que ganha dividendos ao garantir aos internos acesso a bens e serviços (NAYLOR, 2000; COELHO, 2005).

3. Atuação “prisão-rua”: os grupos analisados em vários contextos não restringem a sua atuação a espaços prisionais ou a periferias urbanas. Exercitam seu poder e influência dentro das prisões, mas comandam também empreendimentos ilícitos fora dos cárceres, sobretudo em áreas periféricas e empobrecidas de grandes centros urbanos (HAGEDORN, 2005; DOWDNEY, 2003; FELTRAN, 2010).
4. Estrutura organizacional e hierarquia: os grupos criminosos em suas diferentes configurações adotam hierarquias, estruturas e designam tarefas específicas para seus membros (SKARBEEK, 2010; FELTRAN, 2010; DIAS, 2011; BIONDI, 2014).
5. Normas e regimentos instituídos: há um esforço em comum — que pode ser mais ou menos intenso e/ou uniforme, a depender de vários fatores — em normatizar e regulamentar o comportamento dos seus membros e de todos os que estão sob sua influência (SKARBEEK, 2010; DIAS, 2009; RIBEIRO; OLIVEIRA; BASTOS, 2019).
6. Punições e uma economia política da violência: o uso da violência não é tido como o primeiro nem único instrumento de coerção. Os mecanismos de correção e punição passam por uma gama diversificada que inclui a violência, mas não se resume a ela. Além disso, a força no espaço prisional e periférico passa

a ser instrumentalizada a favor da estruturação do grupo, e não mais como atributo individual (SKARBEEK, 2010; FELTRAN, 2010).

7. Apelo identitário, cultural e ideológico: embora de forma diferente e com maior ou menor intensidade, percebe-se a existência de uma dimensão que pode ser moral, ideológica ou política, cuja compreensão extrapola a perspectiva da racionalidade econômica. Essa dimensão traz a ideia de pertencimento a uma causa maior, ou seja, a uma coletividade imaginada (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; RIBEIRO; OLIVEIRA; BASTOS, 2019).

Cada um desses fatores presente nas facções criminosas são discutidos em profundidade na literatura referendada sobre o tema. A conjunção deles como síntese de definição para facção criminosa nos dá um conceito mais claro e um objeto mais robusto para trabalharmos sociologicamente.

Na literatura em língua inglesa, não há correspondente conceitual para “facção criminosa”; contudo, muitos desses fatores elencados acima se encontram nos conceitos de *criminal groups* e *prison gangs*. Skarbek (2010, 2011), por exemplo, estudando *La Nuestra Familia*, adota uma definição interessante e observa que este grupo é uma organização que usa a violência em empreendimentos ilícitos dentro e fora das prisões. Outros estudos que tratam da atuação e transformação das *Maras* na América Central apontam não só a atuação de tais grupos na prisão e nas ruas, mas o seu desenvolvimento em sofisticação política e internacionalização (MIGUEL CRUZ, 2010). Ou seja, o que é importante quando nos debruçamos sobre esse fenômeno social é que estamos a tratar de um conjunto de relações que ocorre contem-

poraneamente em diferentes contextos e acaba tendo denominações distintas, embora tenha fatores estruturantes similares.

A instauração de facções no Brasil: de falanges e serpentes a comandos

Desde a década de 1970, estudos retratam o fenômeno de criação de coletivos conhecidos como “facções” no interior do sistema penitenciário de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O Comando Vermelho (CV), inicialmente conhecido como Falange Vermelha, ofereceu os primeiros contornos dessa experiência de relação entre presos, que teve repercussões fora das prisões (PAIXÃO, 1987; COELHO, 2005). Antônio Luiz Paixão foi um dos primeiros dentro da sociologia brasileira a falar de maneira mais analítica sobre esses grupos dentro das prisões, a despeito de naquela época as “falanges” e as “serpentes”¹ ainda não serem uma realidade em Minas Gerais.

A referência empírica mineira deste trabalho não pode servir de escusa a uma não-discussão do tema central do debate público de problemas penitenciários no Brasil — o papel e as atividades de grupos organizados de prisioneiros na constituição, manutenção e desestabilização da ordem social de presídios e penitenciárias (PAIXÃO, 1987, p. 73).

Dentre os fatores levantados por Paixão para a ascensão desses grupos (e que ainda hoje são importantes nas discussões sobre o tema) está o perfil dos internos, além da circulação de presos, via transferências de lideranças, o que alastraria a atuação desses grupos por várias unidades prisionais. Ele também pondera e relativiza a influência das organizações de esquerda na mobilização desses grupos.

¹ Referência à Falange Vermelha existente no Rio de Janeiro e ao grupo Serpentes Negras, supostamente existente em São Paulo.

A combinação “perversa”, em “falanges” e “serpentes”, de assaltantes de banco e traficantes de tóxico, reincidentes e com longas penas a cumprir, é consistente com o comentário, em seção anterior deste trabalho, sobre a *modernização* da criminalidade metropolitana no país. Antes do contato com militantes de esquerda ou com membros de organizações de direitos civis, as atividades práticas de assalto a banco e tráfico de drogas já ensinara aos “novos” bandidos a ação organizada como requisito de eficiência. (PAIXÃO, 1987, p. 76-77)

Em meados da década de 1990, com o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC)² houve o aperfeiçoamento da organização dos internos, e essa organização rapidamente se capilarizou não só pelo estado de São Paulo, mas também atuando de maneira direta e indireta em outros estados do Brasil. Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (2009), já contávamos com mais de 30 facções atuando nas prisões brasileiras na década passada. Hoje, além do poder exercido em inúmeras prisões, as principais facções do país, o PCC e o CV, também já estabelecem influência e passam a atuar em países vizinhos, tais como Paraguai, Bolívia e Peru (MANSO; DIAS, 2017).

Metodologia

Para realizar este levantamento, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (catalogodeteses.capes.gov.br), que congrega atualmente as informações dos programas de pós-graduação do país. Esse banco de informações é formado a partir do sistema de “coleta”, em parceria com a área de tecnologia da informação da CAPES. O Catálogo vem sendo usado como ferramenta para produção de revisões bibliográficas de diferentes temas dentro das ciências sociais em

² Segundo podemos apurar, o PCC aparece em 1993, sendo que sua existência é veiculada nos meios de comunicação apenas em 1997.

virtude da representatividade e da abrangência dos trabalhos científicos veiculados na plataforma (DE AZEVEDO SOARES, 2021; ALEGRIA et al. 2020).

Dentro do intervalo temporal de 2000 a 2022, usamos como descritores de pesquisa os seguintes termos: “facção”, “facções”, “facção criminosa”, “facções criminosas”, “grupos criminais”, “grupo criminal”, “grupo criminoso”, “grupos criminosos”, “PCC”, “Comando Vermelho”. Os descritores “facção” e “facções” foram usados junto com o booleano “AND”, para restringir a amplitude da pesquisa, interseccionando os termos “violência” e “crime” — o que permitiu agrupar referências condizentes com os objetivos aqui propostos. Foram inclusas na pesquisa a presença dos descritores no título e/ou no resumo.

Os resumos das referências encontradas foram lidos integralmente para verificar se de fato o tema abordado se adequava aos critérios do fenômeno do qual estamos aqui tratando. Assim, todas as análises aqui feitas se referem a trabalhos que efetivamente fazem menção a facções criminosas que atuam no país. Todas as referências de grupo(s) criminoso(s) que não diziam respeito às dinâmicas aqui examinadas (tais como estudos sobre grupos criminosos ligados a estelionato, falsificação, etc.) foram excluídas. Também excluímos referências repetidas. Ao todo obtivemos 212 registros de distintas áreas do conhecimento.

Para uma análise mais detalhada, nas produções das Ciências Sociais, que porventura não tinham seus resumos disponíveis no catálogo CAPES, também foram pesquisados os repositórios institucionais para complementar possíveis lacunas de informação. Sabemos que, mesmo com os procedimentos e cuidados aqui adotados, o levantamento realizado poderá não contemplar toda a produção acadêmica

de teses e dissertações no período; salientamos, contudo, que as eventuais ausências não têm nenhum caráter intencional. Nossa pretensão, aqui, não foi fazer um estudo exaustivo (incluindo tudo o que foi produzido), mas uma pesquisa descritiva e prospectiva. Neste sentido, o catálogo CAPES se mostrou uma boa fonte de informações.

A seguir exibiremos e discutiremos os resultados dessa pesquisa bibliográfica, de modo a pontuar aspectos comuns e frequentes observados nas produções e realizar uma análise mais pormenorizada dentro do campo das Ciências Sociais. No caso das teses e dissertações defendidas nas Ciências Sociais, foram examinadas ainda as abordagens metodológicas empreendidas na pesquisa.

A expansão e abrangência das facções na academia

Um primeiro dado que chama atenção é o volume da produção que menciona “facções” e/ou “grupos criminosos” como parte integrante de seus problemas de estudo. Olhando as últimas revisões bibliográficas feitas no campo dos estudos prisionais e de violência, já era possível perceber a tendência de crescimento desses trabalhos (SALLA, 2006; CAMPOS; ALVAREZ, 2017; LOURENÇO; ALVAREZ, 2018; FACHINETTO et al., 2020).

Além disso, o tema “facções criminosas” se mostrou presente em diversas áreas do conhecimento, tendo, contudo, parcela significativa de sua produção realizada dentro nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais (incluindo aí Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Ciências Sociais), como é possível ver abaixo (Tabela 1).

A diversidade de áreas encontradas, para além das Ciências Soci-

Tabela 1 – Distribuição de teses e dissertações que tratam de Facções Criminosas (2000-2022)

	Ciências Sociais n (%)	Outras Áreas n (%)	Total n (%)
Teses	22 (39,3)	34 (60,7)	56 (100)
Dissertações	45 (28,8)	111 (71,2)	156 (100)
Total	67 (31,6)	145 (68,4)	212 (100)

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

ais, nos mostra o quanto este tema tem visibilidade na agenda de pesquisa das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e o quanto tem potencial de transversalidade e transdisciplinaridade. Ao longo do período, pode-se perceber que houve uma tendência de crescimento de produções em outras áreas do conhecimento (Gráfico 1).

Nas Ciências Sociais Aplicadas, chama a atenção as produções na área do Direito, sobretudo apontando as fragilidades e dificuldades legais, tanto na tipologia criminal quanto no comportamento do judiciário, para lidar com esse tema (CORDEIRO, 2009; LOPES, 2011; CORREIA, 2021).

Na Comunicação (10), destacam-se os estudos que analisam a cobertura que a mídia dispensou nos eventos relacionados aos *Ataques de maio* promovidos em 2006 pelo PCC em São Paulo (ALBANI, 2007; COUTO, 2009; LOPES, 2008). A parcialidade e a ênfase em uma cobertura falha que difundiu mais medo do que informação foram frequentemente descritos nesses trabalhos. Já nas Ciências Humanas, para além das Ciências Sociais, o destaque está na produção em Psicologia (10), Geografia (7), Educação (7), Serviço Social (6) e até mesmo Teologia/Ciências da Religião (3). No que se refere à Geografia (7), é importante mencionar a produção de programas afins, como: Estudos urbanos e regionais (1), Estudos fronteiriço (1) e Ges-

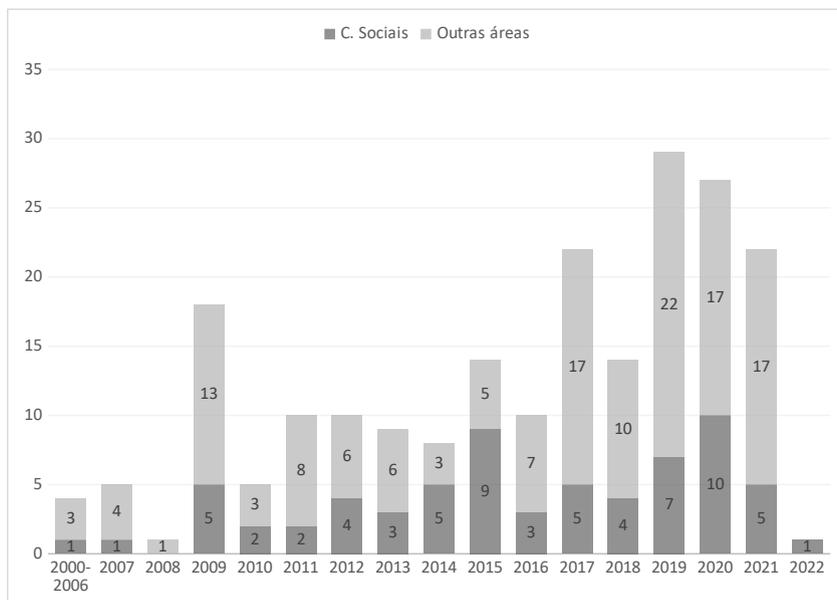


Gráfico 1 - Teses e dissertações nas Ciências Sociais e em outras áreas (2000-2022)

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

tão integrada do território (1).

Dos trabalhos encontrados, 29 dissertações foram realizadas em mestrados profissionais (sendo 14 na área de Segurança Pública, Ciências Criminais e afins), o que revela uma preocupação importante dos operadores de segurança com a formação acadêmica sobre o tema.

As dinâmicas de regionalização da produção se mantiveram semelhantes tanto para as Ciências Sociais quanto em outras áreas de conhecimento, sendo que a maior parcela dos trabalhos se concentrou na região Sudeste, tendo como objeto de estudo o PCC (Tabela 3). Esse dado se explica, em parte, dado a centralidade, importância e visibilidade do Primeiro Comando da Capital. Ao todo, contabilizamos 33 estudos que tratavam de questões referentes ao PCC, sendo

Tabela 2 – Teses e Dissertações nas diferentes áreas do conhecimento (2000-2022)

Área	Diss.	Teses	Total
Administração	1		1
Arquitetura	2		2
Ciências Criminais	2	1	3
Ciências da Religião/ Teologia	2	1	3
Coginição e Linguagem	1		1
Comunicação	9	1	10
Crítica Cultura	1		1
Direitos Humanos	4		4
Demografia	1		1
Desenvolvimento Local	1		1
Desenvolvimento Regional e Urbano	1		1
Direito	33	11	44
Estudos Comparados Sobre As Américas	0	1	1
Estudos Fronteiriços	1		1
Economia	3	1	4
Educação	3	4	7
Estudos Estratég. da Defesa e da Segurança	0	2	2
Estudos Urbanos e Regionais		1	1
Geografia	5	2	7
Gestão Integrada do Território	1		1
História Social	1	1	2
Letras	1	2	3
Memória: Linguagem e Sociedade	1		1
Políticas Publicas	6		6
Psicologia	9	1	10
Química		1	1
Relações Internacionais	2		2
Saúde Coletiva	1	3	4
Segurança Publica/Cidadã	14		14
Serviço Social	3	3	6
	109	36	145

Fonte: catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

25 no Sudeste, 5 no Centro-oeste, 2 no Nordeste e 1 na região Sul.

Tabela 3 - Distribuição da produção total por região do país (2000-2022)

	Ciências Sociais		Outras áreas	
	n	%	n	%
Sudeste	39	58,2	80	55,2
Nordeste	18	26,9	28	19,3
Sul	5	7,5	17	11,7
Centro-Oeste	3	4,5	11	7,6
Norte	2	3,0	9	6,2
Total	67	100	145	100

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

A região nordeste também mostra expressividade no volume de suas produções, concentrando mais de cerca de $\frac{1}{4}$ (26,9%) de todas as teses e dissertações na área de Ciências Sociais e quase $\frac{1}{5}$ na demais áreas. Esse dado pode ser compreendido pela expansão de dinâmicas relacionadas às facções criminosas no Nordeste e pelo crescimento de dinâmicas de violência na região. Contudo, mesmo com essa expressiva produção na região nordeste (Alagoas 1, Bahia 5, Ceará 7, Paraíba 1, Pernambuco 1 e Rio Grande do Norte 3), ainda não há produções nos programas de pós-graduação nas áreas de Ciências Sociais dos estados do Maranhão, Piauí e Sergipe.

Dentre os programas de pós-graduação nas Ciências Sociais, a área de Sociologia é a que concentra a maior parte da produção, tendo 46,7% das dissertações e 45,5% das teses sobre facções criminosas (tabela 4). As afinidades de abordagens teórica, temáticas de estudo e metodologias de pesquisa dos trabalhos realizados nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Sociologia é um dado im-

portante que nos permite fazer uma análise integrada desses trabalhos que constituem a maioria da produção das diferentes áreas das Ciências Sociais.

Tabela 4 - Distribuição por áreas específicas das Ciências Sociais

Área do programa	Dissertações		Teses	
	n	%	n	%
Antropologia	7	15,6	4	18,2
Ciência Política	3	6,7	1	4,5
Ciências Sociais	13	28,9	6	27,3
Sociologia	21	46,7	10	45,5
Outros*	1	2,2	1	4,5
	45	100	22	100

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

*PPG Estudos de Cultura e Território e PPG Sociedade e Cultura.

Para fazer uma análise mais substantiva sobre os assuntos tratados foi feito um levantamento das palavras-chave das 45 dissertações e 22 teses encontradas, posteriormente essas palavras foram agregadas em categorias. Foram encontradas 14 categorias que no seu conjunto expressam 90,2% de todas as palavras-chaves. Olhando mais em detalhe, vimos que nos estudos realizados dentro das Ciências Sociais há uma preocupação por parte dos autores em situar conceitualmente seus trabalhos. A partir da análise realizada, vimos que termos que fazem referência a conceitos e abordagens são os mais mobilizados, cerca de 16,8% de todas as palavras-chaves se referem a isso. No que diz respeito a temas, as questões que tratam de gênero e geração, mais especificamente de juventude e mulheres, aparecem em cerca de 9,4% das palavras-chave encontradas, sendo a segunda categoria mais frequente, seguida por violência/vulnerabilidade 8,6% e prisão/punição

8,2%, conforme a tabela abaixo (Tabela 5).

Os dados mostram ainda que os estudos sobre facções criminosas nas Ciências Sociais tendem a mobilizar e a dialogar com questões ligadas às ações de controle social e da polícia, dizem respeito à descrição de dinâmicas locais (lugares), relacionam-se com políticas públicas, tráfico de drogas, manifestações culturais, sociabilidade e áreas periféricas. Esse conjunto de dados nos mostra como o tema facções criminosas acaba sendo um ponto de encontro e convergência para o estudo de muitas questões que acabam sendo modificadas a partir da existência e atuação desses grupos.

Tabela 5 – Categorização das palavras-chaves encontradas em teses e dissertações nas Ciências Sociais

categorias	n	%
Conceitos	41	16,8
Geração/Gênero	23	9,4
Prisão/punição	21	8,6
Violência/vulnerabilidade	20	8,2
Facção/facções	19	7,8
Polícia/controle social	16	6,6
Lugares	15	6,1
Crime/criminalidade	15	6,1
Política	12	4,9
Nomes de facção	10	4,1
Drogas	9	3,7
Cultura	8	3,3
Periferia/favela	6	2,5
Sociabilidade	5	2,1
Outros	24	9,8
Total	244	100

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (elaboração própria).

Nesse conjunto de teses e dissertações encontramos uma signifi-

cativa diversidade de abordagens metodológicas, com predominância de técnicas qualitativas; as mais frequentes são as entrevistas, a observação direta e análise documental. O esforço de pesquisa, em muitos trabalhos, mostra que os pesquisadores precisaram ficar um tempo significativo em campo tanto em periferias (RUOTTI, 2016) quanto em prisões (GODOI, 2015; DIAS, 2011). A política das instituições governamentais de não veiculação de dados oficiais sobre a existência e magnitude das facções criminosas no país explica em parte a tendência por trabalhos qualitativos, mas além disso, dentro de nossas Ciências Sociais, em especial no campo dos estudos da punição, há uma predileção por trabalhos de perfil indutivo, utilizando técnicas qualitativas (LOURENÇO; ALVAREZ, 2018).

Dentre as técnicas de pesquisa observadas, algumas diferem do *mainstream* de técnicas qualitativas mais usuais, é o caso das análises de trajetórias e das histórias de vida (FELTRAN, 2008; KRAHN, 2020). Tais estratégias de pesquisa podem revelar meandros de uma sociabilidade em que as facções são parte constitutiva. Poucos trabalhos utilizaram técnicas quantitativas, apenas dois trabalhos usaram de análise de dados secundários (SANTIBANEZ, 2012; SILVESTRE, 2016) e somente um de estatística inferencial (BASÉGIO, 2009).

Os temas e questões abarcadas mostram expressam as preocupações de pesquisas mais frequentes, as quais podemos agrupar em 6 eixos principais, a partir de sua centralidade nos trabalhos examinados:

- I. Sociabilidade juvenil e universo socioeducativo. O envolvimento de jovens no mundo do crime, a partir da *faccionalização* da juventude em bairros pobres periféricos (CANEPARO, 2015; SILVA, 2017; SANTOS, 2015; QUINDERE, 2020; PRATES, 2020) e no sistema socioeducativo (NERI, 2009; NO-

- GUEIRA, 2020; ANDRADE, 2020; SILVA, 2021);
- II. Vivência em periferias pobres, expressões culturais periféricas e em bairros populares com influência de facções, destacando as visões e perspectivas de sujeitos periféricos, moradores de áreas violentas onde atuam facções criminosas (CRUZ, 2009; ANDREA, 2013; BARROS, 2014; OLIVEIRA, 2017; SANTOS, 2019; FEITOSA, 2020; CARDOSO, 2021);
 - III. Mercado de drogas, características da disputa violenta entre facções rivais no mercado varejista de psicoativos e de manutenção de domínios, além de conflitos por conquista de novos territórios (LIMA, 2014, 2019; CONCEIÇÃO, 2015; CAMPOS, 2015; ALMENDRA, 2007);
 - IV. Enfrentamento das facções pelo estado, políticas de controle social e percepções de agentes estatais. A percepção e a perspectiva de agentes do estado, policiais nesses trabalhos contribui para a ampliação substantiva de argumentos e representações acerca das facções criminosas (SILVA, 2014; CARDOSO, 2015; SABORIO, 2015; MACEDO, 2015; ROSLLER JUNIOR, 2019; SILVESTRE, 2016; MIRANDA, 2016; ROMERO, 2020);
 - V. Inserção das mulheres e relações de gênero dentro das facções criminosas, tanto em áreas pobres de centros urbanos quanto em contextos de confinamento (MATTOS, 2014; BRITO, 2017; OLIVEIRA, 2020; GONÇALVES, 2021);
 - VI. Dinâmicas da ordem e sociabilidade nas prisões, cultura prisional e relações de poder entre os internos (FONSECA, 2002;

DIAS, 2011; HIGA, 2017; CARDOSO, 2019; ALMEIDA, 2021).

No que se refere à produção na área de Antropologia, notamos a unânime presença de técnicas etnográficas como ferramenta de pesquisa. A influência das facções nas relações de sociabilidade e afeto (MARQUES, 2010; GRILLO, 2013; PADOVANI, 2015) e as relações de gênero (OLIVEIRA, 2012; LIMA, 2013) foram os temas mais constantes. Não obstante, também foram estudadas as questões ligadas à presença de facções no sistema socioeducativo (MOREIRA, 2012) e as dinâmicas existentes nas facções prisionais (BIONDI, 2009, 2014; AMARANTE, 2019).

A área da Ciência Política, por sua vez, mostrou maior preocupação, se comparada proporcionalmente às outras, com processos macros e políticas de segurança pública, discutindo processos de governança (MOREIRA, 2020), modelos de gestão (TEIXEIRA, 2018), enfrentamento institucional (FREESTON, 2010) e funcionamento das instituições de Justiça (PEDRO, 2021). Essas preocupações de pesquisa foram executadas utilizando essencialmente dados secundários e análise documental.

Algumas considerações e desafios de pesquisa

Observando o volume da produção aqui analisada e as diferentes áreas do conhecimento envolvidas pode-se afirmar que facção criminosa, como definida no início deste texto, se apresenta como um objeto de estudo abrangente, multifacetado e transdisciplinar.

Contudo, há uma predominância em analisar parte ou aspectos da atuação desses grupos criminosos em detrimento de análises mais gerais que envolvam suas atuações tanto nas prisões quanto em suas

áreas de influência no espaço urbano. Como bem já apontaram Ribeiro e Teixeira (2017), o calcanhar de Aquiles, não apenas dos estudos sobre facções, mas sobre violência e criminalidade de uma maneira geral, está na dificuldade incorporar técnicas de pesquisa que possibilitem ir além do plano local e da análise descritiva. Isso coloca dificuldades para lograr uma produção mais abrangente do contexto nacional. Para além disso, ainda existem outros desafios que nos parecem importantes.

Se pensarmos nas questões mais constantes, o tratamento teórico e conceitual se coloca como uma preocupação, uma vez que se observa que poucos trabalhos apresentaram uma definição do fenômeno que estão tratando, não respondendo a uma pergunta fundamental: o que é uma facção criminosa? O pressuposto de que a definição compartilhada social e midiaticamente basta para definir facção criminosa empobrece teoricamente o debate. Esse desafio de aprofundamento teórico no campo de estudos prisionais já foi apontado anteriormente e continua presente (SALLA, 2006; LOURENÇO; ALVAREZ, 2018).

Além disso, a pouca elaboração conceitual coloca barreiras na análise comparativa de fenômenos semelhantes como os estudos de *prison gangs*, no contexto de países de língua inglesa (Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, África do Sul, por exemplo) ou *Maras* e *Clicas*, existentes em países de língua espanhola (Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, para citar alguns). Acreditamos que o presente texto possa ter contribuído nesta construção conceitual, na medida em que enumerou e descreveu características fundamentais do que se convencionou chamar facção criminosa.

A agenda pública ligada às dinâmicas de violência e a presença de atividades de facções criminosas em todas as regiões do país também influenciou a agenda de pesquisa acadêmica, que com o passar

do tempo aumentou sua produção em contextos diversos, como o Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Essa maior diversidade de estudos é importante uma vez que pode fornecer material para possíveis análises comparadas sobre diferentes estados do país, além de poder revelar especificidades não presentes em grupos que atuam a partir do Sudeste, como o PCC e o CV.

Em síntese, se por um lado a construção do diálogo com a literatura internacional ainda é incipiente, por outro lado, também é desafiadora a tarefa de incorporar e integrar as diferentes contribuições que vem se produzindo por todo o país. Contudo, o desenvolvimento das pesquisas aponta para as interações e intersecções de vários campos do conhecimento que começam a ser exploradas em produções que vão além de compreender ou explicar esse fenômeno como sendo uma preocupação analítica exclusiva da sociologia do crime, da punição ou mesmo da criminologia, mas como um objeto de estudo complexo.

Referências

ALBANI, João Gabriel. *Ao vivo em São Paulo: a produção de sentidos nas transmissões dos ataques do PCC*. 163 f. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO MACHADO, Rosana. *Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008–2018)*. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 93, p. 1-27, 2020.

ALMEIDA, Eduardo Lucas de. *A governança da ordem interna no sistema prisional: o caso da penitenciária Nelson Hungria*. 147 f. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

ALMENDRA, Carlos Aberto da Cunha. *Violência e Tráfico: O indizível e o impronunciável* — Cenas de Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo. 298

f. Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. *Tempo social*, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

AMARANTE, Natalia Firmino. *O certo pelo certo e o errado será cobrado*: narrativas políticas do sindicato do crime do RN. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ANDRADE, Iraci B. Vieira. “*A vida do crime é cruel*”: uma análise dos sentidos da punição para adolescentes autores de atos infracionais. 194 f. Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ANDREA, TIARAJU PABLO D. *A Formação dos Sujeitos Periféricos*: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 309 f. Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARROS, Tiara Alessandra Oliveira. *Alguma coisa está fora da ordem?*: relações de vizinhança no “pistão” — Salvador (BA). 171 f. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BASÉGIO, Leandro Jesus. *A transição criminológica nos municípios da RMPA*: uma análise a partir dos apenados nos anos de 1991 e 2000. 150 f. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BIONDI, Karina. *Etnografia no movimento*: território, hierarquia e lei no PCC. 334 f. Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado*: Imanência e Transcendência no PCC. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BRITO, Josiane Silva. *Relações de poder e representações acerca do trabalho da mulher presa*. 155 f. Mestrado em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade*: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. 313 f. Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CANEPARO, Karin Cristina. *Enredos, desenredos e segredos*: o jovem e o

crime organizado. 160 f. Mestrado em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CARDOSO, Alana D. Sousa. *Organizações criminosas em Mato Grosso à luz da associação diferencial: o caso dos salves determinados pelo Comando Vermelho na periferia de Cuiabá*. 144 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

CARDOSO, Gabriela Gomes. “*Fatores Associados à Distribuição Espacial dos Homicídios em Belo Horizonte*” 60 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARDOSO, Renata Mauro. *A Estrutura das Prisões e a Emergência de Grupos de Crime Organizado em Belo Horizonte*. 97 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CARNAVAL, Daniel B. de Resende. *O que resta é a pele: expressão e simbolismo das tatuagens de cadeia*. 170 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CAVALCANTE, Clenia T. Lucena. *As dinâmicas das ruas de Fortaleza: Os processos e transformações nas vidas de pessoas nas margens da cidade*. 99 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do Diabo E Outros Escritos Prisionais*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CONCEICAO, Thiago Neri da. *O comando é noiz: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador*. 165 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CORDEIRO, Marcello D. *Enfrentamento integrado e globalizado da criminalidade organizada transnacional: Estudo de caso Operação Oceânica*. 138 f. Mestrado em Direito. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

CORREIA, Liana Lisboa. *Adolescência, facções e pânico moral: uma análise sobre a reação do sistema de Justiça juvenil de Fortaleza aos ataques de janeiro de 2019*. 171 f. Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

COUTO, Cyro A. P. *Comunicação do Medo: os ataques do PCC*. 238 f. Mestrado em Comunicação e Cultura. Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2009.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. *Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. 294 p. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2009.

DE AZEVEDO SOARES, Silvio. “Além dos muros”: uma revisão das pesquisas sociológicas e antropológicas sobre a atual psiquiatria neurobiológica e extra-asilar. *BIB --Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 95, 2021.

DE OLIVEIRA, Márcio SBS. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 180-186, 2004.

DECKER, S. H.; KATZ, C. M.; WEBB, V. J. Understanding the black box of gang organization: implications for involvement in violent crime, drug sales, and violent victimization. *Crime & Delinquency*, Los Angeles, v. 54, n. 1, p. 153-172, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 386 f. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, p. 83-105, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, v. 23, p. 213-233, 2011.

DOWDNEY, L. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

DUARTE, Thais. PCC versus Estado? A expansão do grupo pelo Brasil. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, 2021.

FACHINETTO, Rochele Fellini et al. As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018). *Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, SP. N. 91 (fev. 2020), p. 1-39, 2020.

FEITOSA, Antônio L. Cordeiro. *Bairro brincante: estudo sobre entrecruzamentos de socialidades constitutivas de um bairro de Juazeiro do Norte-CE*. 206 f. Doutorado em Sociologia. Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência na periferia de São Paulo*. 363 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 5973, jan.–abr. 2010.

FONSECA, Mário. *Cartografia das resistências: uma análise antropológica do pavilhão oito da Casa de Detenção de São Paulo*. 146 f. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRESTON, Rodrigo Braga. *Combate ao crime organizado: um estudo do PCC e das instituições do sistema de justiça criminal*. 92 f. Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

GODOI, RAFAEL. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 246 f. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONCALVES, Rosangela Teixeira. *Irmãs, cunhadas e guerreiras: O encarceramento de mulheres em São Paulo e as dinâmicas do Primeiro Comando da Capital (PCC)*. 402 f. Doutorado em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2021.

GRILLO, Carolina C. *Coisas da Vida no Crime :Tráfico e roubo em favelas cariocas*. 291 f. Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GRIMBERG, Samirian V. *Luta de Guerreiros, Castigos de Ninjas e Amor de Rainhas: Etnografia de uma Rebelião Prisional* 141 f. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

HAGEDORN, J. M. The global impact of gangs. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, v. 21, n. 2, p. 153-169, 2005.

HIGA, Gustavo L. *Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização nos presídios em São Paulo (1983-1987)*. 166 f. Mestrado em SOCI-

OLOGIA: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2017.

ISSA, Yasmim. *Amigo Irmão CV*: Uma análise das cartas do coletivo do Comando Vermelho da Ilha Grande. 124 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JACOBS, J. B. Street gangs behind bars. *Social Problems*, Buffalo, NY, v. 21, n. 3, p. 395-409, 1974.

KRAHN, Natasha M. W. *Uma vida atrás das grades*: trajetórias de vida entrecortadas por internações e prisões. 291 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LIMA, Antônio dos Santos. *Rastros de Fogo e Sangue*: Estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejista de drogas na Grande Salvador. 144 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

LIMA, Antônio dos Santos. *Rotas Alteradas*: Estudo sobre Mercados de Drogas e Sociabilidade na Grande Salvador. 277 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

LIMA, Jacqueline S. Ferraz de. *Mulher Fiel*. As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 164 f. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LOPES, Luís Fernando. *Charge jornalística*: estudo do discurso chargístico da Folha de S. Paulo veiculado no período da crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). 95 f. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Nilza T. R. *Medida de Combate ao Crime Organizado*: Ação Civil de Extinção de Domínio, Uma Análise de Direito Comparado. 105 f. Mestrado em Direito. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

LOURENÇO, Luiz C.; ALMEIDA, O. L. de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 37-59, jun. 2013.

LOURENÇO, Luiz C.; ALMEIDA, O. L. de; DIAS, C. C. N. *Discutindo elementos para a definição e a atuação de coletivos de internos do sistema prisional de São Paulo e Bahia*. In: 39o Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. Anais do 39o Encontro Anual da ANPOCS, 2015. v. 1.

MACEDO, Henrique de L. dos S. *Confrontos de ROTA*: a intervenção po-

licial com resultado morte em São Paulo. 201 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MACHADO, Bruno Amaral; PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e justiça criminal na área metropolitana de Brasília: dinâmicas organizacionais e representações sociais. *Tempo social*, v. 28, p. 217-242, 2016.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 2, 2017.

MARQUES, Adalton José. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 119 f. Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATTOS, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. 198 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MEDEIROS, Francisco da Silva. *Representações sociais obre a violência entre moradores do condomínio Rubem Berta, em Porto Alegre — RS*. 124 f. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Fábio S. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. *Revista USP*, v. 1, n. 129, p. 47-62, 2021.

MIGUEL CRUZ, José. Central American maras: from youth street gangs to transnational protection rackets. *Global Crime*, v. 11, n. 4, p. 379-398, 2010.

MIRANDA, Yasmim L. R. *O Grupo de Intervenção Rápida (GIR): a gestão intramuros do encarceramento em massa no Estado de São Paulo*. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MOREIRA, Alex. *O PCC em São Paulo: “coletivo de presos” ou “organização criminosa”?* 110 f. Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MOREIRA, Fábio Mallart. *Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. 186 f. Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NAYLOR, R. T. *Economic and Organized Crime: Challenges for Criminal Justice*. Department of Justice, Research and Statistics Division, 2000. www.justice.gc.ca

NERI, Natasha B. R. E. “*Tirando a cadeia dimenor*”: A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 164 f. Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Jailson A. *Efetivação (e violação) de direitos por facções criminosas sob a perspectiva dos adolescentes internados no CASE Mossoró/RN (2019)*. 140 f. Mestrado em Ciências Sociais e Humanas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020.

OLIVEIRA, Ana H. da S. *As Primas Fiéis: aspectos sociológicos da ascensão das mulheres no mundo do crime por meio das facções no Presídio Auri Moura Costa*. 190 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Brandão. *Do bando ao PCC: a gestão da violência e seus desdobramentos na sociabilidade em Paraisópolis*. 181 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

OLIVEIRA, Luciana M. R. de. *Crime é “coisa de mulher”*: Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife-PE. 197 f. Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PADOVANI, Natalia C. *Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona*. 400 f. Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir?*: como o Estado trata o criminoso. Cortez Editora, 1987.

PEDRO, Ramirez de A. S. *Fações criminosas prisionais, violência e criminalidade na semidemocracia brasileira*. 254 f. Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

PHILLIPS, C. ‘It ain’t nothing like American with the Bloods and the Crips’: gang narratives inside two English prisons. *Punishment & Society*, London, v. 14, n. 1, p. 51-68, Jan. 2012.

PRATES, Ane Briske. “*Aqui é guerra todo dia*”: Juventude e cotidiano em um bairro popular de Porto Alegre — RS. 109 f. Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PYROOZ, D. C.; Decker, S.; Fleisher, M. From the street to the prison, from the prison to the street: understanding and responding to prison gangs. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, London, v. 3, n. 1, p. 12-24, Jan. 2011.

QUINDERE, Vita C. M. S. “*Aqui é resistência!*” estudo sobre os coletivos de jovens no território Grande Bom Jardim. 213 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

RAMALHO, J. R. O mundo do crime: A ordem pelo avesso. São Paulo, Ibccrim, [1976] 2002.

RIBEIRO, Ludmila; OLIVEIRA, Victor Neiva; BASTOS, Luiza. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33 jan. jun, p. 213-241, 2019.

Ribeiro, L.; Teixeira, A. N. (2017). O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (84), 13–80.

ROMERO, Gabriel de S. *Dispositivo de violência letal* — práticas e regulação da letalidade pela polícia e pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo. 152 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

ROSSLER JUNIOR, Eduardo H. *A vila e a prisão*: novas perspectivas do conceito de prisionização. 156 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

RUOTTI, Caren. *Pretensão de legitimidade do PCC*: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. 223 f. Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SABORIO, Sebastian. *As Unidades de Polícia Pacificadora*: O controle da violência urbana no Rio de Janeiro. 382 f. Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTIBANEZ, Dione A. de C. de S. *A Globalização da Criminalidade Or-*

ganizada. 109 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SANTOS, Carlos E. B. dos. “*Okaida*” e “*Estados Unidos*”, organizações criminosas: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba. 161 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, Janrryer Mota. “*Sangue, silêncio e revolta*”: uma etnografia com mães que perderam seus filhos nas lutas faccionais do crime ou pela violência policial. 112 f. Mestrado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Sérgio da Silva. *As Narrativas Sobre as Facções Criminosas em Alagoas*: Polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional. 243 f. Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Ada Rizia B. da. *Cadeias de tensão*: repertórios disciplinares de Facções e do Sistema em unidades de internação alagoanas. 220 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, David E. M. da. *Da festa à chacina*: formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP. 164 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SILVA, Evandro Cruz. *Molecada do corre*: comércio, experiência geracional e moral no Primeiro Comando da Capital’ 14/02/2017 138 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

SILVA, Sebastião Ferreira da. *A efetividade dos Direitos Humanos na Cadeia Pública Feminina de Babaçulândia — TO*: um estudo de caso. 173 f. Mestrado em Estudos de Cultura e Território: Fundação Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

SILVA, Vitoria Rodrigues da. “*Envolvidas*”: a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade. 178 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVESTRE, Giane. *Enxugando iceberg*: Como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. 314 f. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SKARBEEK, D. Putting the ‘con’ into constitutions: the economics of prison

gangs. *Journal of Law, Economics, and Organization*, Oxford, v. 26, n. 2, p. 183-211, Mar. 2010.

SKARBEEK, D. Governance and prison gangs. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 105, n. 4, p. 702-716, Nov. 2011.

SOUZA, Alex Sandro N. de. *Cidades Amazônicas na Fronteira: dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões* — AM. 172 f. Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

TEIXEIRA, Sergio W. D. *Muros altos e rios de sangue, o sistema penitenciário federal e a expansão das facções criminosas*. 160 f. Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VIANA, Douglas E. da S. *A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais*. 185 f. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

VILOTE, Alaíde R. de L. *Violência escolar e aprendizagem nas escolas de Fortaleza: a compreensão dos professores de Sociologia*. 108 f. Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

Resumo:

O fenômeno social que envolve a atuação organizada de grupos criminosos no país, tanto dentro quanto fora das prisões, ganha importância e relevância dentro de diversas áreas do conhecimento. Propomos aqui um conceito operacional de ‘fação criminosa’ e a partir dele mapeamos a produção acadêmica dos programas de pós-graduação (dissertações e teses) no Brasil. Foi utilizado o Catálogo de Teses e Dissertações CAPES para o levantamento das produções disponíveis. Foram encontradas 212 referências entre 2000 e 2022. Essas referências foram agrupadas e analisadas levando-se em conta as dinâmicas regionais e também as respectivas áreas de conhecimento. As produções que compõem as Ciências Sociais, incluindo Antropologia, Sociologia e Ciência Política somaram 67 referências. Há uma diversidade nas questões abordadas, destacam-se os estudos sobre jovens, periferias, disputas territoriais, formas de enfrentamento do estado e relações de gênero. Quanto aos aspectos metodológicos há o predomínio de uma perspectiva indutiva e de técnicas qualitativas. O crescimento e diversidade temática das questões tratadas mostra o desafio na construção do diálogo com diferentes campos do conhecimento, além de incorporar as diferentes contribuições existentes nas áreas das Ciências Sociais.

Palavras-chave: facções criminosas; grupos criminosos; periferia; prisão.

Abstract:

The social phenomenon that involves the performance of criminal groups in Brazil, both inside and outside prisons, is gaining importance and relevance within several areas of knowledge. We propose here an operational concept of this phenomenon (criminal faction) and based on it we map the academic production of postgraduate programs (dissertations and theses) in Brazil. The Catalog of Theses and Dissertations CAPES was used to search the available productions. 212 references were found between 2000 and 2022. These references were grouped and analyzed taking into account regional dynamics and also areas of knowledge. The productions that make up the Social Sciences, including Anthropology, Sociology and Political Science totaled 67 references. There is a diversity in the issues addressed, highlighting studies on young people, neighborhoods, territorial disputes, forms of management and gender relations. As for the methodological aspects, there is a predominance of an inductive perspective and qualitative techniques. The growth and thematic diversity of the issues addressed shows the challenge in building dialogue with different fields of knowledge, in addition to incorporating the different contributions existing in the areas of Social Sciences.

Keywords: criminal factions; criminal groups; violent neighborhood; prison gangs.

Recebido para publicação em 25/05/2022.

Aceito em 11/10/2022.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



// Artigos

Novas dinâmicas criminais na terra de Padre Cícero: Perfil dos crimes violentos letais intencionais na Cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, entre 2006 e 2016

Wendell de Freitas Barbosa

Universidade Federal do Cariri, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4860-6733>

wendell.barbosa@ufca.edu.br

Samuel de Araújo Sobreira

Universidade Federal do Cariri, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2551-6826>

samuel3d@gmail.com

Introdução

O problema abordado neste artigo é como a análise dos crimes violentos letais intencionais pode auxiliar na compreensão e na dinâmica da violência e da criminalidade no município de Juazeiro do Norte,¹

¹ Cidade localizada ao sul do estado do Ceará, conhecida como “A Capital da Fé” pela devoção católica ao Padre Cícero, figura central na história, cultura e po-

Ceará. Este município retrata um cenário estratégico, por estar situado na região Metropolitana do Cariri² e por apresentar taxas de homicídio por 100 mil habitantes superiores à média nacional e ao próprio Ceará, apontado por estudos nos últimos anos como um dos territórios mais violentos do país, considerando os crimes de violência letal intencional.

A abordagem deste problema se deu devido à falta de análises temporais que possam melhorar a prevenção de homicídios, sobretudo, apontando para a necessidade de melhorias no tratamento de dados sobre a violência e criminalidade em municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentam cenário semelhante. Nesse sentido, esse estudo fornece subsídios que são de interesse de diversos atores sociais, sejam públicos ou privados, além de dialogar com outras pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre os fenômenos da violência e da criminalidade.

O presente trabalho se insere no universo dos sujeitos vítimas de mortes violentas intencionais (vitimados), cuja população integra o território da cidade de Juazeiro do Norte. A pesquisa apurou e apresentou resultados sobre 937 casos de CVLIs registrados entre 2010 e

lítica do município, emancipado em 1911. Juazeiro do Norte possui população estimada em 276.264 pessoas, em um território abrangendo 258.788 km², cuja densidade demográfica é de 1.004,45 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.694, com taxa de escolarização de 97,3%. O PIB per capita em 2018 era de R\$ 17.725.62. (IBGE, 2021).

² A Região Metropolitana do Cariri, localizada no extremo sul do estado, é composta por nove municípios, sendo eles, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (2010), a região concentrava em seu território, uma população total de 564.478 habitantes em 2010, sendo estimado um quantitativo populacional de 612.956 habitantes para 2020. Dentre esses municípios, o conhecido Triângulo CRAJUBAR, condensa a maior parte dos indicadores de população e de desenvolvimento territorial e econômico.

2016 pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará (SSPDS), consolidados pela Assessoria de Análise Estatística e Criminal³ (AAESC) e comparar com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Os dados CVLIs foram coletados através da parceria entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (PMJN) estabelecida através do Pacto Ceará Pacífico.⁴

A metodologia de pesquisa empregada é descritiva, quantitativa, documental e bibliográfica. Usamo-nos da ferramenta da estatística descritiva, definido como a apresentação numérica tabular e/ou gráfica com o propósito de resumir e sumarizar as informações contidas num conjunto de dados observados (UFG, 2017).

Sobre a metodologia da análise dos dados, secundários, será possível observar as variáveis em sua totalidade, de forma não-probabilística, por meio do uso de registro documental digital dos CVLIS entre 2010 e 2016 (planilha eletrônica) em Juazeiro do Norte, onde foram observados 100% dos casos descritos no documento original da SSPDS para totalização dos CVLIS.

O tratamento dos dados para a apresentação dos resultados se deu

³ Decreto nº 31.777, de 09 de setembro de 2015. (Dispõe sobre a estrutura organizacional, a distribuição e a denominação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará — SSPDS).

⁴ O Ceará Pacífico é uma diretriz do governo do estado do Ceará (desenvolvido inicialmente para a gestão 2015-2018 e integrante do Plano de Governo Os 7 Ceará, do governador eleito Camilo Santana, Partido dos Trabalhadores) e que contempla aspectos de segurança pública, da justiça, da cidadania, da política sobre drogas e do desenvolvimento urbano, visando a redução dos índices criminais e a construção de uma cultura de paz. Está institucionalizado através do Decreto Estadual nº 31.787, de 21 de setembro de 2015 e entre o governo do estado do Ceará e o município de Juazeiro do Norte foi pactuado através de ato interinstitucional criando estrutura de governança local com a participação de membros do executivo estadual e municipal, além de integrantes do judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público.

através da análise e processamento de tabelas, quadros e representações gráficas por meio do *software Excel (Microsoft Office 2016)*. As variáveis quantitativas discretas serão apresentadas em formas de contagens, distribuição de frequências, médias aritméticas, entre outros, como mera apuração dos números observados em cada variável.

Para apresentação dos resultados, foram consideradas as seguintes variáveis: 1) número de vítimas de CVLIs em Juazeiro do Norte entre 2010 a 2016; 2) número de vítimas do sexo masculino de CVLIs em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; 3) número de vítimas do sexo feminino de CVLIs em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; 4) total e porcentagem de vitimados por sexo de crimes violentos letais intencionais CVLIs em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; 5) média de idade dos vitimados de CVLIs em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; 6) média de idade dos vitimados de CVLIs do sexo masculino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; 7) média de idade dos vitimados de CVLIs do sexo feminino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; 8) comparativo da média de idade dos vitimados de CVLIs entre os sexos masculino e feminino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; 9) total de vitimados por grupos de idade; 10) comparação entre o número total de homicídios do SIM (Ministério da Saúde) e o total de CVLIs computados pela SSPDS entre 2010 e 2016; 11) comparativo do índice de homicídios por 100.000 habitantes entre Brasil, Ceará e Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016. O cálculo utilizado para calcular os índices de homicídio foi o seguinte:

$$\text{Índice de homicídios} = \frac{n \text{ de casos de mortes violentas intencionais}}{n \text{ total de habitantes}} \times 100.000$$

As tabelas abaixo serão utilizadas para realização dos cálculos:

Tabela 1 — Quantitativo de mortes violentas intencionais no Brasil, Nordeste, Ceará e Juazeiro do Norte nos anos de 2010 a 2016

Homicídios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	53.016	52.807	57.045	57.396	60.474	59.080	62.517
Nordeste	18.963	19.486	21.192	22.163	23.550	23.228	24.863
Ceará	2.688	2.792	3.841	4.473	4.626	4.163	3.642
Juazeiro do Norte	78	96	142	127	156	126	139

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

Tabela 2 — Estimativas populacionais no Brasil, Nordeste, Ceará e Juazeiro do Norte nos anos de 2010 a 2016

População IBGE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	190.747.855	192.379.287	193.946.886	201.032.714	202.768.562	204.450.649	206.081.432
Nordeste	53.078.137	53.501.859	53.907.144	55.794.707	56.186.190	56.560.081	56.915.936
Ceará	8.448.055	8.530.155	8.606.005	8.778.576	8.842.791	8.904.459	8.863.663
Juazeiro do Norte	249.939	252.841	255.648	261.289	263.704	266.022	268.248

Fonte: IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Estimativas* Populacionais para os Municípios e as Unidades da Federação Brasileira (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016). Elaborado pelo autor.

Já os dados coletados no SIM pela internet serão também utilizados para detalhar informações sobre mortes violentas intencionais no Brasil e suas respectivas regiões, a região Nordeste, o estado do Ceará e o município de Juazeiro do Norte.

Os crimes violentos letais intencionais no contexto da violência letal no Ceará e na sociedade brasileira

Os CVLIs em Juazeiro do Norte foram analisados no período entre 2010 e 2016 e contabilizam apenas homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio), pois essa é a metodologia utilizada pela SSPDS. Os dados do SIM foram analisados no mesmo intervalo. As informações sobre mortes violentas intencionais no sistema do Ministério da Saúde, utilizam a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças 10 — OMS⁵) através dos códigos X-85 a Y-09 (tipos distintos de agressões) e Y35 e Y36 (intervenção legal e operações de guerra, respectivamente). A principal diferença e dificuldade para comparabilidade entre os CVLIs e as mortes violentas intencionais no SIM é que os dados CVLIs no Ceará não contabilizam os números de mortes por intervenção legal, por considerar que não há configuração de intencionalidade do agente de segurança pública do Estado quando da morte de um terceiro durante a ação policial.

As utilizações dos códigos CID-10 estão presentes nas pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e para efeitos de comparação, serão utilizados entre Juazeiro do Norte, Ceará, Nordeste e Brasil nos anos de 2010 a 2016. Quando da compa-

⁵ OMS (2018).

ração entre os CVLIs de Juazeiro do Norte e os dados contidos no SIM, serão utilizados também apenas os dados contidos entre 2010 e 2016. Para a análise apenas dos CVLIs disponibilizados pela SSPDS em Juazeiro do Norte, será considerada a série entre 2010 e 2016 e com isso será possível realizar uma análise de como a AAESC alimenta seus bancos de dados e se as diferenças são bruscas em relação ao quantitativo apresentado pelo SIM.

Cabe ainda ressaltar que nos dados coletados não foi possível determinar variáveis, como: a fonte geradora da ocorrência em relação à qual instituição ligada a SSPDS alimentou primariamente a ocorrência; o local exato e georreferenciado da ocorrência no território; a natureza da ocorrência (CVLIs especificado entre homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, latrocínio e/ou outros), histórico da ocorrência com detalhes pormenorizados, perfil social da vítima e do agressor quanto à etnia, classe social, renda, escolaridade, religião, local de residência, antecedentes criminais, se regresso do sistema penitenciário, se integrante de facção criminosa, etc. o que impõe limites quanto à observação dos fenômenos dos CVLIs, mas que por outro lado, acende a necessidade de se incorporar essas informações nos registros dos CVLIs pela autoridade competente, a fim de fornecer subsídios satisfatórios para o entendimento dos crimes violentos e à ação no sentido repressivo e preventivo nas políticas de segurança pública.

As atuais taxas e índices de violência letal intencional no Brasil tem assumido características epidemiológicas.⁶ Embora seja um fenô-

⁶ A expressão aqui utilizada faz referência a um termo da área da saúde devido as características da concentração das mortes violentas letais em determinadas áreas que se concentram como um padrão de epidemia, mais especificamente nas cidades da América Latina, o que pode ser observado com análises do monitoramento georreferenciado. O termo usado pode ser encontrado em publicações da revista internacional *The Economist*, do Fórum Econômico Mundial e do Instituto Iga-

meno mais forte nas áreas urbanas com densidade populacional mais ampla, estudos revelaram outro processo, chamado de interiorização da violência. (LIMA et al., 2005). A interiorização se caracteriza por um aumento dos homicídios em cidades de pequeno e médio porte no interior do Brasil. Cabe, porém, a observação inicial de um fenômeno recente, a difusão dos CVLIs para cidades do interior do Brasil (EBC, 2011). Historicamente a maior concentração dos CVLIs encontravam-se nas capitais brasileiras da região Sudeste, porém, entre 2004 e 2014 foi possível observar que a violência e a criminalidade trouxeram para as cidades do interior brasileiro, em especial as cidades do Nordeste, um aumento significativo nos casos de CVLIs, independentemente da forma como eles foram tratados na alimentação de banco de dados. Tal evidência pode estar ligada diretamente pela ação de facções criminosas que controlam o tráfico de drogas, o contrabando de produtos ilegais, os assaltos à bancos, entre outros delitos que também tiveram aumento na região Nordeste.

Diversas crises nos sistemas penitenciários dos estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão denunciam a situação encontrada nos presídios, geralmente de rivalidade entre as facções, que lutam entre si, também nas ruas, pelo controle territorial. Esses grupos têm expandido suas fronteiras de atuação para interior do Nordeste e suas cidades médias e grandes cidades como Juazeiro do Norte, Petrolina, Juazeiro, Caruaru, Campina Grande, Arapiraca, entre outras.

O gráfico apresenta a escalada dos homicídios no Estado do Ceará a partir de 2014. Nos demais estados, é possível inferir que os números se elevam a uma taxa muito mais baixa e se mantêm de certa forma

rapé, além de estar contido no *paper The Muder Epidemic: A global comparative study* (ASONGU; ACHA-ANYI, 2017).

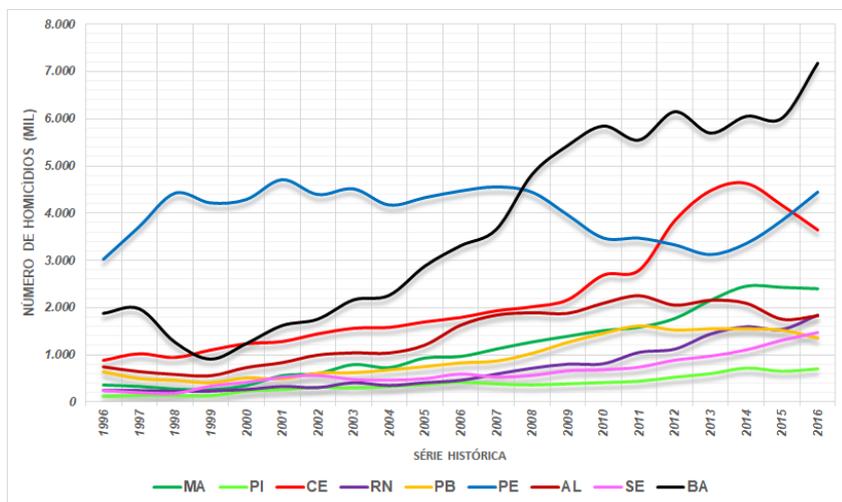


Figura 1 — Nordeste do Brasil, números absolutos de homicídios dolosos (1996 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

estáveis, mas com uma tendência de crescimento observado a partir dos anos 2006 e 2007. Destaca-se positivamente nesse cenário o estado de Alagoas, com redução dos números absolutos de homicídios a partir de 2014. Negativamente, o estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1996 e 2016 apresentou um aumento de 669,29% em relação aos números de homicídios. Observa-se na série histórica crescente constante nos números absolutos de homicídios no estado da Bahia, que atingiu a marca histórica de 7.171 homicídios em 2016, sendo também o estado onde mais se matou no Brasil nesse ano.

Ao todo, o Nordeste acumulou entre os anos de 1996 e 2016 o total de 319.234 homicídios, representando 30,14% de todos os homicídios em todo Brasil no mesmo período, ficando atrás apenas da região Sudeste, que teve o total de 449.076 homicídios, uma diferença

de 129.842 casos. Vale ressaltar que a população do Sudeste é superior à do Nordeste, inclusive nas áreas urbanas e metropolitanas, onde são registrados a grande maioria dos homicídios no Brasil. O Nordeste brasileiro possui população superior a 50 milhões de habitantes e representa em área 18,2% do território, enquanto a região Sudeste representa 10,9% do território e possui população de cerca de 80 milhões de habitantes. (IBGE, 2018).

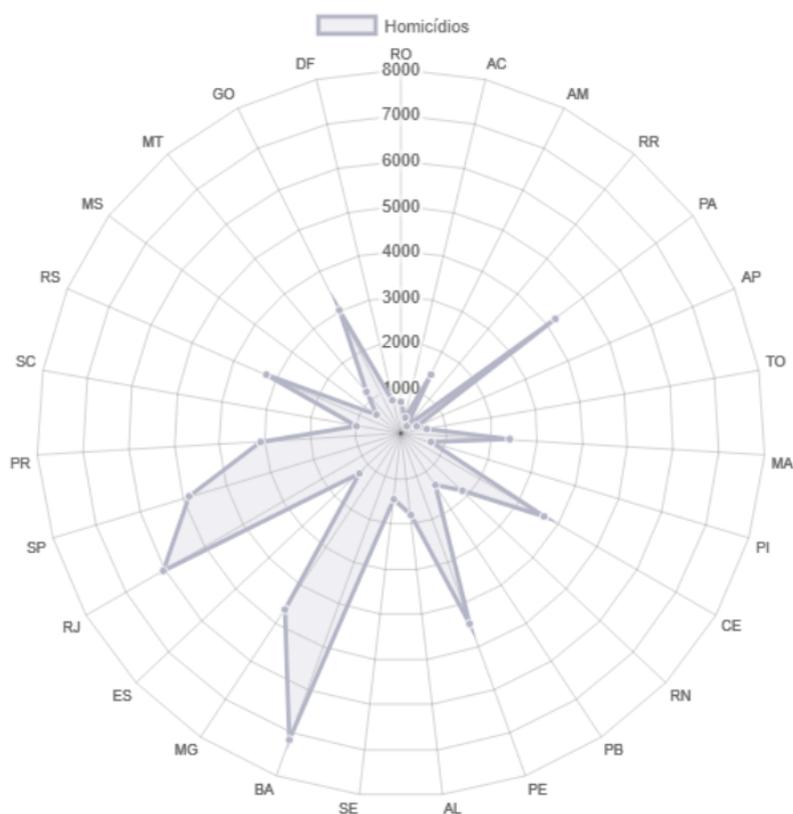


Figura 2 — Gráfico radar com números absolutos de homicídios dolosos entre as UFs (2016).

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaboração DIEST/IPEA.

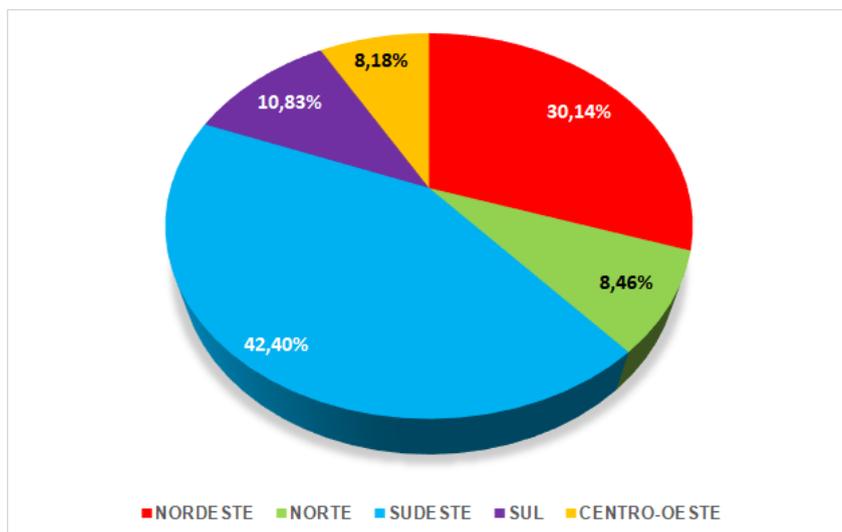


Figura 3 — Números de homicídios dolosos absolutos em porcentagem acumulada por região (1996 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

A seguir será apresentado os resultados da pesquisa sobre os dados de CVLIs na cidade de Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 e 2016. Foram pesquisadas as seguintes informações: números total de vítimas de crimes violentos letais intencionais de ambos os sexos em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; números de vítimas do sexo masculino de crimes violentos letais intencionais em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; números de vítimas do sexo feminino de crimes violentos letais intencionais em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; total e porcentagem de vitimados por sexo de crimes violentos letais intencionais em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; média de idade dos vitimados de crimes violentos letais

intencionais do sexo masculino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo feminino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; comparativo da média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais entre os sexos masculino e feminino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; total de vitimados de crimes violentos letais intencionais entre ambos os sexos em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; total de vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo masculino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; total de vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo feminino em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2017; comparativo entre o número de vitimados de mortes violentas intencionais no Sistema de Informações sobre Mortalidade e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará em Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016; comparativo entre os índices de homicídio doloso a cada 100.000 habitantes no Brasil, na região Nordeste, no estado do Ceará e no município de Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 a 2016, com destaque para os índices mais altos observados na série.

Análise dos crimes violentos letais intencionais na Cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, entre 2006 e 2016

Medidas através de pesquisa no SIM do Ministério da Saúde, os números absolutos de homicídios no estado do Ceará apresentam tendência recente de queda, porém, mesmo apresentando tendência de queda os números ainda são considerados altos, pois o Ceará se encontrava em 2016 no 5º lugar como estado com maior número de ho-

micídios em todo o Brasil, contabilizando 3.642 casos, atrás apenas dos estados da Bahia (7.171 casos), Rio de Janeiro (6.053 casos), São Paulo (4.870 casos) e Pernambuco (4.447 casos).

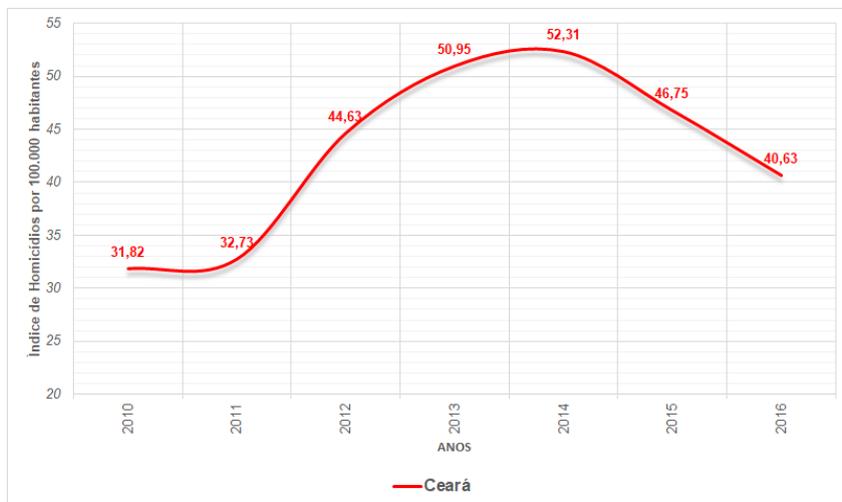


Figura 4 — Índices de homicídios dolosos por 100.000 habitantes no estado do Ceará (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

Observa-se no gráfico dos números absolutos de homicídios dolosos no Ceará entre os anos de 1996 e 2016 que as mortes no estado deram uma guinada a partir de 2009 e recentemente, a partir do ano de 2014 apresentou redução nos números absolutos, representando inicialmente um fator positivo na série histórica, haja vista que o índice de homicídios por 100.000 habitantes também reduziu.

De acordo com dados oficiais fornecidos pelo Governo do Ceará, do total de homicídios registrados, menos de 25% podem ser considerados elucidados. Dados do primeiro semestre de 2016⁷ apresentam

⁷ Sistema de Gerenciamento e Elucidação de Homicídios (SGH) da Polícia Civil

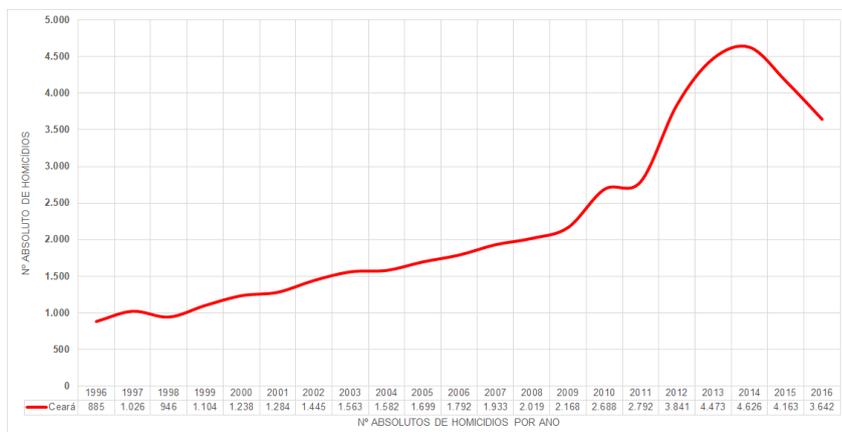


Figura 5 — Ceará, números absolutos de homicídios dolosos (1996 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

essas informações, taxa que está acima da média de outros estados da federação, mas revela uma taxa muito baixa de resolução da violência letal. Observa-se ainda que o Ceará foi um dos estados que mais variou negativamente os percentuais da taxa de homicídios entre os anos de 2005 e 2015.

Para este artigo, consideramos os dados sobre violência letal intencional em Juazeiro do Norte em outras fontes para efeito de comparação com os CVLIs registrados pela SSPDS.⁸ Em consulta realizada no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Utilizando a metodologia para quantificar as mortes violentas intencionais nas UFs, regiões e cidades do Brasil no período

do Estado do Ceará

⁸ Somente entre 2010 e 2017, foram identificados 937 casos de mortes violentas intencionais em Juazeiro do Norte (CVLIs), de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

entre 1996 e 2016, o sistema retornou um número de 1.695 mortes violentas intencionais em Juazeiro do Norte.

Entre os anos de 2010 e 2016 o SIM apresentou um número de 864 mortes violentas na cidade.

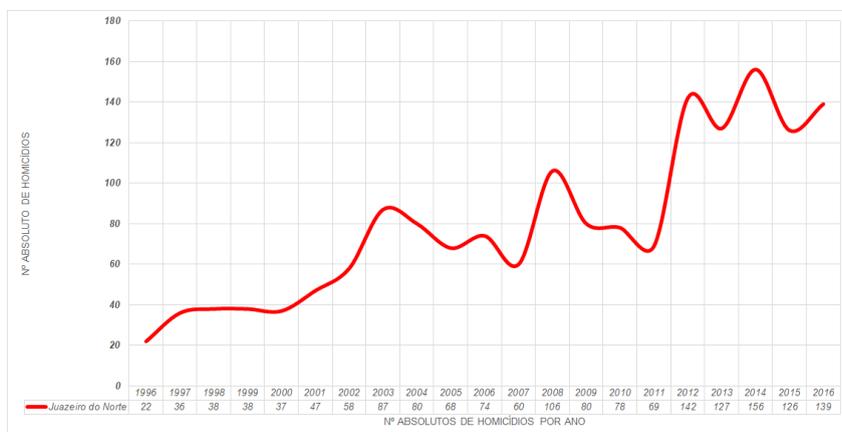


Figura 6 — Juazeiro do Norte, números absolutos de homicídios dolosos (1996 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

A linha dos homicídios dolosos em Juazeiro do Norte aparenta seguir um padrão pendular, diferentemente do padrão observado no mesmo período entre Brasil, Nordeste e Ceará. Esse ainda é um fenômeno sem resposta na cidade, mas que pode estar relacionado a uma espécie de ciclo de violência com retração e expansão de atividades criminosas, possivelmente afetada por ciclos geracionais da população das vítimas preferenciais desse tipo de crime, registrando o pico de 156 mortes violentas intencionais no ano de 2014.

No gráfico acima, observa-se que no ano de 2014, Juazeiro do Norte atingiu o alto índice de homicídios por 100.000 habitantes, chegando a 59,16. Dos 864 homicídios em Juazeiro do Norte entre 2010

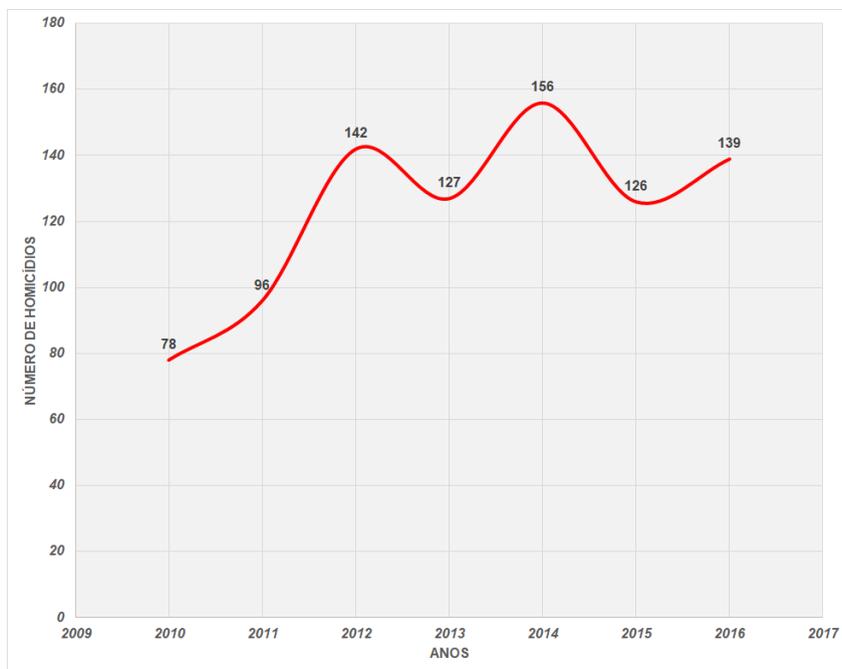


Figura 7 — Juazeiro do Norte, homicídios dolosos absolutos (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

e 2016 de acordo com sistema do Ministério da Saúde, 801 (93%) foram contra indivíduos do sexo masculino e 63 (7%) contra vítimas do sexo feminino. 712 homicídios foram contra indivíduos da cor parda (82,4%), 30 contra os de cor preta (3,4%) e 99 contra pessoas de cor branca (11,4%). 23 (2,6%) homicídios foram cometidos contra indivíduos de outras cores de pele. Totalizando os homicídios contra os vitimados das cores parda e preta, a porcentagem chega a 85,8% do total dos assassinatos cometidos. Esses números são considerados altíssimos mesmo quando comparado com os índices de homicídios do Brasil. Observa-se ainda uma crescente nesses números, podendo sig-

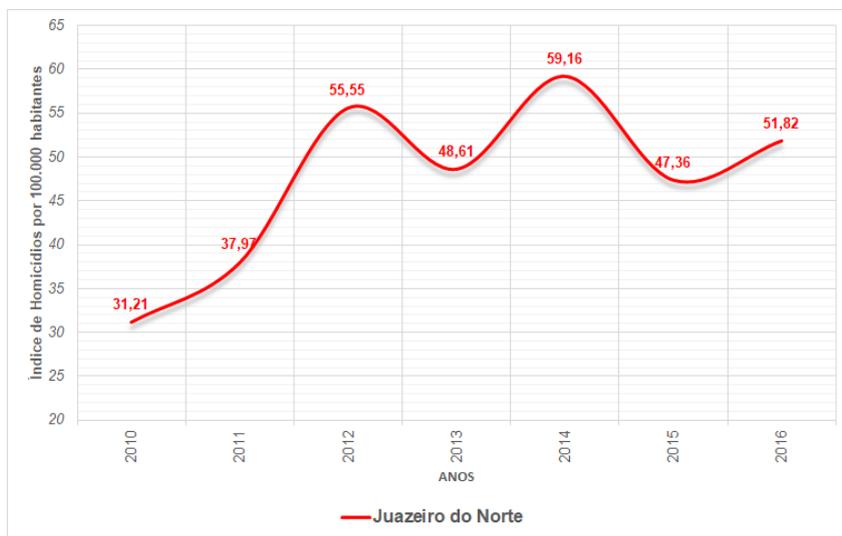


Figura 8 — Juazeiro do Norte, índices de homicídios dolosos por 100.000 habitantes (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

nificar a ineficiência na aplicação das políticas de segurança pública ou outras razões como a falta de políticas integradas.

Em relação aos homicídios dolosos por sexo, o assassinato de mulheres representa 7% do total de casos, com um média aproximada de 9,14 casos por ano, entre 2010 e 2016.

Seguindo uma tendência encontrada em todas as regiões do Brasil, em Juazeiro do Norte a maioria das vítimas são pardas. Outros dados encontrados sobre mortes violentas em Juazeiro do Norte constam no livro “Homicídios na adolescência no Brasil — Índice de Homicídios na Adolescência 2014” integrante do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos (SDH), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Observatório das Favelas e Laboratório de Análise da Vi-

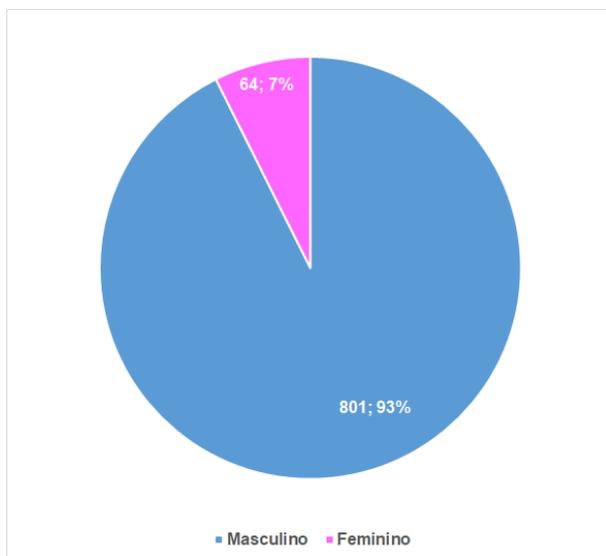


Figura 9 — Juazeiro do Norte, homicídios dolosos por sexo (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

olência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na publicação, considera-se a faixa etária entre 12 e 18 anos e Juazeiro do Norte figura na 9ª posição entre os 300 municípios do Brasil com mais de 100.000 habitantes pesquisados.⁹

No *Atlas da Violência 2017*, produzido pelo IPEA e FBSB, Ju-

⁹ É importante ressaltar que há uma desatenção às especificidades dos territórios sociais em que essas formas resolução violenta se expressam de maneira mais intensa. O Estudo de Feitosa (2020) sobre o Bairro João Cabral em Juazeiro do Norte, enquanto expressão de um território estigmatizado pela violência na cidade, discorre sobre esse tecido social com permeado pelos significados da cultura popular e da violência. A partir dos dados produzidos pelo pesquisador, há uma diversidade de signos da cultura popular relacionadas às tramas da violência e das conflitualidades presentes no território. É preciso construir mais dados sobre os componentes subjetivos desse fenômeno para melhor compreender a Cidade de Juazeiro do Norte como um território violento.

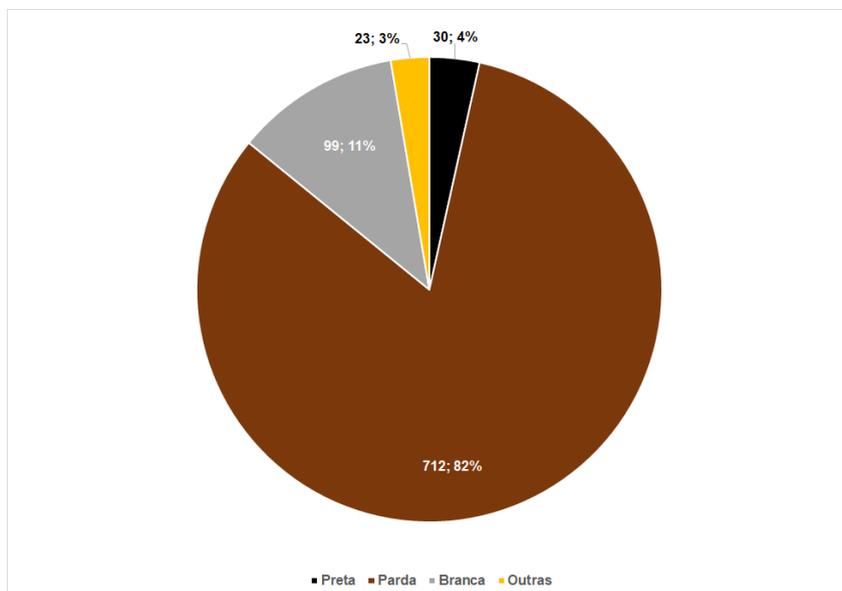


Figura 10 — Juazeiro do Norte, homicídios dolosos por cor da pele (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. Elaborado pelo autor.

azeiro do Norte aparece entre os municípios com maiores índices de mortes violentas com causas indeterminadas (MCVI)¹⁰ com 48,1 mortes por 100.000 habitantes e 47,4 mortes para a mesma proporção de habitantes, respectivamente, em relação ao índice de homicídio (IM)¹¹ no ano de 2015. (IPEA, 2017).

¹⁰ As mortes violentas com causa indeterminada são assim classificadas quando o óbito se deu por causa não natural, ao mesmo tempo em que os profissionais envolvidos no sistema de informações sobre mortalidade (isto é, médicos legistas, gestores da saúde, policiais, incluindo peritos criminais etc.) não conseguiram informar a motivação primeira que desencadeou todo o processo mórbido. (IPEA, 2017).

¹¹ Considera-se a grupo de Classificação Internacional de Doenças — CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Outro estudo que apresenta números importantes sobre mortes violentas intencionais em Juazeiro do Norte é o documento produzido pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. A pesquisa intitulada “Cada Vida Importa”¹² apresenta números de sete cidades do Ceará, entre elas Juazeiro do Norte e destaca os indicadores de adolescentes mortos (12 a 18 anos) nos anos de 2014 e 2015. Uma outra contribuição do documento são as evidências encontradas em comum em cada homicídio e as recomendações que devem ser aplicadas por atores diversos da sociedade cearense visando a prevenção das mortes dos adolescentes.

Dos dados encontrados na base de dados da SSPDS, Juazeiro do Norte apresentou um total de 937 registros de crimes violentos letais intencionais. Esse número é um pouco menos do que o registrado pelo SIM devido ao não registro das mortes por intervenção policial nos CVLIs no estado do Ceará.

Como demonstrando, os vitimados do sexo masculino representam a maioria dos casos. Mesmo com a implantação de técnicas de policiamento divulgadas como de caráter preventivo e comunitários — com a expansão do programa Ronda do Quarteirão no período de 2008 e 2012 -, a cidade registrou aumento significativo nos números de mortes a partir de 2011.

Em relação as mortes de mulheres contabilizadas nos CVLIs pela SSPDS, observa-se uma diferenciação em relação ao padrão dos homicídios dolosos que acometeram pessoas do sexo masculino.

Assim como apresentado nos dados do SIM, os números de CVLIs por sexo mantiveram o padrão de quantitativo em relação às mortes em ambos os sexos. Enquanto o SIM registrou 64 mortes para mulhe-

¹² Acesso ao conteúdo do relatório final cadavidaimporta.com.br (COMITÊ, 2016).

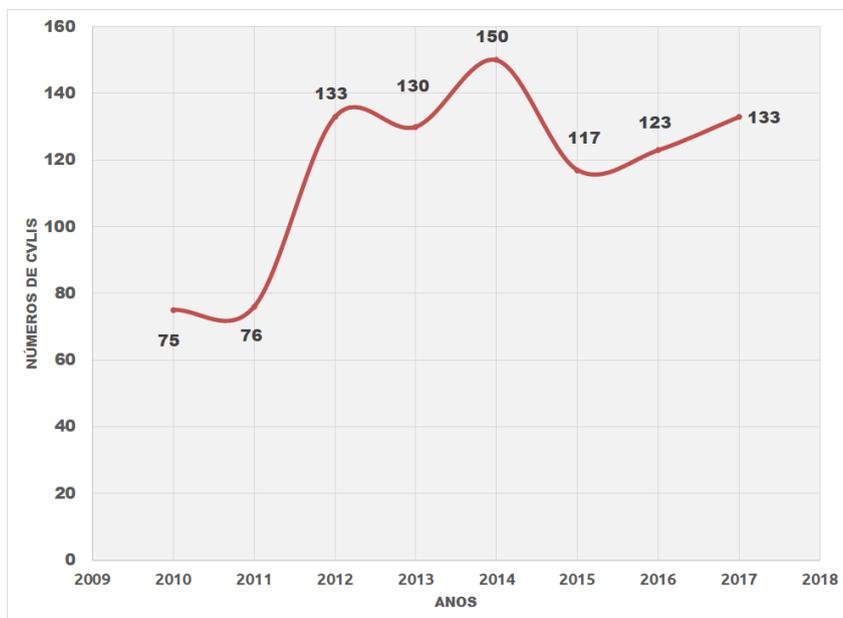


Figura 11 — Juazeiro do Norte, números totais de vítimas de crimes violentos letais intencionais de ambos os sexos (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

res, os CVLIs registraram 59 mortes.

A média total de idade quando do homicídio doloso em relação a ambos os sexos se mantém baixa. A maior incidência de mortes registrada em pessoas do sexo masculino contribui para que a média geral de idade dos vitimados permaneça nos patamares da média nacional.

Quanto à média de idade dos vitimados do sexo masculino, é possível verificar que os números pouco variam ao longo dos anos, mantendo-se em todos os anos, com exceção de 2016, abaixo dos 30 anos de idade, confirmando uma tendência nacional.

Já a média de idades das mulheres vitimadas por homicídios dolosos segue padrão diferente dos números encontrados quanto às vítimas

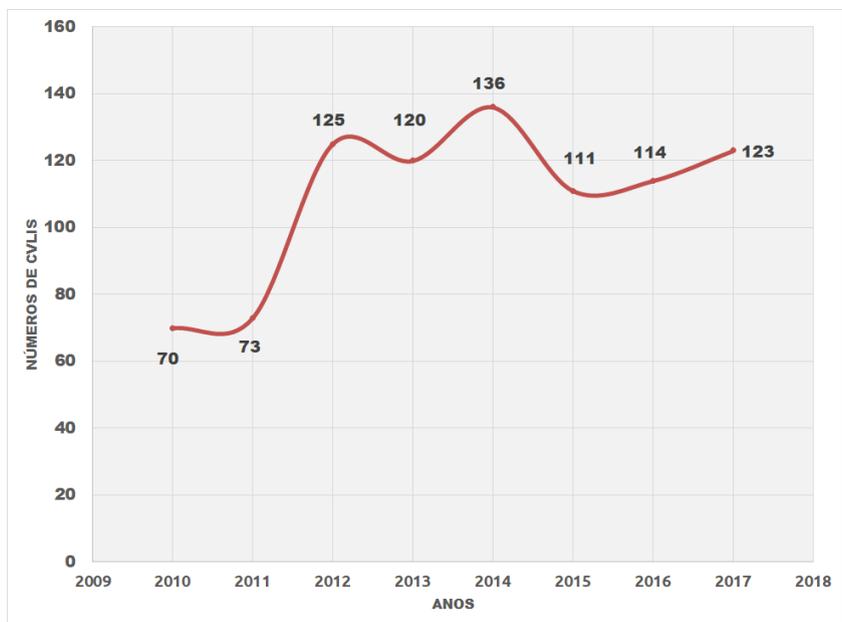


Figura 12 — Juazeiro do Norte, números de vítimas do sexo masculino de crimes violentos letais intencionais (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIS em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

do sexo masculino.

Percebe-se no gráfico comparativo acima que a média da idade das vitimadas do sexo feminino é maior do que as do sexo masculino.

Outra tendência negativa verificada em Juazeiro do Norte é a de que a maioria das mortes violentas intencionais, 55,92% estão concentradas na faixa etária compreendida entre os 15 a 29 anos, parâmetro utilizado em diversas pesquisas a nível nacional.

No sexo masculino, a faixa etária entre 15 e 29 anos concentra 496 casos (60.34%), de um total de 822 mortes de indivíduos do sexo masculino.

No sexo feminino, de um total de 59 casos entre 2010 e 2017 re-

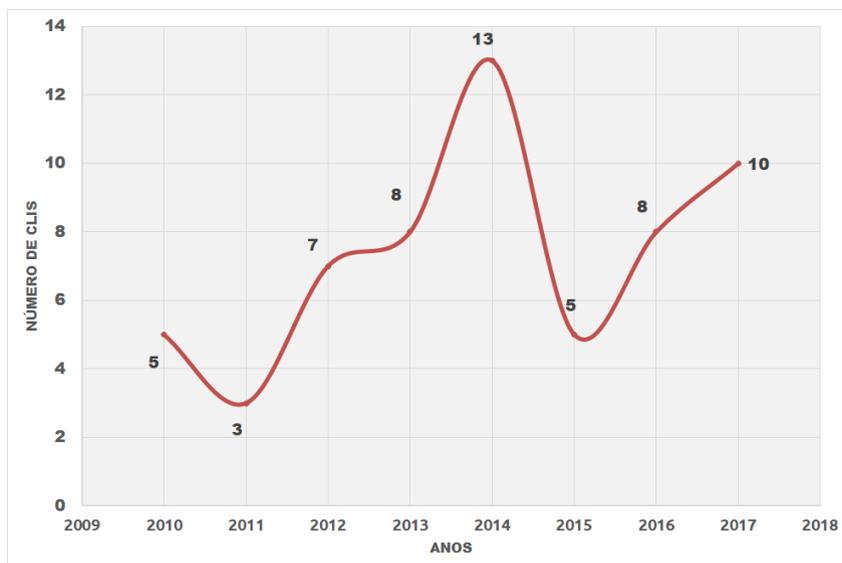


Figura 13 — Juazeiro do Norte, números de vítimas do sexo feminino de crimes violentos letais intencionais (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

gistrados, 44,06% concentram-se na faixa etária entre os 15 aos 29 anos, uma concentração menor do que quando comparada as mortes violentas intencionais no sexo masculino.

As linhas acima demonstram a diferença entre as informações contidas no SIM e as registradas pela SSPDS quanto aos CVLIs. Observa-se pequenas diferenças entre os números, porém, ressalta-se que com exceção do ano de 2013, os CVLIs ficam abaixo das mortes registradas no SIM. Isso se dá devido os CVLIs não considerarem as mortes por intervenção policial.

A comparação acima, utilizando apenas dados do SIM, apresenta os índices de homicídios a cada 100.000 habitantes entre Brasil, região Nordeste, estado do Ceará e município de Juazeiro do Norte. Em

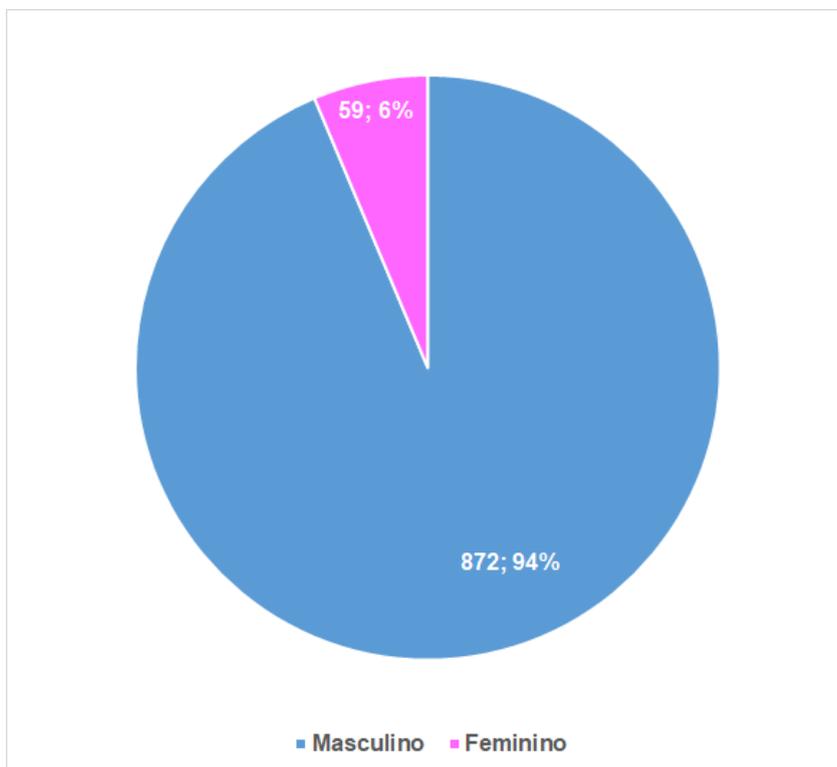


Figura 14 — Juazeiro do Norte, número total e porcentagem de vitimados por sexo de crimes violentos letais intencionais (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

relação ao Brasil, observa-se uma leve crescente, apesar dos números absolutos serem assustadores e representarem 62.517 mortes violentas intencionais somente no ano de 2016.

Em relação a região Nordeste, a tendência, como observado anteriormente, é de crescente no número de homicídios dolosos, com a Bahia encabeçando tanto na região quanto no Brasil, o 1º lugar no número absoluto de homicídios dolosos.

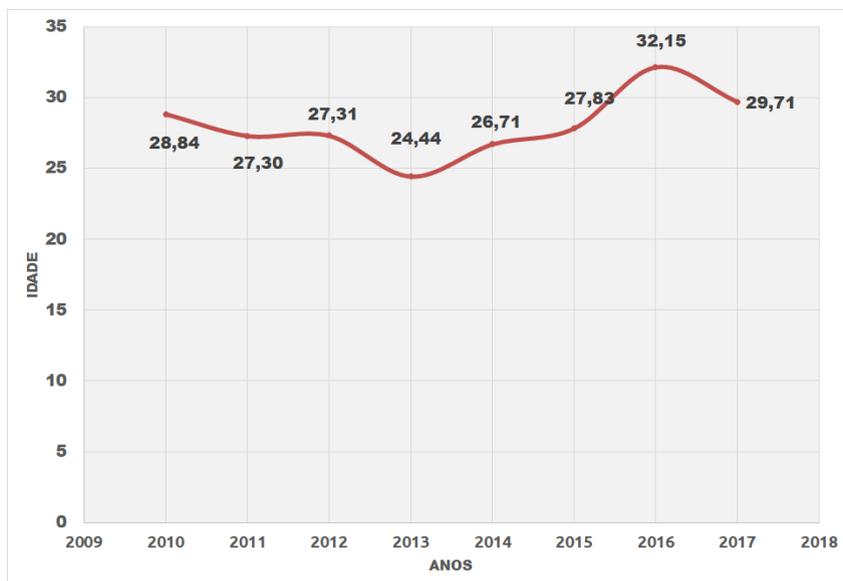


Figura 15 — Juazeiro do Norte, média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais em Juazeiro do Norte (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

Já os números para o estado do Ceará apresentaram uma redução a partir de 2014, cujo pico atingiu 52,31 mortes por 100.000 habitantes. Será preciso observar os dados a serem fornecidos pelo Ministério da Saúde em relação aos anos a partir de 2017 para se confirmar alguma mudança nesse cenário.

Quanto a Juazeiro do Norte, verifica-se uma tendência pendular quanto aos homicídios dolosos entre 2010 e 2016. Observado os números entre 1996 e 2016, essa tendência não é marcante e será necessário aguardar os números a partir de 2017 em diante para comprovar essa tendência.

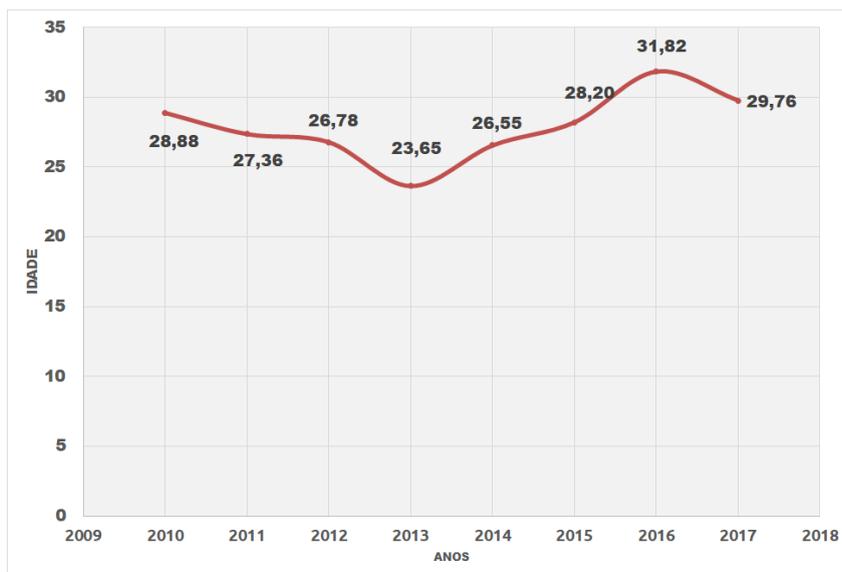


Figura 16 — Juazeiro do Norte, média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo masculino (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

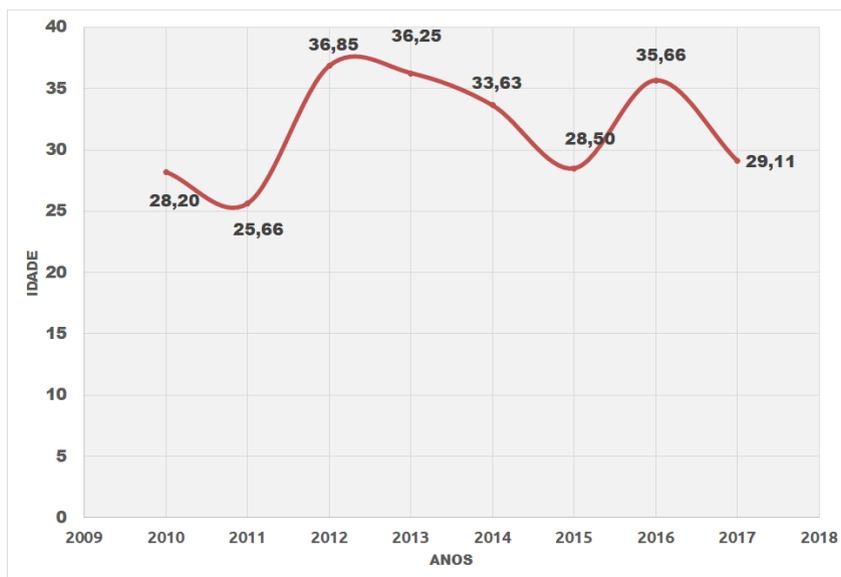


Figura 17 — Juazeiro do Norte, média de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo feminino (2010 a 2017)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

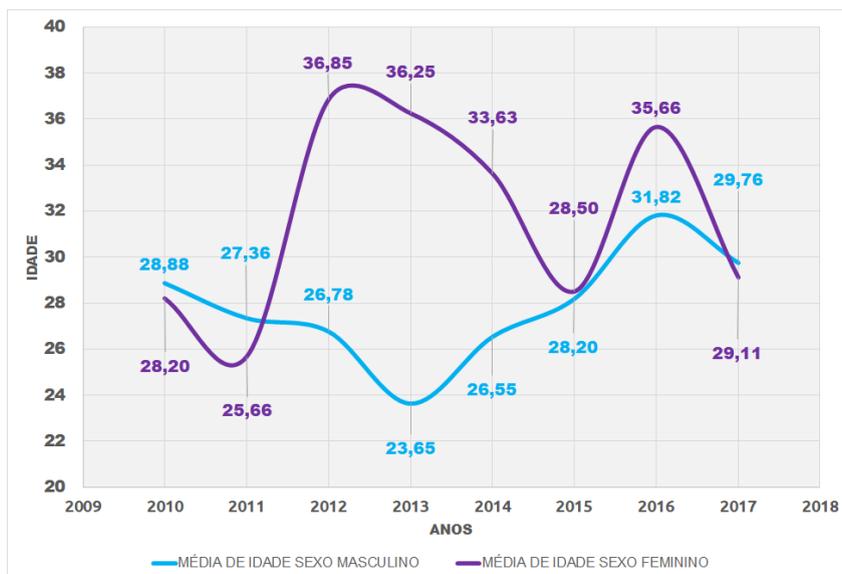


Figura 18 — Juazeiro do Norte, comparativo entre as médias de idade dos vitimados de crimes violentos letais intencionais entre os sexos masculino e feminino (2010 a 2016)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

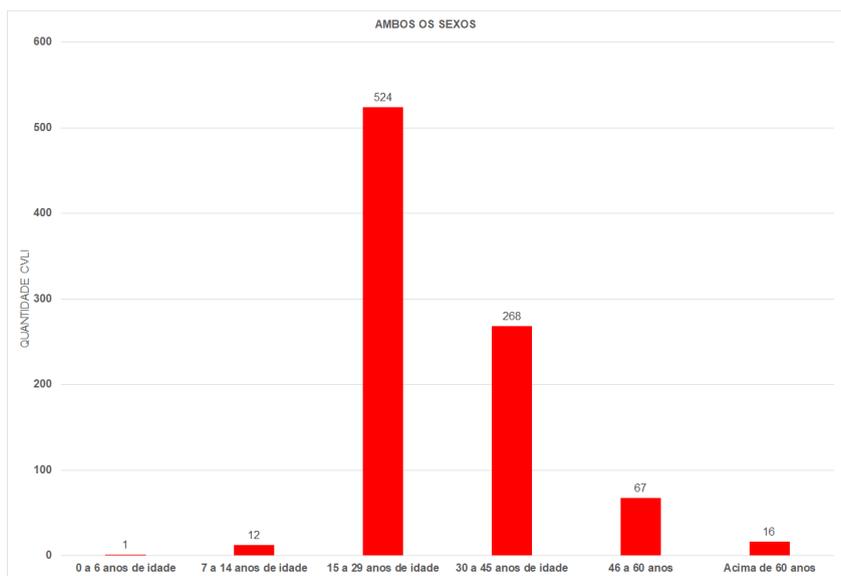


Figura 19 — Juazeiro do Norte, total de vitimados de crimes violentos letais intencionais entre ambos os sexos em Juazeiro do Norte (2010 a 2017)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

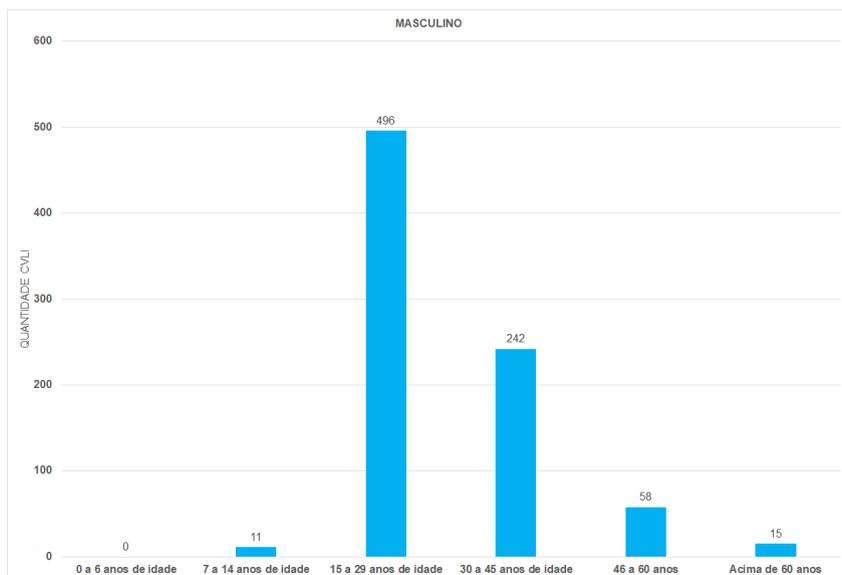


Figura 20 — Juazeiro do Norte, total de vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo masculino em Juazeiro do Norte (2010 a 2017)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

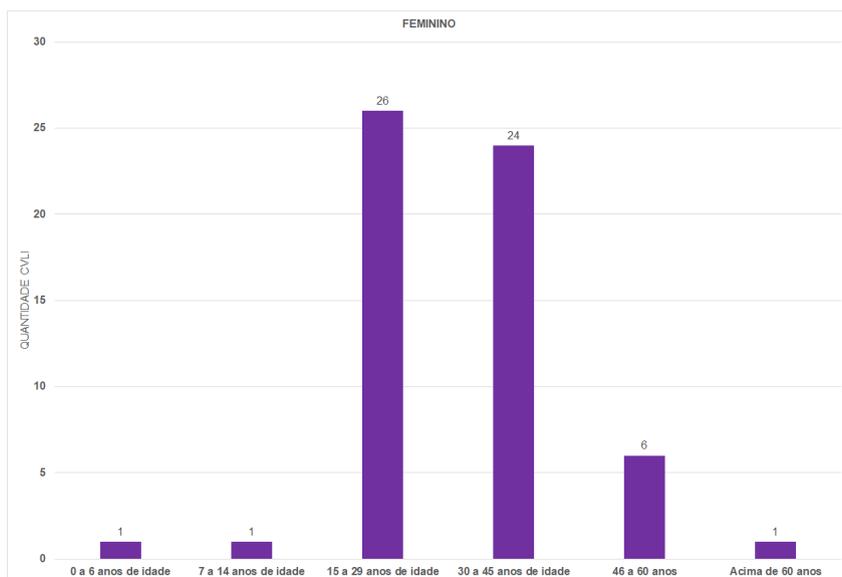


Figura 21 — Juazeiro do Norte, total de vitimados de crimes violentos letais intencionais do sexo feminino (2010 a 2017)

Fonte: SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.



Figura 22 — Juazeiro do Norte, comparativo entre o número de vitimados por mortes violentas intencionais no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e CVLIs fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. SSPDS, Governo do Estado do Ceará. CVLIs em Juazeiro do Norte, considerando homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Elaborado pelo autor.

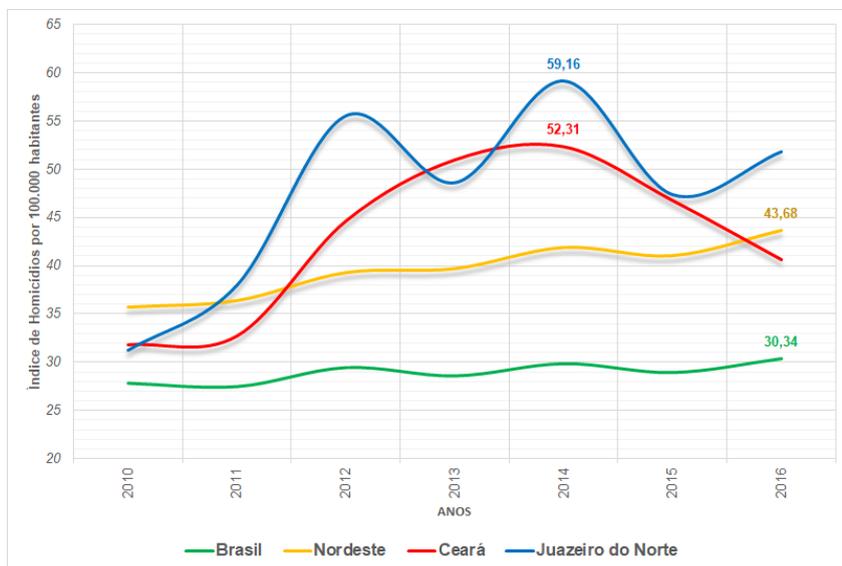


Figura 23 — Juazeiro do Norte, comparativo entre os índices de homicídio doloso a cada 100.000 habitantes no Brasil, na região Nordeste, no estado do Ceará e no município de Juazeiro do Norte, com destaque para os índices mais altos observados na série (2010 a 2016)

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência. IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Estimativas Populacionais para os Municípios e as Unidades da Federação Brasileira (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016). Elaborado pelo autor.

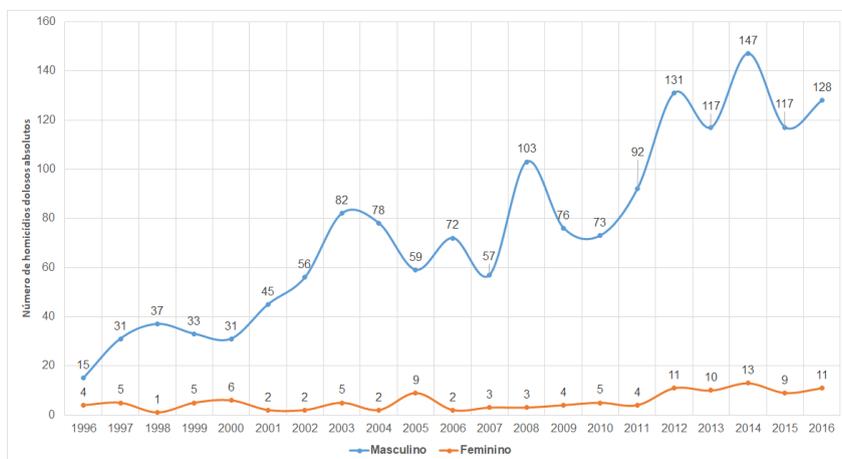


Figura 24 — Juazeiro do Norte, comparativo entre os números de homicídios dolosos absolutos entre ambos os sexos (1996 a 2016)

Tabela 3 — Tabela comparativa entre os índices de homicídio doloso por 100.000 habitantes no Brasil, Ceará e Juazeiro do Norte entre os anos de 2010 e 2016

Índices de homicídios por 100 mil habitantes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	27,79	27,45	29,41	28,55	29,82	28,90	30,34
Nordeste	35,73	26,42	39,31	39,72	41,91	41,07	43,68
Ceará	31,82	32,73	44,63	50,95	52,31	46,75	40,63
Juazeiro do Norte	31,21	37,97	55,5	48,61	59,16	47,36	51,82

Fonte: MS/SVS/CGIAE — Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM / Considera os códigos

CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal). Óbitos por residência.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Estimativas Populacionais para os

Municípios e as Unidades da Federação Brasileira (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016).

Elaborado pelo autor.

O fenômeno da violência enquanto categoria de reflexão é extremamente polissêmico e conecta dimensões estruturais da sociedade com os significados atribuídos nos contextos singulares em que essas mortes ocorrem, nesses territórios e no cotidiano da população. É necessário produzir melhores leituras sobre as particularidades de municípios como Juazeiro do Norte, que parecem lançar luzes sobre novas dinâmicas criminais dos municípios de médio porte, que resvalam no interior dos estados e em suas regiões. Para isso, é preciso adicionar novas camadas de dados, sobretudo qualitativos, para entender melhor os significados e os padrões por trás dessa evolução das formas de violência letal que tem impulsionado esses números, colocando o município numa situação de extrema gravidade quando consideradas as taxas por 100 mil habitantes.

A matriz das políticas de segurança pública, bem com os problemas em torno da continuidade e avaliação dos resultados das ações e estratégias adotadas para mitigar os problemas dos Crimes Violentos Letais Intencionais está longe de apontar para uma direção unívoca, no sentido de adoção de políticas públicas que de fato estejam subsidiadas nas leituras dessas informações, bem como de uma compreensão mais abrangente do tecido conflituoso e das formas de resolução de conflito em nossa sociedade. Outro ponto sensível é dimensionar a como o fenômeno impacta os arranjos das estruturas familiares e o corpo social da maneira mais ampla, o que demanda respostas da prestação de serviços públicos para essas famílias, tanto no sentido de prevenção, para interromper esse ciclo perverso, quanto para prestar assistência social para o sofrimento social gerado por essas perdas humanas tão precoces.

Embora os estudos de vitimização tenham caracterizado a regu-

laridade das faces da violência letal,¹³ especialmente no perfil preferencial desses crimes, as linhas de atuação do poder público ainda são tímidas em construir caminhos no sentido da prevenção e acabam reforçando fórmulas tradicionais, em alguns casos autoritárias e no recrudescimento da expansão do policiamento e negligenciado os papéis do trabalho de prevenção e da inteligência.

Essa constatação, reforça aquela leitura de que nos fala Marcos Rolim na primeira década dos anos 2000 sobre as muitas causas da ineficiência das estratégias de segurança pública na redução dos índices de violência, que adotam linhas de ação de tom mais reativo do que preventivo para lidar com essa problemática (ROLIM, 2009). Esse tom reativo das políticas de segurança pública somado aos valores tradicionais das instituições desse campo no Ceará e as representações da sociedade sobre o tema, acabam criando um ciclo vicioso no trato dessas questões.

Os territórios do interior, a exemplo do que o estudo parece indicar em Juazeiro do Norte, tem convivido com números comparáveis ao cenário de grandes capitais brasileiras, no entanto com diagnósticos e ações ainda tímidas, diante da gravidade e complexidade desse cenário. Essa desatenção pública combinada falta de políticas preventivas, parecem criar um ambiente fértil para a expansão e reprodução desses padrões de resolução violenta dos conflitos sociais no interior do Ceará.

¹³ Os estudos sobre vitimização, tem ganhado destaque nas produções científicas a respeito do fenômeno da violência. Matos Junior (2014) observa que tem ocorrido uma centralidade da figura da vítima no cenário contemporâneo, quando ocorrem tentativas de estruturar um corpo de conhecimentos e metodologias de análise do fenômeno. Há de se observar que há uma série de moralidades e seletividades quanto aos processos de naturalização e comoção social diante das mortes relacionadas ao fenômeno dos CVLIS que precisam de melhor aprofundamento em estudos futuros.

Considerações Finais

Este trabalho possibilitou a análise do perfil dos crimes violentos intencionais no município de Juazeiro do Norte, considerando o contexto da crise da segurança pública no Brasil, considerando de forma especial paralelos com a situação da região Nordeste e do Estado do Ceará. Foram utilizados dados sobre mortes violentas letais intencionais através da base de dados do Ministério da Saúde quanto da SSPDS. Além disso, também permitiu uma pesquisa documental e bibliográfica com o intuito de delinear alguns avanços e dificuldades quanto à utilização de um indicador social capaz de gerar efeitos de comparação em séries históricas no que diz respeito às mortes violentas intencionais, fato que remeteu ao conceito do indicador agregado crimes violentos letais intencionais (CVLIs) utilizado de formas diferentes entre as UFs no Brasil e que acaba por gerar dificuldades de comparabilidade em relação aos homicídios dolosos.

Ao serem levantadas informações sobre como as mortes violentas intencionais são tratadas no que diz respeito a alimentação de banco de dados, verificou-se a falta de padronização tanto em nível global quanto à nível nacional e local para fins de comparabilidade. Esforços realizados pelo Ministério da Justiça demoraram para surtir efeito quanto à adoção de recomendações para a mensuração adequada das mortes nas Unidades da Federação. A estatística criminal parece avançar lentamente no Brasil devido as disparidades encontradas quanto à utilização de tipos criminais padronizados para se mensurar as mortes violentas. Não há uma centralidade na administração das informações. Tanto União, UFs e municípios, bem como entidades da sociedade civil, produzem e divulgam informações com critérios diversos. O Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde

se apresentou adequado para a mensuração dos homicídios no Brasil, nas UFs e municípios, apesar registrado como “homicídios ocultos” gerarem discrepâncias quanto ao número real de assassinatos no País. É possível ainda que haja outras incongruências no SIM devido a mudança de metodologia a partir de 2011, como o próprio Ministério da Saúde destaca ao ser realizadas consultas no sistema no que diz respeito à Declaração de Óbito.¹⁴

Dada a importância do assunto, foram levantadas ainda informações mais detalhadas sobre como a violência letal intencional se apresenta no Brasil, com ênfase nas mortes por armas de fogo, na cor da pele da população, na distribuição geográfica dos homicídios e nas motivações para as mortes bem como o perfil sobre vitimados e agressores. Observou-se ainda que os índices de homicídios têm caído na região mais populosa e urbanizada do País, a Sudeste e aumentado no Nordeste, que lidera os números de casos recentes a partir de 2009, tendo o estado da Bahia como o que mais notifica mortes violentas letais intencionais em todo Brasil em 2016. Ainda em relação ao Nordeste, a região acumulou entre 1996 e 2016 mais de 30% dos homicídios no Brasil.

Já a pesquisa sobre as mortes violentas letais intencionais em Juazeiro do Norte, foco do trabalho, tanto no SIM quanto através da utilização do indicador agregado CVLIs gerados pela SSPDS, observou-se os altos índices de homicídios na cidade, que ultrapassam os índices do Brasil, do Nordeste e o estado do Ceará, considerado um dos mais perigosos do País atualmente. Foram levantados dados sobre os números absolutos registrados no SIM, com o total de 1.695 mortes entre 1996 e 2016. Já nas pesquisas no SIM a partir de 2010

¹⁴ Sobre a mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, mais informações podem ser encontradas em: tabnet.datasus.gov.br.

até 2016, para efeito de comparações com os dados CVLIs existentes, com exceção do ano de 2017, verificou-se uma pequena discrepância entre os números, gerados devido ao não registro de mortes causadas por intervenção policial, que não é registrada nos CVLIs no Ceará.

Sabe-se agora que Juazeiro do Norte segue uma tendência nacional no que diz respeito ao perfil dos vitimados, que são em sua maioria homens, pardos e jovens entre 15 e 29 anos de idade.¹⁵ Em relação ao sexo, as tendências de mortes entre indivíduos masculinos se mantem acima de 95%, com variações nas médias de idade ao longo dos anos, ora reduzindo, ora aumentando levemente. Em relação às mortes de mulheres foram verificados 59 homicídios em sete anos em Juazeiro do Norte, com a média de idade das vitimadas maior que as dos homens vitimados na cidade.

Finalmente, com a apresentação das informações, é possível então que haja uma compreensão inicial sobre o contexto de extrema violência e que aparentemente encontra-se num estado de naturalização na cidade, haja vista que índices de homicídios em Juazeiro do Norte chegaram próximo a seis vezes o número recomendado pela OMS e entendido globalmente como aceitável (10 homicídios para cada 100.000 habitantes). Para efeito de comparação, Juazeiro do Norte em 2014 apresentou um índice de 59,16 homicídios por 100.000 habitantes.

É preciso considerar esse processo de naturalização da violência

¹⁵ O processo de Juvenização da violência é um padrão que vem sendo observado nos estudos sobre violência letal nas últimas décadas. O estudo de Águiar (2017) levanta uma série de dados qualitativos sobre como as tramas da violência nos territórios de periferia estão cada vez mais próximas das fases da vida da infância. Essa leitura sobre os chamados “marcados para morrer”, em geral jovens ameaçados de morte, observa os impactos desse fenômeno sobre a socialidade das crianças nesses territórios. Essas mortes ou sua iminência, impactam as estruturas de parentesco dessas crianças, fazendo desde cedo que os significados e sentidos da violência estejam na construção da subjetividade e influenciando o destino social desses sujeitos.

sob dimensões que recortam o contexto estrutural e institucional da sociedade, por um lado, bem como seus significados e efeitos no cotidiano desses territórios marcados pela violência, por outro. Para tanto, deve-se adentrar os aspectos subjetivos que permeiam esse tecido social em novos estudos para melhor dimensionar e compreender esse morticínio experimentado na Cidade de Juazeiro do Norte nas últimas décadas.

Por fim, espera-se que o presente estudo sirva de parâmetro para pesquisas futuras. Entende-se que o objetivo do trabalho fora concluído no que diz respeito à análise de estatísticas criminais em Juazeiro do Norte para uma melhor compreensão dos fenômenos da violência e da criminalidade na cidade.

Referências

AGUIAR, Deiziane Pinheiro. *Marcado para morrer: moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz (Fortaleza-CE)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ASONGU, Simplicio; ACHA-ANYI, Paul. *The Murder Epidemic: A Global Comparative Study*. 2017. Disponível em: mpra.ub.uni-muenchen.de. Acesso em: 14 dez. 2018.

CGIAE. Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica. *Sistema de Informações sobre mortalidade — SIM: Consolidação da base de dados de 2011*. Brasília: Ministério da Saúde/ DATASUS, 2013. Disponível em: tabnet.datasus.gov.br.

COMITÊ Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. *Cada Vida Importa: Relatório Final*. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará/ Instituto OCA, 2016. Disponível em: cadavidaimporta.com.br.

EBC, Empresa Brasileira de Comunicação. *Falta de políticas de segurança pública incentiva aumento de crimes em pequenos municípios*. 2011. Disponível em: memoria.ebc.com.br. Acesso em: 15 dez. 2018.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Projeto: pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário: termo de parceria n° 817052/2015*. 2. ed. Brasília: FNSP, 2017. 22 p.

FEITOSA, Antonio Lucas Cordeiro. *Bairro brincante: estudo sobre entrecruzamentos de socialidades constitutivas de um bairro de Juazeiro do Norte-CE*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Populacional 2010 - Tabela 2094 — População residente por cor ou raça e religião*. Consultado em 14 de novembro de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. — Rio de Janeiro: IBGE, 2016 146 p. — (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 36).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados, Juazeiro do Norte*, código: 2307304, disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 28 de julho de 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, MLC; SOUZA, E.R; XIMENES, R.A.A.; ALBUQUERQUE, M.F.P.M.; BITOUN, J.; BARROS, M.D.A. Evolução dos homicídios em Pernambuco: análise por área geográfica, de 1980 a 1998. *Rev Saúde Pública*, 2002; vol. 36, p. 426-429.

OMS, Organização Mundial de Saúde. *World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. Organização Mundial de Saúde. Geneva, p. 100. 2018.

MATOS JUNIOR, Clodomir Cordeiro de. *Vítimas da violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

UFG, Universidade Federal de Goiás. *Estatística Descritiva*. 2017. Dispo-

nível em: www.agro.ufg.br. Acesso em: 02 dez. 2018.

Resumo:

Este artigo analisa o perfil das mortes violentas intencionais em Juazeiro do Norte a partir da análise da conjuntura da segurança pública no Brasil, incluindo-se a região Nordeste e o estado do Ceará. Apresenta-se os esforços realizados no sentido de mensurar adequadamente os tipos de crimes que compõem os homicídios dolosos, incluindo-se aqui o conceito do indicador agregado denominado de crimes violentos letais intencionais (CVLIs). A metodologia utilizada valeu-se da estatística descritiva e da pesquisa documental e bibliográfica. Observa-se como o território da cidade tem ganhado projeção nas ocorrências de homicídio por 100 mil habitantes nas últimas décadas, especialmente no período compreendido em 2010 e 2016.

Palavras-chave: violência letal; segurança pública; dinâmicas criminais.

Abstract:

This paper analyzes the homicides in the city Juazeiro do Norte, Ceará, Brazil from the analysis of the public security situation in Brazil, including the Northeast region and the state of Ceará. The efforts made to adequately measure the types of crimes that make up intentional homicides are presented, including here the concept of the aggregate indicator called Lethal and Intentional Violent Crimes (CVLI). The methodology used was based on descriptive statistics and documental and bibliographic research. It is observed how the city's territory has gained projection in the occurrences of homicides per 100,000 inhabitants in the last decades, especially in the period between 2010 and 2016.

Keywords: lethal violence; public security; criminals dynamics.

Recebido para publicação em 11/05/2020.
Aceito em 20/08/2021.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Geografias de oportunidades ou efeitos de exclusão? Analisando o impacto do efeito-território em distintos contextos de pobreza e segregação em Salvador, Brasil

Stephan Treuke

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4455-6452>

StephanTreuke@hotmail.de

Introdução

O campo de investigações versando sobre a reprodução das desigualdades sociais no Brasil tem se concentrado nos últimos anos no desenvolvimento de distintos modelos explicativos que buscam analisar o impacto da reestruturação do mercado de trabalho, da residualização das políticas sociais e do esgarçamento do sistema de suporte intrafamiliar nas condições de vida do indivíduo (KAZTMAN, 1999; KOWARICK, 2009). Entretanto, nos Estados Unidos, as relações causais entre a segregação residencial racial e a reprodução das

desigualdades sociais, desde a década de 1990, vêm sendo abordadas à luz do conceito de efeito-território. Este conceito se define como as desvantagens socioeconômicas que impactam nas condições de vida do indivíduo em função da sua inserção em determinados contextos sociorresidenciais.

Neste caso, Wilson (1996) postulou que a população afro-americana habitando os guetos segregados de Chicago correria um maior risco de cair nos circuitos de reprodução da pobreza em função do efeito da concentração espacial de desvantagens estruturais na escala do bairro, englobando altos níveis de desemprego e de violência, escolas dilapidadas, mas também, a falta de modelos de referência positivos e o enfraquecimento da infraestrutura social.

Enquanto isso, nos estudos realizados nas metrópoles brasileiras, o contexto sociorresidencial do bairro, considerado como fator de reprodução da pobreza, não se constituiu em categoria analítica autônoma (ANDRADE; SILVEIRA, 2013). No entanto, desde a década de 2010, delineia-se um crescente interesse em examinar o impacto da concentração espacial de desvantagens estruturais nas condições de vida do indivíduo. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil observa-se a prevalência de pesquisas que investigam a incidência quantitativa de determinados fatores intervenientes — como pobreza, desemprego e segregação — nos níveis de renda e de escolaridade ou na estrutura das redes sociais (MARQUES, 2016). Entretanto, poucos estudos brasileiros têm abordado o impacto do efeito-território à base de métodos qualitativos. Conforme Small (2004), uma das vantagens desta aproximação reside na sua utilidade de identificar os mecanismos pelos quais “opera” o efeito-território em um determinado bairro.

O presente trabalho pretende atentar a este *desideratum* a partir de um estudo qualitativo conduzido em cinco diferentes bairros po-

pulares da cidade de Salvador, Brasil. Neste sentido, busca-se, em primeiro lugar, examinar o impacto do efeito-território na integração socioeconômica e nas condições de vida dos moradores dos bairros periféricos São João de Cabrito e Fazenda Grande II/Jaguaripe I, assim como dos moradores dos bairros Calabar, Bate Facho e Vila Verde, localizados em proximidade a bairros das classes média e alta. Em segundo lugar, objetiva-se investigar como e sob quais condições esta relação de proximidade espacial a grupos sociais de maior *status* econômico mitiga o efeito-território. Para explorar esta temática, revisam-se na primeira seção os principais desenvolvimentos teóricos dentro da abordagem do efeito-território. A segunda seção introduz a metodologia utilizada no estudo de caso, enquanto a terceira seção apresenta os resultados auferidos no estudo comparativo, que serão objeto de discussão na quarta seção.

A abordagem da pobreza a partir do conceito de efeito-território

A discussão em torno do efeito-território foi instigada a partir da aproximação estruturalista às desigualdades sociais de Wilson (1996), que elucidava sobre as consequências da pobreza e segregação para a vida dos afro-americanos habitando os guetos de Chicago. Sua argumentação se norteia no conceito de isolamento social, definido como a dissociação do indivíduo pobre *vis-à-vis* pessoas e instituições representando a sociedade dominante. Seguindo este raciocínio, o seu confinamento ao contexto social local também dificultaria sua integração econômica em decorrência da falta de acesso a informações sobre vagas de emprego. Neste contexto, Briggs (1998) distingue duas dimensões do capital social que incidem sobre as chances de mobili-

dade socioeconômica ascendente do indivíduo. Por um lado, os *bonding ties*, organizados a partir de vínculos entre indivíduos do mesmo grupo social proporcionando a solidariedade intragrupal e a estabilização da situação econômica ao curto prazo. Por outro lado, os *bridging ties*, suscetíveis de promover “pontes” entre indivíduos socialmente dissimilares que alavancam a mobilidade socioeconômica. Uma série de autores tem comprovado a predominância de *bonding ties* em contextos de maior pobreza e segregação, apontando suas consequências negativas para a integração no mercado laboral formal (BRIGGS, 1998; SAMPSON, 2012; SMITH, 2007).

Outrossim, Wilson (1996) asseverava que a saída da classe média afro-americana dos guetos teria enfraquecido a capacidade de integração social vertical da população local, considerando-se seu papel de assegurar a viabilidade econômica da infraestrutura social e de transmitir referências sociais positivas. Contribuindo a esta discussão a partir de uma perspectiva criminológica, Sampson (2012) demonstrou que o impacto negativo do contexto sociorresidencial se vê atenuado pela capacidade de controle social informal na escala da comunidade. *Vice-versa*, a erosão da eficácia coletiva (*collective efficacy*¹) favoreceria a infiltração de estruturas criminosas na sua organização social.

Small e Feldman (2012) destacam três linhas temáticas que sintetizam os principais desenvolvimentos teórico-metodológicos dentro da abordagem do efeito-território nos Estados Unidos, quais sejam: 1) Uma primeira vertente que se debruçou sobre o viés de seleção dentro do efeito-território, argumentando-se que os modelos de regressão estatística seguindo um desenho não-experimental tendiam a omitir determinados fatores intervenientes que causam o deslocamento sele-

¹ Conforme Sampson (2012), o conceito *collective efficacy* combina a coesão social e a confiança mútua com a expectativa compartilhada de controle social informal.

tivo do indivíduo para um bairro específico. 2) Uma segunda vertente que criticou a omissão de variáveis extra-locais dentro dos modelos explicativos. 3) Uma terceira vertente que buscou desvendar os mecanismos pelos quais o efeito-território “opera” em um determinado bairro. Como denominador comum, as pesquisas inseridas nestas três vertentes criticam a assunção inicial de Wilson (1987) de um impacto “linear” e “homogêneo” do efeito-território nas condições de vida do indivíduo; particularmente o conceito de isolamento social se tornou crescentemente objeto de críticas que questionaram a concepção do bairro como “contêiner”, onde o espaço social coincide estreitamente com o espaço geográfico.

Para atentar à heterogeneidade do efeito-território, Small (2004) pleiteia por uma leitura “condicional” do impacto da concentração de desvantagens estruturais nas condições de vida do indivíduo, que busca identificar os mecanismos pelos quais “opera” o efeito-território em distintos bairros sem, no entanto, inferir a generalização dos resultados auferidos em um determinado estudo de caso. Esta perspectiva se distancia, por um lado, de uma aproximação “universalista” (*universalistic approach*) ao efeito-território — conforme inicialmente postulado por Wilson (1996) — que partem da pressuposição de que as relações causais inferidas à base de exemplos de estudos de caso isolados se comprovam na totalidade dos bairros, Por outro lado, a proposta se afasta da leitura “particularista” (*particularistic approach*) do efeito-território, cujo alcance se esgota na explicação de fatores intervenientes que se verificam apenas em um determinado estudo de caso (SMALL, 2004).

Nos Estados Unidos, o debate em torno do efeito-território impulsionou a implementação de distintas políticas de dessegregação que se norteiam na assunção de “geografias de oportunidades” (GALSTER,

2007). Estas pressupõem que a proximidade de grupos minoritários pobres a uma população de maior *status* econômico (1) estimula as articulações interclasse; (2) favorece o acesso a informações sobre vagas de emprego, (3) fortalece o controle social informal da comunidade, (4) amplia a exposição a modelos de referência social da classe média e (5) proporciona um melhor acesso a serviços urbanos de alta qualidade. Todavia, uma série de estudos tem demonstrado que não se evidenciaram melhorias substanciais nas áreas de educação e emprego; entretanto, efeitos positivos foram registrados nos indicadores percepção de segurança e saúde física/mental do grupo experimental feminino (CLAMPET-LUNDQUIST; MASSEY, 2008).

Small (2004) constata que os habitantes pobres do bairro Villa Victoria, um enclave étnico porto-riquenho localizado em proximidade ao bairro da classe alta de South-End, Boston, entretêm poucos vínculos sociais com seus vizinhos em virtude da sua estigmatização territorial. Ademais, o autor observa que o fato de o bairro abrigar todas as funções necessárias para a reprodução social da população local, como escolas, creches, supermercados, espaços de lazer e centros comunitários — excetuando-se os postos de emprego — produz seu confinamento ao contexto social local.

No Brasil, o conceito de marginalidade emergiu como conceito central para explicar a re-produção das desigualdades sociais nas décadas de 1950 e 1960 e apontava às deficiências da integração da mão de obra não-qualificada dentro do modelo de substituição de importações (KOWARICK, 2009). Estas desigualdades também se refletiam na organização socioespacial das grandes cidades: Desde o início do século XX, as favelas foram consideradas como representantes espaciais de outro mundo social e cultural, abrigando uma população potencialmente perigosa. Naquela época, uma das questões urbanas mais

discutidas remetia ao aparente antagonismo favela e bairro, que impulsionou a realização de uma série de estudos que adotaram um recorte racionalista, higienista ou sanitário e que propunham uma visão moralista dos aglomerados populares que posteriormente iriam legitimar as políticas de remoção das favelas (VALLADARES, 2005).

Em analogia ao contexto estadunidense dos anos 1960, surgiram vozes críticas procurando demonstrar empiricamente o alto grau de organização social-institucional que prevalecia nas favelas e desafiando a hipótese da cultura da pobreza (PERLMAN, 2010). Particularmente, a análise de redes sociais (migratórias) e de organizações locais comunitárias revelava o alto grau de organização social e a existência de um sistema de proteção informal estabelecido dentro dos bairros pobres à base de vínculos de reciprocidade e de solidariedade, tecidos no âmago da família, dos movimentos sociais locais, da Igreja Católica e das associações comunitárias voluntárias (KOWARICK, 2009).

Apesar dos esforços acadêmicos de desconstruir a imagem da favela negativa, a representação dualista favela–bairro retornou ao debate público na década de 1990, mirando particularmente as favelas do Rio de Janeiro, de Salvador, de Fortaleza e de outras grandes metrópoles localizadas no Nordeste brasileiro, onde as taxas de crimes violentos conheceram um aumento considerável (VILLAREAL; DA SILVA, 2006). Machado da Silva e Leite (2007), examinando a relação entre a percepção de risco do indivíduo e a sociabilidade violenta, assinalam a persistência de uma imagem essencialmente negativa da favela, constantemente reproduzida pela mídia televisiva. Nesta representação, as famílias pobres frequentemente são retratadas como coniventes ou envolvidas com o tráfico de drogas. Além do risco de se tornar vítima dos conflitos armados entre os traficantes ou das incursões violentas da polícia, Machado da Silva e Leite (2007) apontam a

perturbação das suas rotinas diárias, por exemplo, nas suas trajetórias casa-escola, casa-trabalho, casa-lazer. Enquanto esta percepção de insegurança domina a vida cotidiana de muitos moradores das favelas brasileiras, um dos principais fatores responsáveis pela reprodução do antagonismo favela-bairro remete à própria estigmatização territorial da população local, que dificulta sua integração socioeconômica (KOWARICK, 2009; ZALUAR; RIBEIRO, 2005).

No que tange a análise do efeito-território no Brasil, uma série de estudos quantitativos confirmam um impacto negativo no nível de renda, no acesso ao mercado de trabalho e na modalidade formal/informal do emprego, que acomete particularmente as populações pobres vivendo em bairros periféricos (RIBEIRO, 2005). Já Ribeiro et al. (2010) asseveram que a falta de investimentos públicos em instituições de educação nestes locais se traduz em uma maior distorção idade-série, em um baixo desempenho escolar e em um frequente abandono da escola. Os autores apontam a ausência de modelos de referência social suscetíveis de valorizar a educação como caminho formal para a integração econômica, fato que estimula a adesão a modelos criminosos de provisão de renda. Existem poucos contatos com pessoas e instituições da classe média, situação que prejudica seu acesso a informações sobre empregos. Enquanto estes resultados corroboram em grandes linhas com hipótese do isolamento social postulado por Wilson (1996), Marques (2016) demonstra, à base de um estudo quantitativo conduzido em diferentes bairros pobres e periféricos de São Paulo e Salvador, que o efeito da segregação pode tornar a sociabilidade do indivíduo mais dispersa e diversificada, dado o imperativo de acessar recursos extra-locais. Entretanto, o autor destaca a escassez de articulações extrapolando a própria classe social, como consequência direta da segregação territorial. Contudo, o autor res-

salva que esta situação não dificulta necessariamente a integração do indivíduo pobre no mercado laboral formal.

Outro grupo de estudos se debruça sobre a relação de proximidade geográfica entre grupos socialmente distantes e as oportunidades de integração socioeconômica das camadas baixas, destacando-se três vertentes de pesquisas. A primeira vertente enfoca as favelas inseridas nas regiões centrais da cidade — o que corresponde a uma configuração consolidada de vizinhança entre pobres e ricos — e assinala as vantagens locais beneficiando a integração socioeconômica da população pobre, particularmente no setor da construção civil e dos serviços pessoais (como jardineiro, vigilante, cozinheira, faxineira etc.). Nestas configurações espaciais, as articulações entre os grupos socialmente distantes se viam estimulados pelo uso compartilhado dos serviços urbanos locais. Ademais, o espaço público muitas vezes foi utilizado como lugar de venda informal de produtos, como frutas, verduras, comida rápida e bebidas, atentando à demanda dos moradores vizinhos da classe média e alta (KOWARICK, 2009).

A segunda vertente de pesquisas focaliza as configurações de proximidade entre grupos socialmente distantes que emergiam nos vetores de expansão da classe média e alta. Estas correspondem a uma configuração semi-consolidada de vizinhança. Nestes locais, observa-se um enfraquecimento da transmissão de modelos de rol da classe média e o declínio das articulações não-empregatícias entre os grupos socialmente distantes em função da bifurcação entre um sistema público e privado de serviços urbanos e da evitação do espaço público pelas classes média e alta. Esta dinâmica foi acompanhada pela privatização do espaço público e pelo crescente isolamento das classes média e alta em condomínios fechados altamente protegidos (CALDEIRA, 2000). Não obstante, a alta demanda em mão de obra no

setor da construção civil atraía ainda muitas famílias pobres que se assentavam em proximidade aos condomínios fechados.

Entretanto, os espaços públicos localizados nas imediações dos condomínios fechados estão crescentemente sendo controlados por vigilantes privados ou agentes policiais; esta tendência reduziu drasticamente as possibilidades de integração econômica das classes baixas a partir do mercado informal (BORSODORF; HIDALGO; VIDAL-KOPPMANN, 2015). Nestas configurações espaciais, as clivagens socioeconômicas se traduziram em conflitos e tensões entre os moradores de condomínios fechados e as populações pobres circunferentes, considerando-se também que, nestas regiões já menos centrais, prevalecem níveis mais altos de violência e de crime (CALDEIRA, 2000). Por exemplo Ribeiro (2005), analisando as articulações sociais em espaços públicos entre os grupos sociais de alta renda e as populações pobres das favelas cariocas, aponta a dialética entre integração econômica e evitamento social. Este evitamento resulta, em grandes medidas, da sua associação com o tráfico de drogas e com um “parasitismo social” que constrange sua integração no mercado laboral formal, dificulta suas articulações com pessoas extra-locais e influencia sua percepção sobre segregação.

Já a terceira vertente de pesquisas focaliza nas configurações espaciais de vizinhança entre grupos socialmente distantes que emergiram como resultado da construção de condomínios fechados das classes média e alta nas franjas urbanas das grandes cidades brasileiras desde a década de 1990. Estas configurações emergentes de vizinhança podem ser encontradas nas áreas periféricas das grandes cidades, majoritariamente habitadas pelas classes (média-)baixas mas também em áreas periféricas onde predominam as moradias da habitação social da classe baixa (BORSODORF; HIDALGO; VIDAL-KOPP-

MANN, 2015). Neste contexto, a maioria das pesquisas foi realizada no Chile, no México e na Argentina, enquanto poucos estudos foram realizados no Brasil. Em alinhamento com Sabatini e Salcedo (2007), a construção de condomínios fechados de alto padrão nestas regiões induziu a dispersão das classes baixas dentro do espaço e contribuiu à diminuição da escala de segregação na Região Metropolitana de Santiago. Os autores afirmam que a construção de condomínios de luxo nas franjas urbanas aumentou as oportunidades de emprego para as classes baixas e também atraiu investimentos públicos e privados em serviços urbanos locais. Este processo se traduziu em uma maior valorização dos bairros pobres circunferentes, tanto em termos de valor de terra quanto em termos de percepção da população pobre de estar socialmente integrada. Por outro lado, os estudos de Ruiz-Tagle (2016), conduzidos também em Santiago do Chile, demonstram que as chances de integração econômica a partir do setor de serviços diminuíram drasticamente, em função da estigmatização territorial. Os moradores dos condomínios fechados vizinhos prefeririam contratar seus funcionários dos bairros pobres mais distantes, fato que anula as vantagens locais para a população pobre.

Neste estudo, propõe-se examinar tanto o efeito-território, quanto as articulações não-empregatícias entre os grupos socialmente distantes vivendo em proximidade espacial nas três acima delineadas configurações de vizinhança. Para este propósito, recorre-se à aproximação metodológica de Häußermann (2003) que, em diferença aos estudos que enfocam os parâmetros nível de renda, *status* ocupacional e nível de escolaridade, parte de uma análise multidimensional do efeito-território: Häußermann (2003) sugere que o efeito-território não interfere apenas no acesso ao mercado de trabalho e no desempenho escolar, mas também influencia as articulações sociais (parti-

cularmente com pessoas não-locais), o controle social informal e a percepção subjetiva sobre a segregação.

Considerações metodológicas e áreas de estudo

No plano metodológico, recorre-se ao arcabouço proposto pelo sociólogo alemão Häußermann (2003). Esta aproximação analítica possui a vantagem de evitar uma análise unilateralmente deficitária do contexto sociorresidencial à medida que considera tanto os mecanismos reprodutores da pobreza, quanto os mecanismos e processos “compensatórios”, suscetíveis de mitigar situações de vulnerabilidade social, como redes de apoio e de suporte. O autor distingue três dimensões: a dimensão material, a dimensão social e a dimensão simbólica, conforme demonstrado pela *Tabela 1*.

Tabela 1: As três dimensões do efeito-território.

Dimensões	Fatores intervenientes	Efeitos potenciais (negativos / positivos)
Dimensão Material	<ul style="list-style-type: none"> - localização do bairro dentro da estrutura espacial da cidade; - acesso ao mercado de trabalho; - acesso à infraestrutura local (social, cultural, comercial); - acesso ao espaço público e de lazer; - acesso ao transporte público; - qualidade física do <i>habitat</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> - dificuldades de acessar postos de emprego; - deficiências qualitativas e quantitativas na infraestrutura local (por exemplo: escolas e hospitais); - ausência de espaço público e de lazer; - ausência de vínculos tecidos em associações e instituições comunitárias; - ausência de mobilização política dentro da comunidade; - riscos de inundação, desabamento, etc.; - maior risco de exposição à violência física;

Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> - capital social: <i>bonding</i> e <i>bridging ties</i>; - mobilização dos recursos sociais para acessar; recursos não-materiais; - acesso a modelos de referência social e grupos de pares; - <i>eficácia coletiva</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> - dificuldades de articular-se com indivíduos extra-locais; - dificuldades de entrar em contato com pessoas da classe média (fora do contexto de trabalho); - dificuldades de obter informações sobre vagas de emprego; - dificuldades de acessar recursos não-materiais; - falta de contato com modelos de referência e grupos de pares da classe média; - risco de exposição a indivíduos envolvidos no tráfico de drogas; - enfraquecimento das normas sociais e da capacidade de controle social informal; - enfraquecimento da confiança e coesão social;
-----------------	---	---

Dimensão Simbólica	<ul style="list-style-type: none"> - discriminação / estigmatização territorial; - discriminação institucional; 	<ul style="list-style-type: none"> - dificuldades no processo de procura de emprego; - dificuldades de articular-se com pessoas extra-locais; - discriminação (por exemplo na escola, nas abordagens policiais, no hospital); - percepção de estar excluído/a dentro da região circunferente e em relação à sociedade; - falta de identificação territorial.
--------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria.

A dimensão material remete à localização geográfica do bairro em relação ao conjunto da cidade abordando-se aspectos atinentes ao acesso do indivíduo ao mercado de trabalho, transporte público, serviços urbanos e à infraestrutura comercial, social e cultural, entre outros. A dimensão social abrange três componentes analíticos, quais sejam: a estrutura das redes sociais; a capacidade de *eficácia coletiva*; assim como a influência de grupos de pares e dos modelos de referência locais em processos de socialização. Já na dimensão simbólica, indaga-se acerca do impacto negativo provocado na mobilidade socioeconômica e nas condições de vida do indivíduo através da estigmatização territorial, que pode produzir diversas experiências de desintegração nos indivíduos, como por exemplo na procura de emprego e na articulação com pessoas extra-locais.

Convém ressaltar que, em nossa pesquisa, enfatiza-se a forte relevância das redes sociais e institucionais na sua função de mitigar as situações de vulnerabilidade social. Esta premissa se fundamenta no argumento de que, em virtude da reduzida capacidade de absorção de grandes contingentes populacionais no mercado de trabalho formal e da ausência de um sistema de bem-estar social, a reprodução social das camadas baixas no Brasil esteve historicamente assen-

tada na combinação entre mercado (informal), família e comunidade (KOWARICK, 2009).

Para o nosso objetivo, examina-se, em primeiro lugar, a participação do indivíduo nas diferentes esferas de sociabilidade no intuito de avaliar se este recorre nas suas interações cotidianas a vínculos sociais locais ou extra-locais (MARQUES, 2016). Em nosso caso, distingue-se entre, por um lado, as esferas de sociabilidade primárias, quais sejam: a família, amigos e os vizinhos, caracterizadas por um alto grau de homofilia e localismo e, por outro lado, as esferas de sociabilidade secundárias, quais sejam: o trabalho, os estudos, as associações (não-leigas) e o lazer. Pressupõe-se que estas últimas ampliam o espectro e a diversidade dos vínculos sociais dos entrevistados, com importantes implicações para sua integração econômica. Em segundo lugar, busca-se explorar como os entrevistados encontram oportunidades empregatícias, tanto no seu próprio bairro, quanto nos condomínios vizinhos da classe média alta, examinando-se particularmente a importância de pessoas-chave dentro de determinadas redes sociais que possam intermediar o acesso a trabalhos desempenhados nos condomínios. Em terceiro lugar, procura-se examinar se os habitantes recorrem preponderantemente a *bonding ties* ou *bridging ties* para obter suporte material e não-material.

Levou-se em consideração a abordagem de grupos semelhantes e modelos de referência social em processos de socialização, que se justifica em atendimento à hipótese central de Wilson (1987) do isolamento social. Neste sentido, pressupõe-se um enfraquecimento da legitimidade dos canais “formais” de mobilidade social, como a frequência à escola, a obediência às normas legais vigentes, o respeito à vida dos outros moradores, atentando-se particularmente à influência de jovens e adultos afiliados ao tráfico de drogas nos locais analisa-

dos. Também, adotou-se o conceito de *eficácia coletiva* no nosso arcabouço metodológico, dado que se pressupõe um impacto significativo da criminalidade e da violência na organização social da comunidade e nas condições de vida do indivíduo. Neste sentido, recorre-se ao índice composto de *eficácia coletiva*, elaborado por Sampson (2012), para avaliar a capacidade do indivíduo de controle social informal.

Para explorar as distintas formas de articulação entre os grupos socialmente distantes à luz do seu potencial de mitigar este efeito, a pesquisa se orienta nas reflexões de Small (2004) acerca das funções que o bairro de residência cumpre na reprodução social do indivíduo, quais sejam: a família; a provisão de recursos materiais, sociais e culturais; o lazer; a vizinhança; o transporte. A distribuição destas funções — analisada neste trabalho a partir da variável “grau de autonomia funcional do bairro” — incide sobre o grau de abertura ou de isolamento social que o local de residência promove nas articulações cotidianas do indivíduo. Pressupõe-se uma variabilidade entre, por um lado, o preenchimento de todas as supracitadas funções no bairro e, por outro lado, a ausência destas funções — abstraindo-se dos fatores “família” e “vizinhança” que possuem um caráter essencialmente local.

Já o “grau de imbricação funcional” da população *vis-à-vis* os bairros circunferentes de elite levam em consideração as articulações econômicas (relações empregatícias), sociais (trocas de sociabilidade) e simbólicas (percepção do “outro”) entre os grupos socialmente distantes. Este indicador é estreitamente vinculado ao “grau de autonomia funcional do bairro” já que indaga sobre as efetivas possibilidades de participação socioeconômica do indivíduo no seu entorno geográfico.

Nos cinco bairros onde foram conduzidas as entrevistas, observa-

-se a superposição de uma série de desvantagens estruturais, neste caso: baixos níveis de renda e de escolaridade e uma alta taxa de homicídios. A concentração espacial destas desvantagens pode ser visualizada na *Figura 1*² que retrata as fortes disparidades com respeito ao nível médio de renda familiar e à incidência de homicídios. Estas se manifestam na escala macrourbana no antagonismo entre “centro” — abrangendo o Centro e a Orla Atlântica, localizados no sul e no sudoeste da cidade — e a “periferia” — englobando o Subúrbio Ferroviário/Ilhas e o “Miolo Urbano”, localizados no nordeste e no noroeste de Salvador. Já na escala microurbana, o município se caracteriza por uma organização socioespacial mais fragmentada, marcada pela contiguidade entre bairros abrigando uma população de alto *status* socioeconômico e bairros populares.

Considerando-se a concentração de desvantagens estruturais na escala do bairro assim como o grau de vulnerabilidade social das populações dos cinco bairros — conforme apresentado pela *Tabela 2* — levanta-se a hipótese de que existe um maior impacto negativo do efeito-território nas condições de vida dos moradores dos bairros periféricos São João do Cabrito e Fazenda Grande II/Jaguaripe.

No total, foram conduzidas cem entrevistas semiestruturadas no período de julho a outubro de 2018 com aproximadamente uma hora de duração, em distintos locais dos bairros e em diferentes horários, abordando-se as pessoas na rua ou visitando as pessoas nas suas respectivas casas através da intermediação pelos líderes comunitários. Pro-

² Os dados estatísticos utilizados na elaboração das *Figuras 1* provêm da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e se referem ao censo de 2010; entretanto, o mapeamento da distribuição da taxa de homicídio a partir das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) na *Figura 2* se baseia nos dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia que se referem aos dados consolidados de 2018.

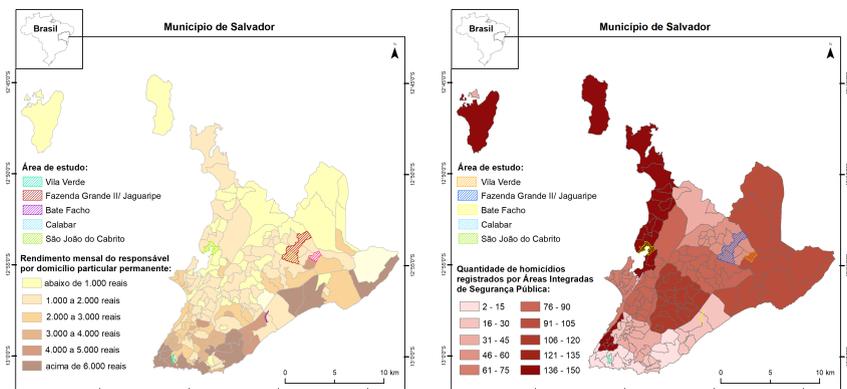


Figura 1: Nível de renda e taxa de homicídios nos cinco bairros analisados

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Perfil sociodemográfico e situação de vulnerabilidade das populações dos cinco bairros

Tabela 2: Perfil sociodemográfico e situação de vulnerabilidade das populações dos cinco bairros.

ÁREAS DE ESTUDO	UDH São João do Cabrito	UDH Fazenda Grande II/ Jaguaripe I	UDH Calabar Alto das Pomboas	UDH Bate Facho	UDH Vila Verde
Localização (em relação à distância do centro histórico)	periférico: Subúrbio Ferroviário	periférico: "Miolo Urbano"	central	semi-periférica	periférica
Bairros vizinhos	Alto do Cabrito, Pirajá, Lobato (classe baixa)	Nova Brasília (classe baixa); Fazenda Grande III (média-baixa)	Barra, Ondina, Graça (classe alta)	Imbuí (classe alta)	Alphaville 2 (classe alta)
População Total	12.732 hab. (São João do Cabrito: 6.484)	5.487 hab.	10.152 hab. (Calabar: 6.484)	1.399 hab. (-5.000 estimados)	8.823 hab.
Renda média per capita	RS 307,93	RS 395,78	RS 492,16	RS 330,00	RS 365,26
Proporção dos chefes de família com grau superior de educação	0,90%	1,59%	4,88%	1,40%	0,98%
Mortalidade infantil por 1.000 crianças nascidas vivas	32,6	24	19,05	30,2	27,6
Proporção de vulneráveis à pobreza	53,20%	39,25	32,30%	54,72%	50,97%
Proporção de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	38,70%	32,26%	25,40%	42,61%	41,89%
Proporção de crianças de 0 a 5 anos fora da escola e proporção de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa etária	55,73%	49,13%	40,66%	49,13%	56,21%
Proporção de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	19,72%	65,18%	9,89%	17,08%	41,89%
Proporção de crianças extremamente pobres	49,94%	45,17%	35,86%	50,29%	61,88%
Proporção de crianças extremamente pobres	17,96%	5,82%	7,07%	16,11%	11,51%
Taxa de homicídios por AISP	AISP 05 Periperi: 188	AISP 09: Cajazeira: 67	AISP 14 Barra 3	AISP 09: Boca do Rio: 31	AISP 12: Rapai: 120

Fonte: Elaboração própria.

curava-se selecionar um número equânime de entrevistados representando as três faixas etárias: — menos que 18 anos, 18 a 65 anos e maior que 65 anos, no intuito de facilitar a comparação entre os cinco locais (cf. Tabela 3).

A escolha intencional de uma maior proporção de entrevistados

Tabela 3: Perfil socioeconômico dos entrevistados

Tabela 3: Perfil socioeconômico dos entrevistados					
Bairro	Calabar	Bate Facho	Vila Verde	São João do Cabrito	Fazenda Grande II / Jaguaripe I
Sexo					
Masculino	8	7	10	45%	40%
Feminino	12	13	10	55%	60%
Idade (ciclo de vida)					
Abaixo de 18	4	6	3	40%	30%
Entre 18 e 65	14	13	15	50%	55%
Acima de 65	2	1	2	10%	15%
Renda per capita					
Abaixo de R\$ 500	6	16	14	70%	40%
Acima de R\$ 500	18	4	6	30%	60%
Proporção desempregados					
	25%	40%	35%	40%	20%
Nível de escolaridade					
Ensino médio completo	3	1	2	15%	40%
Ensino médio incompleto	17	19	18	85%	60%
Proporção de mães-chefes de família					
	60%	70%	50%	60%	40%
Com criança menor					
	40%	80%	60%	80%	30%

Fonte: Elaboração própria.

da faixa de “entre 18 e 65 anos” dentro da amostra se justifica à luz da assunção que estes já se encontram inseridos no mercado de trabalho formal/informal. Pressupõe-se que estes podem fornecer importantes informações sobre suas relações empregatícias com os condomínios fechados vizinhos, um dos aspectos-chave deste estudo.

Realizou-se uma primeira rodada de dez entrevistas que seguia uma estrutura de questões mais aberta e que já oferecia primeiros *insights* sobre o contexto sócio-residencial dos entrevistados. Este procedimento facilitou a elaboração do questionário final³ que serviu como ponto de partida para a segunda rodada de entrevistas, enfatizando-se os aspectos considerados como mais relevantes. A estrutura semiaberta das entrevistas nos permitia cobrir um maior espec-

³ Para maiores esclarecimentos sobre os ferramentas metodológicos utilizados na pesquisa qualitativa, compare o questionário-padrão utilizado nas entrevistas, que se encontra no anexo deste artigo.

tro de assuntos relacionados ao efeito-território, que variavam principalmente em função do ciclo de vida do entrevistado, e de identificar as estruturas comuns dentro da construção social da sua realidade (LUCKMANN; BERGER, 1991).

Examinando o efeito-território em cinco bairros pobres de Salvador: Dimensão material

O estudo revela que em todos os cinco bairros prevalecem as dificuldades em termos de acesso a escolas, creches, postos de saúde e espaços de lazer. Outrossim, atesta-se a escassez de oportunidades de emprego dentro do bairro, com a exceção da Fazenda Grande II/Jaguaripe I, que abriga um amplo comércio local. Dadas estas circunstâncias, virtualmente todos os entrevistados afirmam que precisam se deslocar para outros bairros para trabalhar, estudar e acessar determinados serviços não-materiais. Desta forma, corroboram-se diferentes (des)vantagens locacionais que se reportam à distância dos bairros às regiões agregando a maior oferta de postos de emprego e de serviços públicos de alta qualidade, quais sejam: o Centro e a Orla Atlântica. Entre os três bairros localizados em proximidade a condomínios da classe média e alta, observa-se uma nítida diferença entre o Calabar — cujo entorno geográfico oferece as maiores oportunidades de participação socioeconômica da sua população — nomeadamente no setor dos serviços pessoais e a partir da apropriação dos espaços públicos para a mercantilização de produtos não-duráveis — e o Bate Facho, que se localiza nas imediações do centro comercial-financeiro da região Iguatemi-Tancredo Neves. Neste último caso, a proximidade a uma das principais bacias de emprego da cidade não beneficia sua integração econômica, já que a maioria das atividades profissionais,

como funcionários de loja, técnicos, operadores de caixa e recepcionistas, requer maiores níveis de formação educacional e profissional.

Contrastando com a relação estável entre demanda e oferta que se delineia no caso do Calabar e seus condomínios vizinhos da classe média e alta, os entrevistados do Bate Facho apontaram que o “grau de imbricação funcional” *vis-à-vis* o bairro Imbuí vem apresentando sinais de enfraquecimento desde alguns anos devido (1) ao declínio da demanda em serviços pessoais atribuído à perda do poder econômico da classe média; (2) à priorização do fator “imagem externa e segurança do bairro” dentro do recrutamento dos funcionários dos condomínios. Neste caso, o bairro é considerado violento e, por isso, seus moradores não são contratados. Vale ressaltar que a proximidade geográfica durante muitos anos era considerada pelos moradores do Bate Facho como a principal garantia de ser contratado, já que isentava os empregadores de arcar com as despesas de deslocamento; (3) o aumento dos gastos salariais dos funcionários que dificulta particularmente a contratação da empregada doméstica com carteira assinada.

Os resultados auferidos nesta localidade também exemplificam que, ao contrário do Calabar, a proximidade a grupos sociais de maior *status* econômico não promove automaticamente “externalidades positivas” para a integração econômica dos entrevistados — como a possibilidade de vender determinados produtos não-duráveis nos espaços públicos — em virtude da forte presença de dispositivos de segurança que impedem a realização de atividades comerciais em frente aos condomínios vizinhos. O declínio do “grau de imbricação funcional” também é frequentemente visualizado como resultado da revitalização urbana da Praça do Imbuí, um espaço que antigamente era utilizado pelos entrevistados para a mercantilização de lanches e bebidas. No transcorrer dos últimos anos, esta localidade se converteu em um

espaço de bares voltado para os grupos sociais com maior poder aquisitivo dos bairros vizinhos Imbuí, Piatã e Patamares, uma dinâmica que excluiu os moradores do Bate Facho de frequentar este espaço:

Sim, as pessoas daqui sempre conversavam bastante com os moradores do Imbuí e arredores, sobretudo nesta Praça do Imbuí onde tomávamos cerveja e vendíamos nossos produtos. Hoje em dia, acabou isso, é caro demais e tem muita segurança que nos impede a vender (Ana, 64 anos, desempregada).⁴

Inferindo a partir das observações de Ana, a antiga Praça do Imbuí assumia um papel central na intermediação para empregos no mercado laboral informal e inclusive para uma vaga de porteiro, jardineiro ou doméstica através das conversas informais com os moradores dos condomínios vizinhos; esta função se perdeu ao longo dos últimos anos e reflete o aumento dos conflitos com os moradores do Imbuí que, conforme Pedro, um carpinteiro de 43 anos, visualizam o Bate Facho como enclave pobre em meio de uma região altamente valorizada de Salvador.

Entretanto, no bairro de Vila Verde, os entrevistados declararam se sentir explorados como mão de obra barata pelas empresas localizadas no seu entorno geográfico, entre outras o Salvador Norte Shopping e vários supermercados e lojas de construção de atacado. Segundo Marcos, um vigilante do Hotel Ibis Hangar Business, de 23 anos, os empregadores aproveitam das suas precárias condições financeiras para justificar os baixos salários, uma prática que frequentemente coaduna com distintas formas de discriminação registradas no setor hoteleiro. No contexto de uma generalizada valorização dos bairros margeando a Avenida Paralela, são principalmente os entrevistados mais idosos que reclamam do aumento contínuo das despesas

⁴ Os nomes são fictícios para guardar o anonimato dos entrevistados.

diárias para água, luz, transporte e aluguel. Enquanto considerada como benéfica para a identificação territorial da população dos bairros periféricos de Santiago por Salcedo e Torres (2004), esta tendência se revela como detrimental no caso do Vila Verde já que os investimentos públicos em infraestrutura urbana e serviços de saneamento básico contribuíram à expulsão dos moradores mais pobres vivendo de aluguel. Conforme o depoimento de Moisés, líder comunitário de 58 anos, estas famílias se veem obrigadas a mudar-se para as regiões mais recuadas do “Miolo Urbano”, onde enfrentam maiores dificuldades de encontrar um emprego.

Contrastando com os resultados auferidos nos estudos que frisam as amplas oportunidades de integração econômica em situações de proximidade aos grupos de maior *status* econômico (SABATINI; SALCEDO, 2007), chama a atenção que nenhum dos entrevistados do bairro Vila Verde declara estar trabalhando atualmente dentro dos condomínios do Alphaville II. Segundo Eduardo, no início da construção deste condomínio, a população do Vila Verde criava grandes expectativas com a chegada de famílias de maior poder aquisitivo e apostava em amplas oportunidades de trabalhar no setor de serviços pessoais. Em vários relatos, aparecem as tentativas frustradas de oferecer sua mão de obra na construção civil; contrariando as expectativas iniciais, as empresas imobiliárias responsáveis recrutaram os operários de bairros mais distantes, alegando que não havia mais vaga para a população do Vila Verde, uma afirmação percebida como discriminatória pela maioria dos entrevistados. Conforme os depoimentos, os moradores nem conseguiam ter acesso ao condomínio, sendo sua entrada barrada pelos porteiros do condomínio. Esta falta de acesso ao condomínio ainda se vê agravada pela ausência de espaços públicos suscetíveis de facilitar a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais

Tabela 4: Tipos de sociabilidade

Quadro 4 Tipos de sociabilidade					
Esfersas de sociabilidade	Calabar	Bate Facho	Vila Verde	São João do Cabrito	Fazenda Grande II / Jaguaripe
Muita família e vizinhança	20%	30%	35%	40%	25%
Muita vizinhança e família	15%	20%	15%	15%	10%
Família, vizinhança e amizade	10%	10%	10%	10%	5%
Família, amigos e lugar de trabalho	10%	10%	10%	5%	20%
Família, vizinhança e associações religiosas	15%	20%	15%	20%	10%
Família, vizinhança e estudos	10%	5%	10%	5%	5%
Família, lugar de trabalho e associações leigas	20%	5%	5%	5%	25%

Fonte: Elaboração própria.

para a venda de produtos não-duráveis em proximidade à Alphaville II.

Dimensão social

A análise comparativa das estruturas das redes sociais — visualizada pela *Tabela 4* — revela uma preponderante afiliação dos entrevistados do bairro periférico São João do Cabrito e, em dimensões menores, do bairro Vila Verde, às esferas de sociabilidade primárias, mesmo controlando pelos fatores de níveis de renda e de educação, *status* ocupacional e idade. Nestes dois contextos, destaca-se a existência de amplas redes de suporte tecidas no âmago de famílias extensas dividindo a mesma moradia que promovem o suporte social e a estabilização da situação econômica dos membros mais vulneráveis a partir de *bonding ties*.

A tendência de encapsulamento das redes sociais que decorre da dissociação dos entrevistados com a esfera de sociabilidade secundária “trabalho” se vê agravada pelos elevados níveis de precariedade material da população, uma dinâmica que também enfraquece substancialmente as estruturas de suporte entre os vizinhos e que arrisca de dismantelar a infraestrutura social e cultural do bairro. Neste caso, a agregação de redes altamente fragmentadas com poucas conexões

intergrupais cria obstáculos a sua integração econômica dada a redundância da informação transmitida.

O baixo grau de diversidade interna das suas redes também decorre do fato que os entrevistados se articulam preponderantemente com amigos e parentes habitando os bairros vizinhos do Subúrbio Ferroviário e acessam os recursos necessários para sua reprodução social — como escolas, creches, postos de saúde, espaços de lazer — dentro desta mesma região. Este maior grau de “autonomia funcional” da região — considerando-se os bairros vizinhos do Lobato, Alto do Cabrito, Pirajá e Plataforma em conjunto — deixa o contato para fora mais indispensável, uma situação que também diminui as chances de exposição dos seus moradores a modelos de referência da classe média no âmbito da escola e da vizinhança (SMALL, 2004; WILSON, 1996). Entretanto, a frequente mobilização de uma densa rede de suporte entre vizinhos pode ser atestada no caso do Bate Facho, conforme demonstra a seguinte citação:

Quando tivemos estes alagamentos, todo mundo saiu da casa para oferecer ajuda ao vizinho a quem perdeu seus móveis. Alguns perderam tudo. Eu acho que isso é uma das vantagens aqui. Já que somos uma comunidade muito pobre, todo mundo se ajuda (Michelle, 26 anos, desempregada).

Esta observação, confirmada por muitos outros entrevistados que comentaram sobre os alagamentos de 2008, ilustra como a comunidade pobre de Bate Facho, onde a maioria dos moradores sobrevive com poucos recursos, consegue mobilizar uma ampla estrutura de suporte entre os vizinhos em situações de emergência, mas também no dia a dia, como por exemplo no empréstimo de alimentos, na construção da casa própria e no suporte em casos de doença. Esta grande vitalidade do sistema primário de suporte não se comprova nos bairros

mais consolidados do Calabar e Fazenda Grande II/Jaguaripe, onde a solidariedade entre os vizinhos enfraqueceu substancialmente, uma vez que a população ganhou acesso aos principais serviços urbanos.

Nestes dois bairros, que abrigam uma população menos pobre e socioeconomicamente mais heterogênea, ganham maior relevância as esferas de sociabilidade secundárias — particularmente o lugar de trabalho, os estudos no ensino superior e as associações não-leigas — dentro da estrutura das redes sociais dos entrevistados, que proporcionam um maior contato com pessoas socialmente dissimilares. No Calabar, chama a atenção a expressiva orientação das relações sociais para os bairros vizinhos, fato que se traduz em um menor grau de localismo e homofilia caracterizando suas redes sociais, conforme já observado por Marques (2016) em contextos de segregação similares de São Paulo. No entanto, trata-se de uma causalidade que não se comprova nos demais bairros compartilhando a mesma situação de proximidade a grupos sociais de maior *status* econômico: no Bate Facho — bairro apresentando as maiores deficiências em termos de acesso a escolas, postos de saúde e espaços de lazer — as oportunidades de integração socioeconômica *vis-à-vis* seu entorno geográfico se veem reduzidas em função da estigmatização territorial da sua população e da predominância da função residencial do bairro vizinho Imbuí. Enquanto isso, no Calabar, o acesso a informações sobre vagas de emprego se vê beneficiado tanto pela intermediação através de pessoas-chave já trabalhando nos condomínios vizinhos, quanto pelas redes tecidas nas esferas primárias de sociabilidade promovendo o acesso ao mercado laboral informal.

Chama a atenção que, apesar da proximidade dos bairros Calabar, Bate Facho e Vila Verde aos vizinhos da classe média e alta, os padrões de distância social são mantidos em todas as esferas de

vida, com exceção das relações empregatícias. Conforme já evidenciado no caso de Vila Verde, estas relações frequentemente assumem um caráter servil que mantém inalteradas as hierarquias sociais entre empregado e empregador, uma situação que se manifesta particularmente no setor dos serviços pessoais. Esta dinâmica pode ser explicada à luz da crescente estigmatização territorial da população e do acesso segmentado aos serviços urbanos locais concentrados nos arredores, conforme já amplamente documentado na literatura pertinente (RIBEIRO, 2005; RUIZ-TAGLE, 2016).

No que tange à mobilização das redes sociais para acessar recursos não-materiais, apontam-se alterações nos sistemas primários de suporte, uma dinâmica frequentemente atribuída à perda de confiança entre os vizinhos e à emergência de um estilo de vida mais individualista. O declínio da estrutura de suporte entre os vizinhos foi parcialmente compensado pela afiliação a redes associativas tecidas entre os membros das igrejas evangélicas — no caso do bairro mais pobre de São João do Cabrito — e no âmago das associações de moradores, nos demais bairros analisados. Ambos promovem uma ampla gama de recursos não-materiais, como a distribuição de comida, pequenos empréstimos, doação de roupa, conquanto o acesso à estrutura de suporte montada pelas igrejas evangélicas se restrinja aos seus próprios membros.

Convém ressaltar que a afiliação às igrejas evangélicas não promove automaticamente a integração econômica do indivíduo, senão varia em função da sua articulação com as demais igrejas da mesma denominação espalhadas pela cidade e da sua capacidade de mobilização de contatos com políticos locais. Sendo assim, a afiliação às igrejas evangélicas na Fazenda Grande II/Jaguaripe em virtualmente todos os casos se traduz em um maior acesso a recursos e informações

sobre vagas de emprego, enquanto tanto no bairro São João do Cabrito e Bate Facho, esta função alavancadora não se comprova, já que as igrejas possuem escassas articulações com recursos extra-locais.

Observam-se substanciais variações no que tange a afiliação e ativa participação dos entrevistados nas associações de moradores e ONGs, duas instituições que tradicionalmente vêm promovendo uma ampla gama de suporte não-material para as famílias mais vulneráveis no bairro. Enquanto o Calabar e a Fazenda Grande II/Jaguaripe I possuem uma trajetória já consolidada de mobilização coletiva que se articula através das associações de moradores e dos líderes comunitários, nos outros três bairros, observa-se uma certa erosão desta estrutura de suporte institucional.

Similar ao contexto estadunidense (SAMPSON, 2012), esta tendência deve ser explicada à luz da seletiva migração dos grupos sociais de maior *status* econômico para bairros considerados mais “seguros” e mais próximos aos principais mercados de trabalho. Ao mesmo tempo, os entrevistados apontam um generalizado declínio da mobilização coletiva através de associações em prol do bem-estar da comunidade. Devido à fragmentação dos interesses, ao aumento dos litígios entre os vizinhos e ao medo dos traficantes de drogas, a geração mais nova dos moradores não consegue articular-se através dessas redes associativas, uma situação que, segundo Mateus, líder comunitário do Bate Facho, favoreceu a infiltração de grupos criminosos na organização social do bairro. Esta dinâmica se comprova principalmente no caso de São João do Cabrito, onde a ausência de organizações filantrópicas e associações de bairro capazes de promover referências sociais positivas — em conjunção com a escassez de oportunidades de emprego e baixos níveis de educação — são considerados como fatores que estimulam o envolvimento dos moradores em atividades

ilícitas como a venda de drogas.

Com respeito à capacidade de *eficácia coletiva* nos cinco bairros, corrobora-se o argumento de Sampson (2012) de que a alta incidência de atividades criminosas e de homicídios tende a enfraquecer os mecanismos de controle social informal como resultado do medo de ser vitimizado e da desconfiança dos entrevistados *vis-à-vis* residentes desconhecidos. Destaca-se a alta disposição de intervir no controle social informal no Calabar e na Fazenda Grande II/Jaguaripe I, bairros habitados por pessoas com maior renda *per capita* e que abrigam uma forte infraestrutura social e cultural.

No Calabar, os entrevistados destacam a importância das iniciativas de prevenção ao crime, partindo, por um lado, da própria BCS, das igrejas evangélicas e da biblioteca comunitária e, por outro lado, dos líderes comunitários. Já no caso de Bate Facho, o alto grau de coesão e de solidariedade entre os moradores fortalece a capacidade de *eficácia coletiva*, sendo que a grande maioria dos entrevistados declarou intervir regularmente quando se instala uma briga em frente da sua casa ou quando adolescentes desrespeitam pessoas idosas na via pública. Na Fazenda Grande II/Jaguaripe verifica-se uma alta disposição de se entreatuar no caso dos vizinhos, amigos e parentes, particularmente no que tange os cuidados das crianças, vigiar a casa do outro e levar o vizinho ao hospital, fato que também se atrela à maior presença de mulheres em casa durante o dia — conforme também observado no Bate Facho. Segundo José, líder comunitário do Jaguaripe I, de 52 anos, existe um consenso com respeito ao reconhecimento da importância de participar ativamente em processos decisórios das políticas urbanas e de elaborar estratégias de prevenção do crime, como a criação de um grupo de monitoramento de adolescentes na rua, escoltas para a escola e um “rodízio” de atividades de lazer para crianças partindo

da iniciativa de algumas famílias moradores dos condomínios.

Já no caso do Vila Verde, as atividades ilícitas vinculadas ao tráfico de drogas criaram estruturas paralelas de organização social do bairro. Conforme os entrevistados, suas rotinas diárias se veem constrangidas pelas disputas violentas sobre o controle do tráfico de drogas que ameaçam encerrar as atividades comerciais e suspender o transporte público e as aulas nas escolas. Tanto no bairro de Vila Verde quanto em São João do Cabrito, registra-se uma significativa desestabilização da organização comunitária em decorrência da violência que contribui à erosão da capacidade dos entrevistados de vigiar pela ordem social e de se engajar pelo bem coletivo da comunidade em um sentido mais amplo. Estas dificuldades de enfrentamento dos grupos criminosos no local tiveram como consequência uma intervenção mais repressiva da polícia comunitária. Prevalece um receio generalizado dentro da população em intervir em situações em que a criança e o adolescente se encontram “à toa” na rua ou onde uma pessoa adulta é desrespeitada nos espaços públicos, dado o menor poder de controle e de correção sobre o comportamento e o risco de sofrer represálias.

Dimensão Simbólica

Na dimensão simbólica, identificam-se as maiores convergências entre os cinco bairros, nomeadamente no que tange o impacto da estigmatização territorial na procura de emprego e na articulação com pessoas extra-locais. No Calabar, vários depoimentos demonstram que o empregador reage com receio quando este chega a ser informado sobre o local de residência do potencial funcionário, frequentemente associado com a imagem anterior do bairro, por longo tempo considerado como bastião do tráfico de drogas:

Aqui até que tem muitas oportunidades de emprego, dentro dos condomínios. Quando fui pra entrevista, já olhavam estranho para mim, que fiquei desconfiada. Mas tinha que ver a reação quando eu falei que moro no Calabar. Ohh, o Calabar, sim, vamos ligar depois. Um dia depois me ligaram e falaram que a vaga já foi preenchida (Eliane, 23 anos, dona de casa).

A reprodução desta imagem pela mídia e o fato que poucos não-residentes visitam o Calabar reduzem as chances de interação com pessoas extra-locais; esta dinâmica pode ser interpretada à luz do isolamento espacial do bairro, contando com apenas duas entradas carroçáveis, uma situação que se comprova também no caso de Bate Facho. Contudo, chama a atenção o fato que a imagem atribuída pelo exterior não corresponde à realidade vivenciada dentro do bairro, segundo a percepção dos entrevistados do Calabar. Para desassociar-se do estigma territorial, as estratégias discursivas se centram na imagem de uma comunidade “engajada” com uma longa história de mobilização coletiva e política, enquanto se discerne uma nítida diferenciação interna entre os “trabalhadores honestos” e aqueles moradores considerados como “ociosos, traficantes e beneficiários da Bolsa Família”, conforme afirma Miguel, um estudante de segundo grau de 18 anos.

No Vila Verde, os estigmas que acometem a população residente resultam da associação do bairro com os locais vizinhos Mussurunga e São Cristóvão, com uma forte presença de facções criminosas rivalizando pelo controle da venda de drogas nas regiões. Neste caso, destacam-se os constrangimentos na procura de um emprego, a abordagem institucional enviesada pela polícia e as dificuldades de se relacionar com não-residentes. Além disso, os entrevistados declararam não poder acessar determinados serviços privados, como o sistema de transporte privado ou planos de internet, já que os funcionários das empresas e até a ambulância evitam entrar no bairro diante dos al-

tos níveis de homicídios. No caso de Bate Facho, além do sentimento de estarem excluídos de frequentar a Praça do Imbuí, os entrevistados apontam práticas discriminatórias no uso compartilhado do *playground* para crianças localizado na área fronteira com o Imbuí. Este espaço se tornou objeto de constantes conflitos, instigados pela tentativa dos moradores dos condomínios de impedir o acesso dos moradores do Bate Facho através do encercamento do local. No que tange a percepção dos entrevistados dos três bairros localizados próximos a condomínios de elite acerca da segregação residencial, seu sentido de “pertencer” ou de estar “excluído” de uma região predominantemente habitada pelas classes média e alta está diretamente correlacionada às suas chances de participação socioeconômica no seu entorno geográfico: os entrevistados do Calabar apresentam o grau mais elevado de identificação territorial, onde “ninguém sai sem um bom motivo” — conforme atesta Ana, uma garçonete de 18 anos, dada a proximidade estratégica ao centro da cidade e aos principais mercados de trabalho formal e informal. Esta percepção de oportunidades mais amplas declina nos bairros menos centrais que se inserem em uma região onde predomina o uso residencial do espaço e onde os habitantes gradativamente foram excluídos do espaço público ou ameaçados de sair diante do aumento das despesas de vida.

Convém salientar que em todos os três bairros localizados em proximidade à classe média e à alta, as fronteiras físicas e simbólicas foram internalizadas por um discurso similar nas entrevistas, que distingue diferentes “mundos de vida” e desiguais oportunidades de ascensão socioeconômica, particularmente no que tange o acesso a escolas públicas e segurança comunitária. Práticas de distinção deflagradas no uso do espaço público, como no uso dos equipamentos esportivos e pistas de caminhada, corroboram o argumento que a desigual dis-

tribuição dos capitais econômico, social e cultural cria obstáculos às trocas de sociabilidade entre os grupos socialmente distantes vivendo em proximidade geográfica, com a exceção das praias localizadas em proximidade do Calabar, onde se produzem frequentes contatos com os moradores da Barra e Ondina.

Conforme acima delineado, a construção do Alphaville II despertou a esperança dos moradores do bairro Vila Verde de que haveria mais oportunidades de integração econômica através do setor de serviços pessoais. Como estas expectativas foram frustradas, a construção deste condomínio fechado altamente protegido se tornou em objeto de constantes conflitos, dado o aumento das atividades policiais e do tráfico de drogas na região. Apesar da separação física dos dois bairros através de uma área de enclave de Mata Atlântica, as clivagens socioeconômicas provocaram sentimentos de inveja na população, conforme atestam vários depoimentos. Para a metade dos entrevistados, a chegada de famílias com alto poder econômico antecipa uma tendência de expulsão dos moradores do Vila Verde de uma região em pleno processo de valorização acelerada pela especulação imobiliária e pelos investimentos do governo local em infraestrutura urbana nas margens da Avenida Paralela.

Os efeitos de estigmatização se tornam particularmente prejudiciais para os entrevistados do bairro São João do Cabrito, dada sua localização periférica e sua associação com o Subúrbio Ferroviário onde prevalecem as taxas de homicídios mais elevadas da cidade. A identificação coletiva do local com os antigos Novos Alagados — conjunto de palafitas construídas em cima da maré — ainda se faz presente na memória coletiva da população. Segundo Francisco, um motorista de ônibus aposentado, de 67 anos, é uma situação que continua dificultando a procura de trabalho da população. Essa circunstância também

se vê agravada pela ausência de contatos com pessoas não-locais que pudessem contribuir a desconstruir os estigmas já consolidados *vis-à-vis* este bairro.

Entretanto, no caso da Fazenda Grande II/Jaguaripe, registram-se uma série de efeitos positivos atribuídos à recente valorização desta região do “Miolo Urbano” para a identificação territorial dos seus moradores, que se manifesta nos investimentos públicos em obras estruturais, nas melhorias dos serviços urbanos, assim como na construção do Shopping Cajazeiras e de complexos residenciais das camadas média-baixa. Segundo Ana, uma cozinheira de 34 anos, as baixas taxas de homicídio explicam a preferência dos moradores dos condomínios de elite distribuídos ao longo da Av. Paralela em contratar pessoas vivendo em Fazenda Grande II/Jaguaripe, já que este bairro passa a imagem “de uma comunidade engajada onde vive muita gente honesta e trabalhadora”.

Discussão: Mecanismos a partir dos quais opera o efeito-território

O estudo corrobora que o impacto negativo do efeito-território nas condições de vida dos entrevistados varia em função dos fatores: distância geográfica ao mercado de trabalho, índice de vulnerabilidade social da população (cf. *Tabela 2*) e concentração de desvantagens estruturais (cf. *Figura 1*) na escala do bairro, observando-se uma maior incidência nos bairros periféricos São João do Cabrito e Vila Verde. Evidenciam-se estreitas causalidades entre as dimensões material, social e simbólica do efeito-território sendo que, por exemplo, deficiências em termos de segurança pública impactam negativamente na procura de emprego, nos padrões de sociabilidade, na capacidade de

eficácia coletiva e na percepção dos entrevistados acerca do seu bairro de residência. Inferindo a partir dos resultados empíricos, serão discutidos a seguir três mecanismos que podem explicar a variabilidade do impacto do efeito-território nas cinco localidades analisadas, quais sejam: (1) as alterações no sistema primário de suporte, (2) o impacto do crime e (3) a estigmatização da população.

O primeiro mecanismo se atrela tanto a fatores espaciais, abrangendo a concentração de altos níveis de desemprego e a deprivação de recursos institucionais, quanto a transformações macrossociais, englobando as mudanças na composição da família e um generalizado declínio da mobilização coletiva dos moradores em favor de um etos mais individualista. Com a exceção do Bate Facho e da Fazenda Grande II/Jaguaripe, os entrevistados afirmam que os vizinhos raramente prestam algum tipo de suporte material e social, apontando-se a quebra de confiança com pessoas que se envolveram com o tráfico de drogas.

O enfraquecimento do sistema primário de suporte e reciprocidade também deve ser explicado à luz do aumento da participação da força de trabalho feminino no mercado de trabalho (CARR, 2003). Obteve-se uma avaliação mais positiva acerca da vitalidade do sistema primário de suporte no Bate Facho — apresentando altos níveis de desemprego e onde uma grande parte das mães se encontra em casa durante o dia — que contrasta com o enfraquecimento desta estrutura de suporte no caso de São João do Cabrito, bairro que acusa maiores taxas de ocupação profissional do segmento feminino.

Evidenciando maiores convergências com o contexto urbano estadunidense (SAMPSON, 2012), o Bate Facho demonstra que a baixa capacidade de mobilização política — de crucial importância para a reivindicação de investimentos públicos em infraestrutura e serviços públicos locais — prejudica a integração socioeconômica da popula-

ção, principalmente considerando a falta de escolas e creches locais. Particularmente no caso de São João do Cabrito se confirma o efeito negativo da deprivação dos recursos institucionais. Por um lado, este *vacuum* institucional deixado pelo Estado foi sendo preenchido pelas igrejas, que promovem uma série de recursos não-materiais aos seus membros. Contudo, as igrejas evangélicas falham em fortalecer a capacidade de coesão interna da comunidade dada à forte concorrência entre as distintas congregações. Por outro lado, a ausência do Estado foi preenchida por estruturas criminosas que se infiltraram na organização social da comunidade. Esta situação se comprova também no caso de Vila Verde, enquanto a grande vitalidade do sistema primário de suporte observado no Bate Facho beneficia o acesso a recursos não-materiais em situações de emergência e fortalece a capacidade de *eficácia coletiva* da comunidade.

O segundo mecanismo remete ao impacto do crime na integração econômica do indivíduo, nos seus padrões de sociabilidade, nas formas de organização social da comunidade e na imagem territorial do bairro. Virtualmente todos os entrevistados — excetuando-se os moradores do bairro Fazenda Grande II/Jaguaripe — declaram estar sofrendo do impacto do crime nas suas rotinas diárias. Sendo assim, a violência estrutura o cotidiano de uma parte da população moradora destes bairros, onde dominam os grupos armados no controle social do bairro. A exposição a grupos de pares afiliados ao tráfico de drogas afeta principalmente os segmentos mais jovens do bairro Vila Verde e São João, enquanto, no Calabar, as instituições públicas e privadas e, no Bate Facho, o sistema de suporte entre os vizinhos, logram mitigar este efeito.

Esta primeira observação se alinha ao argumento de Carr (2003), postulando que o controle social informal também pode ser eficiente

em bairros que não são caracterizadas por densos vínculos sociais, mas onde organizações comunitárias facilitam a ação do controle do crime. Estes resultados frisam a importância da esfera paroquial do controle social informal na prevenção do crime no bairro, considerando-se que a variabilidade entre os cinco bairros analisados se atrela à existência e à atuação de associações filantrópicas locais; já a segunda observação aponta a grande relevância dos vínculos primários tecidos no âmago da família e vizinhança em bairros que apresentam deficiências em termos de acesso a serviços urbanos e onde carece de infraestrutura social e cultural, se estes fatores se conjugam com baixos níveis de violência, como observado no Bate Facho. No entanto, a esfera privada do controle social informal se vê substancialmente enfraquecida no bairro de São João do Cabrito, acusando altos níveis de violência; esta dinâmica se vê agravada pela falta de associações filantrópicas e um baixo grau de mobilização política da comunidade.

Conforme Skogan (2012) a participação em grupos de prevenção ao crime está correlacionada ao reconhecimento consensual de problemas locais e varia em função do *status* socioeconômico da população. Em outras palavras, o controle social informal assentado na esfera paroquial pode ser eficiente em comunidades menos pobres onde os segmentos com maior poder aquisitivo também contribuem na manutenção das instituições locais, conforme demonstram os casos de Fazenda Grande II e Calabar. Em diferença ao contexto urbano estadunidense, iniciativas de prevenção ao crime partindo da esfera pública do controle social informal não desempenham um papel de destaque no combate ao crime nas comunidades mais pobres. Neste caso, o crime e o medo disseminado pelos traficantes minam a cooperação com a polícia local e produzem o retraimento do indivíduo da vida comunitária, ao mesmo tempo em que favorecem ações individualis-

tas de autoproteção, como a instalação de dispositivos de proteção na casa e o evitamento de determinadas localidades disputadas pelo tráfico de drogas. Esta falta da capacidade de desenvolver estratégias junto aos órgãos públicos — neste caso com a polícia — se revela particularmente no bairro São João do Cabrito, onde foram registrados os indicadores mais elevados de reprovação das ações de intervenção da polícia.

O terceiro mecanismo se atrela à estigmatização territorial da população. A forte associação entre atributos sociais e espaciais na avaliação do “outro” favorece a reprodução de distintas práticas de discriminação territorial, uma situação que afeta negativamente a procura de emprego e a interação com indivíduos não-residentes do bairro.

“Geografias de oportunidades” ou efeitos de exclusão?

O segundo aspecto abordado pelo estudo qualitativo gravitou em torno da questão sob quais condições a proximidade espacial a grupos sociais de maior *status* econômico favorece a integração socioeconômica das camadas baixas (GALSTER; KILLEN, 1995). Neste sentido, o fator de proximidade espacial a bairros da classe média e alta foi tratado como variável condicional (SMALL, 2004), que pode sofrer alterações ao longo do tempo de “convivência”, como ilustra o caso do Bate Facho. Por um lado, o estudo evidenciou que, apesar da proximidade a serviços urbanos de alta qualidade, prevalecem as estruturas de segmentação social, particularmente evidentes na bifurcação entre um sistema público e privado com respeito aos cuidados de saúde, educação e segurança, conforme já amplamente discutido na literatura pertinente (KAZTMAN, 1999; KOWARICK, 2009). Neste

sentido, o potencial mitigador que emana da proximidade a bairros da classe média e alta varia em função das possibilidades do uso compartilhado do espaço urbano e do grau de isolamento físico dos condomínios fechados. Apenas no Calabar se comprova a hipótese das “geografias de oportunidades” (JOSEPH; CHASKIN, 2010). Estas oportunidades se limitam essencialmente à dinamização das articulações interclasse — através do uso compartilhado de determinados espaços de lazer e áreas públicas — que beneficia a integração econômica dos seus moradores nomeadamente através da venda informal de bens não-duráveis.

O Calabar também é o único bairro cuja população usufrui da proximidade a serviços urbanos de maior qualidade, como escolas, universidades, creches e hospitais da rede pública; todavia, esta vantagem locacional está mais atrelada à localização estratégica do bairro em proximidade ao centro da cidade, que recebe maiores investimentos em serviços públicos, do que ao uso destes serviços junto com os estratos sociais mais altos — que recorrem a serviços privados. Entretanto, não se comprovaram as “geografias de oportunidades” com respeito ao fortalecimento do controle social informal da comunidade e à exposição a modelos de referência social da classe média devido à escassez de trocas de sociabilidade abstraindo da esfera empregatícia.

Por outro lado, a pesquisa demonstra que a relação de imbricação funcional pelo viés empregatício não deve ser interpretada como resultado “invariável” e “automático” da proximidade geográfica entre grupos socialmente distantes, conforme frequentemente assumido (KAZTMAN, 1999; SABATINI; SALCEDO, 2007). Como denominador comum, os moradores do Calabar e do Bate Facho usufruíam da forte demanda que emergia, em uma primeira fase, na construção civil dos prédios de condomínios da classe média e alta, e, em uma se-

gunda fase, a partir dos serviços pessoais desempenhados dentro dos condomínios. Contudo, registra-se um declínio desta relação “simbiótica” que — em diferença aos contextos estadunidense e europeu — havia viabilizado a integração de grandes contingentes populacionais de baixa renda tradicionalmente excluídos do mercado laboral formal. Tanto o aumento do crime violento quanto a exclusão dos moradores pobres dos espaços públicos — suscetíveis de promover um maior contato com os vizinhos da classe média e alta — podem explicar esse declínio. A justaposição entre os bairros Vila Verde e Fazenda Grande II/Jaguaripe I — ambos localizados no “Miolo Urbano” e separados por uma distância de apenas dois quilômetros — oferece valiosos *insights* sobre os fatores que condicionam o acesso a oportunidades de integração socioeconômica do indivíduo no seu entorno geográfico. Inferindo a partir dos resultados, o caso de Fazenda Grande II demonstra que as articulações econômicas, sociais e simbólicas entre os grupos socialmente distantes se veem estimuladas (1) pelo compartilhamento da infraestrutura comercial, social e cultural do bairro, (2) pela identificação territorial comum, (3) pela mobilização coletiva em prol do bem estar da comunidade, (4) pelas percepções compartilhadas sobre a solidariedade intracomunitária; (5) pelas baixas disparidades de renda e (6) pelo baixo grau de isolamento espacial dos grupos com maior *status* econômico. Neste sentido, os habitantes da parte mais pobre do bairro — Jaguaripe I — beneficiam das “geografias de oportunidades” em uma série de aspectos, como a exposição a modelos de referência social da classe média, o fortalecimento do controle social informal e o acesso a serviços urbanos de melhor qualidade. Entretanto, o caso de Vila Verde ilustra que a construção de condomínios fechados em regiões periféricas não favorece automaticamente a integração econômica da população pobre do

seu entorno geográfico, como demonstrado no Calabar, em virtude da prevalência de elevados níveis de desconfiança e de crime, da ausência de espaços públicos de uso compartilhado e do forte grau de isolamento espacial das camadas altas.

Considerações finais

O estudo objetivou examinar o impacto do efeito-território na integração socioeconômica dos moradores de cinco bairros populares de Salvador, atentando-se particularmente à questão sob quais condições a proximidade a grupos sociais de maior *status* econômico mitiga este efeito. Baseado em uma metodologia qualitativa, neste estudo, advogou-se por uma perspectiva condicional que busca desvendar os mecanismos pelos quais operam o efeito-território em distintos bairros sem, no entanto, inferir uma generalização destes efeitos. Por exemplo, o crime organizado interfere a princípio em todos os cinco bairros e pode ser considerado como um dos mecanismos operacionais do efeito-território. No entanto, seu impacto se vê condicionado pela prevalência de recursos institucionais (Calabar), pela presença de redes densas e coesas de vizinhança (Bate Facho e Fazenda Grande II/Jaguaripe I) ou bem pela ausência destes dois elementos atenuantes (Vila Verde e São João do Cabrito). A aproximação condicional à pobreza estipula que bairros comportando uma população de perfil socioeconômico baixo não são internamente homogêneos; do mesmo modo, os indivíduos não se veem afetados igualmente pelo contexto sociorresidencial no qual eles se inserem.

Conclui-se que o grau de acesso às “geografias de oportunidades” varia em função (1) do tipo de uso do solo — residencial, comercial, público ou uma combinação destes tipos —; (2) do grau de uso com-

partilhado dos serviços urbanos e particularmente do espaço público; (3) do grau de isolamento socioespacial dos condomínios; e (4) da incidência do crime. Destaca-se um enfraquecimento do potencial mitigador do efeito-território que emana da proximidade a grupos sociais de maior *status* econômico, à medida que os bairros pobres se afastam na região central da cidade. Destarte, as observações auferidas em nosso estudo de caso relativizam o papel explicativo do fator de proximidade espacial de populações de baixa renda a bairros das classes média e alta para sua integração socioeconômica e, *ergo*, para a atenuação do efeito-território, já que a variabilidade destacada neste aspecto remete às assimetrias inerentes à própria organização socioespacial da cidade, com respeito ao acesso desigual aos mercados de trabalho e serviços urbanos de alta qualidade.

Seguindo este raciocínio, é mister examinar os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais em contextos de pobreza e segregação a partir de um modelo explicativo multidimensional que leve em consideração a complexa imbricação causal entre (1) a dimensão microsocial, ou seja: o indivíduo e seus recursos de atuação; (2) a dimensão “meso” social, reportando-se ao contexto sociorresidencial no qual o indivíduo se insere. Esta dimensão abrange os fatores: estruturas do mercado laboral e habitacional local, acesso a infraestrutura e serviços urbanos, formas de organização social e institucional e capacidade de mobilização política da comunidade, entre outros. E, finalmente (3) a dimensão macrossocial, remetendo às configurações socioeconômicas, culturais e político-históricas mais amplas. Neste contexto, a abordagem do efeito-território pode promover valiosos *insights* a este debate, considerando-se que importantes constrangimentos decorrentes de configurações macroestruturais — como a falta de investimentos em serviços urbanos — se traduzem na escala do bairro

em processos microssociais que interferem diretamente nas condições de vida dos seus moradores. Esta engrenagem causal ganha maior relevância nos bairros apresentando um alto “grau de autonomia funcional”, onde o entorno geográfico não promove “geografias de oportunidades” suscetíveis de mitigar o efeito negativo do isolamento social e espacial, conforme demonstrado no caso de São João do Cabrito. A integração de fatores intervenientes macrossociais e macroeconômicas dentro de modelos explicativos possui importantes implicações para a elaboração de políticas visando a integração socioeconômica de famílias pobres.

Referências

ANDRADE, Luciana Teixeira.; SILVEIRA, Leonardo Souza. Efeito-território. Explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas*, Porto Alegre, vol. 13, no. 2, p. 381-402, 2013.

BORSODORF, Axel; HIDALGO, Rodrigo; VIDAL-KOPPMANN, Sonia. Social Segregation and gated communities in Santiago de Chile and Buenos Aires. A comparison. *Habitat International*, Hoboken, vol. 15, p. 1-10, 2015.

BRIGGS, Xavier de S. Brown Kids in White Suburbs: Housing Mobility and the Many Faces of Social Capital. *Housing Policy Debate*, vol. 9, p. 177-221, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARR, Patrick J. The New Parochialism: The Implications of the Beltway Case for Arguments Concerning Informal Social Control. *American Journal of Sociology*, vol. 108, n. 6, p. 1249-1291, 2003.

CLAMPET-LUNDQUIST, Susan; MASSEY, Douglas Steven. Neighborhood Effects on Economic Self-Sufficiency: A Reconsideration of the Moving to Opportunity Experiment. *American Journal of Sociology*, vol. 114, no. 1, p. 107-143, 2008.

GALSTER, George. Should policy makers strive for a neighbourhood social mix? *Housing Studies*, vol. 22, n. 4, p. 523-145, 2007.

GALSTER, George C.; KILLEN, Sean P. The Geography of Metropolitan Opportunity: A Reconnaissance and Conceptual Framework. *Housing Policy Debate*, vol. 6, no. 1, p. 7-43, 1995,

HÄUßERMANN, Hartmut. Armut in der Großstadt. Die Stadtstruktur verstärkt soziale Ungleichheit. *Informationen zur Raumentwicklung*, Berlin, vol. 3/4, p. 143-157, 2003.

JOSEPH, Mark; CHASKIN, Robert. Living in a mixed-income development: Resident perceptions of the benefits and disadvantages of two developments in Chicago. *Urban Studies*, vol. 47, n. 11, p. 2347-2366, 2010.

KAZTMAN, Ruben. *Activos y Estructura de Oportunidades: Estudio sobre las Raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em Risco. Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARQUES, Eduardo C. L. Urban Poverty, Segregation and social networks in São Paulo and Salvador, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 39, no. 6, p. 1067-83, 2016.

PERLMAN, Janice. *Favela. Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação Residencial e Segmentação Social: o 'efeito-vizinhança' na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. *Cadernos Metrópole*, vol. 13, no. 1, p. 47-70, 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al. (orgs.). *Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

RUIZ-TAGLE, Javier. La Persistencia de la segregación y la desigualdad en barrios socialmente diversos: un estudio de caso en la Florida. *EURE*, vol. 42, no. 125, p. 81-108, 2016.

SABATINI, Francisco; SALCEDO, Rodrigo. Gated Communities and the Poor in Santiago, Chile: Functional and Symbolic Integration in a Context of Aggressive Capitalist Colonization of Lower-Class Areas. *Housing Policy Debate*, vol. 18, no. 3, p. 577-606, 2007.

SALCEDO, Rodrigo; TORRES, Alvaro. Gated Communities in Santiago: Wall or Frontier? *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 28, no. 1, p. 27-44, 2004.

SAMPSON, Robert J. *Great American City*. Chicago and the Enduring Neighborhood Effect. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado; LEITE, Márcia Pereira. Violência, Crime e Polícia: o que os

favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, vol. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.

SKOGAN, Wesley G. Collective Action, Structural Disadvantage and Crime. *Journal of Police Studies*, vol., 25, no. 4, p. 135-152, 2012.

SMALL, Mario Luis. *Villa Victoria*. The Transformation of Social Capital in a Boston Barrio. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

SMALL, Mario Luis; FELDMAN, Jessica. Ethnographic Evidence, Heterogeneity, and Neighbourhood Effects after Moving to Opportunity. In: VAN HAM, Maarten; MANLEY, David; BAILEY, Nick (orgs.). *Neighbourhood Effects Research: New Perspectives*, Dordrecht: Springer, 2012, p. 57-77.

SMITH, Sandra S. *Lone Pursuit: Distrust and Defensive Individualism Among the Black Poor*. New York: The Russell Sage Foundation, 2007.

VALLADARES, Licia d. P. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VILLARREAL, Andrés; DA SILVA, Braulio F. A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. *Social Forces*, vol. 84, n. 3, p. 1725-753, 2006.

WILSON, William Julius. *When Work Disappears*. The World of the New Urban Poor. New York: Alfred Knopf, 1996.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: O paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 84, n. 1, p. 175-196, 2009.

Resumo:

Examina-se o impacto do efeito-território na integração socioeconômica dos moradores de cinco bairros populares de Salvador, Brasil. À base de entrevistas, comprova-se que nos três bairros inseridos em regiões da classe alta, o acesso a estruturas de oportunidades se atrela ao padrão de uso do solo dos bairros vizinhos, ao uso compartilhado dos serviços urbanos, ao isolamento espacial dos condomínios e ao impacto do crime. No bairro periférico São João do Cabrito, o encapsulamento das redes produz o isolamento social do indivíduo, enquanto em Fazenda Grande II/Jaguaripe I, a maior heterogeneidade socioeconômica da população favorece a integração econômica dos indivíduos pobres. Três mecanismos explicam a variabilidade do efeito-território, quais sejam: as alterações no sistema de suporte, o impacto do crime e a estigmatização da população. Pleiteia-se pela utilização de modelos explicativos multidimensionais que atentam às imbricações causais entre as esferas micro, meso e macro-social.

Palavras-chave: Pobreza urbana; segregação; efeito-território; estruturas de oportunidades; Salvador.

Abstract:

In this research, we will seek to examine the impact of neighborhood effects on the socio-economic integration of the populations of five shanty-towns located in Salvador, Brazil. Based on interviews, we show that, in the case of the three shanty-towns embedded in affluent areas, the individuals' access to opportunity structures is conditioned upon the surrounding neighborhoods' functional use of space, the shared use of urban services, the gated communities' spatial isolation, and the impact of crime. In the peripheral São João do Cabrito, the encapsulation of the individuals' networks produces their social isolation, whereas the socioeconomic heterogeneity of the population of Fazenda Grande II/Jaguaripe I fosters the lower echelons' economic integration. Three mechanisms might account for neighborhood effect variability: changes in the support structures, the impact of crime and the populations' stigmatization. The study pledges for the use of explanatory models which take into consideration the causal interrelatedness of the micro, meso and macro-social dimensions.

Keywords: Urban Poverty; Segregation; Neighborhood Effects; Opportunity Structures; Salvador.

Recebido para publicação em 13/11/2020.
Aceito em 01/11/2021.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



O Novo Mais Educação e sua apropriação por uma escola municipal de Fortaleza

Glaucia Maria Pinheiro da Silva Pinheiro

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4889-6614>

glaucia.s.pinheiro@gmail.com

Isaurora Cláudia Martins de Freitas

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7185-2057>

isaurora68@gmail.com

Introdução¹

No Brasil, a qualidade da educação básica sempre foi um desafio, sobretudo considerando as origens históricas do nosso sistema de ensino que se ergueu com base na dicotomia escola e mundo do trabalho, “justificando, assim, a estruturação no país de um sistema dual

¹ Artigo elaborado com base nos dados da pesquisa intitulada *O Novo Mais Educação: uma análise a partir de uma escola pública municipal de Fortaleza* elaborada para a realização de dissertação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

de ensino, nos moldes europeus, mas guardando as especificidades da realidade brasileira” (AZEVEDO, 2001, p. 20), assentada numa profunda estratificação social e traduzida nas diferenças entre o ensino público e o ensino privado que reforçam as desigualdades e criam um abismo cultural e social entre os filhos das classes trabalhadoras e os filhos das elites.

De acordo com Libâneo (1995), a escola deve ter como um de seus objetivos “garantir a todos o saber e as capacidades necessárias a um domínio de todos os campos da atividade humana, como condição para redução das desigualdades de origem social”. (LIBÂNEO, 1995, p. 96). Desse modo, elaborar políticas públicas de educação que promovam a melhoria da qualidade do ensino público e, conseqüentemente, a equidade social, tem sido uma das tarefas mais urgentes dos governos, seja em nível municipal, estadual ou federal. Dentre as políticas educacionais atualmente em curso no Brasil, destacamos neste texto o *Programa Novo Mais Educação* (PNME), instituído pela Portaria nº 1.144/2016, do Ministério da Educação (MEC) e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017. O programa visa a melhoria do desempenho dos alunos do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da ampliação da jornada escolar e da otimização do tempo de permanência na escola.

Considerando que o PNME é indutor de uma política de escola de tempo integral, tomamos como objetivo analisar como ele foi apropriado e utilizado em uma escola pública municipal de Fortaleza, capital do Ceará, e seus impactos no cotidiano escolar, na formação e na aprendizagem dos alunos.

O campo de pesquisa foi a Escola Municipal José Sobreira de Amorim, localizada no bairro Cajazeiras. A escolha da escola deveu-se aos baixos níveis do Índice de Desenvolvimento da Educação Bá-

sica (IDEB)² alcançados em avaliações anteriores a 2017, bem como ao fato de encontrar-se localizada em um dos bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A ampliação do tempo diário na escola responde às demandas por mudanças na educação escolar no Brasil, uma vez que a escola, como instituição que se destina não só a socializar, mas a educar e a selecionar os sujeitos que por ela passam (DUBET, 1994), tem enfrentado constantes crises na contemporaneidade. Tais crises têm a ver com as mudanças verificadas nos processos de socialização dos indivíduos, fazendo com que a escola hoje concorra com outras agências socializadoras (meios de comunicação de massa, redes sociais, grupos de pares etc.). No caso do Brasil, as crises se agravam devido às desigualdades sociais e ao fato de que, apesar do recente processo de massificação da educação escolar, que fez aumentar o número de jovens nas escolas, ainda não conseguimos resolver os problemas básicos relacionados à qualidade do ensino e à permanência dos jovens na instituição, especialmente nas escolas públicas.

A demanda, por parte das prefeituras e estados, bem como das instituições de ensino e da sociedade, pela escola em tempo integral busca garantir o acesso a atividades diferenciadas e significativas que alavanquem um ensino de melhor qualidade. Tal demanda também se configura, no discurso sobre a educação pública de alguns setores da sociedade, como medida preventiva, uma vez que há a crença de que, passando mais tempo na escola, as crianças e jovens expostas a contextos de vulnerabilidade social estariam afastadas dos comportamentos considerados nocivos ao meio social (criminalidade, uso de drogas, prostituição etc.). É o que Cavaliere (2007) chama de “vi-

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) para medir a qualidade da aprendizagem nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

são autoritária” da educação integral, ou seja, aquela que vê a escola de tempo integral como “uma espécie de instituição de prevenção ao crime.” (CAVALIERE, 2007, p. 1029).

Ante o contexto explicitado, essa pesquisa se mostrou necessária e oportuna diante das recentes mudanças no cenário educacional brasileiro, que tomam como foco a elevação da aprendizagem dos alunos e o funcionamento das escolas em tempo integral.

O arcabouço teórico e conceitual do estudo fundamentou-se em dois eixos de análise: O *Programa Novo Mais Educação* como política pública indutora da escola de tempo integral e a qualidade da educação por via do *Novo Mais Educação*.

Pensando o *Novo Mais Educação* como política pública indutora da escola em tempo integral, buscou-se verificar de que maneira ele se constituiu como política voltada a estimular a ampliação da escola em tempo integral a fim de oferecer uma educação de melhor qualidade. No que se refere à qualidade da educação, buscou-se investigar a concepção de qualidade presente nessa política e como ela impacta no cotidiano escolar e no IDEB.

Neste trabalho, o termo “política pública” é pensado como “conjunto de ações voltadas para a garantia de direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinadas demandas em diversas áreas.” (SOUZA, 2006, p. 20). As políticas públicas educacionais estão ligadas a todas as medidas e decisões que regulam e orientam os sistemas de ensino em todos os níveis. (SOUZA, 2003, p. 25). Tendo o Estado como provedor e regulador, as políticas públicas pressupõem preferências, escolhas e decisões privadas que afetam a vida de todos e, por isso mesmo, devem ser controladas pelos cidadãos. (CUNHA, 2002, p. 12).

A qualidade é um dos princípios estabelecidos na Constituição de

1988 para a educação brasileira. No art. 206, lê-se que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII — Garantia de padrão de qualidade.” (BRASIL, 2008). Tal princípio é reafirmado no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Sabemos, no entanto, que, no que se refere ao ensino público, esse princípio ainda está longe de ser alcançado e por isso a melhoria da qualidade da educação encontra-se no centro das discussões da política educacional brasileira, discussões que se acentuam a cada dois anos, após a divulgação dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O discurso de defesa da educação de qualidade para todos, em consonância com a ideia de educação integral, constitui-se com mais força a partir da Conferência Mundial Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. O evento contou com a participação de cento e cinquenta países e marcou profundamente as reformas educacionais ocorridas nos anos 1990. Naquele momento, entraram em cena organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que passaram a influenciar as políticas públicas educacionais, sobretudo nos países pobres ou em desenvolvimento, introduzindo uma “valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos” que acaba por subordinar a educação à lógica do mercado num contexto de crise do sistema capitalista e de acirrada competitividade. (FRIGOTTO, 1995, p. 41).

Para Moacir Gadotti (2009), a educação integral ultrapassa as paredes da escola e está relacionada à forma como aprendemos nela. Faz-se necessário que mais tempo na escola esteja intimamente relacionado com a formação integral do ser humano, pois o indivíduo está sempre aprendendo. Para o autor,

o desafio é, portanto, agregar as diversas e diferentes experiências de educação integral, com dois aspectos em comum, a dimensão quantitativa — mais tempo na escola e seu entorno, quanto uma dimensão qualitativa — a formação integral do ser humano. (GADOTTI, 2009, p. 31).

Nesse sentido, analisando como o *Programa Novo Mais Educação* foi apropriado e utilizado pela Escola José Sobreira de Amorim e de que modo ele impactou o cotidiano escolar, a formação e a aprendizagem dos alunos, pretendemos dar conta de discutir as duas dimensões da qualidade na referida política pública.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, adotamos uma abordagem metodológica de tipo qualitativa que permitiu o estudo do fenômeno a partir do contato direto com a realidade investigada, privilegiando a perspectiva dos sujeitos que dela participam para entender como o fenômeno se manifesta em seus múltiplos aspectos (BOGDAN; BLIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13). Dentro dessa perspectiva, foram utilizadas quatro técnicas distintas: pesquisa documental; observação *in loco*; entrevistas individuais e em grupo.

A pesquisa documental foi feita analisando as leis, decretos, resoluções, portarias, artigos, sítios e dados obtidos em órgãos oficiais, como a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) e o Ministério da Educação (MEC), já que esses documentos fundamentam a política educacional.

A observação *in loco* foi feita a partir de visitas à escola para conhecer seu espaço físico, sua gestão e seu cotidiano, que inclui as atividades específicas do *Programa Novo Mais Educação*.

De acordo com Gaskell (2015), o mundo social é ativamente construído pelos indivíduos em suas vivências cotidianas sob condições objetivas que não foram estabelecidas por eles. A compreensão dos mundos de vida dos indivíduos e grupos sociais é o que fundamenta

as entrevistas qualitativas. “A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL, 2015, p. 65). Foi com o intuito de compreender como os indivíduos que vivenciam o cotidiano da escola José Sobreira de Amorim se relacionam e percebem o PNME que foram realizadas as entrevistas.

No primeiro momento, foram feitas entrevistas individuais do tipo semiestruturadas (combinando perguntas abertas e fechadas) com os sujeitos envolvidos com a implantação e execução do PNME na escola: a diretora, a coordenadora pedagógica, a orientadora educacional, a articuladora do Programa, o mediador e os facilitadores e professores.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas em grupo com alguns alunos acompanhados pelo PNME. Foram selecionados alunos na faixa etária 10 a 12 anos, organizados em três grupos de dez alunos cada um. Os temas abordados foram: a importância do PNME para a escola e a comunidade; os desafios que a escola enfrenta com a implementação do PNME e o que deve melhorar no funcionamento do programa na escola.

Na sequência deste texto, apresentamos os aspectos gerais do *Programa Novo Mais Educação*, da concepção à implantação; mostramos como ele foi implantado em Fortaleza e na Escola José Sobreira de Amorim; seus impactos no IDEB da escola e as percepções da comunidade escolar sobre as atividades e os resultados obtidos com a implantação do Programa. A título de considerações finais, resumimos os principais achados da pesquisa e trazemos algumas recomendações para a melhoria dessa política pública.

O Programa Novo Mais Educação: Aspectos Gerais

Analisar uma política pública exige a compreensão do contexto histórico e político em que se deu a sua criação e efetivação. Assim, para entendermos o que é o *Programa Novo Mais Educação* e como e porque ele surgiu nos reportaremos, inicialmente, ao ano de 2007, quando surgiu o *Mais Educação*, programa que o antecedeu e que esteve na base da sua constituição.

O *Programa Mais Educação* foi criado pelo Governo Federal por meio da Portaria Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007, e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, tendo como principal objetivo:

contribuir para a formação de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007)

Desde sua instituição, o programa foi implantado em escolas prioritárias (de baixo IDEB e situadas em territórios de vulnerabilidade social) das redes municipais e estaduais de ensino em todo o Brasil, com a intenção de ampliar tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem no sentido de induzir uma jornada escolar ampliada, contribuindo, assim, com o desenvolvimento de uma política pública de Educação Integral, entendida como uma educação que não se restringe ao espaço escolar e que incorpora saberes diversificados que levem em conta o contexto de vida do estudante, além de incorporar novos atores ao processo educativo de crianças, adolescentes e jovens.

De acordo com o Ministério da Educação, em seu documento *Mais Educação Passo a Passo*,³ os estudantes teriam acesso a aulas e oficinas voltadas a proporcionar oportunidades de formação humana, cultural e de lazer, bem como inibir a evasão escolar. Nesse sentido, as escolas deveriam, obrigatoriamente, oferecer as seguintes atividades: uma atividade de acompanhamento pedagógico (focada em qualquer disciplina) com duração de seis horas semanais e outras três atividades escolhidas entre os macrocampos Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos, Cultura e Artes, Cultura Digital, Saúde, Comunicação e Investigação no Campo (aulas de campo com visitas a teatros, jardim botânico, zoológico, museus).

As atividades eram desenvolvidas por monitores voluntários,⁴ preferencialmente estudantes universitários, com formação específica nas áreas contempladas, ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas (como mestre de capoeira, contador de histórias etc.). Estudantes do ensino médio ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA), também podiam desempenhar a função de acordo com suas competências e habilidades.

Por não ser um programa universal, o PME sempre esteve atrelado a critérios específicos de funcionamento, adesão e repasse de recursos, direcionados especificamente às escolas mais necessitadas, ou seja, com baixo índice no IDEB. Os autores Silva e Marcus (2002) consideram como programa um conjunto de ações concebidas que devem ser “realizadas dentro de cronograma e orçamentos específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis”

³ Disponível em: portal.mec.gov.br.

⁴ Os monitores recebiam apenas o ressarcimento das despesas com transporte e alimentação, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

(SILVA; MARCUS, 2002, p. 18). Não se faz política pública sem orçamento, portanto, as políticas sociais do governo sempre dependem das políticas econômicas para o seu desenvolvimento. O *Mais Educação*, embora articulando concepções progressistas, gestão inter-setorial e territórios educativos, sem orçamento suficiente e condições estruturais necessárias nas escolas, não conseguiu dar conta de muitos de seus pressupostos relacionados à Educação Integral. De acordo com Penteado (2014), o programa serviu mais como uma estratégia de reforço escolar do que como estratégia voltada às melhorias pedagógicas necessárias à educação integral e de qualidade.

A partir de junho de 2013, assistimos a uma crescente onda de manifestações pelo País, que revelou um processo de fragilidade das forças democráticas em construção, agravado pelas denúncias de corrupção dos homens públicos. No ano de 2016, mediante um conturbado processo de *impeachment*, que destituiu a presidente Dilma Roussef, subiu ao poder o vice-presidente Michel Temer, em 12 de maio de 2016, num embate travado entre forças *pró* e *contra* o projeto político vencedor nas urnas das eleições de 2014.

Com uma agenda própria intitulada *Uma ponte para o Futuro*, o governo Temer se propôs a acalmar o mercado financeiro e a elite econômica brasileira com um discurso de corte neoliberal que embasou uma política de controle e retenção de gastos. A redução dos gastos atingiu especialmente as áreas sociais, como saúde e educação, impondo mudanças nas políticas públicas nacionais. Em razão da crise política e econômica que recaiu sobre o Brasil, o *Programa Mais Educação* sentiu seus efeitos com a redução dos recursos financeiros destinados aos programas educacionais.

Com o atraso e a irregularidade nos repasses dos recursos advindos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)/Educação Inte-

gral, em muitas escolas, tornou-se inviável a continuidade do Programa, o que prejudicou também a adesão de novas escolas e as que continuaram o fizeram com incentivos programados do exercício anterior e redefiniram algumas atividades.

Somada a essa questão, foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Itaú Social e Banco Mundial, no ano de 2015, denominada *O Programa Mais Educação: Relatório de Avaliação Econômica e Estudos Qualitativos* (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2015), que evidenciou impactos nada significativos nas taxas de abandono escolar e nos resultados dos alunos nas provas de Matemática e Língua Portuguesa, pondo em xeque a operacionalização do *Mais Educação*, ocasionando mudanças no programa já no governo Dilma Roussef. Considerando as altas taxas de evasão escolar e os índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas escolas avaliadas,⁵ o MEC anunciou um novo formato para o *Programa Mais Educação* e, em 2016, por meio da Portaria Interministerial nº 1.144 de 10 de outubro, foi instituído o *Programa Novo Mais Educação*, cujo objetivo foi assim definido:

[...] melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Tal objetivo, no nosso entender, representa um retrocesso, se comparado ao objetivo central do *Mais Educação*, pois prioriza a aprendizagem em apenas duas disciplinas (Português e Matemática) e tira o foco da formação integral de crianças, adolescentes e jovens.

⁵ De acordo com a pesquisa, 24% das escolas de ensino fundamental nos anos iniciais e 49% das escolas de ensino fundamental anos finais não alcançaram as metas estabelecidas pelo IDEB em 2015.

O *Novo Mais Educação* atende ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no que se refere à progressiva ampliação do período de permanência dos alunos na escola, o monitoramento dos indicadores educacionais e o envolvimento da comunidade nas decisões do âmbito escolar, compromissos que também fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Escola — PDE.

Vale ressaltar também que o programa objetiva atingir as metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) que prevê que o país precisa atingir, num período de 10 anos, a ampliação da oferta da educação em tempo integral na Educação Básica, agregando os critérios condicionantes de organismos internacionais: ampliação da jornada escolar; resultados positivos nas avaliações dos índices educacionais; diminuição da evasão escolar; ações integradas entre ensino regular e o contraturno; melhorias no espaço físico das escolas e concepção de Educação condizentes com o contexto escolar.

Assim como no programa anterior, o *Novo Mais Educação* também deve estar alinhado à proposta curricular da escola, integrado junto ao projeto político-pedagógico, redefinindo tempos, espaços, atividades e a atuação dos profissionais nas ações complementares. Do ponto de vista da operacionalização, a proposta prevê a atuação de quatro tipos de profissionais:

- Coordenador — profissional da Secretaria de Educação responsável pelo acompanhamento da implantação e monitoramento da execução do Programa;
- Articulador — professor, coordenador pedagógico ou com cargo equivalente, preferencialmente lotado na escola, que fica responsável pela coordenação, execução e monitoramento do programa na escola;

- Mediador de Aprendizagem — realizará o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e em Matemática, propondo novas metodologias para melhorar o aprendizado dos alunos nas referidas disciplinas;
- Facilitador — desenvolverá as atividades complementares de livre escolha no campo da cultura e artes, esporte e lazer, preferencialmente, articulando essas atividades à melhoria do processo de aprendizagem em português e matemática.

No programa anterior, eram oferecidos nove macrocampos de livre escolha da escola, enquanto na nova configuração, há apenas 15h de carga horária destinada a essas atividades, limitando-se a três áreas (cultura, esporte e lazer), que devem também esforçar-se para contribuir com o aprendizado das duas disciplinas prioritárias.

De maneira geral, o *Novo Mais Educação* não traz em seu escopo uma “nova proposta”, tanto seus objetivos como suas diretrizes ressaltam a importância apenas da aprendizagem quantitativa, no investimento para aumentar a proficiência dos alunos por meio do acompanhamento pedagógico obrigatório para as disciplinas de português e matemática, e na ampliação do período de permanência dos alunos na escola. O foco no acompanhamento pedagógico nessas disciplinas aparece muito mais como um reforço escolar para alavancar os índices do IDEB, visando o alcance das metas estabelecidas para cada nível de ensino. O que se pratica, portanto, é uma política de resultados que, ao secundarizar a importância das outras áreas do conhecimento na formação dos jovens, muito se distancia de uma proposta de educação integral que, de acordo com Paro (2009), não requer somente a ampliação da jornada escolar.

Da perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é

se vale a pena ampliarmos o tempo dessa escola que aí está. E a conclusão a que chegamos é que antes (e este é um “antes” lógico não cronológico) é preciso investir num conceito de educação integral, ou seja, em um conceito que supere o senso comum e leve em conta toda sua integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira de tempo integral porque para fazer-se a educação integral, este tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta, a escola que aí está fracassa, portanto, porque é parcial. Por isso que precisamos pensar sobre a educação integral. (PARO, 2009, p. 18)

Na verdade, na trajetória das políticas públicas educacionais elaboradas para a classe trabalhadora, estas sempre foram formuladas para responder às necessidades da sociedade do capital e não às demandas da referida classe que clama por mais instrução e igualdade de condições de permanência e acesso à escola.

O discurso oficial do Governo Federal, de que a Escola de Tempo Integral (ETI) teria a possibilidade de apresentar um mundo mais interessante aos estudantes, diferenciado daquele que as crianças e adolescentes conhecem, o que passaria a representar a possibilidade de tirá-los das ruas e colocá-los num ambiente considerado protegido, não se concretiza de todo.

Para melhor compreender as questões colocadas nessa parte do texto, vejamos a seguir como o PNME está sendo apropriado nas escolas a partir de um caso concreto e o que os que estão nele envolvidos têm a dizer.

O Novo Mais Educação na Escola Municipal José Sobreira de Amorim

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fortaleza possui atualmente 2,643 milhões⁶ de habitantes, o que a torna a quinta capital mais populosa do Brasil. Composta por 119 bairros oficiais e cinco distritos, a cidade está dividida em sete regiões administrativas denominadas Secretarias Executivas Regionais,⁷ que são responsáveis pelos serviços públicos prestados à população.

A cidade possui o quarto maior sistema educacional⁸ do Brasil. São, aproximadamente, 142.630 alunos matriculados no Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano). Esses alunos estão distribuídos em 5.384 turmas de 289 escolas.⁹ O tempo integral é oferecido em 22 escolas,¹⁰ sendo que 18 delas atendem do 6º ao 9º ano; duas entendem do Infantil IV ao 5º ano e outras duas atendem do 1º ao 5º ano. Nesse universo, está inserido o *Programa Novo Mais Educação*, implantado no final do ano de 2016 nas escolas da rede pública municipal de ensino de Fortaleza.

O município aderiu ao *Programa Mais Educação* em outubro de

⁶ Estimativa do ano de 2018.

⁷ As Secretarias Executivas Regionais foram criadas pela Lei Nº 8.000/1997 visando à descentralização como meio de levar as decisões administrativas para perto dos cidadãos considerando os seguintes aspectos: a intersetorialidade, as necessidades dos cidadãos, o consumo dos serviços públicos, o planejamento das políticas sociais de forma integrada e articulada. (FORTALEZA, 1997).

⁸ Informações levantadas com base no Anuário da Educação de Fortaleza 2017-2018. Disponível em: www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em 03 de Novembro de 2019.

⁹ Dados extraídos do site do Inep/Censo Escolar (Educacenso 2018). Disponível em: matricula.educacenso.inep.gov.br. Acesso em 03 de Novembro de 2019.

¹⁰ Dados extraídos do site do Inep/Censo Escolar (Educacenso 2018). Disponível em: matricula.educacenso.inep.gov.br. Acesso em 03 de Novembro de 2019.

2008, na gestão da ex-prefeita Luizianne Lins de Oliveira (2005–2012). O *Novo Mais Educação* entrou na política municipal de Educação de Fortaleza no ano de 2016, mesmo ano em que foi lançado pelo Governo Federal.

Atualmente, são duzentas e três escolas contempladas pelos critérios técnicos do Programa, na rede municipal de ensino de Fortaleza, e mais quarenta e quatro escolas definidas pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, totalizando 42.749 alunos assistidos pelo Programa. Nesse universo, encontra-se a Escola Municipal José Sobreira de Amorim, que desde 2016 trabalha com o *Novo Mais Educação* e possui em seu quadro: a articuladora do PNME, que é professora da rede municipal com formação em Pedagogia, o mediador de aprendizagem e os facilitadores com formação acadêmica.

A Escola está sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) e está situada no bairro Cajazeiras, que possui uma área de 3,3 km² e uma população de aproximadamente quinze mil habitantes. Analisando aspectos de renda, longevidade e Educação, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,30, considerado baixo, o que situa esse bairro no quadragésimo nono pior índice entre os bairros da capital cearense. Os alunos da Escola, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda que vivem no entorno da escola e no bairro Barroso.

São filhos de pais desempregados que sobrevivem de trabalhos intermitentes (pintor, marceneiro, pedreiro etc.), sem direitos trabalhistas ou estabilidade financeira, e recebem também as influências dos fatores de ordem social e econômica que interferem diretamente na aprendizagem, ocasionando muitas vezes a desmotivação para os estudos.

Cajazeiras é um bairro de muitos contrastes, que cresceu próximo

à BR-116. De um lado, há a expansão e a especulação imobiliária fomentada desde a Copa do Mundo de 2014, que agregou casas e condomínios à região por localizar-se próximo ao estádio Castelão. Por outro lado, como qualquer área periférica, padece de graves problemas sociais, como carência de serviços básicos e a violência (retratada na maior chacina já registrada no estado, na comunidade do Barreirão, fato ocorrido no dia 27 de janeiro de 2018, e que ganhou repercussão internacional).

A escola funciona nos turnos manhã e tarde das 07h às 17h e possui treze salas de aulas, que atendem do Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Em 2018, a escola atendeu 357 alunos, dos quais 155 foram contemplados pelo Plano de Atendimento e passaram a ter carga horária complementar de 15 horas semanais assim divididas: duas atividades de acompanhamento pedagógico, sendo uma de Língua Portuguesa e uma de Matemática, com quatro horas de duração cada e outras três atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas sete horas restantes. As atividades escolhidas pela E. M. José Sobreira de Amorim para o ano de 2018 foram: Língua Portuguesa, Matemática, Judô, Artesanato e Educação Patrimonial. São seis turmas (A, B, C, D, E e F), de cada modalidade, sob a orientação do mediador de aprendizagem e do facilitador. Cada turma tem 25 (vinte e cinco) alunos, à exceção da Turma C manhã e Turma C tarde, pois ambas têm 28 (vinte e oito) alunos. Todas as atividades são desenvolvidas nos espaços da escola (pátio, salas disponíveis e biblioteca).

Seguindo as orientações gerais do PNME, pela Secretaria Municipal de Educação, as escolas devem: 1) compor as turmas com alunos em dificuldades de aprendizagem, considerando o resultado das avaliações diagnósticas da rede em português (leitura e escrita) e matemá-

tica, de acordo com o plano de atendimento preenchido pela escola; 2) as escolas também poderão estabelecer parcerias locais na busca de espaços alternativos para desenvolver as atividades do programa em praças, campo de futebol, salão de igreja etc.; 3) acompanhar a frequência e a participação dos alunos no Programa, assim como o desempenho dos mediadores e facilitadores.

Para a inclusão dos alunos no PNME, a Escola analisou três pressupostos básicos: 1) os problemas de aprendizagem; 2) o nível de exclusão social das crianças; 3) e a intenção de fazer parte do Programa. A exclusão social, aqui mencionada, são crianças que permanecem por várias horas na rua, longe dos cuidados de um responsável, aquelas que sofrem abusos ou maus-tratos, que convivem com pessoas alcoolizadas ou com dependentes químicos. Essa avaliação só foi possível, segundo a articuladora:

[...] porque a escola vem ampliando os laços com as famílias, desenvolvendo um trabalho pautado na confiança e no respeito, só assim, a escola tem o conhecimento da real condição de vida de cada aluno. (Articuladora da Escola).

Com efeito, o programa se configura como elemento de articulação do binômio escola-comunidade e está voltado para o cumprimento da função de fortalecer ações educativas nas áreas de cultura, esporte, direitos humanos e desenvolvimento social.

Nesse âmbito, as atividades de acompanhamento pedagógico e complementares na Escola Municipal José Sobreira de Amorim visam ao incentivo da produção artística e cultural dos alunos, levando-os coletivamente à sua valorização e à ampliação das oportunidades de aprendizado.

A elaboração dos relatórios de atividades pela escola é uma condição necessária para continuar participando do programa em anos

seguintes. Além do acompanhamento interno, há o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação por meio das equipes da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar, Distritos de Educação e da Célula de Superintendência Escolar.

Buscamos saber como a gestão da escola pesquisada se posiciona perante o *Novo Mais Educação* e como esse programa se efetiva na escola. A diretora, que exerce a função desde 2013, quando perguntada sobre o que mudou na escola após a implementação do PNME, destacou a melhoria no processo de ensino-aprendizagem uma vez que...

[...] é um programa que não deixa de ter uma intervenção pedagógica específica para as disciplinas de português e matemática com foco na melhoria da aprendizagem o que é superimportante para termos conseguido superar nossas metas [...]. (Diretora da Escola).

No entanto, os ganhos, segundo ela, não se dão apenas nos índices do IDEB. Assim, ela ressalta que:

esse programa contribui para que a escola se torne um espaço atrativo para os alunos de todas as faixas etárias e níveis de ensino. (Diretora da Escola).

A articuladora do PNME na Escola é formada em Pedagogia e atua nesse cargo há quatro anos. Em sua fala, ela ressalta a importância de articular as atividades do PNME com as do Projeto Político Pedagógico. Afirmar que é necessário que os professores dominem mais que os conteúdos teóricos básicos, pois é importante saber...

lidar com a heterogeneidade de alunos com que temos contato diário, procurando, dessa forma, atrelar as atividades do PNME com o Projeto Político Pedagógico da escola e o currículo [...]. (Articuladora do PNME).

Essa discussão nos remete a Paro quando diz:

que o trabalho de tempo integral não pode ser considerado apenas aulas dadas [...]. É preciso maior dedicação a um tempo de planejamento conjunto na elaboração de objetivos pedagógicos comuns, ainda que isso, isoladamente também não garanta o trabalho interdisciplinar. (PARO, 1998, p. 89).

Quando perguntada sobre sua concepção de Educação integral, a articuladora admite que o PNME está longe de contemplar uma Educação Integral, que não se resume somente à ampliação da jornada escolar dos alunos. Pois, segundo ela:

se esse tempo ocorrer de maneira pouco planejada e sem estratégias efetivas, pode apenas desmotivar as crianças e os jovens, mas se esse tempo for empregado com qualidade, pode trazer benefícios ao aprendizado. (Articuladora do PNME).

Afirmou ainda que o programa precisa ser melhorado, sobretudo nos aspectos pedagógicos, pois há uma grande preocupação com o ensino das disciplinas de Português e Matemática, mas, no seu entender:

[...] o sucesso desse programa depende de uma gestão articulada com os demais segmentos da escola, uma grade curricular que busca a interface com as atividades do programa e materiais didáticos diversificados [...]. (Articuladora do PNME).

Apesar das críticas, a articuladora defende a permanência do programa por entender que, além de proporcionar a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas, ele:

gera condições de melhorar o ciclo social da pobreza no qual essas crianças se encontram, pois, na escola, o aluno tanto aprende como encontra-se protegido, da violência, do uso das drogas. (Articuladora do PNME).

Na mesma linha de pensamento, a coordenadora Pedagógica, outra profissional que atua na gestão da escola, aponta os impasses e desafios que precisam ser superados para que o programa tenha maior êxito:

[...] maior investimento na infraestrutura da escola, como espaços adequados para o desenvolvimento das atividades [...] fortalecimento das relações escola e comunidade, aquisição de materiais diversos, parceria da comunidade com a escola, entre outros. (Coordenadora pedagógica).

Indagada sobre as mudanças percebidas nos estudantes que participam do programa na escola, ela registra o sentimento de pertencimento, que os alunos possuem com relação à escola, e nos diz:

A melhoria dos índices de aprovação e, conseqüentemente, nas avaliações externas, a autoestima dos alunos no desenvolvimento das atividades, a prevenção, pois a criança e o jovem, não corre o risco de se envolverem com drogas, tráfico, assaltos, pois estão os dois turnos na escola. (Coordenadora pedagógica).

Percebemos, tanto na fala da articuladora como na fala da coordenadora, a crença de que o aumento da jornada escolar automaticamente atua como fator de prevenção às vulnerabilidades sociais. Em seus estudos, Paro (1998) percebeu essa mesma tendência nos educadores e aponta que “A visão de muitos educadores é a de que a escola é salvadora de todos os males, é aquela que vai resolver todos os problemas, e vai inclusive salvar seus estudantes das mazelas sociais” (PARO, 1998, p. 99).

A escola de tempo integral seria, portanto, um mecanismo que contribuiria para a proteção integral do aluno, pelo fato de passar mais tempo na escola. Guará (2006) afirma que

a educação integral é um direito de toda criança, uma garantia, uma

salvaguarda relevante de promoção de equidade para os que se encontram mais prejudicados em sua cidadania, muitos dos quais apresentam déficits de aprendizagem e vivem em famílias que não conseguem oferecer a seus filhos a atenção e a educação a que têm direito. (GUARÁ, 2006, p. 71).

Acreditamos, no entanto, que, para que essa salvaguarda de fato aconteça, a escola, como espaço de socialização, deve propiciar o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando e a ampliação da jornada escolar deve oferecer melhores condições para efetivar uma educação de qualidade. É preciso também que haja um esforço da sociedade como um todo, visando à garantia da proteção integral de que nos fala Guará (2006), pois a escola sozinha não vai conseguir dar conta disso.

O orientador de aprendizagem é o profissional encarregado de reunir esforços para a aprendizagem dos alunos e sua permanência na escola, fazendo essa interação junto à família.

A escola José Sobreira de Amorim conta com duas orientadoras de aprendizagem, cujo trabalho é desenvolvido juntamente com o professor efetivo em sala de aula, no tocante ao aprendizado dos alunos e com as famílias com relação ao acompanhamento direcionado aos seus filhos. Em entrevista, uma das orientadoras, que trabalha na escola há 15 anos, afirmou que

a integração das atividades do PNME, com o currículo é efetivada através do acompanhamento pedagógico nas disciplinas de português e matemática, que procura reforçar as atividades desenvolvidas em sala de aula. (Orientadora educacional).

Ainda, conforme a entrevistada,

a escola adota práticas de ensino-aprendizagem no PNME, que sejam abertas a novas experiências, novos saberes, que priorizem o

“conviver com as diferenças”, uma educação centrada verdadeiramente no aluno. (Orientadora educacional).

Perguntada sobre como avalia o PNME como política pública, ela respondeu:

Por educação integral, entendo que seja uma formação comum indispensável ao aluno, que trabalhe a socialização, a autonomia dos educandos, sua formação como cidadão, são princípios e valores que devem ser trabalhados através de ações concretas dentro do programa, que possam ter uma funcionalidade para a vida do aluno. (Orientadora educacional).

A educação integral, portanto, não se reduz à extensão diária da jornada escolar. São necessárias outras estratégias e instrumentos que trabalhem o aluno na sua integralidade, autonomia e emancipação. O PNME, pelo que se observou, apesar da boa vontade dos responsáveis pela sua efetivação na escola pesquisada, não vai além, pois os maiores esforços vêm no sentido de alavancar os índices das avaliações externas nas disciplinas de Português e Matemática. Nesse aspecto, o programa tem tido êxito, como veremos a seguir.

A influência do *Novo Mais Educação* sobre os índices do IDEB na escola José Sobreira de Amorim

Ao tratar do indicador de qualidade IDEB, da atual política educacional brasileira, é importante esclarecer que os resultados das avaliações externas das escolas e sistemas de ensino da Educação Básica passaram a ser considerados como o principal parâmetro de qualidade da Educação no Brasil. Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento

da Educação (PDE) propôs um indicador para aferição da qualidade da Educação.

O IDEB é um instrumento que visa subsidiar o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para a educação básica, foi criado em 2007, porém, sua série histórica iniciou-se em 2005, quando foram estabelecidas metas bi-onais de qualidade a serem atingidas, não apenas pelo país, mas por escolas, municípios e unidades da Federação. (HADDAD, 2008).

Dada a sua relevância, o IDEB se constitui como meio utilizado, teoricamente, para coibir tanto a reprovação como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam ou que tiveram um desempenho abaixo da média.

O PDE definiu metas e submetas a serem alcançadas pelas escolas, pelos municípios, pelos estados e pela União, no período de 2007 a 2021. *A priori*, para atingir essas metas, seria necessária a regularização do fluxo escolar, de modo a diminuir ou estancar as reprovações e o abandono e melhorar o desempenho das escolas, de modo que o Brasil consiga atingir o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em outras palavras, isso significa caminhar muito progressivamente para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do Bicentenário da Independência Política do Brasil. Portanto, o IDEB hoje se encontra consolidado como um instrumento de aferição das avaliações externas, indutor da qualidade do ensino público, que possibilita conhecer o produto final dos processos de aprendizagem das redes de ensino.

Durante as visitas realizadas à escola, foram consultados documentos e registros exclusivos da instituição que permitiram conhecer as ações ou intervenções realizadas no sentido de melhorar os resultados relativos ao fluxo escolar e à elevação do desempenho dos estu-

dantes nas avaliações externas. Foram listadas as seguintes ações:

- Visita domiciliar às famílias dos alunos com baixo rendimento escolar ou que deixaram de ir à escola.
- Aulas no contraturno escolar, nas disciplinas de português e matemática, oferecidas pelo *Novo Mais Educação*.
- Testes simulados de sondagem nas áreas de português e matemática para os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- Monitoramento da frequência e aprendizagem dos alunos, tendo como suporte o registro dos professores.
- Discussão, em momentos das reuniões de planejamento na escola, sobre os resultados das avaliações externas, com vistas a identificar os problemas para superá-los.

Essas ações, entre outras, caracterizam e demonstram o investimento da escola no trabalho de melhorar os índices do IDEB, que, de fato, pelo que se pode ver no quadro a seguir, logrou êxito se comparados os índices de 2015 e 2017.

O conjunto de ações, fruto do esforço para desenvolver a aprendizagem dos alunos, torna-se válido desde que realizado continuamente e não somente quando há necessidade de conseguir “atingir as metas” projetadas pelo MEC/INEP nas avaliações externas. Portanto, as iniciativas aqui relacionadas devem ser feitas rotineiramente pela escola, se o que se busca efetivamente é a aprendizagem dos alunos. (SILVA, 2018).

Quadro I — Indicadores relacionados à avaliação externa da Escola

Indicadores Séries Iniciais/EF	2015	2017
Proficiência em Língua Portuguesa	207,8	230,2
Proficiência em Matemática	207,1	240,7
Nota Média Padronizada Português	5,8	6,6
Nota Média Padronizada Matemática	5,6	6,9
Indicador de Fluxo (Rendimento)	0,93	0,98
IDEB Medido	5.3	6.6
IDEB Projetado	4.0	4.3
Taxa de Participação	95%	100%

Fonte: INEP (portal.inep.gov.br).

As Diretrizes Curriculares para o Ensino Infantil e Fundamental, formuladas em 2011 e publicadas no mesmo ano, atendendo ao disposto no Artigo 26 da LDB de 1996, traduz a proposta pedagógica para as escolas municipais de Fortaleza, ressaltando a importância da avaliação externa:

[...] a avaliação é um instrumento da aprendizagem, que realimenta todo o planejamento do ensino, pois tem como função diagnosticar, acompanhar e possibilitar o desenvolvimento do educando. É um motor contínuo de caráter diagnóstico, formativo e cumulativo do desempenho acadêmico do estudante, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos. Desta forma, ela possibilita tanto a aceleração dos estudos quanto o avanço, haja visto o aproveitamento de estudos concluídos com êxito. (DIAS; TEIXEIRA, 2011, p. 46).

Uma crítica a essa sistemática de avaliação parte do princípio de que é notório que o nosso sistema educacional é muito complexo e seu êxito depende de um conjunto de variáveis (infraestrutura, salários, condições de trabalho dos docentes etc.). O IDEB sozinho não dá conta, se quisermos analisar, de fato, a qualidade da Educação brasileira.

Preocupante, também, é a maneira como a aferição da aprendiza-

gem dos alunos se operacionaliza na escola, por via do *Novo Mais Educação*, que contribui com a supervalorização das disciplinas de Português e Matemática, em detrimento de outras disciplinas que compõem o currículo escolar, como História, Geografia, Ciências e Artes, muito embora esteja dito nos documentos norteadores do PNME que as escolas possuem autonomia na escolha das atividades dos macrocampos, desde que tenham como foco as diretrizes do FNDE/MEC e as orientações da SME.

Usada como instrumento de indução da qualidade do ensino público, a avaliação externa está consolidada e seus resultados visam a contribuir para a formulação das políticas educacionais. Inserido nesse contexto, o PNME, certamente, é um insumo indispensável a colaborar com os indicadores utilizados para medir a Educação, uma vez que parte do volume dos recursos a serem repassados pelo governo estadual aos municípios está atrelada aos resultados do desempenho das escolas e do município nas avaliações.

Analisados os dados que revelam como o PNME se efetiva e é pensado pela gestão da escola e também sua relação e impactos no IDEB, veremos a seguir o que professores, pais e alunos pensam dessa política pública.

O que dizem professores, pais e alunos sobre o PNME

O PNME traz em seus textos legais (Caderno de Orientações Pedagógicas e o Documento Orientador Versão I) o objetivo de melhorar a aprendizagem de crianças e adolescentes em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, mediante a ampliação da jornada escolar, o que, de certo modo não foi nenhuma novidade para

a comunidade escolar, pois eles já trabalhavam com o programa na versão anterior. No entanto, na atual versão há uma maior ênfase nas referidas disciplinas, como já foi pontuado.

Buscamos saber como os professores da escola pensam o Programa. Foram entrevistadas duas professoras, ambas formadas em Pedagogia e atuando na escola há mais de 14 anos.

Perguntadas sobre o PNME, elas responderam:

Em meu entendimento, o PNME traz uma proposta produtiva, pois leva uma oportunidade ao aluno de melhorar sua aprendizagem em português e matemática geralmente são essas disciplinas onde eles têm dificuldades, bem como tem avançado na qualidade de atendimento e traz a educação em tempo integral como princípio, o que é muito bom, pois o aluno passa mais tempo na escola. (Professora Ana¹¹).

Crianças com dificuldades de aprendizagem devem ser encorajadas a superar seus problemas a partir de suas reais potencialidades, o que de certa forma o PNME resgata isso, quando dá oportunidade para que essas crianças e jovens venham a aprender mais, através de outros recursos educativos. (Professora Júlia).

Como vantagens do *Novo Mais Educação*, as professoras apontaram, portanto, a permanência dos alunos por mais tempo na escola e o reforço do aprendizado em português e matemática, visando superar as dificuldades nessas disciplinas. Em outros trechos das entrevistas, destacaram ainda a articulação do programa com o projeto político-pedagógico da Escola, a evolução dos índices do IDEB da escola e as relações integradas da gestão da escola com professores, alunos e comunidade em geral que muito contribuem, segundo elas, para o alcance dos resultados verificados.

As percepções dos alunos sobre o PNME foram captadas a partir

¹¹ Todos os nomes utilizados nesse texto são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

da realização de entrevistas em grupo, como já explicitado na introdução deste artigo. Foram formados três grupos que contaram com a participação de 10 alunos, cada um, na faixa etária de 10 a 12 anos. Quando perguntados sobre o que entendem do PNME, as respostas, de certo modo, coincidem com as respostas da gestão e das professoras, uma vez que destacam a ampliação da jornada escolar como fator positivo. Assim, alguns afirmaram que é muito bom passar mais tempo na escola, pois é melhor do que ficar na rua ou em casa sem fazer nada. Um dos alunos comentou que tem dificuldade em aprender matemática e esse “reforço” o auxilia a compreender o conteúdo, ou seja, para ele, o PNME funciona realmente como uma atividade de reforço escolar e não um programa voltado para ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Quando indagados acerca da diferença entre as atividades desenvolvidas no PNME, em relação àquelas da sala de aula regular, eles falam que, com as atividades do PNME eles têm oportunidade de aprender mais coisas, ficam motivados para vir no outro turno, enquanto na sala de aula regular, eles têm que fazer as tarefas todo dia, o que muitas vezes se torna cansativo. Indagados se ocorreram mudanças depois da implementação do PNME na escola, um aluno respondeu:

Houve sim, a escola é boa e organizada, os professores das atividades do Novo Mais Educação são atenciosos com a gente, as aulas têm uma coisa diferente, pois aqui na escola todo mundo gosta de participar e sai feliz depois da aula, por isso é que nós queremos que esse programa continue. (Pedro).

Outros reforçaram a fala desse estudante, enfatizando que todos gostam muito de participar das atividades do Programa. Ressaltaram ainda que cada um tem sua atividade preferida. Apesar disso, foram unânimes em dizer que não participaram da escolha das atividades, o

que demonstra que a escola, apesar das falas da gestão dando conta de uma maior integração da comunidade escolar no planejamento das atividades, não leva em conta os desejos dos estudantes na escolha das atividades, mesmo porque não há estrutura e recursos suficientes para isso, pelo que se observou. Nesse aspecto, cabe aqui lembrar as recomendações de Gadotti (2003) quando afirma que

Se qualidade de ensino é aluno aprendendo, é preciso que ele saiba disso: é preciso “combinar” com ele, envolvê-lo como protagonista de qualquer mudança educacional. O fracasso de muitos projetos educacionais está no fato de eles desconhecerem a participação dos alunos. (GADOTTI, 2003, p. 43).

Um exemplo da falta de participação dos jovens na escolha das atividades oferecidas é a fala de uma aluna do 5º ano:

Gostaria que tivesse outras atividades no programa, como a dança ou outra atividade esportiva, pois vários colegas meus gostam muito de jogar bola, fora isso, as professoras do programa têm muita paciência com a gente, mas o bom mesmo é se a escola fosse tempo integral pra gente poder almoçar na escola, tomar banho, passar o dia todo, eu ia gostar muito. (Maria).

Em sua fala, portanto, a aluna reivindica uma educação de tempo integral que ofereça mais opções de atividades e que, de fato, represente uma oportunidade para jovens se desenvolverem em seus aspectos afetivo, cognitivo, físico e social, além de propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem, como acesso a esportes, artes e também alimentação.

Apesar das deficiências e limitações do Programa, para os jovens, ele representa alguma oportunidade de avançar em seus conhecimentos, já que muitos disseram sentir dificuldade em português e, principalmente, em matemática. Segundo eles, o ensino na sala de aula

regular é muito difícil. Vários alunos citaram que se sentem motivados para vir à escola, e que os resultados do *Novo Mais Educação* são muito bons e querem que ele permaneça na Escola. Uma aluna do 4º ano da manhã, que participa do programa afirma que:

é importante passar mais tempo na escola, pois gosto muito dela e sei que tenho que estudar bastante, e esse programa é uma oportunidade pra gente estudar e aprender mais coisas, gosto muito da atividade do artesanato, pois ensina coisas diferentes e tenho vontade de aprender. (Amanda).

Outro aluno, do 4º ano tarde, destaca que houve mudança na Escola depois da implementação desse Programa:

os professores falam que melhorou a nossa aprendizagem, o nosso comportamento, a mãe da gente não fica preocupada, pois sabe que a gente tá na escola, eu deixei de brincadeira na sala de aula e passei a me esforçar mais nas tarefas, pois tenho dificuldade de aprender matemática e gosto muito dessa aula. (João).

O grande desafio para a Escola foi mostrar à comunidade do seu entorno a importância do PNME, conscientizando os pais acerca de sua nova versão, para que seus filhos participassem do Programa, demonstrando que, mediado pelo acompanhamento pedagógico nessas disciplinas, ocorreria o avanço na aprendizagem.

Nesse sentido, a pesquisa se preocupou também em saber a visão dos pais de alunos sobre o Programa. Uma das mães, que possui Ensino Médio completo e é dona de casa, ao ser perguntada se notou alguma melhora ou mudança na aprendizagem do seu filho por via do PNME, respondeu:

O programa é muito bom sim, mas compreendo que pais com baixa escolaridade têm menos chances de darem o suporte necessário aos seus filhos, por exemplo, não é o que ocorre comigo, pois eu me

empenho em ajudar meus filhos nesse processo, ler com eles, incentivá-los a buscar o sucesso escolar bem como lhes mostrar a importância dos estudos, o que sozinho o programa não poderá fazer, se não tiver o empenho dos pais também. (Rita).

Outra mãe entrevistada, também dona de casa com Ensino Fundamental incompleto, disse que:

o programa é muito bom, porque a sala de aula não é lotada [...]. No *Novo Mais Educação* as professoras têm mais condições de controlar a turma e oferecer atendimento mais individualizado de acordo com a necessidade de cada aluno. (Aurora).

É perceptível nas falas dessas mães, o quanto a escola é essencial e estabelece diferença na vida de seus filhos. As falas coletadas no campo de pesquisa mostraram a escola como um veículo de aprendizagem dos alunos, pois é nela que eles depositam a crença em superar suas dificuldades para “melhorar de vida”, para quando crescer “arranjar um bom emprego”, ajudar a família etc. Os pais acreditam, no entanto, que há um imenso caminho a percorrer na busca pela “qualidade da educação”, eles compreendem que, no momento, isso ainda está distante de acontecer.

No que se refere ao *Novo Mais Educação*, o que se percebeu é que os pontos positivos que aparecem em todas as falas, seja da gestão, dos professores, dos pais e dos alunos, referem-se à ampliação da jornada escolar, que atua, segundo eles, como estratégia de prevenção à criminalidade, e ao reforço do aprendizado em português e matemática, justamente porque a versão atual do programa está toda voltada para as avaliações externas. As demais atividades, como o judô, o artesanato e a educação patrimonial, escolhidas pela escola como parte das horas a mais que o aluno passa na instituição, não são levadas em conta como atividades importantes, tanto que só aparecem na fala de uma aluna que diz gostar das aulas de artesanato.

Diante do exposto, é pertinente ressaltar mais uma vez que o grande desafio da educação integral não é mais tempo na escola, mas o que se faz com esse tempo. Como política pública que se propõe a ser indutora de uma educação em tempo integral, o PNME poderia investir mais em atividades que complementem a formação cultural e social dos jovens, propiciando agregar valores e referências identitárias. A Oficina de Educação Patrimonial, por exemplo, se trabalhada a contento, leva os alunos a conhecerem melhor seu território (bairro e comunidade) e perceberem e valorizarem seus pares e sua cultura na construção de um novo sujeito social, consciente de seus direitos e deveres, sabedor da importância dialógica para fazer emergir novas formas de interação social. (SILVA, 2018). No que se refere à promoção da cultura dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional e de gênero, que perpassa os currículos e o próprio material didático do Programa, o *Novo Mais Educação* também não avança, pois não são levados em questão os sujeitos (jovens) e os seus saberes.

O *Novo Mais Educação*, portanto, não institui nada de “novo” às escolas, uma vez que segue a mesma lógica do *Programa Mais Educação*, que o antecedeu, como o diferencial da diminuição do leque de saberes propostos na primeira versão e com uma ênfase maior no objetivo de elevar os baixos índices no IDEB. Assim, o PNME está associado a critérios específicos de adesão e repasse, que, por não serem universais, priorizam as escolas cujo resultado pedagógico não tem sido positivo. (SILVA, 2018).

Para os entrevistados, o programa tem sua importância, por assegurar maior permanência dos alunos na escola. Nisso percebe-se a internalização e a reprodução do discurso oficial, talvez porque, de fato, há uma demanda de escola em tempo integral por parte de toda

a comunidade escolar e o PNME representa um primeiro passo para isso. O que observamos, no entanto, é que o PNME se limita somente ao nível da aprendizagem instrucional das duas disciplinas que estão no topo da hierarquia curricular, pois a preocupação maior não é com educação integral dos jovens, mas com as avaliações externas. Nesse aspecto, concordamos com a Arroyo (1988) quando afirma que

o que se espera de uma educação de tempo integral é justamente proporcionar ao educando uma experiência educativa total, que não se limite a ilustrar a mente, mas que organize seu tempo, seu espaço, que discipline seu corpo, que transforme sua personalidade por inteiro. (ARROYO, 1988, p. 4).

A ideia de que o PNME seria um indutor de uma educação de tempo integral, na prática, não se concretiza, pois, para que isso aconteça, sua operacionalização deveria envolver diversos fatores que não estão contemplados: a oferta de almoço, banheiros adequados para se tomar banho, salas apropriadas para a efetivação do programa e um leque maior de atividades voltadas a trabalhar as diversas competências dos jovens.

Mesmo a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza registrando resultados expressivos na melhoria dos indicadores de desempenho de suas escolas da rede, e tendo como foco uma proposta pedagógica baseada na educação integral de crianças e jovens e na ampliação das escolas em tempo integral, mediante programas como o *Novo Mais Educação*, muito ainda se precisa avançar, com ações e estratégias que devem ser repensadas no âmbito dos anseios da clientela a ser atendida para que, de fato, se possa oferecer uma educação de qualidade que não seja medida apenas pelos números que resultam das avaliações externas.

Considerações Finais

Neste texto objetivamos analisar de que modo o *Programa Novo Mais Educação* (PNME) foi implementado em uma escola da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, apontando seus impactos no cotidiano escolar e na aprendizagem dos jovens. Com base em observações e em entrevistas com os diversos segmentos da comunidade escolar, identificamos que, para a gestão, professores, pais e alunos a importância do programa está circunscrita à ampliação da jornada escolar e ao que ele traz de ganhos na aprendizagem das disciplinas de Português e Matemática, visando um melhor desempenho nas avaliações do IDEB.

Em nível de rede municipal, o programa se propõe contribuir com o aumento da permanência dos alunos na Escola, melhorar sua aprendizagem juntamente com os índices do IDEB, notadamente o que se está fazendo no ambiente escolar, adotando estratégias como a descentralização (o resultado das avaliações e a responsabilidade pelos resultados alcançados ficam a cargo dos gestores, professores e alunos) e um rígido controle nos dias que antecedem as avaliações e nos dias das avaliações, para que os alunos consigam um bom desempenho.

De fato, o *Novo Mais Educação* assegura a crianças e jovens passarem mais tempo na escola, no entanto, temos que refletir sobre o uso e a qualidade desse tempo. Pensando o programa pela ótica da educação integral, o tempo integral efetivado pelo PNME, ao priorizar o aprendizado em português e matemática, deixa escapar a oportunidade de promover uma aprendizagem mais voltada para a formação integral do ser humano, tarefa que, na verdade, todas as escolas deveriam cumprir, independentemente de serem de tempo integral ou não,

como destaca Gadotti:

Toda escola deve almejar uma educação integral, todas as escolas devem ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, a escola de tempo integral deve ter entre outros objetivos: educar para a cidadania; criar hábitos de estudos e pesquisas; cultivar hábitos alimentares e de higiene; suprir a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares; ampliar a aprendizagem dos alunos, além do tempo em sala de aula. (GADOTTI, 2009, p. 37).

É certo que a gestão da escola e demais membros da comunidade escolar apostam no Programa, não por considerarem que ele seja uma possibilidade para resolver os entraves da qualidade de ensino, mas porque aparece como um meio seguro de prevenção aos problemas sociais que põem crianças e jovens oriundos das camadas mais pobres da população em situação de vulnerabilidade, o que lhe confere um caráter compensatório ao PNME.

Pelas falas, percebe-se, portanto, que a visão de educação em tempo integral da comunidade escolar da instituição pesquisada oscila entre duas das tendências definidas por Cavaliere (2007): a assistencialista, que

vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos [...] onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária. (CAVALIERE, 2007, p. 1028)

E a autoritária, “na qual a escola de tempo integral é uma espécie de instituição de prevenção ao crime” (CAVALIERE, 2007, p. 1029).

Desde a sua implantação em nível nacional, o programa continua a existir, mesmo com uma nova reconfiguração e seguia, até 2018, sendo apontado pelo governo federal como a mais ousada proposta

de Educação em tempo integral já realizada no País. Entendemos que há no *Novo Mais Educação* - mesmo privilegiando a educação instrucional, atuando na perspectiva de valorização das políticas externas de avaliação dos sistemas públicos de ensino e, de certo modo, relacionando educação integral a resultado de proficiência dos alunos — um campo aberto de possibilidades nos aspectos social, pedagógico e cultural, o que pode viabilizar a oferta de novos saberes para o desenvolvimento integral de crianças e jovens, desde que se avance no sentido de conferir maior qualidade no aproveitamento do tempo em que os jovens passam na escola.

Assim, concordamos com Arroyo (1988) quando afirma que, para que uma educação de qualidade realmente se efetive, é preciso superar

os arremedos de escola, as escolas de três e até quatro turnos, ou as formas variadas de suplência onde se finge oferecer tempos e espaços educativos para uma classe que sempre foi condenada à privação cultural imposta pela degradação do trabalho e da vida social e pela elitização do saber. (ARROYO, 1988, p. 9).

Diante do exposto, a partir das observações feitas na Escola Municipal José Sobreira de Amorim, entendemos que para fortalecer e ressignificar o programa é preciso avançar nos seguintes aspectos: ampliar os espaços de aprendizagem em direção ao regime de tempo integral, visando atender a totalidade de alunos da rede; ampliar o monitoramento e o acompanhamento contínuo pela Secretaria de Educação; enfrentar a questão dos investimentos, pois o atraso no repasse dos recursos prejudica o andamento das atividades; fortalecer a parceria escola-comunidade; melhorar a infraestrutura das escolas, adequando os espaços físicos para a realização de suas múltiplas ações; ampliar o leque de atividades ofertadas; tratar com igual peso, em termos de importância para a formação dos jovens, todas as atividades proporci-

onadas pelo Programa. (SILVA, 2018).

Estamos diante de um novo cenário político configurado a partir da eleição presidencial no Brasil de outubro de 2018. No atual governo tem havido constantes cortes de recursos para a educação em todos os níveis e há uma falta de clareza sobre que projeto de educação será implantado. Portanto, não se sabe se o *Programa Novo Mais Educação* continuará existindo como parte da política educacional do País. O que se sabe é que o Brasil continua caminhando a passos muito lentos rumo a uma educação que assegure aos jovens uma formação integral de qualidade e, para isto, é preciso cuidar da escola pública para que não seja mais necessária a criação de programas voltados a reforçar uma aprendizagem que deveria ser efetivada independente do tempo que se passa na escola.

Referências

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

ARROYO, Miguel G. O direito ao Tempo de escola. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 65, p. 3-10, maio 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal — Secretaria Especial da Editoração e publicações, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1-9, 23 de dezembro de 1996.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 100, vol. 28, oct. 2007.

CUNHA, Edite da Penha. *Políticas Públicas Sociais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002

DIAS, Ana Maria Iório; TEIXEIRA, Flávia Regina de Góis (Orgs.). *Diretri-*

zes curriculares para o ensino fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria Municipal de Educação, v. 1, 2011. Disponível em: www.yumpu.com. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. *O Programa Mais Educação* — Ministério da Educação. Relatório de Avaliação Econômica e Estudos qualitativos. Avaliação econômica de projetos sociais. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015. Disponível em: www.itausocial.org.br. Acesso em: 01 jan. 2019.

GADOTTI, Moacir. *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2003.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 64-89.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. *CADERNOS Cenpec*, Brasília, v. 1, n. 2, 2006.

HADDAD, Fernando. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília: INEP, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens avaliativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa Interministerial N°1144 de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação (PNME). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 196, p. 196, 11 outubro de 2016. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa Interministerial n°17

de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 80, p. 5, 26 abril de 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

PARO, Vítor. A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 65, p. 11-20, 1998.

PARO, Vítor. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade, In: COELHO, Lígia Martha Coimbra (org). *Educação integral em tempo integral: estudos experiências em processo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PENTEADO, A. O Mais Educação como Política de Educação Integral para a Qualidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 463-486, abr./jun. 2014. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, ano 8, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, 39, p. 11-24, 2003.

SILVA, G. M. P. da. *O Novo Mais Educação: uma análise a partir de uma escola pública municipal de Fortaleza*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) — Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, Pedro L. B.; MARCUS, A. B. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: caracterização e determinantes da avaliação e programas e projetos*. Campinas: NEPP-UNICAMP, 2002.

Resumo:

O artigo analisa como o *Programa Novo Mais Educação* (PNME) foi utilizado por uma escola da rede pública municipal de ensino de Fortaleza e seus impactos no cotidiano escolar e na aprendizagem. Considerando esta política pública como indutora de uma escola em tempo integral, a pesquisa permitiu discutir a educação em tempo integral e a qualidade desta. Adotou-se uma abordagem qualitativa com pesquisa documental, entrevistas individuais e em grupo, percebendo-se o contexto da implementação do PNME e suas diretrizes no Brasil e em Fortaleza. Concluímos que o Programa contribui com o aumento da permanência do aluno na escola, melhora a aprendizagem e os índices do IDEB, mas não promove uma educação integral, pois funciona mais como reforço das disciplinas de português e matemática.

Palavras-chave: Política Pública; *Novo Mais Educação*; Escola em tempo integral; Qualidade da educação;

Abstract:

The article analyzes how the *Novo Mais Educação Program* (PNME) was used by a public municipal school in the city of Fortaleza and its impacts on the school's daily life and learning. Considering this public policy as an inducer of a full-time school, the research made it possible to discuss full-time education and its quality. A qualitative approach was adopted with documentary research, individual and group interviews, realizing the context of the implementation of the PNME and its guidelines in Brazil and in Fortaleza. We concluded that the Program contributes to the increase of student permanence in school, improves the learning and the IDEB indexes, but does not promote a comprehensive education, as it works rather as review lessons of Portuguese and Mathematics.

Keywords: Public Policy; *Novo Mais Educação*; Full-time school; Quality of education;

Recebido para publicação em 07/08/2020.
Aceito em 31/01/2022.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Colonialidade do poder, educação e movimentos sociais na América Latina: novos caminhos a partir de ocupações secundaristas?

Hugo de Oliveira

Universidade Federal de Goiás, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6412-8116>

hugodeoliveira03@gmail.com

Eliane Gonçalves

Universidade Federal de Goiás, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7915-0591>

elianego@ufg.br

Introdução

A educação pública escolar tem ocupado um lugar contraditório no desenvolvimento e nas lutas por justiça social nos países da América Latina. De um lado, ela é vista como um problema, devido a sua configuração excludente, autoritária e eurocêntrica. Por outro, ela é

um elemento fundamental para a libertação social. A tensão entre esses dois polos é visível no debate entre movimentos sociais e o Estado, que tem resultado em diversos projetos, intervenções e transformações educacionais no continente.

A dimensão problemática da educação está ligada a três tipos de dominação: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Essas formas de sujeição se articulam na criação de uma realidade complexa e desigual, marcada por hierarquias sociais baseadas em gênero, raça e classe (CARNEIRO, 2005; 2018; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2017; 2019; GONZALEZ, 2018; KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 1978), que se articulam em estruturas de longa duração como a colonialidade do poder (CASTRO-GOMEZ, 2005; LUGONES, 2008; MALDONADO-TORRES, 2018; MIGNOLO, 2003; 2005a; 2005b; 2010; QUIJANO, 1992; 1999; 2005; 2010; QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992) e eixos de poder e subordinação (CRENSHAW, 2002, 2004). Essa configuração se materializou, em grande medida, através do Estado e de suas instituições, que privilegiam um tipo de subjetividade marcada como branca, masculina, eurocêntrica, heterossexual, cisgênero e de classes com alto poder econômico. Por isso, as escolas e universidades públicas podem ser lidas através dessa perspectiva, pois materializaram os interesses das elites nacionais em criar Estados-nação a partir de ideais de branqueamento e masculinidade identificados com as sociedades europeias (GROSFOGUEL, 2011; 2012; 2016; CASTRO-GOMEZ, 2007; CARVALHO, 2001; 2003; 2005; 2006; DÁVILA, 2006).

Por outro lado, nessas sociedades a educação legitimada pelo Estado é vista como uma forma de ascensão social e está ligada a melhores condições de vida e de trabalho. Por isso, ela também foi reivindicada por diferentes grupos sociais como um direito que deveria ser

garantido pelo governo. Além disso, os/as sujeitos/as envolvidos/as nas práticas e dinâmicas educacionais também construíram perspectivas críticas que dão um caráter libertador ao ensino. Se pensarmos para além da educação pública encontraremos uma série de projetos educacionais populares, materializados sobretudo pelos movimentos sociais, onde a prática de luta expande os significados da educação e do que é considerado conhecimento, valorizando saberes subalternizados pela configuração do conhecimento científico ocidental.

Neste artigo analisamos a configuração dessa contradição a partir do contexto da América Latina, com atenção especial no Brasil. Para isso, fizemos uma análise da configuração da educação estatal a partir da dominação colonial, tomando como principais marcos as mudanças no sistema mundo moderno-colonial, que orientaram os projetos educacionais do Estado. Assim, numa perspectiva histórica, construída através de revisão bibliográfica, investigamos as relações entre uma missão cristianizadora, promovida por Espanha e Portugal entre os séculos XVI e XVII, e uma civilizadora, levada a cabo pela hegemonia global de Inglaterra, França, e Alemanha a partir do século XVIII, e a configuração do sistema educacional na América Latina. Tais períodos se articulam com mudanças como o fim da educação jesuítica, a preocupação com a formação de cidadãos e cidadãs através da educação escolar, projetos educacionais eugênicos, entre outros.

Em seguida, apresentamos um breve panorama sobre os movimentos sociais engajados na transformação da educação no continente. Entre os diferentes contextos históricos e táticas de mobilização, destacamos a dimensão pedagógica desses movimentos, criando novas perspectivas e caminhos para a educação a partir da ação popular. Depois, analisamos os movimentos de ocupações secundaristas de 2015 e 2016 a partir dos resultados de uma pesquisa qualitativa, que foi

realizada entre 2016 e 2017, na cidade de Goiânia, Goiás. Nela utilizamos observação participante e entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado, com jovens mulheres que, por conveniência, chamamos de “lideranças”, como será detalhado no decorrer da exposição. Como em outras cenas de ocupações Brasil afora, as “meninas” foram as protagonistas ou os sujeitos políticos dessas ações¹ (LEITE, 2017; SILVEIRA; GROppo, 2019) na cidade de Goiânia.

As entrevistas, após agendadas e realizadas, foram gravadas e depois transcritas. As vozes que apresentamos na discussão que se seguirá na terceira parte do artigo são de três jovens com idade entre 16-18 anos, autodeclaradas branca (uma) e negra (duas), todas estudantes de escolas públicas: federal (CEPAE/UFG) e estadual (Colégio Lyceu de Goiânia e Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus). Tendo por eixo teórico-metodológico a perspectiva decolonial para pensar a educação no Brasil e na América Latina, as perguntas que motivaram as entrevistas estavam relacionadas às propostas e às noções de novos projetos de escola que os/as secundaristas construíram criticamente após a mudança de percepção gerada pelos movimentos de ocupação. Que outra escola queriam? Como ela seria? Haveria um tema, uma metodologia/pedagogia que a caracterizaria? Um tipo específico de espaço físico? Ou era tudo ou nada disso?

¹ A atuação das jovens mulheres à frente das ocupações secundaristas é objeto de alguns documentários, entre os quais o premiado *Espero tua (Re)volta* (Eliza Capai, 2019), que também enuncia o ponto de vista de três jovens, um garoto e duas garotas, abordando temas que foram centrais nessas ações, como o feminismo, o racismo e a homotransfobia, o direito à cidade, entre outros.

Educação e colonialidade do poder na América Latina

A América Latina como uma unidade histórica começou a ser construída com a formação de uma nova zona de contato, que pode ser compreendida como um “espaço social onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (PRATT, 1999, p. 27). Assim, ela carrega perspectivas históricas contraditórias sobre sua formação, pois seus Estados-nação foram construídos a partir da dominação, exploração e do conflito entre colonizadores, povos originários e os povos traficados e escravizados. Por isso, as noções de “invenção/criação” e “descobrimento” se opõem como dois paradigmas. Enquanto as primeiras evocam uma dimensão interativa, carregando presenças espaciais e temporais conjuntas, que constituem sujeitos a partir de práticas interligadas dentro de relações assimétricas de poder, e, portanto, se adequam ao conceito de zona de contato, a segunda, “descobrimento”, aponta para separação e segregação, baseadas na negação da contemporaneidade e na imposição de uma história única a partir da diferença colonial. O paradigma da “invenção/criação” reflete “o ponto de vista crítico daqueles que foram deixados de lado, daqueles de quem se espera que sigam os passos do progresso contínuo de uma história a qual não acreditam pertencer”, enquanto o de “descobrimento”, “é parte da perspectiva imperialista da história mundial adotada por uma Europa triunfal e vitoriosa, algo que se conhece como <modernidade>” (MIGNOLO, 2005, p. 27, tradução nossa).²

² No original: “el punto de vista crítico de quienes han sido dejados de lado, delos que se espera que sigan los passos del progreso continuo de una historia a la que no creen pertencer, [enquanto o de “descobrimento”] es parte de la perspectiva

Segundo o filósofo argentino Enrique Dussel (2005), o conceito de modernidade tem sido utilizado, desde uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica, como uma forma de “emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p. 27). Assim, ela é vista como um fenômeno estritamente europeu, que se deu a partir de eventos como a Revolução Francesa, o Renascimento Italiano, a Reforma Alemã e a Revolução Industrial, tornando esse continente o único capaz de produzir saber científico e universal. No entanto, essa narrativa esconde e exclui a importância das Américas e da África, sem as quais seria impossível o desenvolvimento do capitalismo e da própria modernidade (DUSSEL, 2005).

Além disso, o mito da modernidade justifica e carrega a prática sacrificial das populações não europeias. Uma vez que a Europa se auto concebeu como a civilização mais desenvolvida, se torna, para ela, uma obrigação moral desenvolver a/o bárbara/o que resiste à europeização, tornando necessário o uso da violência para que se alcance o alto grau de evolução ocidental. Para o colonizador, os/as que resistem carregam uma culpa, que permite à modernidade apresentar-se como inocente e emancipadora; seu caráter civilizatório torna inevitável o sofrimento do outro (DUSSEL, 2005). Por isso, ela não pode ser compreendida sem sua contraparte, a colonialidade.

Esse conceito evidencia a destruição dos sistemas culturais, políticos, econômicos, educacionais, entre outros, que formaram um fluxo de poder e capital para a Europa e possibilitaram a acumulação de riquezas, conhecimentos e experiências na “emancipação” euro-

imperialista de la historia mundial adoptada por una Europa triunfal y victoriosa, algo que se conoce como <modernidad>”

peia (DUSSEL, 2005). Portanto, a formação do sistema mundo moderno/colonial, a partir de 1492, é acompanhada pela emergência de um padrão de poder global, a colonialidade do poder, que determinou a subalternização e construção dos Estados-nação latinoamericanos (MIGNOLO, 2003; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Além do colonialismo externo, marcado pela relação colônia-metrópole, esse processo também resultou no colonialismo interno, caracterizado pela dominação de elites nacionais identificadas com os padrões culturais europeus, que exerceram projetos internos de dominação baseados em hierarquias raciais, de gênero e classe. Por isso, a colonialidade:

[...] Não se trata somente de uma subordinação de outras culturas a respeito da europeia, em uma relação exterior. Se trata de uma colonização das outras culturas, embora sem dúvida em intensidade e profundidades diferentes dependendo do caso. Consiste, antes de tudo, em uma colonização do imaginário dos dominados. Ou seja, atua dentro desse imaginário. De certa forma, é parte dele. Esse foi o produto, no início, de uma repressão sistemática não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não serviam para a dominação colonial global. A repressão recaiu, sobretudo, sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Seguiu-se a imposição do uso de padrões de expressão próprios dos dominantes, bem como de suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, que serviram não só para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meios muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução nossa)³

³ No original: [...] No se trata solamente de una subordinación de las otras culturas a respecto de la europea, en una relación exterior. Se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda en diferente intensidad y profundidad según los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida es parte de él. Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión

A colonialidade foi criada pelo colonialismo, mas não se limitou a ele. Ela representa o controle das formas de economia, autoridade, natureza e dos recursos naturais, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento (BALLESTRIN, 2013). Ela estrutura as relações sociais não apenas no nível local, mas também global. É a colonialidade que define quais conhecimentos devem ser considerados, quais línguas devem ser lidas e os lugares que os diferentes e hierarquizados corpos devem ocupar a partir de quatro pontos principais:

1. Classificação e reclassificação da população do planeta [...];
2. Uma estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações (aparato de Estado, universidades, igreja, etc.).
3. A definição de espaços adequados para esses objetos;
4. Uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir do qual canalizar a nova produção de conhecimento. (MIGNOLO, 2003, p. 41).

A emergência da zona de contato entre a Europa e as Américas levou a duas transformações no imaginário do sistema mundo moderno/colonial nos séculos XVI e XVIII, a primeira liderada por Espanha e Portugal e a segunda por Inglaterra, França e Alemanha, levando a intelectualidade europeia a repensar os limites da humanidade.

no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática (QUIJANO, 1992, p. 12).

Tomamos essas mudanças como marcos para pensar a constituição da educação na América Latina, pois elas funcionaram como instâncias centralizadoras de poder que orientaram as políticas e ideologias das metrópoles, colônias e, mais tarde, dos Estados nacionais recém independentes.

Foi dentro desse panorama que surgiu uma das primeiras tentativas de estabelecer um cânone de direito internacional conhecido como “direito dos povos”. Nele, os povos originários das Américas foram caracterizados como vassalos do rei e servos de Deus e, assim, elas/es não poderiam ser escravizadas/os, deveriam ser instruídas/os e convertidas/os ao cristianismo (MIGNOLO, 2003). Essa ideia foi determinante para definir a estrutura e os objetivos do projeto educacional colonial — obediência aos dominadores, disciplina severa e rígida, hierarquia de estrutura militar — que deveriam ser alcançados através da catequização e alfabetização na língua colonial portuguesa ou espanhola. Dessa forma, as escolas surgiram como instituições de dominação colonial na América Latina.

No Brasil, o primeiro projeto educacional foi jesuítico (1549–1759), fruto de uma associação entre o Estado emergente e a Igreja Católica. Ele teve papel central no projeto de criar uma nova sociedade baseada nos padrões europeus, que deveria suplantiar a ordem originária solapada pela dominação colonial. Além de converter os povos originários em servos/as católicos/as do rei de Portugal, a educação jesuítica também foi importante para a formação de uma elite que ia estudar nas universidades portuguesas e que teve um importante papel na constituição do Estado nacional (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008; MIGNOLO, 2003).

Essa configuração se transformou no século XVIII a partir de outra mudança no imaginário do sistema mundo moderno/colonial. Os

processos de independência dos países latinoamericanos e a ascensão das novas potências coloniais europeias — Inglaterra, França e Alemanha — desloca Portugal e Espanha para as margens internas da Europa, levando ao fortalecimento da missão civilizadora em detrimento da cristã. Se o primeiro projeto, o jesuíta, teve como objetivo “catequizar os/as bárbaros/as”, incorporando-os/as à ordem colonial, o segundo projeto teve como objetivo criar subjetividades disciplinadas e pertencimentos nacionais. Assim, o Estado passou a operar numa lógica disciplinar de produção do/a cidadão/ã médio/a, civilizado/a, que estivesse preparado/a para exercer um papel ou ofício dentro da divisão internacional, racial e sexual do trabalho ao mesmo tempo em que se aproxima da ideia de nação, na tentativa de produzir o pertencimento a uma comunidade imaginada (CASTRO-GOMEZ, 2005; CARVALHO, 1990). No Brasil, essa mudança afetou diretamente o projeto educacional e, não por acaso, em 1759 os jesuítas foram exilados da colônia por um decreto de lei assinado pelo Marquês de Pombal (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008; MIGNOLO, 2003).

O novo projeto educacional do país tinha o objetivo de unificar a formação das camadas letradas. Ele proibiu a língua geral, uma língua de contato de base indígena utilizada pela maior parte da população, e decretou a língua portuguesa como veículo único para a educação estatal. Assim, a elite intelectual letrada, formada a partir da educação jesuítica e europeia, que administrava a colônia foi responsável por desenvolver um projeto de colonialismo interno, levando a cabo a missão civilizadora iniciada pelos colonizadores (ALMEIDA, 2008; CASANOVA, 2006; PAIVA, 2008).

Desse momento em diante, a escola colonial se tornou a norma estabelecida para a sociedade brasileira. A independência do país não gerou grande impacto nesse processo, uma vez que ela foi realizada

pelas elites brancas que não tinham como objetivo a descolonização, mas seguir o caminho da metrópole na constituição de um Estado nacional (MIGNOLO, 2003). Com o tempo, as constituições e emendas constitucionais seguintes tornaram o ensino obrigatório e determinaram ao Estado a obrigação de oferecer o ensino público (CURY, 2007).

[...] se a constituição define formalmente um tipo desejável de subjetividade moderna, a pedagogia é a grande artífice de sua materialização. A escola transforma-se num espaço de internamento onde se forma esse tipo de sujeito que os ideais reguladores da constituição estavam reclamando. O que se busca é introjetar uma disciplina na mente e no corpo que capacite a pessoa para ser “útil à pátria”. O comportamento da criança deverá ser regulamentado e vigiado, submetido a aquisição de conhecimentos, capacidades, hábitos, valores, modelos culturais e estilos de vida que lhe permitam assumir um papel produtivo na sociedade (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 82).

A escola continua a ser importante na reprodução da colonialidade porque juntamente com outras instituições ela determina as línguas do conhecimento (que devem ser as dos países europeus), mantém uma hierarquia racial e de gênero, delimita qual deve ser o conhecimento (científico, objetivo, impessoal) e como pode ser aprendido (de forma autoritária e disciplinar). Além disso, ela funciona sob um modelo arbóreo e disciplinar, que estabelece fronteiras muito rígidas entre áreas de conhecimento e determina um cânone de autores/as por área sem o qual não é possível conhecer profundamente algum campo de estudos (CASTRO-GÓMEZ, 2005; 2007).

Tal modelo foi chamado de bancário por Paulo Freire (1987), pois visa à domesticação do ser humano na medida em que o adapta ao que está dado, fugindo a sua vocação real que é transformar a realidade. A principal característica desse tipo de educação é a dicotomia educador/a-educando/a, na qual o/a primeiro/a é o/a que sabe, disci-

plina, fala, escolhe conteúdos, enfim, o/a sujeito/a do processo pedagógico; em contrapartida, o/a educando/a é educado/a, disciplinado/a, escuta, recebe conteúdos na forma de depósito, é o objeto dessa relação. Como não há pedagogia neutra, devemos presumir que, mesmo a que não se diz posicionada, favorece a interesses particulares:

A estrutura do conhecimento oficial é também a estrutura da autoridade social. E por isso que predominam o programa, as bibliografias e as aulas expositivas como formas educacionais para conter os professores e os alunos nos limites do consenso oficial. O currículo passivo baseado em aulas expositivas não é somente uma prática pedagógica pobre. É o modelo de ensino mais compatível com a promoção da autoridade dominante na sociedade e com a desativação da potencialidade criativa dos alunos (FREIRE, 1986, p. 15).

Nessa perspectiva, o modelo de educação centrado na autoridade social, materializado na figura do/a professor/a, é também uma prática de violência epistêmica (CASTRO-GÓMEZ 2005; GROSGOUEL, 2011, 2012, 2016; SANTOS 2006, 2007, 2008; SPIVAK, 2010), pois produz a passividade como margem de ação para os/as estudantes. A escola leva a adaptação a uma estrutura social autoritária, constringimento das potencialidades subjetivas, políticas e epistêmicas através de um processo de subordinação, produzindo a sua desrealização como sujeitos/as de conhecimento.

Diante do exposto, podemos definir a educação nos países latinoamericanos a partir de três projetos. O primeiro deles teve uma relação direta com a dominação colonial num período de hegemonia de Espanha e Portugal, onde a educação foi organizada numa estrutura militar associada a um objetivo de conversão. O segundo esteve associado a formação de subjetividades disciplinadas e a cidadãos/ãs enquadrados no modelo do Estado nação, e foi desenvolvido a partir da hegemonia de Inglaterra, França e Alemanha no cenário global.

Por último, temos uma configuração que surge como um continuum dos dois primeiros, articulando-os aos interesses de mercado da sociedade capitalista, baseados em modelos de depósito e passividade. Ainda assim, é a partir dessa estruturação autoritária que surgem processos de resistência e emancipação, que têm um longo histórico na América Latina e serão apresentados na próxima seção.

Escolas de luta: movimentos estudantis na América Latina

Embora a educação legitimada pelo Estado tenha se constituído a partir de uma perspectiva disciplinar, caracterizada pela subordinação dos/as estudantes a um modelo bancário de educação, no qual eles/elas são levados/as a assumir um papel apático e passivo diante da realidade social, os movimentos estudantis têm se mostrado uma das forças de mobilização e resistência na América Latina. Essa aparente contradição faz parte do movimento dialético de formação dos/as sujeitos/as ou “subjetivação”, processo pelo qual ocorre tanto a sujeição a uma norma quanto a “agência” que permite aos indivíduos formas particulares e históricas de resistência. (BUTLER, 2019). Nesse sentido, o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, a sujeição ao modelo de educação bancária também produz resistência e a potência dos movimentos estudantis.

Desde o século XX têm se multiplicado os exemplos de mobilização dessa categoria como na Reforma Universitária de Córdoba, onde os estudantes se mobilizaram na luta pela transformação da universidade num movimento que se espalhou da Argentina para o Chile, Peru, México, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Cuba, entre outros; e na Revolução dos Pinguins em 2006 e 2011, quando mais de 600 mil

estudantes lutaram por melhorias educacionais no Chile; e nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 no Brasil, quando as/os estudantes se opuseram a uma série de medidas retrógradas sobre a educação.

No Brasil, os/as estudantes têm participado de inúmeras mobilizações desde o período colonial — abolição da escravidão, criação de universidades, campanhas pela criação de empresas estatais, entre outras. O movimento estudantil brasileiro se institucionalizou durante o Estado Novo, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937 e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1949. Por meio dessas organizações o movimento alcançou um caráter nacionalista, se engajando na luta antifascista, na nacionalização das riquezas geradas pela exploração dos recursos naturais, como na campanha “O petróleo é nosso”, e na oposição à Ditadura Militar, quando foram perseguidos/as e colocados na ilegalidade (FERREIRA, 2013).

Com a redemocratização do país, o movimento estudantil se reorganizou, mas já não alcança a hegemonia de outrora. No final do século XX, ganharam espaço outras questões importantes que mobilizam novos eixos de classificação e hierarquização social como sexualidade, raça e gênero, nos chamados novos movimentos sociais (GOHN, 2011), não sendo mais possível falar em uma unidade, mas em vários movimentos inter-relacionados. Os/as estudantes contam com múltiplos canais para a expressão política e, além disso, as táticas de luta também se renovam (MESQUITA, 2003),⁴ sendo um dos maiores exemplos os movimentos de ocupação sobre os quais discor-

⁴ Também é importante apontar que junto dessas mudanças o movimento estudantil também manteve um caráter institucionalizado, tanto entre secundaristas, quanto no meio universitário. Assim, instituições como a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas se mantêm importantes, como outras formas de organização como grêmios estudantis, centros acadêmicos, executivas nacionais, associações atléticas, entre outras.

reremos a seguir.

As ocupações secundaristas de 2015 e 2016, no Brasil, se inserem no contexto de resistência dos movimentos sociais na América Latina, que, a partir da década de 1990, tem como pano de fundo a luta contra políticas neoliberais (STRECK, 2006). A tática de ocupar algum espaço como forma de reivindicação social está presente na América Latina desde a resistência ao colonialismo com os quilombos e ganhou força a partir da década de 1970, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a fazer uso dessa tática na luta pela terra. Mais recentemente, as ocupações também foram utilizadas no Chile, na Revolta dos Pinguins. Esses movimentos têm relação mais ou menos direta com as ocupações secundaristas no Brasil. Em 2013, o coletivo O Mal Educado⁵ realizou a tradução do manual “Como ocupar um colégio” (2012), produzido durante a Revolta dos Pinguins, motivado por um estudante que tinha visitado o Chile em 2011. É possível traçar algumas semelhanças no que diz respeito às características históricas desses movimentos, uma vez que lutam por território, mas não no sentido estritamente ligado à terra.

A terra continua sendo o terreno comum de toda ação radical. Mas a terra é mais que pedras e árvores, a vida animal e vegetal que formam o território da nação Aztlán ou navajo ou maia mesoamericana. Tanto para o imigrante como para o nativo, terra são também as fábricas onde trabalhamos, a água que bebem nossos filhos, e o conjunto habitacional onde moramos. Para as mulheres, as lésbicas e os ho-

⁵ O Mal Educado é um coletivo de estudantes da rede pública do estado de São Paulo criado em 2009 no Brasil. Sua formação está associada a luta das/os alunas/os para derrubar a direção da Escola Estadual José Vieira de Moraes e a outro coletivo, a Poligremia, associação de grêmios escolares, que tinha o objetivo de ajudar na criação de mais entidades estudantis em escolas onde as/os estudantes não estivessem organizadas/os. Sua criação também esteve associada a militantes do MPL-SP, que fizeram a ponte entre as/os estudantes da escola José Vieira e a Poligremia.

mossexuais masculinos, terra é essa massa física que denominamos nossos corpos. Em todas “las Americas”, todas essas “terras” permanecem ocupadas por um Estados Unidos anglocêntrico, patriarcal e imperialista. (MORAGA, 1991, p. 367).

A escritora feminista Cherie Moraga estava preocupada com a questão chicana na América do Norte, por isso tinha os Estados Unidos em seu horizonte como o opressor. No entanto, acreditamos que essa noção possa ser aplicada a diferentes contextos marcados pela colonialidade do poder, uma vez que os Estados nacionais controlam, até certo ponto, as ações dos indivíduos a partir de suas instituições e da violência de Estado (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Assim, tudo aquilo que sofre interferência dele pode ser visto como um território, uma vez que se o governo proíbe o uso de drogas, o aborto ou limita os gastos públicos de alguma área, por exemplo, é sobre corpos e suas possibilidades que essas medidas têm efeito. Aproximando-se dessa perspectiva, Renata Aspis (2017) vê as ocupações como um território, na medida em que são determinadas pela presença de corpos. Para essa autora, as ocupações possibilitaram novas formas de existir, posicionar os corpos, fazer política e novos currículos.

Para Danilo Streck e Cheron Moretti (2013, p. 45), a pedagogia latino-americana também atua sobre territórios, pois “neles residem possibilidades de fazer comunicação, produzir conhecimento e construir política, permitindo tempos diversos, não lineares e a-históricos”. Embora esse autor e essa autora usem a América Latina como unidade para definir o tipo de pedagogia a qual estão se referindo, prefiro usar o termo que Streck utiliza em outros trabalhos (2012; 2013), “educação popular”, pois dentro deste continente existem formas distintas de pedagogia diferentemente orientadas.

No Brasil, a educação popular esteve historicamente vinculada aos movimentos sociais, está associada às lutas pela terra, trabalho,

educação etc. Ela acompanha o movimento da sociedade, emergindo em diferentes espaços de realização (STRECK, 2012; 2013). As ocupações secundaristas são um deles. Dessa forma, podemos dizer que os movimentos sociais são espaços de educação na medida em que produzem suas próprias práticas pedagógicas e produzem outras formas de conhecimento, que podem se articular na reconstrução epistemológica para além da colonialidade do poder e do saber (STRECK, 2006; STRECK; ADAMS, 2012).

Os movimentos sociais criam condições para valorizar os saberes do próprio grupo como contraponto aos saberes que os mantêm à margem e causaram o próprio movimento. Com isso, no entanto, colocam-se também como produtores de saberes (STRECK, 2006, p. 106).

A produção de saberes contra hegemônicos, as metodologias e as formas de organização dos movimentos sociais, em especial os de ocupação, fornecem possibilidades de inovação no campo da educação. Para que elas sejam aproveitadas na prática é preciso que se deixe de lado a distinção hierárquica entre a educação formal e a não-formal (popular), para que a indignação frente às condições de opressão possibilite às/aos oprimidas/os a oportunidade de encontrar sua voz, transformando-a em uma força potencializadora de mudanças (STRECK, 2006). Embora há alguns anos a legislação acerca dos conhecimentos necessários à educação escolar tenha se alterado no Brasil, caminhando em direção à descolonização do currículo e à interculturalidade (OLIVEIRA; CANDAU, 2010), a descolonização do espaço escolar não acontecerá apenas com a mudança de conteúdos, mas com toda a estrutura autoritária da escola.

Como demonstra em toda a sua defesa apaixonada de uma educação para a liberdade, bell hooks (2013) introduz na agenda pedagógica

transformadora elementos historicamente eclipsados, conhecimentos subjugados e subjetividades invisibilizadas. Da mesma forma, aporta as dimensões afetivas do amor, do erotismo, da solidariedade entre as meninas e mulheres, que trariam para a educação novas linguagens, novas paisagens. Localizando suas reflexões no sistema educacional estadunidense, hooks afirma que, apesar da ampliação dos discursos em favor de uma educação multicultural em tempos recentes, há um fosso entre o discurso e a prática. Educadores/as progressistas e defensores da inclusão, das ações afirmativas, da diversidade sexual e de gênero podem sucumbir diante de uma sala de aula realmente diversa. Daí ser tão urgente que movimentos como os das ocupações apontem as contradições de um sistema ainda opressivo que seja capaz de forjar, inclusive, uma formação mais crítica e orientada para a diversidade às/aos próprios/as docentes.

Dessa forma, os movimentos estudantis produzem um caminho possível em direção à descolonização das instituições educacionais na América Latina. Os saberes e práticas que emergem das lutas sociais recolocam o potencial epistemológico da escola como instituição libertadora e produzem formas de subjetivação ativas baseadas na experiência de autonomia. Por isso, a articulação entre a teoria dos movimentos sociais e a colonialidade do poder é fundamental para enxergarmos as inovações educacionais das ocupações secundaristas. Partindo do panorama colocado até aqui, na próxima seção analisamos as entrevistas com três estudantes que participaram dos movimentos de ocupação no Brasil.

“A escola é nossa e é nossa mesmo”: a realocação epistêmica das escolas como espaço de luta e libertação nos movimentos de ocupações secundaristas

Nos anos de 2015 e 2016, uma profusão de medidas autoritárias e projetos de lei retrógrados sobre a educação pública brasileira incitou uma série de debates, reflexões e mobilizações sociais no Brasil: o projeto de reorganização das escolas públicas do estado de São Paulo⁶; a tentativa de implementação de Organizações Sociais (OSs)⁷ na administração das escolas públicas de Goiás; a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55)⁸; a Medida Provisória 746 (MP 746),⁹ mais conhecida como a Reforma do Ensino Médio e o movimento de militarização das escolas públicas.¹⁰ Dentre as inúmeras formas de

⁶ Plano de reorganização das escolas de ensino fundamental e médio do estado de São Paulo, que previa o fechamento de 92 escolas e a mudança para ciclo único de mais de 700 escolas.

⁷ OSs são entidades sem fins lucrativos, que recebem recursos do estado para administrar algum órgão público.

⁸ A PEC 55, mais tarde sancionada como a Emenda Constitucional nº 095, alterou a constituição brasileira com a implementação do Novo Regime Fiscal. Essa medida limitou os gastos e investimentos públicos aos mesmos valores do ano de 2016 corrigidos pela inflação.

⁹ Com o objetivo de modernizar a formação média no Brasil, o governo federal implementou um conjunto de ações para a educação nacional via medida provisória (MP 746/16) sem debate algum com a sociedade. Entre outras medidas, ela inclui a adoção de um currículo formado por itinerários comuns e específicos escolhidos pelos/as estudantes e a retirada do ensino de espanhol num país da América Latina. Após muitas críticas alguns pontos foram revistos, como a exclusão das disciplinas Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (GOMES, 2018).

¹⁰ Crescente processo de entrega da gestão das escolas públicas à Polícia Militar ou à militares em processo em vários estados do país. Lançado em setembro de 2019, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares promete intensificar esse caminho com a militarização de mais 216 escolas. Tais projetos são concebidos

resistência a tais medidas destacam-se os movimentos de ocupações secundaristas desses anos, que começaram em São Paulo, mas tiveram forte atuação nos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará.

Centenas de escolas foram ocupadas por estudantes num movimento de desobediência civil e ação direta, que foi idealizado a partir da horizontalidade, independência, autonomia e autogestão. Os/as ocupantes recusaram bandeiras partidárias e lutaram contra a cooptação do movimento, mas também receberam apoio de algumas entidades políticas como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o que indicava um certo apartidarismo. Contudo, a experiência das estudantes mostrou que a horizontalidade precisou ser construída performativamente e não escapou aos conflitos. As próprias participantes deste estudo relataram como separações sexistas estavam presentes no começo das ocupações. Por exemplo, num primeiro momento de divisão de tarefas os estudantes defenderam que as estudantes ficassem em comissões de limpeza e cozinha, enquanto eles ficariam nas de segurança. Tais posturas foram questionadas e problematizadas nas ocupações para que elas alcançassem uma configuração mais igualitária. Além disso, sua principal forma de organização foram as assembleias, onde elas/eles se reuniam e criavam comissões responsáveis pelo gerenciamento do espaço físico ocupado, pela divulgação do movimento, organização de atividades, alimentação, segurança, entre outras (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016).

Nesta seção, apresentaremos a análise de entrevistas em profundidade realizadas com estudantes que participaram dessa mobilização no estado de Goiás, mais especificamente na cidade de Goiânia. A partir das falas das alunas, pudemos pensar as principais característi-

sob uma perspectiva da educação moral e cívica e do patriotismo.

cas do movimento, a dimensão pedagógica dos movimentos sociais e a recolocação epistêmica da escola como espaço de luta e libertação. Participaram deste estudo: Ana Júlia, autodeclarada branca, na época com 17 anos e estudante de uma escola pública federal, o Centro de Pesquisa e Ensino Aplicado à Educação (CEPAE); Regiane, autodeclarada negra, na época com 16 anos e estudante do Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus; e Ana Beatriz, autodeclarada negra, na época com 18 anos, tendo estudado no Colégio Lyceu de Goiânia, ambos colégios públicos estaduais. A partir de conversas com ocupantes e de observação participante, essas estudantes foram selecionadas em virtude de suas posições de liderança. Além disso, optamos por desenvolver o estudo apenas com as “lideranças femininas” devido a uma das características mais importantes desse movimento, o protagonismo das mulheres jovens.

As estudantes apresentaram diferentes visões sobre as ocupações. Mesmo que as três tenham considerado sua participação como um momento positivo de formação, suas trajetórias pessoais diversificadas geraram diferentes percepções do movimento. Por isso, as ocupações não podem ser tomadas como um conjunto homogêneo de ações políticas, uma vez que cada uma surgiu a partir de diferentes contextos e funcionou conforme regras estabelecidas a partir delas. Essa heterogeneidade aparece nas entrevistas, nos relatos sobre as diferenças notadas nas visitas que as estudantes fizeram entre as escolas, e dizem respeito a regras e formas de organização. Apesar da heterogeneidade algumas características e particularidades se repetiram e foram amplamente abordadas na literatura sobre o tema (ASPIS, 2017; CAMPOS, MEDEIROS; RIBEIRO 2016; CORSINO; ZAN, 2017; GROppo 2017; PIOLLI, PEREIRA; MESKO, 2016; SANTANA; DIAS, 2016).

Em geral, o processo de ocupação se deu de forma semelhante, um grupo de estudantes toma a decisão de ocupar, auxiliado por pessoas de fora ou não, chegam à escola mais cedo no dia decidido e trocam os cadeados aguardando a comunidade escolar para notificá-la da situação. O primeiro dia foi considerado o mais tenso, sendo que a resistência da comunidade variou entre as instituições, no CEPAE foi bastante forte, enquanto no Ismael foi tranquila. Elas tiveram que lidar com pais furiosos que não aceitavam a legitimidade do ato e nem estavam interessados em usufruir do momento de debate criado para explicar as causas do movimento. Em casos extremos, como ocorrido no CEPAE, tiveram sua integridade física ameaçada, principalmente por colegas, que as chamaram de “vagabundas” e disseram que se “entrassem lá de noite iam estuprar todo mundo”. Esses fatos evidenciam também o clima constante de pressão psicológica entre as/os participantes.

Nesse primeiro momento, são realizadas assembleias para decidir as regras que vão organizar a vida na ocupação e são definidas comissões que atendam às necessidades de alimentação, limpeza, segurança, comunicação, transporte, entre outras. Ao longo da ocupação, essas divisões foram revistas, por exemplo, alocando todas as pessoas nas atividades de limpeza, devido ao tamanho dos prédios. Ana Beatriz menciona que as comissões eram muito importantes no começo, mas devido ao dinamismo e o grande fluxo de integrantes no movimento elas foram perdendo força, chegando a se extinguir. Quando isso aconteceu, a organização das tarefas se dava através de reuniões, que expunham o que era preciso fazer e, assim, cada uma/um poderia assumir alguma função.

Nas assembleias também se construíram as programações diárias, que estabeleceram um currículo alternativo. As/os estudantes organi-

zaram uma série de oficinas (*workshops* ou *talleres*), aulas, apresentações culturais, saraus, entre outros. Elas não tinham temas definidos, mas buscavam sanar as necessidades dos/as ocupantes. Ana Júlia relatou que quando perceberam que um grande número de participantes era de crianças do ensino fundamental, procuraram atender suas necessidades, assim como procuraram professores e professoras que pudessem dar “aulões” preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),¹¹ para que os/as discentes do terceiro ano não fossem prejudicados. Já Regiane descreveu a dificuldade de acesso a eventos culturais, sendo esse um ponto importante na escolha das atividades como, por exemplo, convidar para a escola artistas locais, valorizando a cultura da periferia. Também por isso, as estudantes relataram que a experiência nas ocupações foi muito importante para sua formação.

Outra estratégia importante utilizada por elas foi a criação de páginas no *Facebook*, que eram geridas por comissões de comunicação ou cultura. Isso permitiu que eles/as divulgassem a programação, defendessem suas pautas e que pessoas da sociedade civil pudessem entrar em contato. Segundo avaliação das estudantes, esse canal de comunicação foi muito importante para compor o dia a dia do movimento, pois a colaboração da sociedade, no que diz respeito a oferecer algum tipo de atividade, foi muito forte. As pessoas buscavam as páginas e ofereciam oficinas voluntariamente sobre os mais diversos assuntos. No caso de necessidades mais específicas, as/os professoras/os serviram como uma importante fonte de contatos para sanar tais demandas.

As ocupações também foram um momento de inovar no uso do

¹¹ O ENEM é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e é utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país, seu resultado serve para acesso ao ensino superior nas universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

espaço escolar, salas de aula viraram dormitórios, pátios se tornaram ponto de encontro para assembleias. Os/as secundaristas tiveram a oportunidade de testar e descobrir qual seria a melhor maneira de utilizar o ambiente a seu favor, fechando algumas áreas e usufruindo de outras que estavam restritas. Enquanto em algumas instituições isso não gerou grandes revelações, em outras, como no Ismael, os/as estudantes fizeram descobertas que os/as deixaram indignados. Nesta escola havia um vestiário que sempre esteve trancado. Com o acesso às chaves, descobriram que lá dentro havia vários computadores desmontados, que poderiam ter sido utilizados, mas o espaço da sala de computação havia sido apropriado como sala dos/as professores/as e o equipamento armazenado.

Mesmo com as dificuldades e algumas derrotas nas ações políticas, as estudantes foram unânimes em destacar a participação nas ocupações como um momento de formação pessoal e escolar único. Para Ana Júlia, a autonomia possibilitada pelo movimento foi fundamental na aquisição de novos conhecimentos, que incluíam tanto habilidades básicas necessárias para a vida, como saberes necessários à formação escolar:

[...] tinha gente que não sabia fazer um arroz, aprendeu. Não sabia lavar um banheiro, aprendeu. Então, a gente teve essa vivência de aprender a fazer coisas que a gente não sabia, a gente teve um espaço aberto de diferentes opiniões de diferentes assuntos; todo mundo podia falar hora que quisesse, debater. A gente teve a chance de tomar decisões por nós mesmos, coisas que a gente nunca tinha feito na escola. Então, assim, foi uma oportunidade de amadurecimento mesmo, porque quando tá tendo aula, a gente tem um problema, leva pra coordenação; na ocupação a gente tem um problema, senta aqui e resolve. (Ana Júlia).

Para ela também foi um momento de instrução no que diz respeito à sua trajetória escolar:

Eu vejo principalmente nas aulas que o professor pede alguma redação, por exemplo, porque antes a informação que eu tinha era só aquela que vinha nos textos de apoio, eu não conseguia relacionar aquilo com mais nada. Então, com essas experiências de debate das ocupações, de poder ver as coisas por um outro ângulo, [...] eu consigo relacionar aquele assunto com algum tema social, então, assim, eu consigo entender que normalmente esses temas de redação, esse exemplo que eu tô dando, sempre tem alguma coisa a ver com política, economia, com sociedade e eu não sabia disso, eu não sabia discutir isso, eu sabia usar e pronto, mas eu não sabia o que aquilo significava. Então, hoje eu consigo, tipo, defender meus argumentos muito mais fácil do que antes, porque até antes da ocupação eu não tinha oportunidade de defender meus argumentos, eu não saberia conversar com você do jeito que eu tô conversando. (Ana Júlia).

O exemplo da redação é sintomático no que diz respeito à educação escolar no Brasil. Um dos principais quesitos na prova do ENEM, que possibilita o acesso às universidades públicas, é a prova de redação. O teste exige que as/os alunas/os desenvolvam textos argumentativos a partir de um tema e uma coletânea que incluem textos e imagens. Em cursinhos preparatórios, escolas particulares e públicas se difundiu um modelo para a prova que é composto de uma introdução, dois argumentos e uma conclusão com uma proposta de intervenção sobre o tema. As/os estudantes são preparados/as com o objetivo de obter sucesso nessa prova, não se estuda a produção de texto como uma habilidade que possa expressar a criatividade, emoções ou mesmo opiniões críticas sobre o mundo.

Já para Regiane, no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades escolares, o ganho esteve na possibilidade de exercer o pensamento crítico, que ela relaciona diretamente com suas escolhas futuras:

[...] eu penso muito em ser professora de História, sabe? Então, eu penso muito no rolê da revolução na forma de educar, de formar o

pensamento crítico entre os alunos, começando do prezinho sabe? Da creche, do CMEI [Centro Municipal de Educação Infantil]. (Regiane).

Ana Beatriz vai pelo mesmo caminho. Para ela, as ocupações foram fundamentais na sua formação pessoal e tiveram um grande peso em suas escolhas pessoais:

Olha, a importância da ocupação para a minha formação como pessoa e acadêmica é, assim, a partir da ocupação foi uma nova vida, eu renasci uma outra pessoa. Foi como se eu tivesse retirado uma casca que eu tinha e eu renasci de novo. Então, assim, eu nunca vou esquecer desse momento da ocupação, que mudou totalmente a minha vida e não só a minha, eu tenho certeza, e a de todas as pessoas que passaram pela ocupação. Porque antes de eu entrar na ocupação eu tinha uma mente formada, formada não, eu tinha uma mente que eu dizia, assim, formada, mas que eu não tinha a mínima ideia do que eu tava fazendo. E, após a ocupação, eu decidi o que eu ia fazer como pessoa, o que eu ia estudar: hoje eu faço Geografia Licenciatura. Eu tento ser professora. E se não fosse pela ocupação eu nunca teria escolhido esse curso, muito menos essa formação, e talvez, eu não seria a pessoa que eu sou hoje e não seria tão feliz quanto eu sou. Por ter passado por essa experiência, por ter conhecido essas pessoas e ter aprendido tudo o que eu aprendi durante a ocupação, porque a ocupação não é somente a ocupação que a gente passa por ali e pronto. Eu vou levar isso para o resto da minha vida, todas as coisas que eu aprendi lá dentro, com aquelas pessoas, aquelas práticas, aquele tipo de organização autogestionário, que foi a que a gente praticou dentro da ocupação e que eu tento praticar na minha vida hoje é o meu ensinamento como vida, porque como eu praticava dentro da ocupação eu tento praticar hoje em dia, e isso dá certo. Eu vejo que dá certo. Dá muito mais certo que os outros tipos de práticas que a gente tem. Então, é assim, a importância total da minha vida. Se não fosse por isso eu não viveria dessa maneira. (Ana Beatriz).

Ainda no que diz respeito à formação pessoal, o período de ocupações foi um dos poucos momentos nos quais a separação entre razão

e emoção pode ser superada dentro da escola. Isso possibilitou que muitos problemas que eram apagados no cotidiano escolar viessem à tona, como a complexidade emocional das estudantes:

[...] Mas com a ocupação, sabe, eu vi que eu não sou o que as outras pessoas falam, tipo ah tão lá só fazendo sexo, usando drogas e não era aquilo. É, então eu comecei a pensar 'não cara, não é porque alguém diz algo sobre mim que eu sou aquilo, sabe? E me ajudou com a depressão [...] e na questão do feminismo... Que eu não nasci pra ter que me submeter a ninguém, nem em questão de machismo, nem de família, querendo impor qualquer coisa, que eu sou o que eu sou, sabe? E não o que outras pessoas acham que eu sou ou que elas querem que eu seja. Então, isso foi muito importante, sabe? Eu me tornei muito mais forte com a ocupação. (Regiane).

A experiência a qual Regiane se refere diz respeito à produção de narrativas e contra narrativas no período das ocupações. Lidar com a opinião pública e os discursos midiáticos sobre o movimento foi um dos grandes desafios enfrentados pelos/as secundaristas, uma vez que a mídia de massa insistia em qualificá-lo como “invasões” ou “atos de vandalismo”. Além disso, nem toda a comunidade envolvida nas escolas foi a favor do movimento e produziram narrativas como as mencionadas por ela, ou seja, as ocupações eram caracterizadas como espaços para o uso de drogas e atos sexuais. Dessa forma, uma das estratégias utilizadas pelos/as estudantes foi produzir narrativas que divulgassem suas ideias, seus objetivos, as práticas desenvolvidas dentro das escolas, contra narrativas rebatendo outros discursos. Nesse relato, essa experiência e o contato com outros temas que geralmente não aparecem na educação escolar atingiram diretamente as percepções pessoais da ocupante. Ela relatou que através da internet já tinha alguma noção de movimentos como o feminismo, mas que nunca havia experimentado a ação política na prática. Para ela, outro importante ponto do movimento foi a “desconstrução”, “[...] não foi

só uma questão de luta, você vê a resistência sabe?”, essa mudança estava associada a transformações de comportamentos que extrapolam as políticas governamentais e dizem respeito às relações sociais. Algumas das desconstruções que ela observou diziam respeito a ela própria, que se tornou capaz de perceber relacionamentos abusivos e desatrelou sua identidade pessoal à ideia de feminilidade, e também sobre seus colegas, que abandonaram comportamentos machistas, como assobiar para as meninas.

A resistência ao autoritarismo das reformas do Estado também foi um desencadeador de novas percepções sobre o lugar da/do estudante na escola:

Tipo, é claro que precisa ter uma reforma, mas não nesse sentido. É claro que precisa ter, mudar alguma coisa, porque não é perfeito, nunca foi. Mas, se a gente ficar aqui devia ser a gente que manda, inclusive, na nossa ocupação tinha um cartaz enorme ali: “a escola é nossa e é nossa mesmo”. Então, quem manda aqui é a gente. (Ana Júlia).

Quando perguntadas sobre as diferenças entre a escola do dia a dia e a das ocupações as estudantes se referiram primeiramente à rotina — entrar em um determinado horário, conversar apenas com seu grupo de amigos/as, seguir para as salas de aula, sentar em fileira e ouvir os/as professores/as. A própria organização da sala de aula é um ponto recorrente de reclamação das estudantes, para as quais o arranjo dos/as alunos/as em linha está associado a uma forma opressiva de ensino. Além disso, a necessidade de pedir permissão para ir ao banheiro também é considerada uma prática abusiva.

Ana Beatriz se mostrou bastante incomodada pela forma como as regras são estabelecidas:

A principal diferença da escola do dia a dia para a das ocupações

é que ela é patriarcal e totalmente autoritária. Em que você vive em um ambiente, que você tá ali pra aprender com pessoas iguais a você, com idades diferentes, mas todos somos iguais, iguais assim, dependendo do ponto de vista. Mas em que a gente é obrigado a aceitar certo tipo de regras que a gente não concorda, mas que pessoas mais velhas que a gente, que estão numa posição mais forte que a gente, concordam. E durante a ocupação, a diferença é que a gente entra em um consenso, que todos aceitam as práticas que devem ser feitas, então, há divergência de ideias, porém, a maioria entra em consenso pra que isso dê certo e não é simplesmente jogado de cima para baixo. A gente conversa e, assim que entra em consenso, a gente faz as coisas pra ninguém ficar contra, é um acerto de ideias. E o que eu acho muito melhor que a escola do dia a dia, porque a do dia a dia não dá certo. Em que uma ordem é mandada de cima para baixo e as pessoas têm que aceitar, mas as pessoas não aceitam, na verdade, e que dia que isso dá certo? (Ana Beatriz).

As ocupações também contribuíram para alargar os círculos sociais das estudantes, pois não havia adultas/os que interceptassem os conflitos entre as/os secundaristas, elas/eles eram responsáveis por resolvê-los. Como o movimento necessitava do envolvimento de todas/os, isso fez com que elas/eles se aproximassem e aprendessem a conviver com a diferença dentro do grupo. Dessa forma, surgiram novos círculos de estudantes, que formaram laços profundos de amizade, descritos como uma “família”, que se mantiveram mesmo com o fim do movimento.

Para Regiane também foi um momento de rompimento dos papéis de gênero no ambiente escolar:

Você vê essa divisão na escola normal né? De gênero, saca? Este-reótipo de gênero, na ocupação não, sabe? Você via menino lavando louça, menina na comissão de segurança, eu mesma até hoje nos atos faço parte da comissão de segurança. É isso mesmo, sabe? Das pessoas serem livres pra serem o que elas querem pra seguir o que elas querem ser, coisa que você não vê na escola, que você tem que ter o padrãozinho certinho e tem que se encaixar nisso. Se o homem não

se encaixa, então, você é gay, como se gay fosse xingamento, “ah menina machona”, né? Tipo, eu tenho esse comportamento mais assim, eu sou mais fora desses padrões de feminilidade e não, na ocupação você vê que as pessoas eram livres mesmo. As pessoas expressavam seu pensamento sem medo de serem julgadas. (Regiane).

A regulamentação dos corpos através do gênero é uma prática comum nas escolas, mesmo quando ela não é explícita em aulas separadas por sexo, os materiais didáticos ainda carregam marcas de sexismo e homofobia (GONÇALVES; PINTO; BORGES, 2013). O conflito na formação das comissões aparece em algumas narrativas sobre as ocupações, no documentário *Lute como uma menina!*, uma estudante relata que na primeira assembleia seus colegas queriam dividir as comissões com base no sexo, cabendo às mulheres a limpeza e cozinha, enquanto os homens ficariam com segurança e comunicação. Elas se negaram a aceitar tal divisão, o que mostra que a horizontalidade, característica fundamental desse movimento, não se dá de forma automática, mas foi criada performativamente pela ação das próprias ocupantes.

Em todas as entrevistas foram recorrentes as percepções dos limites da educação escolar formal, que giram em torno do currículo, das formas de avaliação, nas relações que são estabelecidas dentro da escola:

Esse modelo escolar, eu detesto, detesto. Porque você coloca um monte de aluno na mesma sala, um monte de aluno com capacidades variadas, com pensamentos diferentes, você vai ensinar o que o governo te falou que você tem que ensinar e, às vezes, nem é aquilo que é o mais importante a ser ensinado. Então, você vai pedir pra aquele tanto de aluno fazer uma mesma prova, pra aquele tanto de aluno aprender a mesma coisa no mesmo tempo e isso é impossível. (Ana Júlia).

Eu acho completamente errada a forma como eles expõem o conteúdo e a forma como eles avaliam, [...]. Mas assim, sei lá, tipo, eu acho que seria muito mais válido, por exemplo, sei lá, trabalho de História, eu estudar aquele assunto e dou um seminário, sabe? Eu falo sobre aquilo, porque pra saber falar sobre aquilo eu tenho que entender aquilo, eu tenho que entender todo o contexto, eu tenho que entender o que está ali, sabe? É muito engraçado, se eu falo alguma coisa, se eu levanto a mão e discordo, se eu tenho um argumento melhor que o dele, ele me manda pra fora da sala. É muito estranho isso, sabe? Eu estou sobre você, eu sou a autoridade sobre você, abaixe a cabeça, me escuta e cala a boca! E quem não faz isso leva advertência, suspensão, você é expulso da escola. (Regiane).

[...] a escola regular, ela tá tirando o nosso direito de querer ser humano, de querer ajudar os outros trabalhadores. Por exemplo, o máximo que eles podem reduzir que a gente fale com o pessoal da limpeza, da cozinha, eles vão tentar fazer, porque eles não querem que você tenha contato com essa gente. Eles não querem que você tenha contato com quem é diferente, você... eles consideram que, se a gente tá estudando, é pra gente não ser um deles. Então, eu acho isso horrível e durante a ocupação não tinha isso, o dia que o pessoal da cozinha queria vir aqui a gente sentava e conversava todo mundo junto, o dia que o pessoal da segurança queria ficar também, sabe? (Ana Júlia).

As estudantes relataram bastante descontentamento com a forma de organização dos saberes considerados úteis ou válidos. Em suas opiniões, uma outra perspectiva deveria orientar o que se ensina. A criação de critérios para qualificar os tipos de conhecimento legitimados, geralmente associados ao conhecimento científico ocidental, têm produzido a subalternização de saberes outros na América Latina. Os saberes indígenas, populares, de matriz africana, entre outros, foram gradualmente silenciados, pois não faziam parte da forma hegemônica de conhecimento e, assim, foram associados ao folclore, à literatura e à religião. Além disso, os corpos não europeus também foram vistos como incapazes de produzir conhecimento, uma vez que

supostamente não conseguiriam tomar o distanciamento necessário e praticar a neutralidade sobre seus objetos, essas pessoas tiveram suas produções tachadas de ideológicas, políticas e emocionais.

A partir desse modelo, as emoções também foram subtraídas da esfera do conhecimento, elas não só eram vistas como um elemento que poderia contaminar a análise como também eram associadas a identidades específicas. Historicamente elas foram associadas às mulheres, assim como outras características como a feminilidade e aptidões voltadas para a vida privada, enquanto aos homens foram associadas a razão, o público e o universal (JAGGAR, 1997). No entanto, o fato de as emoções terem sido reprimidas na produção de conhecimentos e na educação não significa que elas tenham desaparecido. Pelo contrário, as ocupações também permitiram que as estudantes percebessem as limitações da escola no que diz respeito ao que é silenciado na teoria, mas faz parte das relações sociais concretas:

[...] na escola, esse modelo, você não está se importando com o que os alunos acham, com o que eles sentem. Por exemplo, às vezes, o professor entra na sala, ele tá vendo que tem um aluno muito mal, ele tá vendo que o aluno está chorando na sala de aula e ele não está nem aí, aprendeu, aprendeu, sabe? Só que, às vezes, o que esse aluno está passando não vai permitir que ele aprenda, então, assim, claro que o professor não tem condição de ir lá e se importar com cada um, mas então, que tivesse alguma proposta diferente, sabe? Eu não sei dizer exatamente o que, mas que pudesse atender à necessidade de cada aluno falar, dele poder, porque a escola é uma coisa muito robótica, a escola não te dá espaço para sentir nada, para ver nada de diferente. (Ana Júlia).

A experiência das estudantes mostrou como os espaços escolares podem ser repensados a partir da luta por justiça social, recolocando a centralidade das escolas como um lugar de libertação política e epistêmica. A autonomia experimentada durante os movimentos de ocu-

pações questiona o modelo de educação bancária marcado pela subordinação e a passividade, realizando o potencial crítico das alunas a partir de processos de subjetivação ativa. Além disso, essas mobilizações constroem um conjunto de práticas e saberes alternativos que constroem novos caminhos para a educação pública escolar.

Considerações finais

Pensar a educação na América Latina e os movimentos sociais que buscam intervir na sua configuração histórica nos coloca diante de uma relação dialética, na qual processos de sujeição/subordinação e subjetivação/agência se entrelaçam. Por um lado, o Estado tem se mantido como uma instância centralizadora de poder a partir da qual se implementam projetos e programas autoritários nas instituições escolares, por outro, os/as sujeitos/as envolvidos/as nelas estão constantemente respondendo, resistindo e ressignificando suas relações com ele e elas. Nesse sentido, a imposição da norma sobre a educação dá origem a uma multiplicidade de movimentos sociais que buscam transformar a educação estatal.

Neste artigo, analisamos primeiramente a formação da educação estatal na América Latina, em especial no Brasil, a partir de processos que orientaram as políticas de implementação da educação. Para isso, utilizamos um referencial teórico baseado no conceito de colonialidade do poder, estabelecendo dois marcos históricos: a hegemonia de Espanha e Portugal no cenário mundial nos séculos XV e XVI e o deslocamento no centro de poder da Europa para Inglaterra, França e Alemanha no século XVIII. Cada período foi marcado por um projeto educacional autoritário: o primeiro levou a cabo uma missão cristianizadora, utilizando a educação como meio para a conversão e a domi-

nação colonial, enquanto o segundo desenvolveu uma missão civilizadora, formando cidadãos/ãs disciplinados para participar dos Estados nacionais.

Depois, apresentamos alguns movimentos estudantis que têm reagido aos modelos educacionais na América Latina, bem como de algumas táticas de mobilização social empregadas historicamente nesse continente. Também vale destacar a formação de entidades representativas como a UNE e a UBES e as transformações dos movimentos ao longo do século XX e XXI, que englobam tanto um caráter de institucionalização, quanto uma multiplicidade de novas formas de pautas e ações sociais. Além disso, o que é central para este artigo é sua dimensão pedagógica e formativa, que também foi observada durante os movimentos de ocupações secundaristas em 2015 e 2016.

Ao abordar esses movimentos, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa qualitativa realizada em 2016/2017, a partir de entrevistas com estudantes de três colégios que foram ocupados na cidade de Goiânia. Suas experiências foram fundamentais para compreender a dialética envolvida nos processos de subjetivação que se desenvolveram nas ocupações. Embora as estudantes não apresentem um projeto pedagógico estruturado de como uma escola deveria ser, suas ações apontam para algumas dimensões de rompimento colonial em níveis individuais e coletivos. Individualmente, a experiência nas ocupações desencadeou novas concepções e projetos de vida, que foram fundamentais nas escolhas de suas trajetórias na educação superior, por exemplo. Além disso, elas também foram importantes para despertar um olhar e posicionamento crítico sobre relações de dominação machistas e sexistas. Coletivamente, elas reivindicam novas formas de sociabilidade e educação nas escolas, enfatizando a importância das relações de afeto.

Referências

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Aulas Régias no Império Colonial Português: o global e o local In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (org). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ASPIS, Renata Lima. Minorias e territórios: ocupações. *ETD — Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 19, p. 63-74, 2017. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 15 mar. 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: periodicos.unb.br. Acesso em: 15 mar. 2017.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005.

_____. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli (org.). *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte (MG): Editora Letramento. 2018.

CARVALHO, José Jorge de. As Propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2001. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas Ciências Sociais. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, n. 42-43, p. 303-339, jan./jul. 2003. Disponível em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 237-246, Jun. 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 15 mar. 2017.

_____. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, n. 68, p. 88-103, 1 fev. 2006. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso:

15 mar. 2017.

CARVALHO, Jose Murilo. *A Formação das Almas*. O Imaginário da República. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. Colonialismo interno (uma redefinição) In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (org). *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, São Paulo: CLACSO, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro' In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Central; Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD — Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 26-48, mar. 2017. ISSN 1676-2592. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 30 abr. 2017. doi: [dx.doi.org](https://doi.org/).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 16 mar. 2017.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel: *Cruzamentos Raça e Gênero*. Ação Educativa. Brasília: Unifem. 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. *Educação e Sociedade*, v. 100, p. 831-855, out. 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 16 mar. 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspec-*

tivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

FERREIRA, Taíza. Revendo a história do movimento estudantil brasileiro In: BATISTA, A. M. P.; VOLPATO, J. C.; BACH, M. R. (org). *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. 1986. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 18 mar. 2017.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza; BORGES, Lenise Santana. Imagens que falam, silêncios que organizam: sexualidade e marcas de homofobia em livros didáticos brasileiros. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, p. 35-61, jan-abr 2013. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso: 20 mar. 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: UCPA; Diáspora africana, 2018.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 409-424, Aug. 2020. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 21 dez. 2020.

GROFOGUEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. *Tabula Rasa*, v. 14, p. 341-355, 2011. Disponível em: www.scielo.org.co. Acesso: 22 mar. 2017.

_____. The dilemmas of ethnic studies in the United States: between liberal multiculturalism, identity politics, disciplinary colonization, and decolonial epistemologies. *Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge*, Boston, v. 10, p. 81-90, 2012. Disponível em: www.okcir.com.

Acesso: 22 mar. 2017.

_____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, p. 25-49, abr 2016. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 25 mar. 2017.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A.; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio: Rosa dos Tempos, 1997, p. 157-185.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Mirian Soares. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. *ETD — Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 19, p. 23–47, 2017. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso: 28 mar. 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em: www.revistatabularasa.org. Acesso em: 29 mar. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 27-54, 2018.

MESQUITA, Marcos. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 66, p. 117-149, out 2003. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso: 05 mar. 2017.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. *La idea de américa latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005a.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte

conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103. 2005b.

_____. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo. 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, Apr. 2010. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 07 mar. 2017.

PAIVA, Cláudia Gomes. Brasil: nação monolíngue? In: ARAÚJO, J. C. et Al (org). *Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. de S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, Lima, v. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: www.lavaca.org. Acesso: 09 mar. 2017.

_____. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositivo*, Ann Arbor, v. 24, n. 51, 1999. Disponível em: repositorio.flacsoandes.edu.ec. Acesso: 10 mar. 2017.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, p. 118-142.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 84-130. 2010.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, v. 44, p. 549-557, 1992. Disponível em: www.javeriana.edu.co. Acesso: 12 mar. 2017.

SANTANA, K. dos S.; DIAS, L. de O. Diário de ocupação: uma história de luta da juventude goiana. In: XXIII Prêmio Expocom 2016 — Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, B. S. (org). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, v. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 16 mar. 2017.

_____. A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 11-43, 2008. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acesso: 06 mai. 2017.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educação em Revista*, v. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 07 mai. 2017.

SILVEIRA, Isabella; GROppo, Luís Antonio. As ocupas e as ocupações secundaristas: feminismo, política e interseccionalidade. *Educação e Linguagens*, v. 8, n. 14, p. 24-48, 2019. Disponível em: www.fecilcam.br. Acesso: 09 mai. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

STRECK, Danilo Romeu. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. *Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco*, v. 22, p. 99-111, 2006. Disponível em: serieucdb.emnuvens.com.br. Acesso: 11 mai. 2017.

_____. Territórios de resistência e criatividade: reflexões sobre os lugares da educação popular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, p. 185-198, 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso: 10 jun. 2017.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os mo-

vimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 243-258, 2012. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso: 20 jun. 2017.

STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. *Revista Lusófona de Educação*, p. 24, v. 35-52, 2013. Disponível em: revistas.ulusofona.pt. Acesso: 03 jun. 2017.

Resumo:

O artigo, resultado de pesquisa qualitativa realizada com integrantes de ocupações em escolas de ensino médio em Goiânia, Goiás entre 2016 e 2017, analisa o movimento no contexto histórico da educação pública na América Latina enquanto processo contraditório, marcado pela tensão entre formas de dominação e a luta pela libertação. Nele, discutimos sua relação com o colonialismo, evidenciando processos de violência epistêmica em sua constituição e situamos as dimensões pedagógicas dos movimentos sociais. As entrevistas com as “líderanças” (mulheres jovens entre 16 e 18 anos) mostraram que, para além de uma reação coletiva aos modelos bancários de ensino e à falta de investimentos em educação, esses movimentos atuaram como formas de subjetivação. Embora as estudantes não tenham um projeto sistematizado de escola que almejam, suas experiências apontam horizontes para o modelo que está posto.

Palavras-chave: Educação; Colonialidade; Movimentos Sociais; Subjetivação; Ocupações Secundaristas.

Abstract:

The article, result of a qualitative research carried out with members of occupations in high schools in Goiânia, Goiás between 2015 and 2016, analyzes the movement in the historical context of public education in Latin America as a contradictory process, marked by the tension between forms of domination and the struggle for liberation. In it, we discuss its relationship with colonialism, highlighting processes of epistemic violence in its constitution and situate the pedagogical dimensions of social movements. The interviews with the “leaders” (young women between 17 and 19 years old) showed that, in addition to a collective reaction to banking teaching models and the lack of investment in education, these movements acted as forms of subjectivation. Although the students do not have a systematic school project that they aim for, their experiences point to horizons for the model that is set.

Keywords: Education; Coloniality; Social movements; Subjectivation; High School Occupations.

Recebido para publicação em 01/02/2021.

Aceito em 27/04/2021.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Vegetando no Necrotério dos Vivos: “O fazer morrer e o deixar morrer” no contexto brasileiro

Luiz Gomes da Silva Neto

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-5099-2915>

luizgomesdasilvaneto15@gmail.com

Francisca Denise Silva Vasconcelos

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3997-7869>

denisesn1301@gmail.com

Gracymara Mesquita Severiano

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6813-8258>

gracymesquita@hotmail.com

Deidiane Moreira Alves

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1191-4126>

deidianema@gmail.com

Dos desprotegidos e abandonados

Este texto expõe uma reflexão sobre os direitos de cidadania das juventudes periféricas e suas relações com as (im)políticas voltadas para esses públicos. É importante ressaltar que haverá uma análise das práticas das (im)políticas para as juventudes, entendendo-as como mecanismos de poder que reverberam numa práxis de esquadramento de jovens, culminando, muitas vezes, em um abandono e desproteção. Além disso, haverá uma análise acerca da política de morte em que a sociedade brasileira foi cunhada, um poder soberano que escolhe quem deve morrer e quem deve viver.

Para melhor destrinchar essa problematização, será utilizado um arcabouço teórico composto, principalmente, por Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Fátima Lima. Entende-se que esses autores e autora são cruciais para a reflexão das condições de vida e de morte implicadas nas relações políticas de investimento ou mesmo desinvestimento, influenciadas por dinâmicas tanto de fomentos de vida como de abandono e morte.

Conceitos que se configuram como essenciais para ancorar reflexões acerca do assunto exposto serão pautados ao longo do texto, exemplo disso são conceitos como “estado de exceção”, “força-de-lei”, “matáveis”, “necropolítica”, “bio-necropolítica”, que serão utilizados com precisão necessária para a produção deste trabalho. Como maneira de nortear as discussões, parte-se do questionamento: como as políticas sociais exercem poder sobre as juventudes periféricas ao implicar, contraditoriamente, numa condição de abandono e desproteção social, produzindo adoecimento e morte?

Importante ressaltar que essas políticas sociais deveriam ser um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que manifesta-

riam a manutenção e promoção do bem-estar social, ao produzir benefícios ao desenvolvimento de todas as classes sociais (CARVALHO, 2007). Contudo, as formulações e aplicações no contexto brasileiro, muitas vezes, diferem enormemente deste conceito que foi definido. É a partir desse contexto nacional que se problematizará as políticas de juventudes.

Cabe outro adendo, pois, ao falar-se em juventudes periféricas, há uma relação com as juventudes marginalizadas, em que se processa o extermínio delas. O periférico aqui se refere àquilo que está à margem do centro, mas que mesmo em uma condição de distanciamento dele, encontra-se nem alheio ao centro nem exterior a ele. É com base nessa visão que se trabalhará ao longo do texto.

Parte-se do entendimento que durante o período de transição democrática nacional, diversas instituições públicas e suas eventuais atuações na sociedade foram revistas, numa tentativa de reajustar as práticas numa nova realidade que se desenvolvia. Contudo, uma delas foi intocável a essa tentativa de adequação à democracia promovida: a polícia. Luiz Eduardo Soares (2003) e Glaucíria Mota Brasil (2008) demonstram que mesmo com o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito, as forças policiais não adentraram ao percurso “democrático” do país: “os sucessivos governos que se revezaram no poder pós-ditadura militar mantiveram intocada a autonomia de funcionamento desses dispositivos, como se eles fossem estruturas neutras e prontas a servir à democracia” (MOTA BRASIL, 2008, p. 138).

É possível entender que a lógica política nacional, embora dita democrática, dispõe de ideais paradigmáticos de governo baseados na linha da “exceção” e de “morte”. Não só a polícia adentra a essa não mudança democrática, mas quando se fala da forma de fazer política no Brasil, também existem atitudes semelhantes a essa ação de exce-

ção, de morte. Primeiro, é indispensável compreender o conceito de estado de exceção, que justamente parte da ideia da existência de uma decisão soberana que suspende a norma para tornar possível a normatização da práxis de vida, garantindo, assim, a estruturação normal das relações de vida (SCHMITT, 2004). Ademais, é essencial mencionar que o termo “fazer política”, aqui, significa direcionar as práticas de formulações de políticas sociais, formas de governo concretizadas a partir das relações micropolíticas.

Agamben (2004) acrescenta a essa discussão que esse ideal paradigmático de estado possui duas formas de lei: a lei regulamentada — isto é, escrita —, ao garantir, teoricamente, os direitos de cidadão e uma outra lei, esta não é regular, mas encontra-se na força-de-lei. Dessa forma, o estado de exceção seria “um estado da lei em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem força) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’ ” (AGAMBEN, 2004, p. 61).

Quando se propõe falar de “(im)políticas”, acredita-se que tal conceito possui uma relação com as estratégias de governo da vida de jovens, compreendidas como biopolítica, segundo Foucault (2008a), e de vidas abandonadas para a morte, com base na tanatopolítica de Agamben (2004). Além disso, também se destaca a necropolítica de Mbembe (2018), uma política de morte. Pensando nesta proposta, esse texto trará uma linha temporal que iniciará com Foucault e a biopolítica, após isso, haverá uma discussão acerca da tanatopolítica com Agamben e, por fim, encerrar-se-á com o conceito de necropolítica de Mbembe.

Foucault e controle sobre a vida: a biopolítica e a falsa democracia brasileira

Biopolítica, “governo da vida”, que Foucault destaca, tem relação direta com o controle das subjetividades das pessoas. Esse governo nada mais é do que a práxis que consiste em reger a conduta das pessoas em diversos contextos e com instrumentos estatais (FOUCAULT, 2008a). Partindo desta compreensão, adentra-se ao processo de democratização brasileira.

Esse sistema se deu nos fins de 1970, período este conhecido como “redemocratização” brasileira, que, na prática, ainda não se concretizou verdadeiramente (ZALUAR, 2007). As intenções plurais da Lei Magna, dos direitos e da cidadania não se colocaram como ações sociais de planos de governos. O Estado, apesar de ser apontado como democrático, não consegue minimizar as diferenças sociais “tanto entre as sociedades centrais entre si, quanto entre as periféricas” (SOUZA, 2018, p. 141). Como pensar em uma democracia de fato se parte da população não consegue ter acesso aos direitos pós-redemocratização? Levando isso em consideração, parte-se da compreensão de que o negligenciamento para com a polícia, no momento da repactuação democrática, foi crucial para a continuação da dominação social defendida por setores mais conservadores. Em outras palavras, essa negligência ganhou destaque muito mais como estratégia do que como uma indiferença política (SOARES, 2003).

Essa ação intencional e conservadora perpetuou as formas de efetivação de dominação — por uma minoria no poder — presentes não somente hoje, mas ao longo da história política nacional. As chamadas democracias contemporâneas traçam estratégias apoiadas em um leque de investimentos no combate ao crime, sob a forma de um Es-

tado Punitivo, este modifica suas políticas criminais às metamorfoses econômicas vigentes. Estas manifestam o desejo do Estado Moderno burguês: a garantia, a todo custo, da segurança patrimonial.

Aqui é importante fazer um adendo sobre a visão que se compreende da sociedade moderna, a qual é oriunda de uma ascensão da burguesia que — com a atuação em vigor da produção capitalista — exige do Estado modos de ação armamentista (polícia), visando a manutenção de ordem social e paz pública, ao pretender a proteção e concretização dos direitos acoplados a esse sistema: a propriedade privada, o individualismo e a liberdade.

Ora se o monopólio da força pelo Estado é um dos pilares considerados como característica definidora do Estado Moderno, este não buscou abolir os antagonismos das classes. “Nada mais fez que substituir as antigas por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta” (MARX; ENGELS, 2006, p. 48). Dessa forma, incorpora as instituições coercitivas antigas dos Estados (polícias, sistema judiciário), que possuem o objetivo de desenvolver e manter as relações de produção social, reprimindo potenciais revoltas e “desordens” que ferem a normatização social de vida.

Essas formas coercitivas nada mais são do que formas de governo sobre a vida. Para que se compreenda melhor essas ações, é necessário fazer uma retomada histórica da constituição das relações de poder atreladas às formas de governo sobre o corpo e do corpo. Para isso, parte-se de Foucault: na leitura foucaultiana, o adentramento da vida na *polis*, como corpo a ser investido, ocorre nas metamorfoses entre o Estado territorial para o Estado moderno, em que os mecanismos de governo perpassam do território para o investimento na vida da população (FOUCAULT, 2008b).

Foucault, na sua obra “História da Sexualidade I — a vontade de

saber”, afirma a ideia de uma organização social em que havia um soberano que possuía o poder sobre a vida de sua família e súditos. O que lhe permitia a práxis de “deixar viver ou fazer morrer” qualquer indivíduo que vivesse em seu território (FOUCAULT, 1999a). Com o desenvolvimento do Estado Moderno, Foucault (1999a) afirma que há uma modificação logística de poder, em que “deixar viver ou fazer morrer” dá lugar para o “fazer viver e deixar morrer”. Esse sistema promove um direcionamento para propostas de intervenção diretamente relacionadas ao corpo biológico das pessoas, através do investimento na vida: o biopoder.

O controle sobre a vida das pessoas é crucial para que haja um funcionamento da modernidade, do trabalho, da mão-de-obra humana, sendo essencial para a perpetuação do lucro. As tecnologias empregadas para esse controle, segundo Foucault (1999a), são as tecnologias anátomo-políticas do corpo, que objetivam potencializar, ao máximo, as suas forças, tendo como consequências um eficaz controle normativo e econômico, oriundos de uma tecnologia disciplinar. Esta disciplina seria uma técnica de poder que se manifesta na vigilância contínua e constante das pessoas, isto é, não bastando olhá-las de modo esporádico ou verificar se o que fizeram está em conformidade com as regras. Em “Vigiar e Punir”, Foucault menciona, ao falar sobre disciplina, que há uma vigilância de forma integral, a todo tempo de atividade, submetendo os sujeitos a uma conservação piramidal de olhares (FOUCAULT, 2004).

Além dessa tecnologia, Foucault (2004) ainda ressalta uma outra, que não exclui a disciplina, e é denominada de biopolítica da população. Enquanto as práticas disciplinares seriam manifestadas a partir do objetivo de governar a pessoa, a biopolítica aponta para o governo de um conjunto de homens e mulheres, neste caso, a população. Em

outras palavras, a biopolítica da população nada mais é do que a práxis de biopoderes locais. E quando se fala em biopoder, a população é o objeto e também o instrumento nas relações de poder.

Foucault (2000) traz à tona sua analítica do poder, onde apresenta “biopoder” como um deslocamento em relação à teoria política tradicionalista, que acreditava que o Estado era o único detentor do poder. Analítica do poder porque, segundo Foucault (2000), não há a existência do “Poder”, o que existe, de fato, são relações de poder, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2000, p. 10).

O que se quer evidenciar é que Foucault esmiúça uma rede de micropoderes no Estado, que se articula e perpassa toda uma estrutura social. Em outras palavras, objetiva-se analisar o poder partindo não do seu centro (Estado), percebendo como ele se relaciona em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas a análise almeja, a partir desses micropoderes que se interligam à estrutura social, a compreensão de como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado (análise ascendente).

Com efeito, são nestas relações de poder que ao mesmo tempo a população é objeto e instrumento delas. Quando este poder passa a funcionar, provoca uma série de normalizações, saberes corretivos que se multiplicaram em instituições (como escolas e prisões), fazendo surgir, por exemplo, “[...] as chamadas ciências do homem e o homem como objeto da ciência” (FOUCAULT, 2005, p. 125).

Ao compreender o poder como relação e não como uma espécie de maquinaria localizada em um determinado espaço, ou seja, analisando o poder que dissemina por toda a estrutura social e a perpassa; infere-se que há nesta um sistema de poder, permeado de instituições

que guardam uma ligação sociopolítica entre si com base no Estado. Exemplos disso são meios de comunicação, escolas, fábricas, e o que é legítimo ou mesmo ilegítimo a eles enquanto ligação habitual de suas relações. Entendendo, claro, que diferente do que as teorias filosóficas do século XVIII afirmavam, Foucault não compreende o poder como algo estritamente negativo, haja vista que segundo Foucault (2004), é essencial parar de afirmar que o poder produz efeitos em termos negativos como repressão, censura, exclusão. É fato que o poder produz domínios de objetos e de verdades ritualísticas, mas que seja compreensível que o indivíduo e o conhecimento que dele emana se originam nessa produção de poder.

A análise genealógica do poder de Foucault afirma que o poder produz saber, que estes estão diretamente implicados. O poder-saber das relações deve ser analisado através do sujeito que conhece, dos objetos a conhecer e das propostas de conhecimentos, que são outros diversos efeitos dessas implicações primordiais do poder-saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 2004).

Entendendo isso, infere-se que a complementação dos estudos de Foucault se vale do poder disciplinar e da analítica do biopoder, este, segundo Foucault, é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 03). Em outras palavras, é um poder que se aplica à vida das pessoas, aos seus corpos, nisto que eles possuem em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie.

Dito de outro modo, o biopoder tem como objeto a população e os fenômenos naturais vinculados a ela. Tem relação com a regulação ou mesmo a própria intervenção sobre taxas de natalidade, epide-

mias, isto é, biopoderes que passam a ocupar a gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, crenças etc. (FOUCAULT, 2008a). O que se quer afirmar com a ideia de biopoder de Foucault é que a população é o “novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (FOUCAULT, 1999b, p. 292).

E, para entender, controlar esses corpos, é de interesse não apenas descrevê-los e/ou mesmo quantificá-los, é necessário ancorar tais descrições e quantidades, juntando-as, fazendo analogias, buscando prever seu futuro por meio do passado. Daí a ideia de biopolítica (o outro polo do biopoder), que representa uma “grande medicina social”, aplicada à população, tendo como finalidade o controle da vida: a vida faz parte do campo do poder (FOUCAULT, 2000). Pode-se perceber isso através do pensamento medicalizante, que utiliza meios corretivos de transformação dos indivíduos, trazendo não uma ideia punitiva, mas uma tecnologia de características comportamentais do ser humano ligada a eles. Dessa forma, existindo uma aplicação a sociedade, distinguindo entre o normal e o patológico e impondo um sistema normativo, que se vincula a características comportamentais no trabalho, na escola, nos afetos, na família (FOUCAULT, 2000).

Há, então, o estabelecimento de dois mecanismos complementares que se articulam entre si, que ocupam *locus* diferentes: no contexto do corpo, o poder disciplinar; na esfera da população, a biopolítica, manifestando-se a partir de mecanismos reguladores. Enfim, a biopolítica não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica as pessoas a partir de sua realidade (FOUCAULT, 1999a). A anátomo-política do corpo entrelaça-se com a biopolítica da população e, assim, a população é instrumento e objeto destas relações de poder.

Agamben e a Exceção

Pensando dessa forma e levando em consideração tudo o que já foi discutido até agora, a disciplina do corpo e as normatizações da população são os “polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1999a, p. 131). Partindo desta compreensão sobre Estado, acredita-se que o foco dele era intervir na população através de fenômenos como nascimento, morte, longevidade, nos quais se almejava manter o fortalecimento do próprio Estado. Para efetuar de forma mais promissora esse poder, há uma visão reformulada que prima pela gerência e investimento da população por meio do corpo político.

Nesse caso, a vida deve ser investida em seu mais ínfimo detalhe, tornando-se passível de gerenciamento através da mecânica de governamentalidade do Estado e, mais adiante, do mercado, como se constata no curso do *Collège de France* entre 1978 e 1979, intitulado *Nascimento da biopolítica*. Nessas circunstâncias, surge outra manifestação de governo da vida que se propõe não mais fortalecer o Estado, mas assegurar o desenvolvimento e fortalecimento do mercado (SCISLESKI; CAETANO; GALEANO, 2015).

Dessa forma, neste momento, se torna relevante a discussão a partir de Giorgio Agamben (2010). Este, diferente de Foucault, aponta as estratégias políticas em direção a medidas não de vida, e sim de morte, de desproteção, de abandono, mesmo nessas diretrizes processuais que se tornam mecanismos de defesa da vida, como o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA.

Giorgio Agamben (2010) se dedica a uma pesquisa que busca investigar as formas pelas quais a política captura a vida cotidiana, reformulando a problemática da biopolítica instituída por Michel Foucault,

desenvolvendo novos conceitos. Nesse momento se pautará no “estado de exceção”, que advém de um processo de decisão soberana, ao suspender a norma para concretizar a normatização de ações da vida, garantindo, assim, a estruturação normal das relações de vida (SCHMITT, 2004), isto é, a norma não pode, de nenhuma forma, ser aplicada à anormalidade. Agamben (2010) acrescenta um viés que o diferencia de Schmitt, sugere o surgimento de algo, este relacionado à natureza mais fundamental da lei: a relação de exceção, neste caso, seria aquela que manifesta a estrutura original das relações jurídicas (AGAMBEN, 2010).

A relação de exceção não se restringe a disposições topológicas entre norma e exceção a uma simples exclusão — o excluído é incluído, através da própria exclusão. Para Agamben (2010), por meio do paradoxo da soberania, em que o soberano está dentro e fora do ordenamento jurídico — dentro, uma vez que é ele que funda o ordenamento e fora, pois não se submete a ele —, em que o soberano é quem decide sobre a aplicação ou não da lei.

Pode-se pontuar que a relação de exclusão e inclusão se vincula com a vida, pois a exclusão remete a algo que está se excluindo do ordenamento normal, mas que ainda mantém relação com a norma, desenvolvendo, assim, uma “zona de indistinção”. Dito de outro modo, não é a exceção a que se subtrai à regra, mas sim a regra que se suspende, dando lugar à exceção e somente desta maneira se constitui como regra (AGAMBEN, 2010). A lei, neste caso, consiste nessa condição de se permanecer no que se refere a uma exterioridade, havendo uma relação de exceção a esta forma extrema de manifestação que inclui algo unicamente através de sua exclusão (AGAMBEN, 2010).

Para entender melhor esse estado de exceção, exemplifica-se através dos cotidianos de muitas pessoas em território nacional como o

tratamento que muitos policiais usam quando se dirigem aos presos, como a tortura, agressão psicológica e física. Além disso, pode-se citar o caso de Sandro, figura do incidente com o Ônibus 174 no Rio de Janeiro, no ano 2000, que foi morto por asfixia por policiais ou mesmo casos mais recentes como de Ágatha Félix, de oito anos de idade, que foi vítima de “bala perdida”, morta por policiais, quando voltava para a casa com sua mãe em uma Kombi.

Isso fica mais entendido quando se utiliza a perspectiva de *zoé* e *bíos* de Agamben (2010). Os gregos se utilizavam desses dois termos para se referirem à vida. O *zoé* diz da relação do viver, recorrente a todos os seres vivos — deuses, homens, animais; a *bíos* diz da maneira de viver própria de um grupo ou de um indivíduo (AGAMBEN, 2010). Dessa forma, *zoé* referia-se a vida animal ou orgânica e *bíos* estaria relacionada à vida qualificada de cidadão, a vida politicamente de valor.

Dito de outra maneira, com a formação da Cidade ou Estado, desenvolveu-se uma exclusão inclusiva da *zoé* na *pólis*, isto é, ao se tentar excluir a *zoé* (vida orgânica, animal) do contexto político, acabou-se por politizá-la. É imprescindível, entretanto, compreender que a inclusão da *zoé* na Cidade (ou mesmo a politização da vida orgânica), produziu a vida nua, esta potencialmente matável (MARTINS, 2015).

Excluiu-se a *zoé*, desenvolvendo-se a vida nua na *pólis*, como prelúdio jurídico-político originário. Em outras palavras, extinguiu-se a violência de todos contra todos (*homo hominis lupus*) desse estado de natureza (*zoé*), tendo como consequência a inclusão dessa mesma violência na configuração da violência soberana (*ius contra omnes*), onde todos os portadores da vida nua estão perpetuamente expostos ao poder soberano (MARTINS, 2015).

Essa vida nua, matável, representada pelo *homo sacer*, seria

aquela que não poderia ser sacrificada para os deuses, além do fato de que qualquer um que viesse a matá-la não sofreria nenhuma condenação (AGAMBEN, 2010). Neste caso, é uma vida matável e insacrificável, que é uma figura interessante para se refletir com Agamben e o que ele traz com a tanatopolítica, que nada mais é do que técnicas políticas de produção de morte (AGAMBEN, 2004).

Dessa forma, em Foucault tem-se a ideia do “fazer viver e deixar morrer”, que produz o viver às pessoas para que possam adentrar a maquinaria capitalista e gerar lucro, e deixa morrer aquelas que não conseguem se adequar, dentro das relações de poder, a essa empreitada do capitalismo. Já Agamben (2004) estabelece o “fazer morrer e deixar viver”, no qual determinadas pessoas e grupos sociais são excluídos e mortos da sociedade. Ele leva em consideração o contexto do Holocausto, mas quando se pensa sobre o Brasil, por exemplo, percebe-se que o país “nasceu” em um estado de exceção. Essa constatação será explicada nos próximos tópicos, nos quais se destacará a teoria de Mbembe e seus estudos decoloniais.

Aproximando essa visão com a perspectiva das juventudes periféricas, compreende-se o fato de que para exercer governo sobre a vida das pessoas é preciso que essas pessoas estejam dentro de uma normatização e que a exceção configura-se como um mecanismo que se manifesta a partir da práxis de inserção de jovens outrora banidos de maneira que possam ser incluídos posteriormente às formas de exclusão. É com esse entendimento de exceção e sujeito matável que adentrar-se-á na discussão acerca de juventudes periféricas e as (im)políticas.

Juventudes periféricas e (im)políticas: a perspectiva ideal dos matáveis

Antes de abordar o assunto do tópico, se faz relevante a compreensão de que o termo “periférico”, tratado aqui, diz daquilo que está à margem do centro, mas que mesmo em uma condição de distanciamento dele, encontra-se nem alheio ao centro nem exterior a ele. Entendendo dessa forma, pode-se adentrar a categoria de juventudes periféricas, como exemplo os jovens em conflito com a lei com medidas de restrição de liberdade. Muitos deles possuem histórico de baixo grau de escolaridade, situação insalubre ou pobreza econômica, além de abandono familiar (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012). Imersos num cenário de exclusão é que muitos desses jovens são incluídos, ao serem categorizados como pessoas em conflito com a lei e é em decorrência dessa categoria que se tornam visíveis socialmente (SCISLESKI, 2010).

Dessa maneira, infere-se que as vidas desses jovens estão dispostas por meio do abandono e não da proteção, uma vez que o ECA não possui suas diretrizes efetivas na prática. Pensando em amostras, no Estado da Bahia, segundo a Fundação da Criança e do Adolescente da Bahia — FUNDAC, 29,2% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação retornam à delinquência (MENDES, 2015). Já no Distrito Federal, segundo o Tribunal de Justiça do Estado (DISTRITO FEDERAL, 2015), consta o número de 53,4%.

Dados mais recentes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário — DMF e das Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça — CNJ (2018) apontam que a quantidade de menores infratores em regime de internação no Brasil se encontra em torno de 22 mil jovens, estes internados em 461

unidades socioeducativas em funcionamento no território nacional.

Na prática, a lei do ECA é suspensa e o que vigora é a exceção, isto é, a *práxis* com força-de-lei que abandona à morte essa categoria social (AGAMBEN, 2004) e o mecanismo pelo qual as vidas desses jovens são fisdadas é o próprio ato infracional. É pela via da infração que essas pessoas serão compreendidas como “de direitos”, passando a ter acesso a serviços sociais que até então não possuíam (escola, saúde), porém, esse ingresso se justifica, precisamente, pelo delito cometido (SCISLESKI; CAETANO; GALEANO, 2015). Além de que, essa “entrada” é precarizada, uma vez que mesmo durante o cumprimento de medidas socioeducativas de internação, essas pessoas prosseguem tendo seus direitos violados, como dormitórios insalubres, medicação imprópria, não elaboração do PIA — Plano Individual de Atendimento (SCISLESKI; CAETANO; GALEANO, 2015).

Força-de-lei é um conceito que diz respeito a ações que visam um abandono das pessoas, expondo-as em contextos de morte. E quando se fala em morte, remete-se à morte física, mas também à própria constituição de sujeição a ambientes insalubres, um apagamento político do ser, a dita invisibilidade social (SCISLESKI et al. 2012). Exemplo dessa força é a proibição do uso de algemas em jovens, mas a prática do uso ainda é bastante usual no meio policial. Outro exemplo é o fato de que, ao invés de serem direcionados à Delegacia da Criança e do Adolescente (DECA), como consta na lei do ECA, muitos jovens são encaminhados a delegacias comuns; sem falar nas próprias violações do ECA praticados nessas medidas socioeducativas de regime fechado, como as condições em que essas juventudes são colocadas, ambientes insalubres, agressões físicas, psicológicas (SCISLESKI; CAETANO; GALEANO, 2015).

Com profundidade, percebe-se que não são somente as juventudes

em conflito com a lei estão expostas a essas condições, mas qualquer jovem de periferia também pode estar sujeito a essa força de exceção. Jovens pobres, muitas vezes, são rotulados como perigos iminentes, potenciais violentos e recebem um “cuidado” para que não incomodem a normatização social. Jessé Souza (2009) em sua obra “Ralé Brasileira”, trata em alguns dos capítulos de seu livro, “O crente e o delinquente” ou mesmo “O trabalho que (in)dignifica o homem”, a ideia de que há uma linha tênue entre pobres da ralé — como assim o autor os chama com tom provocativo — que seria a delinquência e a honestidade. Nesse caso, os dois membros dessa classe (o delinquente e o honesto) podem ser confundidos a todo momento, dando a ideia de que essa classe é homogênea.

Nessa situação estão as juventudes das periferias no Brasil. Segundo Soares (2003), a sociedade brasileira desenvolve uma invisibilidade de jovens pobres e marginalizados, que podem “compensar” essa falta por meio do tráfico de drogas, entendido como alternativa potencial para suprir a “fome de existência”. Tal “fome” deseja um reconhecimento social que muitos desses jovens não encontram, pelo menos de forma lícita, recorrendo ao tráfico, uma vez que ele além de dar visibilidade, dá poder e acesso a bens de consumo — bens que são valorizados pela alta sociedade e divulgados de forma ostensiva pela mídia e pela sociedade de consumo. Um exemplo desta mecânica de “fome de existência” direcionadas ao tráfico é que ele é o segundo tipo penal mais cometido no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça — CNJ (2018), com taxa de 24,74%, ficando atrás apenas do roubo (27,58%).

Quando se fala de campo, que, segundo Agamben (2010), é um paradigma biopolítico do Ocidente, pode-se relacioná-lo com o estado de exceção e quando este se confunde com as regras, tende-se a per-

manecer no tempo, surgindo, assim, o *campo*, que nada mais é que estado de exceção desejado ou mesmo permanente, que diz respeito ao espaço absoluto de exceção (AGAMBEN, 2010). Seguindo essa linha de raciocínio, existem os elementos necessários para se entender o ordenamento jurídico, que se instaura e se perpetua cada vez mais com a prática de abandono de vida, que a política nacional se constitui como uma biopolítica, ou melhor, em uma tanatopolítica, a carregar mecanismos invisíveis de extermínio de juventudes periféricas, com base em práticas de controle social cotidiano.

A necropolítica e o crime perfeito brasileiro

É considerável desenvolver uma discussão que segue a linha da compreensão de Foucault e Agamben, mas também trazer à tona outra ideia, mais ampla, que é o “fazer morrer e deixar morrer”, trabalhada pelo autor camaronês Achille Mbembe (2018). Ele empreende importantes discussões para analisar processos atuais no Brasil que carregam características de colonialidade, especificamente traços de ações escravocratas e do sistema de *plantation* presentes nas relações sociorraciais brasileiras. Esse sistema consiste no mecanismo de escravização neocolonial, no qual há uma negação dos direitos sobre o próprio corpo e do estatuto político, potencializando uma morte social do sujeito (MBEMBE, 2018).

Uma das primeiras ideias a se abarcar é que há uma reconfiguração de visão acerca da constituição social brasileira: ela não foi necessariamente um lugar histórico pautado no encontro de privilégios, mas na morte. Há uma junção entre diagramas do poder (soberania-disciplina-biopoder-biopolítica-necropolítica), culminando numa bio-necropolítica que destaca os desafios atuais para “se pensar a emergên-

cia e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder, principalmente em contextos sociais advindos dos processos de colonização e onde os elementos de colonialidade ainda são fortes” (LIMA, 2018, p. 22).

Nestes ambientes, a vida (bios) não foi estritamente um espaço em que as redes de poder encontraram contextos de privilégio, mas sim de morte, e a possibilidade do matável constituir-se como centro organizador das relações sociais. Parte-se, então, da prerrogativa de Mbembe de que “a guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar” (MBEMBE, 2017, p. 108). Em outras palavras, o autor amplia a visão acerca dos diagramas de poder “biopoder/biopolítica”, pondo em questão o pensar sobre a vida e a morte em ambientes coloniais e decoloniais. Além disso, traz a compreensão da necropolítica (política da morte) como episteme e metodologia de reflexão para pensar os processos atuais brasileiros, latino-americanos e caribenhos que carregam, transformam e atualizam constantemente a colonialidade, como os traços dos desenvolvimentos escravocratas e dos sistemas de *plantation*, marcadores dispostos nas relações sociorraciais (LIMA, 2018).

O que se quer afirmar com esses pressupostos é que é imprescindível um olhar apurado para um viés racial, principalmente quando se parte da constituição social brasileira, em que o “devir negro” está permeado pela precarização da vida. Isso inclui não apenas as populações negras brasileiras, mas também as não negras empobrecidas e cada vez mais precarizadas.

A bio-necropolítica é, então, um analisador, principalmente quando se reflete sobre a democracia e o desenvolvimento de uma vida em ambientes brasileiros, pois a constituição de uma gramática sociorracial se sustentou por bastante tempo no “mito da democracia

racial” e na “cordialidade” (LIMA, 2018). Daí, vem a ideia de o racismo brasileiro ser um crime perfeito. Primeiro, porque ele é um racismo não assumido, velado, não-dito, que é fincado nos ideais citados logo acima. Segundo, é um racismo que exclui e mata, e a morte não se resume apenas a uma morte física, mas também uma morte-em-vida, em que se mata não só a consciência da vítima como também da população em torno da questão do racismo (DANTAS; FERREIRA; VERAS, 2017).

A necropolítica de Mbembe traz à tona uma política da morte em que ser soberano é desenvolver controle sobre a mortalidade, estabelecendo o viver como manifestação de poder. Dito de outra maneira, ser soberano é escolher quem deve morrer, quem é descartável, quem, de fato, não importa socialmente (MBEMBE, 2018). Reconfigurando as ideias de Foucault quando fala de “Biopoder/Biopolítica” e ampliando a visão acerca das conceituações de “Estado de Exceção” de Agamben, Mbembe manifesta a junção entre “poder disciplinar”, “bio” e “necro” como uma tecnologia de produção e gestão da morte (MBEMBE, 2018).

O objetivo desse texto e, especificamente essa seção, é trazer à tona a análise da ideia de necropolítica de Mbembe e a consolidação da bio-necropolítica que Fátima Lima (2018) descreve em seu artigo “Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe”, evidenciando dados atuais que apontam, a nível nacional, a morte de população específica advinda das reconfigurações de racismo presentes desde a Era Colonial. Em síntese, o crime perfeito brasileiro nada mais é do que uma política centrada na construção social brasileira pautada na morte e não em direitos.

Segundo o Atlas da Violência (2018) publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a quantidade de homicídios

no ano de 2016 foi de 65.517. Destacando o recorte racial, a taxa de homicídios de negros chega a 40,2% e de não negros a 16,0%, ou seja, a taxa de homicídios de pessoas negras é quase três vezes maior quando comparada com a de não negras. O 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública ressalta que 99,3% de pessoas assassinadas em 2016 eram do gênero masculino, das quais 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Ao se pôr em pauta a questão da “Nordestinação de Homicídios”, destaca-se, especialmente, a questão do acentuado índice de morte de juventudes pobres e negras. Borges de Melo e Cano (2017) mostraram, em pesquisa sobre homicídios no Brasil, que dos nove estados com maiores Índices de Homicídios na Adolescência (IHA), oito estão concentrados na Região Nordeste. Além disso, vale destacar que o Ceará é o estado com maior IHA e Fortaleza, sua capital, tem o maior índice entre as capitais do país. O que se pode perceber é que pessoas negras são as que mais morrem e o Ceará é o estado que mais mata.

Eduardo Taddeo é um rapper paulista de grande destaque nacional no Movimento Hip-Hop, ao trazer temáticas interessantes em suas composições. Uma delas, que é homônimo do título do álbum, chama-se “O Necrotério Dos Vivos”. Destaca-se aqui um trecho da música: “Mesmo longe dos sacos de corpos/Mesmo sem coração crivado de tiros/Mesmo sem túmulos com a sua foto/Você aqui jaz no Necrotério dos Vivos”.

O que se objetivou com todo esse panorama numérico e com a música do rapper foi ratificar não apenas o extermínio físico, do confronto entre polícia e população civil, mas também à morte-em-vida. Assim como o escravizado de outrora, hoje os escravizados a partir do racismo duplo (o crime perfeito) são “mantidos vivos”, mas, diversas

vezes, em “estado de injúria”, em “estado de morte”, em que passam a vivenciar um espectro de horrores e crueldade. Como o próprio Eduardo Taddeo menciona em outro trecho da música: “Enquanto eles criminalizam movimento social/Metralham denunciador de abuso policial/Prova da morte do nosso senso crítico/É o comício que não tem um drone explosivo/*Walking Dead* real versão do opressor”. Isso é manifestado nas próprias políticas públicas, que almejam a desproteção, a vigília, o descompromisso com a garantia de direitos mesmo que eles sejam instituídos por lei. A lei que vale é a lei do estado de exceção, de morte, imerso no contexto brasileiro, que é um verdadeiro e cruel necrotério dos vivos.

A bio-necropolítica dispõe, então, de tecnologias que atuam como formas de colapso não apenas nas periferias, mas também nas pessoas periféricas: negras e empobrecidas. Isso acaba por bloquear, muitas vezes, uma transição de autonomia, de conscientização crítica, impondo a ordem e o controle à força, o racismo perpetuado nas micropolíticas de relações estabelecidas através de dispositivos de poder (escolas, presídios, família) e manifestadas também por políticas públicas que não são efetivadas por completo (no caso do ECA), e, quando são, primam por práticas que focam no desamparo, abandono e vigilância, morte.

Mbembe declara que “[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2017, p. 05). Eis um exemplo soberano que maximiza as práticas de morte, e, novamente, não apenas morte física. As marcas deixadas pela truculência policial em jovens que cumprem medidas socioeducativas podem ter consequências terríveis, como traumas e medos que passam a minar o dia a dia das vítimas que sofreram opressões viscerais.

Um questionamento a se fazer é: como viver sendo empobrecido(a), negro(a) e jovem em um Brasil moderno pautado em uma política da morte? Indo mais além, como se livrar das ideias eurocêntricas, colonizadas, incutidas na população brasileira desde a fatídica e genocida invasão chamada romanticamente de “descobrimento do Brasil” e que nos impede de conhecermos a nós mesmos(as) na relação com os(as) outros(as)?

Não restam dúvidas de que a forma como as colônias organizaram-se na chamada Era Colonial brasileira possibilitou o desenvolvimento de mecanismos opressivos através dos quais esses ambientes eram considerados fronteiras, povoados por selvagens que estavam abaixo da ordem estatal, construindo um espaço de terror (LIMA, 2018). Hoje, isso é vivenciado de forma reconfigurada nas favelas e nas periferias.

Em outras palavras, a sociedade brasileira se constituiu, desde o princípio, uma zona de exceção, ou seja, a exceção está nos mais íntimos processos vivenciais e suas consequências modelam, com frequência, os discursos e reatualizam, por meio de uma metamorfose, traços de colonialidade (LIMA, 2018). Essas ações suspendem o que, de fato, seria um verdadeiro processo de democracia, levando em consideração, em específico, contextos que se moldam sob o mito da democracia racial.

Ressalta-se, por fim, que, ao se afirmar que a construção nacional foi instituída por meio de uma exceção, almeja-se evidenciar o contexto em que a soberania se exerce, atuando na prática de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*), no qual a paz passa a se configurar como uma guerra sem fim (MBEMBE, 2018) orquestrada pelo Estado. As guerras se revelaram de formas atuais e se repetem microcapilarmente em distintos cenários brasileiros. Não obstante, o poder

bio-necropolítico se escancara no sistema carcerário e nas favelas em dados alarmantes de genocídio da população negra e empobrecida, cuja maioria é jovem e masculina, e em inúmeros outros lugares.

Considerações Finais

Este trabalho não desejou apresentar soluções prontas ou saídas mágicas para uma conjuntura de formas de governos entendidas apresentadas aqui como de exceção, de morte. De forma contrária, sendo recortes de análises de pesquisas, referenciais teóricos devidamente embasados, políticas, ele se propôs a analisar criticamente e de maneira problematizada as (im)políticas de juventudes. Além disso, almejou-se chamar atenção para que haja um repensar sobre as práticas acerca das políticas sociais, ao compreender como elas podem evidenciar mecanismos de gestões de morte.

Ademais, desejou-se promover, enfim, uma reflexão acerca das formas de governo que são formuladas e praticadas como modos de assujeitamento de um contingente populacional incessantemente morto, excluído. As tecnologias bio-necropolíticas do “deixar morrer” e do “fazer morrer” foram postas em pauta durante a escrita das seções com o molde prático: o extermínio da vida e a produção da morte.

E, claro, se existe a produção da morte não mais se deve falar de um governo que age em uma biopolítica, mas em uma tanatopolítica. E para além disso, se existe tanto uma produção de morte como um extermínio da vida, chama-se aqui de bio-necropolítica. Destacando que: é mesmo interessante deixar jovens morrerem em meio ao discurso falacioso do “politicamente correto” sob a égide de protegê-los? A quem serve esse “fazer morrer” e “deixar morrer”?

Foucault denomina anatomia política ou mecânica do poder

aquela que busca a dominação do corpo para que ele aja da maneira que o poder político precisa. Para além de uma anatomia, existe uma tanatopolítica, que se manifesta a partir do princípio da exceção, este, segundo Agamben. Há uma continuação de estudos nesta perspectiva, em que Fátima Lima adentra a visão de uma bio-necropolítica, ao fazer uma análise aproximativa entre Foucault e Mbembe. Essa tecnologia que age nas relações de poder atua nas dinâmicas de morte, uma política soberana que age matando públicos específicos (pessoas negras, empobrecidas, periféricas). A partir dessa ideia, afirma-se que a referida morte não é apenas o falecimento físico, mas também as diversas formas de exclusão e desigualdades, as políticas públicas de desamparo, ou mesmo unicamente compensatórias, que potencializam as hierarquias governamentais e rejeitam os desejos das juventudes, buscando a todo custo uma docilização dos corpos, ao torná-los passivos.

E eis que se responde à pergunta anterior: não se pode deixar a perspectiva “progressista”, com ideias de proteção e “politicamente corretas”, ser imputada nos imaginários políticos da população, uma vez que essa falácia manifesta-se de tal forma que tem como consequência a docilização dos corpos em atos, em maneiras de agir, pensar e ser. O que se deve visar são políticas públicas que abranjam potenciais de vida e não políticas de morte.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2º ed. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda Social, Revista do PPGPS/UENF*, Campos dos Goytacazes, v. 1,

n. 3, p. 73-86, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*, 2012. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em 8 fev. 2020.

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Lígia; VERAS, Maria Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga. *Revista USP*, v. 114, n. spe, p. 31-44, 2017. Disponível em: doi.org. Acesso em 16 mar. 2020.

DISTRITO FEDERAL. *Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios*. Pesquisa aponta que maior tempo de internação não diminui reincidência do adolescente em conflito com lei. Brasília, 2015. Disponível em: www.tjdft.jus.br. Acesso 9 de fev. 2020.

FOUCAULT, Michel *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon de Albuquerque. 13. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *Não ao Sexo Rei*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 15ª ed. 2000.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 29 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2018*. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em 18 mar. 2020.

ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA: IHA 2014. Organizadores: Doriam Luís Borges de Melo, Ignácio Cano — Rio de Janeiro. *Observatório de Favelas*, 2017. Disponível em: prvl.org.br. Acesso em 23 abr. 2020.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2018: ano-base 2017/*Conselho Nacional de Justiça* — Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em 24 abr. 2020.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. spe, p. 20-33, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: pepsic.bvsalud.org. Acesso em 10 abr. 2020.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 15a ed. Rio de Janeiro: Graal. 07-23. 2000.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Tradução de Antônio Carlos Braga. Landsberg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARTINS, Lucas Moraes. Estado de Exceção Permanente: o campo e a experiência biopolítica. *Sequência (Florianópolis)*, n. 71, p. 177-196, 2015. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 12 fev. 2020.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. *Necropolítica*. São Paulo-SP, 2018.

MENDES, Henrique. Reincidência entre jovens infratores é de 29%; ‘falta estrutura’, aponta MP. *G1*, 2015. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em 23 de abril de 2020.

MOTA BRASIL, G. A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder. 1ª. ed. Fortaleza-CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará-EdUECE, 2008.

SCHMITT, Carl. *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. 8º ed. Berlim: Duncker & Humblot, 2004.

SCISLESKI, Andrea. Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei. Faculdade de Psicologia, *Programa de Pós-graduação em psicologia*. Tese [doutorado]. Porto Alegre, 2010. Disponível em: tede2.pucrs.br. Acesso em 10 abr. 2020.

SCISLESKI, Andrea. et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* [online], Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 19-34, 2012. Disponível em: pepsic.bvsalud.org. Acesso em 05 abr. 2020.

SCISLESKI, Andrea; CAETANO, Carla Lavarda Concentino; GALEANO, Giovana Barbieri. *Pensando as (im)políticas para juventude e os (in)direitos (des)humanos*. In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas Políticas de Segurança Pública. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 15 abr. 2020.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Colaboradores André Grillo... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro, Leya, 2018.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*. v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 13 abr. 2020.

Resumo:

As reflexões neste trabalho pautam sobre as políticas de desproteção, abandono e morte, tendo como referencial teórico autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Fátima Lima. Com ajuda de Foucault, refletiu-se sobre como as políticas sociais favorecem processos de governo da vida. Com Agamben, percebeu-se como formas de estruturação das relações podem gerar exclusão de jovens e contribuir para um estado de exceção. Com Mbembe e Fátima Lima, compreendeu-se as condições de morte implicadas nas relações de políticas de desinvestimento. A conclusão a que se chega com esse estudo é que o modo que políticas são concebidas e executadas possibilitam um “fazer morrer e deixar morrer” no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Juventudes; Biopolítica; Necropolítica; Estado de Exceção.

Abstract:

The reflections in this work are based on the policies of unprotection, abandonment and death, using as theoretical references authors such as Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe and Fátima Lima. With Foucault’s help, we reflected on how social policies favor life’s government processes. With Agamben, we perceived how ways of structuring relationships can generate exclusion of young people and contribute to a state of exception. With Mbembe and Fátima Lima, we understood the conditions of death implied in the relations of policies of disinvestment. The study concludes that the way by which policies are conceived and executed make it possible to “make die and let die” in the Brazilian context.

Keywords: Youths; Biopolitics; Necropolitics; State of Exception.

Recebido para publicação em 04/05/2020.
Aceito em 15/01/2021.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Estilos de vida e hábitos de consumo: uma análise de anúncios publicitários de periódicos classistas a partir do conceito *Habitus* de Pierre Bourdieu (Florianópolis, década de 1930)

Gustavo Tiengo Pontes

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0601-0587>

gustavotpontes@gmail.com

A proposta deste texto¹ é realizar um exercício de análise capaz de explorar as potencialidades de operar a noção *Habitus*, a partir de Pierre Bourdieu,² para o estudo de anúncios publicitários presentes em periódicos de grupos ou associações sócio profissionais da cidade de

¹ Uma primeira versão deste texto serviu como atividade de avaliação da disciplina “Dominação e Reprodução Social: a sociologia de Pierre Bourdieu” ministrada pela Prof^a Dra. Ione Ribeiro Valle (PPGE-UFSC).

² Todos os momentos que se referir à noção *Habitus* nesse texto será baseado no que foi proposto por Pierre Bourdieu ou o que foi escrito por debatedores de sua obra.

Florianópolis na década de 1930. Parte-se do pressuposto que anúncios publicitários podem ser analisados em seu potencial de “frestas” que oportunizam levantar indícios sobre estilos de vida, valores e classificações por parte de certos grupos sociais.

Os periódicos que serão abordados no decorrer deste estudo são os seguintes: “A voz do operário: órgão das classes trabalhadoras”³ (Ano 1, n. 1, 02/04/1932); “O Trabalho: Órgão das Classes Trabalhadoras” (Ano 1, n. 10, 13/08/1932); “Jornal dos farmacêuticos: Mensário científico e de interesses técnico-profissionais da Farmácia e do Laboratório” (Ano 1, n. 1, nov./1931 & Ano 1, núm. 10 e 11, ago-set/1932⁴); “Comércio, indústria e lavoura: publicação quinzenal da união dos varejistas de Florianópolis” (Ano 1, n. 2, 22/09/1934 & Ano 1, n. 3, 06/10/1934).

Todos eles foram impressos em Florianópolis e, a partir do que pode ser percebido pela leitura de seus artigos fundadores e demais textos no decorrer de suas páginas, eles buscavam estabelecer um maior diálogo com os membros de suas respectivas classes. Reconhece-se, dessa maneira, as limitações e potencialidades dessa seleção, pois, diferentemente de jornais diários, por exemplo, que circulavam no período e que buscavam atender uma maior variedade de públicos, sugere-se que os anúncios publicitários presentes nos periódicos que representavam grupos ou associações sócio profissionais oportunizam perceber de maneira mais efetiva diferenças de estilos de vida pelo recorte da classe social.

³ Todas as transcrições tiveram a sua ortografia atualizada, inclusive os títulos dos periódicos. Sobre esses periódicos, os números listados foram os únicos disponíveis de cada um deles no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). Os exemplares podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: (HEMEROTECA DIGITAL CATARINENSE, s/data)

⁴ O subtítulo do número 10 e 11 é o seguinte: “Órgão da Associação Catarinense de Farmacêuticos”.

É possível dizer que *Habitus* pretende oferecer um modo de compreensão dos agentes da sociedade em que os mesmos não são nem vistos como inconscientes, isto é, sujeitos passivos a uma série de representações que determinam mecanicamente suas ações, nem como portadores de uma racionalidade exacerbada, capazes de calcular todas as suas ações. A noção pode ser entendida como uma proposta científica que pretende equilibrar e analisar os demais agentes em constante construção, sendo que, separar sua compreensão nessas duas alternativas não dá conta da complexidade de explicar suas ações.⁵

Assim, a fim de explicar o modo como começou a utilizar a noção *Habitus* em seus estudos, Pierre Bourdieu (2001) expõe que:

(...) [O *Habitus*] permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte — *Trager* — da estrutura. (BOURDIEU, 2001, p. 61).

Tal debate esteve presente na elaboração do modo como *Habitus* foi mobilizado por Bourdieu. Além disso, convém ressaltar que, se o *Habitus* é uma ferramenta teórica científica desse autor, deve-se estar claro que há um papel ativo do agente pesquisador para a construção do que irá se entender como *Habitus* de determinado agente ou grupo, que será construído em certo contexto, período etc. Em outras pala-

⁵ Sobre este mesmo ponto, Loïc Wacquant (2017, p. 214) expõe que esta noção pretende “transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo: o *habitus* é uma noção *mediadora* que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’ ” (...) (grifo do autor).

vras, ressalta-se que há um processo de construção — e, portanto, também uma redução a partir de um ponto de vista (BOURDIEU, 2017, p. 46) — a fim de estudar a sociedade por esse viés. Isso não quer dizer que se caia em um relativismo do que se estuda, mas sim que se deve ter claro que houve opções teóricas e metodológicas para se conduzir tal estudo, cujas contribuições não deixam de estar ligadas com a *realidade*.

Dentre os principais estudos do sociólogo francês, destaca-se o investimento de pesquisa para a obra “A distinção”, em que *Habitus* possui um papel chave para compreender socialmente a construção ou manifestação de diferenças de apreciação, consumo ou gosto entre diferentes grupos da sociedade francesa para o período estudado, além dos distintos significados para o modo como tais classes e frações de classe dotaram de sentido suas ações. Segundo o autor:

(...) o *habitus* é, com efeito, *princípio* gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionais*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida* (grifos do autor). (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Ou seja, Bourdieu propõe uma ferramenta teórica e metodológica que pode auxiliar a desnaturalizar ou desvelar que as demais ações, mesmo as mais cotidianas, que nos levam a consumir tal produto ao invés de outro ou possuir certo gosto que leva determinado agente a ir assistir a uma peça teatral e não a outra atividade cultural, podem ser explicados e compreendidos através de uma investigação desse princípio gerador de práticas.

Esse princípio gerador e unificador de todas as práticas não foi

nem inculcado em um vazio social nem possibilita antever o futuro de alguém,⁶ pois, o *Habitus* não é um destino, mas sim um sistema de disposições aberto. Quando se compreende *Habitus* dessa maneira, convém destacar e problematizar como ocorre o processo de interiorização desse princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e sistema de classificação. Sobre isso, a autora Ione Ribeiro Valle (2008) aponta que o *Habitus* pode ser compreendido como:

Disposições inculcadas pelas práticas familiares e sociais, que agem como automatismos nas maneiras de ser, de pensar, de julgar, designando o comportamento regular sem ser conscientemente coordenado e regido por alguma regra. (...) O *habitus* assegura a interiorização da exterioridade, ajustando a ação do agente à sua posição social. (...) As disposições assim produzidas são igualmente estruturadas, refletindo inevitavelmente as condições sociais no interior das quais elas foram adquiridas. As disposições estruturadas são duráveis: elas estão enraizadas no corpo de tal maneira que perduram ao longo da existência dos indivíduos e operam quase que inconscientemente, tornando-se dificilmente acessíveis a uma reflexão e a uma transformação consciente. (VALLE, 2008, p. 105-106).

Dessa maneira a fim de compreender e construir o que se entende como *Habitus* — que pode ser entendido também como uma história incorporada⁷ — de determinado grupo ou agente, é necessário investigar as demais instâncias socializadoras pelas quais se passou e, sobretudo, construir o espaço social de sua trajetória. Um exemplo se dá no modo como Bourdieu estudou o posicionamento de diferentes Profes-

⁶ Já se foi discutido se o *Habitus* irá ou não profetizar o futuro de alguém. Não será retomada essa discussão, pois, em momento algum Bourdieu escreve algo nesse sentido.

⁷ Segundo P. Bourdieu (2001, p. 82): “(...) toda a ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*” (grifo do autor).

sores Franceses em maio de 1968, assim, apesar das particularidades desse evento e suas consequências, a fim de compreender os efeitos desse acontecimento nas práticas desses agentes, o autor escreve:

Os *habitus* e os interesses associados a uma trajetória e a uma posição no espaço universitário (faculdade, disciplina, trajetória escolar, trajetória social) estão no princípio da percepção e da apreciação dos acontecimentos críticos e, desse modo, da mediação através da qual os efeitos desses acontecimentos se efetuam nas práticas (BOURDIEU, 2017, p. 236-237).

Assim, se o *habitus* nos auxilia a compreender as escolhas tomadas por agentes, o espaço onde estas ocorrem nunca é um vazio social, muito menos, conforme já foi escrito, os ambientes de interiorização desse conjunto de predisposições. Portanto, é necessário um esforço de construção desse espaço, em que tais escolhas não foram acidentais, mas que estão associadas a diferentes maneiras de significar e valorizar dentre os vários grupos sociais. O estudo do *habitus* deve levar em consideração esses diversos Campos em que ocorreu esse processo de interiorização dessa estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas. No caso de estudar um Campo, pode-se destacar como este é um espaço de disputas, cuja lógica reside muito mais no modo como se dão as suas relações, suas regras de funcionamento etc., do que somente na análise dos agentes que ali fazem parte.

Sobre esse aspecto, convém retomar o que o autor propõe no texto “A ilusão biográfica”:

O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (...) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados su-

cessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Ou seja, é possível perceber uma articulação entre essas diferentes ferramentas teóricas construídas ou ressignificadas pelo autor a fim de conduzir os seus estudos. A partir dessas considerações, apresenta-se a proposta de discussão em que se pretende mobilizar *Habitus*. Conforme já foi exposto, serão abordados 4 periódicos distintos, sendo que eles possuem algumas características gerais que podem ser pontuadas separadamente.

“A Voz do Operário” apresentava 4 páginas, tendo como diretor: Irineu Pavan e gerente Silvino Alves. Foi uma publicação semanal cujo preço de seu número avulso era de \$200. Em suas páginas, em linhas gerais, são encontrados textos que defendem a união entre os trabalhadores, principalmente, operários, a defesa do sindicato e incentivo à filiação, informações específicas para trabalhadores, leis sobre a temática do trabalho em geral, além de uma série de mensagens curtas endereçadas aos mesmos para difundir o seu programa. Dentre essas mensagens estão: “A coragem sem a força é ridícula; a força sem coragem é desprezível. / Operários! Uni-vos para alcançardes a felicidade dentro das normas sindicais”. (A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de abr. 1932, p. 1). No impresso está escrito que “A Voz...” foi elaborado por operários e que receberam remessas por parte de diversos sindicatos, sugerindo uma boa circulação desta folha. Somente a página de nº 4 contou com anúncios publicitários, sendo possível contabilizar 11 anúncios distintos.

Sobre o periódico “O Trabalho”, a edição disponível contou com 6 páginas, sendo que era a de nº10. Apesar de não ter sido possível en-

contrar outras edições,⁸ sugere-se uma maior longevidade da mesma, diferentemente de “A Voz...” que, por sua vez, pode ter sido encerrado logo após o primeiro número. Pode-se supor também que, se “A Voz...” teve que logo encerrar suas atividades, talvez “O Trabalho” tenha, de alguma maneira, buscado contemplar seu conteúdo ou mesmo substituir tal publicação, o que poderia explicar também a ausência de novos números de “A Voz...”.

O conteúdo de “O Trabalho” estava centrado em notícias sobre questões trabalhistas, sindicatos, acontecimentos locais relacionados envolvendo disputas entre patrões e empregados etc. Assim como em “A Voz...”, “O Trabalho” também parecia buscar informar e instruir seus leitores sobre direitos ou lutas que eram consideradas necessárias. Destaca-se também a presença uma quantidade significativa de páginas com informações específicas sobre a Sociedade Beneficente dos Estivadores de Florianópolis. Não foi possível encontrar dados nem sobre a sua periodicidade nem sobre o seu preço, supõe-se que este era distribuído gratuitamente para interessados ou membros. Os anúncios publicitários cobriam a página 5 (6 anúncios distintos) e foi possível encontrar 1 anúncio na página 6.

Com relação ao “Jornal dos Farmacêuticos”, foram encontradas duas edições, a de nº1 e um único exemplar conjunto dos números 10 e 11. A primeira contou com 4 páginas, e a outra com 6 páginas. Na edição de nº 1 está escrito que a folha era de propriedade e direção do Farmacêutico Ney Luz, sendo que sua assinatura anual custava 10\$000 (com os sócios da Associação Catarinense de Farmacêuticos recebendo um abatimento de em seu custo⁹). A redação e administra-

⁸ Todas as edições analisadas neste trabalho estão digitalizadas, provavelmente as mesmas estavam em formato de microfilme no acervo da BPSC e foram digitalizadas.

⁹ Não se sabe qual o valor deste abatimento, o trecho está ilegível.

ção localizava-se na Rua Trajano 2, além de também estar escrito, já no subtítulo do impresso, que este era um “mensário científico e de interesses técnico-profissionais da Farmácia e do Laboratório” (JORNAL DOS FARMACÊUTICOS, nov. 1931, p. 2).

No nº 10 e 11 há outros nomes de responsáveis: Diretor Fco. Ney Luz; Redatores principais Prof. Henrique Brüggemann e Fco. João di Bernardi; Gerente Fco. Osny Pinto da Luz. A redação e administração estavam localizadas na Rua Esteves Júnior, 178, com a gerência na Rua Felipe Schmidt, 21, Farmácia Eliseu. O mesmo valor era cobrado para a assinatura anual. (JORNAL DOS FARMACÊUTICOS, ago./set. de 1932, p. 2).

Em linhas gerais, o conteúdo desses dois números defende a importância da associação dos farmacêuticos, apresenta leis referentes à profissão e textos com conteúdo específico acerca de fórmulas ou medicamentos. Raros eram os textos de caráter noticioso, além do impresso conter pouquíssimos anúncios publicitários. Em alguns casos, havia indicações de leituras como conteúdo corrente do mesmo ligados à prática da farmácia, que não foram considerados como anúncios. Foram encontrados somente 2 anúncios, cada um deles presente na última página de cada número do periódico.

Os dois números de “Comércio, Indústria e Lavoura” possuíam 4 páginas, sua distribuição era gratuita e anunciavam que possuíam uma tiragem de 5.000 cópias, conforme exposto logo em sua capa. Era uma publicação quinzenal que teve como diretor sempre João di Bernardi, como redator Sebastião B. Vieira e Miguel Daux na gerência. Os dois números de “Comércio...” contaram com uma grande quantidade de anúncios publicitários, todas as páginas dos dois números tiveram algum anúncio publicado. Sua sede localizava-se na Rua Felipe Schmidt n. 10 (3º andar da confeitaria Chiquinho). A sua

publicação tinha como objetivo propagar a:

União do comércio, indústria e lavoura em nosso Estado (...). [O jornal] Será o veículo pelo qual se propagará a unificação das classes, doutrinando-se, por ele, todos os são princípios donde se emanará a força, a coesa e inquebrável força que há de fazer-nos a vitória de todas as nossas reivindicações. (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 22 de set. 1934, p. 1).

No decorrer de suas páginas há artigos ou textos que defendem a união dos varejistas e sua associação, dados sobre atividades comerciais de algumas cidades de Santa Catarina, e outros textos abordando temas econômicos. Convém notar as referências a outras cidades em certos artigos, sugerindo que a circulação desta folha não era restrita a Florianópolis, além da presença de um texto em alemão em cada um dos números disponíveis (n. 2, p. 4 / n. 3 p. 3). Deve-se lembrar que algumas das cidades catarinenses, principalmente as que faziam parte da região do Vale do Itajaí, receberam grande quantidade de imigrantes de origem alemã, que preservavam a sua língua original, contando inclusive com escolas neste idioma.¹⁰ Além disso, as cidades do Vale do Itajaí destacavam-se por sua dinamicidade econômica.

A partir desses dados presentes nas próprias edições dos periódicos, foi elaborado um quadro para auxiliar na visualização:

¹⁰ Sobre esse assunto, cf. (CAMPOS, 2008); (GERTZ, 1987).

Quadro com informações sobre periódicos de associações
sócio-profissionais de Florianópolis nos anos 1930

Periódico / Edições disponíveis	Informações Gerais
A Voz do Operário Ed. 1 — 02/04/1932	Quantidade de páginas: 4 Periodicidade: Semanal Responsáveis: Inineu Pavan (Diretor); Silvino Alves (Gerente); Diretor Tesoureiro (João Silva) Preço para número avulso: \$200 Anúncios publicitários na página 4 (11 anúncios)
O Trabalho Ed. 10 — 13/08/1932	Quantidade de páginas: 6 Anúncios Publicitários na página 5 e 6 (7 anúncios no total))
Jornal dos Farmacêuticos Ed. 1 — nov. 1931 Ed. 10 e 11 — set. 1932	Quantidade de páginas, respectivamente: 4 e 6 Periodicidade: Mensal Responsáveis: Ney Luz (Proprietário); Henrique Brüggemann (Redator); João di Bernardi (Redator); Osny Pinto da Luz (Gerente) Preço: 10\$000 (Assinatura Anual) Endereço ed. 1: Rua Trajano 2 (Redação e administração); Endereço ed. 10 e 11: Rua Esteves Júnior 178 (redação e administração) e Rua Felipe Schmidt 21 (Gerência) Anúncios publicitários na última página de cada edição (2 anúncios no total)

Comércio, Indústria e Lavoura Ed. 2 — 22/09/1934 Ed. 3 — 06/10/1934	Quantidade de páginas: 4 Periodicidade: Quinzenal Responsáveis: João Di Bernardi (Diretor); Sebastião B. Vieira (Redator); Miguel Daux (Gerência); Mario Luiz (Encarregado Comercial) Preço: Distribuição Gratuita Tiragem: 5 mil cópias Endereço: Rua Felipe Schmidt n. 10, 3º andar da confeitaria Chiquinho (Sede) Anúncios publicitários em todas as páginas das edições (em torno de 50 anúncios no total)
--	---

Fonte: Produção do próprio autor, 2021.

Não foi possível encontrar em nenhum desses impressos informações específicas sobre a produção de seus anúncios publicitários, se eram enviados prontos para a publicação ou se eram construídos pelos próprios redatores etc. O que é possível argumentar, inicialmente e que será retomado no decorrer deste trabalho, é que há indícios claros de que alguns deles foram elaborados ou adaptados tendo em vista o público leitor “ideal” da folha em questão, principalmente quando se comparar certos itens que foram publicados no jornal das classes comerciais e em “A Voz...” e “O Trabalho”.

Dentre os impressos da época, há algumas menções nesse sentido, isto é, de que os responsáveis pelos periódicos poderiam estar envolvidos na elaboração dos anúncios publicitários. Na contracapa de Revista “Renovação” está escrito o seguinte: “Renovação faz uma propaganda inteligente dos seus anunciantes / Anunciar na RENOVAÇÃO é ganhar tempo e dinheiro. / Peçam a tabela de preços de anúncios de RENOVAÇÃO” (RENOVAÇÃO, 30/09/1931, p. 36). A primeira frase parece sinalizar que os responsáveis pela Revista poderiam participar, em algum grau, da construção dos anúncios a não ser que, é claro, que fosse enviado um anúncio fechado para o impresso.

Ademais, havia na cidade locais especializados em produzir anúncios, conforme exposto em uma propaganda onde está escrito: “Procure hoje mesmo a Anunciadora Catarinense / A prosperidade nos negócios depende da sua propaganda / José Rodrigues Fonseca / Praça 17 de Novembro n. 3 / Florianópolis Sta. Catarina”. (O ESTADO, 02/01/1929, p. 4).

Estes exemplos foram apresentados para demonstrar as possibilidades que existiam para a elaboração de anúncios publicitários, desde os que poderiam ser feitos ou adaptados na redação de um periódico, ou montado em uma agência especializada. Posteriormente também serão tecidas considerações sobre as diferenças gráficas com relação alguns dos anúncios que, de certa forma, também podem servir como indício do grau de profissionalismo da elaboração de cada um dos periódicos.

Antes de tecer considerações específicas sobre os anúncios publicitários, um outro aspecto de “A distinção” pode ser apresentado. Segundo o sociólogo francês, o *habitus* é o produto da incorporação de uma percepção do mundo dividido em classes sociais. Assim, o *Habitus*, que é uma estrutura estruturada que funciona como um princípio de divisão em classes, deve ser compreendido a partir das propriedades intrínsecas e das relacionais inerentes à sua posição no sistema de condições e diferenças, pois, a identidade social define-se e afirma-se na diferença. (BOURDIEU, 2007, p. 164).¹¹

¹¹ A citação completa da passagem parafraseada é a seguinte: (...) o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirmar-se na diferença (BOURDIEU, 2007, p. 164).

A partir dessa discussão, ou seja, como o *Habitus* está relacionado a uma visão de mundo que é produto da incorporação da divisão em classes sociais e da percepção dessas divisões, a análise de determinada identidade social não prescinde do estudo que relacione o que foi encontrado em outros grupos em outras posições. Tal aspecto pretende fundamentar o modo como se dará esta análise, priorizando ao máximo comparar similaridades, diferenças ou mesmo ausências entre o que foi publicado em cada um dos periódicos. Assim, um aspecto que pode ser evidenciado primeiramente se dá com relação aos tipos de produtos que eram anunciados.

Um primeiro produto que pode ser debatido são os impressos que foram publicizados nos periódicos. Foram encontrados anúncios dessa natureza no “Jornal dos Farmacêuticos” (n. 1 p. 4; n. 10 e 11 p. 6) e no “Comércio...” (n. 2 p. 4; n. 3 p. 2).¹² Cada um desses números teve um único anúncio desse tipo, assim, respectivamente, as indicações foram dos seguintes produtos: Revista mensal ilustrada “Renovação” editada em Florianópolis¹³; indicação de livros da Livraria do Globo com temática da Rússia atual; livros comerciais, envelopes, faturas, notas etc. da Livraria Central de Alberto Entres de Florianópolis para os dois números de “Comércio...”.

É possível sugerir, a partir da presença desses anúncios, uma maior familiaridade com a palavra escrita e impressa desses dois grupos, em comparação com os que eram representados pelos dois outros periódicos, mais ligados a classes populares. Deve-se levar em conta também a necessidade prática dos itens anunciados pela “Livraria Central” para muitos comerciantes e, inclusive, farmacêuticos,

¹² Foram desconsiderados, para este levantamento, casos de indicações de livros que estavam inseridos como conteúdo regular do jornal.

¹³ O Diretor responsável pela revista é o próprio diretor do “Jornal dos Farmacêuticos”, Ney Luz. (RENOVAÇÃO, 1931)

pois, ambos necessitariam de materiais para organizar seus estoques, anotar vendas etc., no entanto, o que se propõe é sugerir que a presença de anúncios comerciais dessa natureza possa ser um indicativo de que membros desses grupos seriam mais dotados a se apropriar de itens que fazem parte da Cultura Impressa.¹⁴

Convém mencionar também um texto presente na edição de n. 3 p. 4 de “Comércio...”, como conteúdo regular do periódico, que divulgou a “revista de propaganda da Companhia Construtora Kosmos” do Rio de Janeiro. A nota completa é a seguinte:

Revista ‘Kosmos’ / Temos em mãos um exemplar da excelente revista de propaganda da Companhia Construtora Kosmos, do Rio de Janeiro, número esse relativo ao mês de outubro corrente e que nos foi enviado pelos Srs. Bousfield & Cia. Representantes da ‘Ksomos’ nesta capital. / Cheia de belos contos e poesias e ainda bem desenvolvido serviço de ilustrações fotográficas, a revista ‘Kosmos’ do corrente mês apresenta-se verdadeiramente interessante e digna de ser lida. Somos gratos à gentileza dos srs. Bousfield & Cia. Desta praça. (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 6 de out. 1934, p. 4).

São diversos os aspectos deste texto que podem ser evidenciados, tais como o envio e troca de periódicos como uma estratégia para firmar e manter laços ou as conexões entre essas duas praças comerciais, por exemplo. No entanto, a questão que se pretende levantar, diante a presença de um escrito desta natureza e quando se compara este com o conteúdo de outros periódicos em foco deste estudo, é que tal

¹⁴ Com relação ao que se compreende por Cultura Impressa, dialoga-se com as discussões levantadas por Clarice Caldini Lemos e Maria de Fátima Fontes Piazza no prólogo da obra “Cultura Impressa: das páginas dos periódicos à circularidade da arte gráfica”. As autoras escrevem sobre a Cultura Impressa poder englobar desde jornais, revistas, livros, periódicos literários e de fait-divers, suplementos culturais, colunas, guias, almanaques, anuários, cartões-postais e cartazes de publicidade por exemplo. (LEMONS; PIAZZA, 2017).

matéria corrobora com a percepção de uma maior familiaridade com impressos em geral por parte do grupo responsável por “Comércio...”.

Nesse sentido, ao se partir do pressuposto que em todos os periódicos em análise são apresentadas notícias ou matérias ligadas com o cotidiano de cada classe, a presença de certos textos ou anúncios sobre livros ou revistas, que em alguns casos também poderiam fugir à necessidade profissional, pode sugerir que tais itens operariam como sinais distintivos de classe. Nesse viés de análise, o periódico parece ocupar um papel de intermediário¹⁵ entre produtores e consumidores na qual a posse de itens dessa natureza talvez possa ser interpretada como parte de um *interesse desinteressado*, isto é, algo que foge à necessidade prática, mas que seria cultivado por grupos específicos da sociedade que foram dotados, através de diferentes processos formativos,¹⁶ das ferramentas para decodificá-los¹⁷ e, principalmente, do tempo para apropriá-los.

Apesar da presença de um breve texto presente em “A voz...” sobre a história do livro,¹⁸ é possível sugerir que os grupos representados em “Jornal dos Farmacêuticos” e “Comércio...” cultivavam ou buscavam se apresentar como dotados da prática de leitura também como

¹⁵ Para uma discussão nesse sentido, cf. (BOURDIEU, 2007, p. 217).

¹⁶ Deve-se lembrar que o Instituto Politécnico, o primeiro curso superior do Estado fundado em 1917, ofertava curso para a formação de farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, guarda-livros e agrimensores. Nesse sentido, a prática de farmácia parecia já exigir uma certa longevidade nos estudos indisponível para muitos da sociedade.

¹⁷ Com relação aos números de alfabetizados, no caso de Florianópolis para o ano de 1920, o Censo de 1920 levantou o número de 24.398 que não sabiam ler nem escrever e 16.940 que sabiam, ou seja, cerca de 40% de sua população sabia ler e escrever. (BRASIL, 1936, p. 53-54). Apesar de ser um número relativamente alto para o período, deve-se somar a isso as desigualdades e dificuldades na possibilidade de tomar contato com livros, revistas ou jornais pelo conjunto da sociedade.

¹⁸ Página com matéria história do livro (A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de abr. 1932, p. 3).

parte de seu lazer. É certo que também deve-se levar em consideração a distância possível entre os rendimentos dos trabalhadores visados pelos periódicos “A Voz...” e “O Trabalho” dos outros, o que dificultaria também objetivamente o acesso a livros, no entanto, sugere-se que a presença de anúncios possibilita perceber comparativamente diferentes predisposições no conjunto da sociedade.

Dentre outros anúncios que sugerem uma distância objetiva no acesso a certos itens entre os grupos responsáveis por cada um dos periódicos, pode-se destacar a presença em “Comércio...” (n. 2 p. 2) do seguinte anúncio: “Rádio ‘Cacique’ / o melhor no gênero / Filomeno & Cia. / Agente Geral no Estado / Rua Conselheiro Maфра n. 82 / Telefone 1257”.¹⁹ (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 22 de set. 1934, p. 2). Tendo em vista que durante os anos 1920 o rádio era um meio de comunicação ligado às camadas altas da sociedade e que somente a partir de 1930, principalmente com a autorização de propagandas em março de 1932, este começaria se popularizar, conforme expõe Sheila Schvarzman (2006) pode-se sugerir a publicidade deste item em somente no jornal “Comércio...” poderia estar associada com um hábito restrito para boa parte da sociedade local.²⁰

Apesar das limitações em se basear em somente um anúncio dessa natureza, sua raridade também desperta a atenção, pois, talvez assim como no caso das indicações de impressos que, em certo sentido, fo-

¹⁹ Em alguns casos, os anúncios irão destacar algumas palavras com negrito, itálico ou uma fonte maior, tendo em vista a dificuldade em apresentar neste estudo os diferentes graus destas alterações dos impressos, optou-se em transcrever os anúncios e demais textos sem estas alterações.

²⁰ Assim como no caso das indicações de livros, é necessário levar em consideração que estes hábitos de leitura e de escutar o rádio não ocorriam necessariamente em isolamento. Livros poderiam ser lidos em voz alta além dos rádios poderem reunir uma série pessoas da mesma família ou não para ouvir a sua programação. No caso dos livros, além da leitura em voz alta, eles poderiam ser emprestados ou vendidos para futuros leitores.

gem à necessidade profissional de que puderem ser compreendidos como emblemas de classe, também parece ser possível sugerir que o rádio seria um bem de luxo com uma função semelhante. Nesse caminho, a propaganda em uma folha voltada a classes de um maior poder aquisitivo, seria o indício de interesses de consumidores em sua posse com uma possibilidade real de realizar a compra.

Nessa direção, um outro anúncio que somente foi encontrado no jornal “Comércio...” (em suas duas edições disponíveis) foi o do “Edifício La Porta Hotel”. Assim está escrito:

Edifício La Porta Hotel / Máximo Conforto / O mais moderno do Estado — Magnífica situação — 80 quartos — 18 banheiros — 12 confortáveis apartamentos — Hall — Bar — Amplo salão de refeições — Salas de amostras — Lavanderia própria a vapor — Rede telefônica nos quatro pavimentos. / Diárias inclusive refeições e banhos quentes 12\$000 / Proprietários: Miguel La Porta & Cia. / Praça 15 de novembro — teleg: LAPORTA / Fone Portaria 1.320 — Gerência 1.578. (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 22 de set. 1934, p. 1).

A presença de um anúncio desta natureza em um órgão de classe comercial pode ser explicada, inicialmente, por comerciantes precisarem circular entre diferentes cidades do Estado, contudo, o modo como o Hotel é apresentado parece associá-lo não somente a uma necessidade prática cotidiana. No caso deste anúncio, o uso de termos como “Máximo Conforto”, “Moderno” e “Magnífica Situação”, talvez possam buscar distingui-lo de outras acomodações disponíveis na cidade, que não seriam adequadas para quem buscava um espaço com tais características, isto é, não somente em busca de *qualquer* local para acomodar-se. Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração que este tipo de conteúdo estava sendo produzido em uma cidade que durante a 1ª República atravessou uma série de transfor-

mações sociais e espaciais. Era uma sociedade que passava por um processo de aburguesamento e que ansiava pela modernidade.²¹

Com relação a outros anúncios, pode-se chamar a atenção também para o seguinte que foi publicado em “A Voz do Operário”: “Cine Glória / O Cinema do Povo / Inauguração dia 10 do [mês] corrente / Preços — Cavalheiros — 2\$000; Senhoras — 1\$500 e crianças 1\$000” (A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de abr. 1932, p. 4). Convém evidenciar inicialmente o modo como se dá apresentação desse cinema, que é associado como um espaço do povo a fim de, provavelmente, gerar uma maior identificação com os possíveis leitores desse periódico. Nesse sentido, pode-se supor que a presença do preço da entrada também possa ser compreendida como um fator necessário de ser exposto, tendo em vista o público visado teria rendimentos mais limitados.

Antes de tecer mais considerações sobre esse anúncio, com relação à temática do cinema em Florianópolis em 1928 foi publicado um periódico chamado “Cine-Semana: Órgão da Empresa Cinematográfica Victor Busch”. Este foi editado semanalmente em Florianópolis²² e, pelo que é possível perceber, este estava relacionado com o cinema “Cine Variedades” que exista na cidade. Assim, neste impresso havia textos sobre seus lançamentos, além de publicações sobre festas e bailes de clubes da cidade, crônicas sociais, dentre outras notícias sobre filmes e cinema em geral. Pode-se perceber que seu público-alvo eram as classes mais abastadas da cidade, principalmente também tendo em vista a presença de anúncios publicitários de veículos, ou seja, sugerindo uma maior elitização do “Cine Variedades”.

Pode-se sugerir que a associação do “Cine Glória”, presente em “A Voz...”, como um “Cinema do Povo” poderia estar relacionado

²¹ Sobre estes temas cf. Araújo (1989) e Cunha (2011).

²² Somente foi encontrada uma edição deste impresso, a de n. 1. (CINE-SEMANA, 25 de mai. 1928).

com a presença deste outro espaço mais elitizado, pois, além de barreiras financeiras, uma série de protocolos de conduta ou vestuários requeridos poderiam tornar o “Cine Variedades” um ambiente desconfortável para os potenciais leitores de “A Voz...”. Nesse caminho, se havia a necessidade chamá-lo como popular, isso também poderia talvez pressupor a existência de outro espaço que não o seria. Além disso, talvez essa associação com “popular” também pode ser um indício de uma espécie de “código” que possibilitaria com que certos agentes no “Cine Glória” possuiriam determinado conjunto de modos de se portar e de vestir harmoniosos. Sugere-se que esses termos são indícios de um certo “código social” que orientaria encontros socialmente ajustados. Nesse sentido, conforme Bourdieu (2007, 226-228) aborda, parece existir uma identificação do *habitus* pelo *habitus*, presente no princípio das afinidades, que orienta os encontros sociais e desencoraja as relações socialmente discordantes.²³

Neste caminho, ainda neste impresso encontra-se um outro anúncio que se associa como um espaço do povo, o que talvez possa ser compreendido de maneira parecida, objetivando, possivelmente, gerar uma maior identificação com os leitores do periódico:

Carne Verde / por preços baratíssimos só nos higiênicos açougues do Povo, Popular e Modelo / O produto vendido por esses estabelecimentos é de 1ª qualidade e são seus proprietários Vaz & Dibernardi / Os mais antigos comerciantes deste ramo de negócio na capital. (A VOZ DO OPERARIO, 2 de abr. 1932, p. 4).

Dentre outros aspectos que também podem ser discutidos com

²³ A citação completa de P. Bourdieu é a seguinte: “Esta identificação do *habitus* pelo *habitus* encontra-se no princípio das afinidades imediatas que orientam os encontros sociais, desencorajando as relações socialmente discordantes, incentivando as relações ajustadas, sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da antipatia.” (2007, p. 226-228).

base nos anúncios dos periódicos em foco, convém evidenciar como somente em “A Voz...” e “O Trabalho” são encontrados anúncios para consertos de máquinas, calçados ou roupas, sendo que dentre eles havia um número significativo de anúncios sobre calçados. Abaixo alguns desses anúncios:

Senhores proletários! Comprar sapatos record que além de ser fino calçados vos dará conforto aos pés (...) / (A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de abr. 1932, p. 4) Sapataria ‘Globo’ de Testa & Irmão / Tem sempre a venda as últimas novidades em calçados de senhoras, homens e crianças / Sandálias para todos os números, em diversos tipos / Especialidade em calçados para senhoras, sob medida, formato Luiz XV e Salto Baixo / Consertos de calçados — preços baratíssimos (...) (A VOZ DO OPERÁRIO, 2 de abr. 1932, p. 4). Casa de calçados para homens, senhoras e crianças / Gustavo Müller / Grande depósito de sandálias, tamancos, chinelos, etc. / Consertos rápidos aos preços módicos (...) (O TRABALHO, 13 de ago. 1932, p. 5)

No caso de “Comércio...”, um único anúncio refere-se a calçados, mas da seguinte maneira: “Sapato Chic de J. B. Peluso / Calçados finos para homens, senhoras e crianças / Especialidade em calçados sob medida / Rua F. Schmidt n. 2 — Florianópolis”. (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 22 de set. 1934, p. 2), e no caso das roupas, algumas propagandas serão transcritas abaixo:

Quereis vestir bem? A última moda e a preços baixos? Só há um rumo certo... Alfaiataria Bonnassis (...) (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 22 de set. 1934, p. 3). Procura a casa ‘O Paraíso’ de José Mansur Elias que encontrareis as maiores novidades em seda e modas (...) / Ramenzoni — o melhor chapéu — Somente encontrareis na casa A ‘Capital’ (...) / (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 6 de out. 1934, p. 3). Alfaiataria Cardoso / Especialidade em caxemiras nacionais e estrangeiras / Executam-se ternos por preços módicos (...) (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E LAVOURA, 6 de out. 1934, p. 4).

Antes de analisar tais anúncios, deve-se expor que ênfase no preço, como critério de comparação entre os periódicos deve ser relativizada, pois, seria esperado que anúncios publicitários logo dissessem que seu estabelecimento possui os melhores preços. Já com relação a outros aspectos, algo que logo pode chamar a atenção é a oferta de serviços de conserto nas duas folhas mais ligadas a classes populares, bem como a sua ausência nos outros impressos. Além disso, ainda no caso de “Comércio...”, alguns dos termos que predominam e que pouco são mencionados nos outros periódicos são: “a última moda”, “calçados finos”, “novidades”. Percebe-se, portanto, que a o conteúdo das propagandas pode variar conforme a natureza do impresso que estava sendo publicado, conforme anuncia Aline de Moraes Limeira (2012, p. 378).

Um outro eixo possível de estudo pode se dar através do exame das características gráficas dos anúncios. De uma maneira geral, em todos os periódicos houve variações de investimento na qualidade gráfica desse tipo de conteúdo, desta maneira, foi possível encontrar anúncios mais simples e outros um pouco mais elaborados em todos os periódicos. No entanto, uma particularidade que pode ser demonstrada é que somente no periódico “Comércio...” parece ter sido possível encontrar anúncios com imagens e um melhor acabamento. Parece viável argumentar que este contou com um maior profissionalismo em sua produção. Desta maneira, essas diferenças gráficas talvez possam ser explicadas pelo diferenciado grau de investimento possível de seus responsáveis e o retorno em anunciar nestas folhas, assim, talvez fosse mais vantajoso anunciar em “Comércio...” do que nos outros periódicos.

Abaixo estão alguns exemplos:

No caso dos outros periódicos, “O trabalho” parece ter contado

Interesses, etc. geral?
E. gostamos, apreciaremos
a vida que se pretende levar a
efeito.
Prestação de serviço. E se
a brevesse a mais tempo não
estarmos na preferência em
nos nos desenvolvemos.
Precisamos, sim, de saúde
forte e robusta. De saúde ver-
dadeira, não maliciosa e sem
distinção de regiões, pois os
grandes de saúde, são os pro-
fissionais de saúde, que nos
damos o primeiro passo apor-
tando a fabricação de nossa
suspensão para a gravidade
de sua vida, de sua saúde,
avancado dos seus aspira-
ções, pois assim não é in-
teressado, pelo reconhecimento
de nossa saúde.

Casa ROMANOS
Romanos & Irmãos
tem o melhor equipamento
de Seda, Modas
Armarinho
Rua Cassalibre N.º 28

Companhia Paulista de Seguros
Capital Realizado 3.000.000.000
Patrimônio Social 9.000.000.000
Fogo, Marítimos e Accidentes de Trabalho
Agência em: Florianópolis
Sub-Agência em: LAGUNA e ITAJAÍHY
Pôster 1534 Caixa Postal 94
FLORIANÓPOLIS

Temas que estão nos se-
par da existência revolta de
propaganda da Companhia
Construtora Romão, do Rio
de Janeiro, resumo que relata
a obra de Córdão Cordeiro
e que nos dá, gravado pe-
lo Sr. José Boffardi & Cia. re-
presente da "Romão" nesta
cidade.

Chama de bello conto a
parada e ainda com um tam-
bém, servindo serviço de libe-
ração, photographica, a in-
visão "Romão" do grupo
nos apresenta-se verdadei-
ramente interessante e digno
de ser lido.

Sempre, graças à gravidade
com Sr. José Boffardi & Cia.
esta obra.

**As Surtas Brasileiras
na Inglaterra**
Durante o uso de julho em
sua de Inglaterra, por Sr.
Romão, 1.200.240 libras, de
produto brasileiro, em var-
depropriedade de 4.000.000.
O
contingente representado por
estas surtas, em valor de
14.250.000 libras, em valor de
90 de toneladas.
Todas as surtas, produzidas
em um espaço de fabricação
sua, são vendidas apenas
durante os meses de inverno.

Exposição governamental
A União dos Varejantes de
Florianópolis, por meio de gra-
tes que, neste momento, en-
caminhada e teve a honra de
representar o grupo de pro-
dutores pernambuco de produ-
ção pernambuco, em ex-
posição governamental.

E tem ainda, uma lista le-
ve e que será distribuída por
certo, para uma melhor propo-
sição de sua obra.

E o que devemos dizer, co-
mo muito importante, é que a
exposição dos produtos são
surtas pernambuco, sempre
para os seus consumidores. E
sempre gratuita.

O salão de exposição, prédio
da Confederação Catarinense,
avaliado em 3 mil, e houve
contabilidade a grande, porém
contabilidade uma regular qua-
ntidade de produtos, que in-
cluem artigos fabricados pela
indústria catarinense, que ex-
te de varejantes posição no Rio
de Janeiro, etc.

São, pois, uma realização
representativa que tem na-
tureza a intenção de trazer os
produtores de nosso Estado.

E a União dos Varejantes de
Florianópolis se sentir satis-
fita de promover a exposição
com os representantes de
nosso país, sendo, prin-
cipalmente de Santa Catarina,
sua, e, consequentemente, pro-
fissional que realiza não para
sua gloria, e sim para a honra
de nossa cidade e representando
para a gloria da Federação do
Comércio, Indústria e Lavou-
ra e que a exposição visa a
propriedade.

E há esperas um bello re-
sultado para a realização em a-
breiro, dada a importância de
que a Exposição Pernambuco
está sendo para os Sr. re-
presentes que deverão estar
em Florianópolis até o dia 15 de
dezembro de que não se re-
garde a exposição na sala de
diversão de longos e pertu-
lidade da Federação do Com-
ércio, Indústria e Lavou-
ra 4, a 25 de setembro 1934.

Comunicamos, portanto, a todos
os interessados, a respeito, para
que possam, sempre, sempre, para
que possam, sempre, sempre, para
que possam, sempre, sempre, para

EDIFICIO LA PORTA HOTEL
— MAXIMO CONFORTO —



O mais moderno do Estado — Magnífica situação — 80
quartos — 18 banheiros — 12 confortáveis apartamentos
— Hall — Bar — Amplo salão de refeições — Salas de
amostras — Lavandaria própria a vapor — Rede Telepho-
nica nos quatro pavimentos

Diárias inclusive refeições e banhos quentes 12\$000

PROPRIETARIOS:
Miguel La Porta & Cia.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO — Teleg.: LAPORTA
Phone Portaria 1.320 - Ocrencia 1.578

Imagem 1 — Parte inferior da edição 3 de “Comércio...”, p. 4.

Fonte: Comércio, Indústria e Lavoura, 06 de out. de 1934, p. 4.

com uma boa organização na hora de divulgar os produtos. Já em “A Voz...” os anúncios parecem um pouco menos padronizados. Abaixo exemplos destes dois periódicos:

Por fim, sugere-se, com base nas diferenças entre esses periódicos, que os potenciais leitores dessas folhas possuem distintos critérios de apreciação ou de consumo. Os jornais parecem se tornar uma fonte promissora para este tipo de análise, já que o jornalismo e a publicidade parecem ter surgido como parceiros inseparáveis no cenário brasileiro, conforme explica Adolpho Queiroz (2007). Se a busca pelo menor preço ou mesmo, em diferentes graus e significados, a busca por estar bem-vestido pode ser identificada como parte dos mais variados grupos da sociedade, algumas particularidades puderam ser notadas, tais como no impresso mais ligado a classes populares o critério

O TRABALHO 5

<p style="text-align: center;">Casa de Calçados PARA Homens, Senhoras e Crianças</p> <p style="text-align: center;">GUSTAVO MÜLLER</p> <p style="text-align: center;">GRANDE DEPOSITO DE SANDALINS TAVANOS CHINELAS ETC. CONCERTOS RAPIDOS AOS PREÇOS MODICOS</p> <p style="text-align: center;">FLORIANOPOLIS 64-Rua Conselheiro Mafra-64 SANTA CATHARINA</p>	<p style="text-align: center;">Para extirpação completa dos vermes intestinais use o rei dos vermífugos</p> <p style="text-align: center;">"ASCAROL" Inofensivo de tomar, não necessitando de purgante.</p> <p style="text-align: center;">Doses de automedicação, ventosas indigestões, má-digestão usar:</p> <p style="text-align: center;">GOTTAS BRANCAS</p> <p style="text-align: center;">Tosse, bronquite e resfriado desaparecem com o uso do</p> <p style="text-align: center;">KARDE PHENGYL</p> <p style="text-align: center;">Atendimento de doentes em todo o município e por receptos sem comparecimento ao</p> <p style="text-align: center;">"PHARMACIA MODERNA" PRACA 13 DE NOVEMBRO, 27 Fing. de São C. Mafra</p> <p style="text-align: center;">EDUARDO SANTOS</p> <p style="text-align: center;">Aos médicos profissionais, fornecemos abastecimento de 12 - nos medicamentos, acrescentando a carteira profissional.</p>	<p style="text-align: center;">UM OPTIMO CONSELHO</p> <p style="text-align: center;">Se tem fraqueza, cansaço, falta de energia, cuidado! Consulte a Farmacia BRUGMANN. Se quiser ficar saudável, tome logo VITAMINOL!</p> <p style="text-align: center;">Se tem febre, angina, e se a criança se agita, consulte a Farmacia BRUGMANN. Pode dar-lhe com certeza!</p> <p style="text-align: center;">Venha! VITAMINOL BRUGMANN, que é o rei das Vitaminas, cura e dá energia a quem a toma com certeza!</p> <p style="text-align: center;">Em todas boas farmacias. É uma boa preparação. A qualquer hora do dia. Não precisa ser receitada!</p>
<p style="text-align: center;">Colchoaria DE</p> <p style="text-align: center;">ROBERTO KOLBE</p> <p style="text-align: center;">Confecção de toldos e capas para automóveis. Colchões de crina vegetal.</p> <p style="text-align: center;">Colchões para casal 150000 solteiros 250000 crianças 150000</p> <p style="text-align: center;">Travesseiros de pluma 75000</p> <p style="text-align: center;">Rua João Pinto N. 34 FLORIANOPOLIS</p>	<p style="text-align: center;">CASA RIVAL</p> <p style="text-align: center;">PRACA 13 DE NOVEMBRO, 27 GRANDE FOUCEIRA DE CALÇADOS</p> <p style="text-align: center;">Aproveitem esta grande ocasião</p> <p style="text-align: center;">A CASA RIVAL fez assembleia e baixou os preços nos artigos de Calçados de qualidade, beleza e resistência a tudo a V. E.aa. adquirem artigos garantidos e de primeira qualidade por preços em a menor e conhecidos.</p> <p style="text-align: center;">OUIRE QUEM GRITARE. FALA QUEM PALLARE. Mas a realidade dos fatos é que a unica rua onde V. E.aa. pode adquirir Calçados baratos, é a</p> <p style="text-align: center;">CASA RIVAL</p>	<p style="text-align: center;">Fabrica de Moveis Catharinense</p> <p style="text-align: center;">DE</p> <p style="text-align: center;">PAULO SCHLEMPER</p> <p style="text-align: center;">Deposito e Escritorio</p> <p style="text-align: center;">Rua Conselheiro Mafra N. 156</p> <p style="text-align: center;">Fing. de São João de</p> <p style="text-align: center;">Telephone N. 278</p> <p style="text-align: center;">FLORIANOPOLIS SANTA CATHARINA</p>

Imagem 2 — parte superior de “O Trabalho”, p. 5
Fonte: O TRABALHO, 13 de ago. 1932, p. 5.

de conforto acompanhar a busca por um calçado, provavelmente também pelos seus potenciais leitores possuírem uma jornada mais ligada a trabalhos manuais ou necessitarem de uma maior circulação pela cidade.

Com a pretensão de seguir algumas das discussões de Bourdieu sobre essa temática, foi possível perceber que certas diferenças no modo de apresentar produtos ou espaços parecem acompanhar distintas necessidades entre o campo da produção e o do consumo. Pode-se sugerir que os produtos dos periódicos “A Voz...” e “O Trabalho” estariam mais relacionados com necessidades práticas do cotidiano ou do trabalho. No caso do periódico dos farmacêuticos, apesar da pequena

corroborar com a percepção da diferença de hábitos pela sociedade. Sendo que a leitura de livros ou revistas poderia estar associada com uma forma de distinção social, que também parecia ser almejada pelos que se sentiram representados por “Comércio...”.

Propõe-se, portanto, que através do exame dos anúncios é possível perceber distintas harmonizações de expectativas entre grupos produtores e de consumidores.²⁴ Assim, com relação aos comerciantes, industriais ou produtores rurais, mesmo que, possivelmente, utilizassem serviços de consertos de roupas ou calçados, a ausência da exposição desse tipo de anúncio em seu periódico pode estar associada com um conjunto de expectativas ajustadas à sua classe, fora a necessidade ou busca de suas vestimentas acompanharem novas tendências ou serem consideradas como signos de *distinção*.

Sabe-se que certos aspectos dos periódicos e alguns dos outros anúncios não foram devidamente analisados, bem como algumas das características materiais dos periódicos e quem eram os seus responsáveis. No entanto, o recorte proposto pretendeu iniciar um debate sobre modos de vida entre diferentes grupos da sociedade de Florianópolis dos anos 1930. O uso do referencial teórico de Pierre Bourdieu, notadamente a noção *Habitus*, possibilitou tanto levantar uma série de indagações quanto analisar com maior profundidade desde termos a demais características dos anúncios publicitários e como estes podem estar relacionados com um variado sistema de predisposições presente pela sociedade.

²⁴ Para uma discussão nesse sentido, cf. Bourdieu (2007, p. 215-216).

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, 1989.

A Voz do Operário, Florianópolis, 1932. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, M. M.; AMADO, K. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BRASIL, *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II. Rio de Janeiro: Tip. Do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Comércio, Indústria e lavoura: publicação quinzenal da união dos varejistas de Florianópolis. Florianópolis, 1934. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

Cine-Semana: Órgão da “Empresa Cinematográfica Victor Busch”. Florianópolis, 1928. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

CUNHA, Maria Teresa Santos. No estouro do flash: a Florianópolis de José Arthur Boiteux (1890 a 1930). In. CUNHA, Maria Teresa Santos; CHEREM, Rosângela Miranda (orgs.) *Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade*. Florianópolis: UDESC, 2011. p. 12-30.

GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Hemeroteca Digital Catarinense. s/data. Disponível em: hemeroteca.ciasc.sc.gov.br. Acesso em: 27 de abr. 2020.

Jornal dos Farmacêuticos: mensário científico e de interesses técnico-pro-

fissionais da Farmácia e do Laboratório. Florianópolis, 1931-1932. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

LEMOS, Clarice Caldini; PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *Cultura Impressa: das páginas dos periódicos à circulação da arte gráfica*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Impressos: veículos de publicidades, fontes para a história da educação. *Cadernos de História da Educação*. v. 11, n. 2, jul/dez. 2012.

O trabalho: Órgão das classes trabalhadoras. Florianópolis, 1932. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

O Estado. Florianópolis, 1929. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

QUEIROS, Adolpho. Inventário acadêmico e profissional da história da propaganda no Brasil. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 49, 2007.

Renovação: Revista Quinzenal, Artes, Letras, Atualidades. Florianópolis, 1931. (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

SCHVARZMAN, Sheila. O rádio e o cinema no Brasil nos anos 1930. In. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, UNB, 2006. p. 1-14.

VALLE, Ione R. Pierre Bourdieu: a pesquisa e o pesquisador. In. BIANCHETTI, L; MEKSENAS, P. (Orgs.). *A trama do conhecimento*. Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas: Papirus, 2008. p. 95-117.

WACQUANT, Loïc. Habitus. In. CATANI, A. et. al (orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 213-216.

Resumo:

O objetivo desse artigo é realizar uma investigação sobre anúncios publicitários presentes em periódicos de associações sócio profissionais de Florianópolis dos anos de 1930. É proposto utilizar a noção *Habitus*, a partir de Pierre Bourdieu, para estudar tais anúncios, principalmente buscando compreender diferenças entre estilos de vida e gosto pelo recorte da classe social. Foram selecionados quatro periódicos, dois mais conectados com classes de trabalhadores mais populares, outro representava farmacêuticos e o último principalmente ligado a comerciantes da capital catarinense. Foi possível perceber como os anúncios publicitários eram portadores de signos de distinção que se adequavam conforme o público que era visado, propiciando compreender diferenças de gosto e necessidades pela sociedade.

Palavras-chave: Habitus; Pierre Bourdieu; Anúncios Publicitários; Estilos de vida; Associações profissionais.

Abstract:

This article's propose is to investigate advertisements published on newspapers representatives of professionals associations of Florianópolis in the 1930s. We propose to utilize the notion *Habitus* by Pierre Bourdieu to study those advertisements, especially to comprehend differences among lifestyles and preferences on different social classes. We selected four newspapers, two of them more connected to popular classes, one representative of pharmacists and another mainly connected to merchants of Santa Catarina's Capital. It was possible to perceive that advertisements were carriers of distinction signals that adapted according to the target audience. They also provide the possibility to comprehend differences of preferences and necessities in the society.

Keywords: Habitus; Pierre Bourdieu; Advertisements; Lifestyle; Professional Associations

Recebido para publicação em 27/04/2020.
Aceito em 21/10/2021.



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Ganhando novos espaços: a dinâmica do comércio informal de vestuário e calçados usados no município de Lichinga

Agostinho Lima

Universidade Pedagógica, Moçambique

 <https://orcid.org/0000-0002-3866-4385>

viana.agostinho6@gmail.com

Joaquim Miranda Maloa

Universidade Rovuma — Extensão de Niassa, Moçambique

 <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

joaquimaloa@gmail.com

Introdução

A actual situação socioeconómica de Moçambique caracterizada pelo aumento do nível de desemprego, a depreciação do metical face às principais moedas internacionais e os significativos “cortes a nível de vários sectores sociais fundamentais” (BRITO; CHIVULELE, 2017, p. 02), em consequência da redução da ajuda externa ao Orçamento do Estado (OE) e do Investimento Directo Estrangeiro (IDE),

faz com que inúmeros moçambicanos, que na impossibilidade de obter um trabalho formal, recorram a certas alternativas de sobrevivência e de obtenção da renda como, por exemplo, o comércio informal. Outrossim, a crise económica que se fez sentir nos últimos anos, afectando directamente o sector formal e não só, contribuiu de forma significativa no crescimento da actividade informal, sobretudo, nas zonas urbanas e periurbanas.

Mosca (2010) e Amaral (2005) são unânimes em afirmar que o comércio informal resulta da incapacidade do estado e do sector formal de darem resposta às necessidades da população, principalmente na geração de emprego. No entanto, a realidade urbana moçambicana revela que o comércio informal é ainda uma actividade excluída dos processos de desenvolvimento, pois embora ela contribua “em mais de 80% para a taxa de emprego no país” (FRY, 2017) como também no “aumento nas condições de vida deste segmento da população” e na “oferta diversificada de produtos no mercado local. Produtos esses que, muitas vezes, não são ofertados no mercado formal local.” (MENDES; CAVEDON, 2014, p. 342).

É por essas razões que Mendes e Cavedon (2014) sustentam que o desenvolvimento local só é possível graças ao envolvimento de diversos atores e práticas múltiplas, que deem sustentação ao processo de melhoria económica, de diminuição na desigualdade social, de aumento na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços.

A semelhança dos demais centros urbanos do país, a cidade de Lichinga tem registado, nos últimos anos, uma notável expansão do comércio informal, sobretudo o de calçado e vestuário, nos passeios das principais avenidas e ruas da urbe. Essa actividade, que nos tempos transatos ocorria nos principais mercados periféricos da cidade, hoje ela vem ganhando uma considerável visibilidade ao longo dessa

avenida condicionando, de certa forma, a mobilidade de pessoas e bens como também o saneamento do meio.

É desta forma que o artigo, procurou reflectir sobre o comércio informal de vestuário e calçado na cidade de Lichinga, identificando as principais mudanças que marcaram essa actividade bem como o seu contributo no bem-estar dos munícipes.

Método

Para a realização do estudo, recorreu-se ao método etnográfico que, na visão de Mattos (2011), estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis das percepções e comportamento manifestos em sua rotina diária dos sujeitos estudados. Outrossim, o método etnográfico “possibilita ao pesquisador adentrar no contexto sociocultural de seus informantes e conhecer seus valores, comportamentos, crenças e visões de mundo” (SOUSA; BAROSO, 2008, p. 151).

Desta feita, a adopção desse método permitiu aos pesquisadores captarem, na sua interação com os informantes, as diferentes percepções sobre o comércio informal na cidade de Lichinga e, consecutivamente, compreender os factores que determinam a ocorrência dessa prática. Assim sendo, definiu-se como técnicas de recolha de dados o diário de campo, a observação participante e a entrevista semi-estruturada. O uso do diário de campo urge da necessidade dos pesquisadores registrarem todos os eventos, com destaque para conversas, discussões e negociações de preços, por eles vivenciados. É nesse contexto que a observação participante constituiu uma técnica necessária para que o pesquisador pudesse “entender e validar o significado das ações dos participantes, de forma que este seja o mais representativo possível do significado que as próprias pessoas pesquisadas

dariam a mesma ação, evento ou situação interpretada” (MATTOS, 2011, p. 51).

Quanto às entrevistas, estas foram dirigidas aos comerciantes e clientes. Este exercício consistiu na discussão dos principais pontos de interesse dos pesquisadores dando aos informantes a liberdade de expressarem as suas visões e opiniões sobre o comércio informal da cidade de Lichinga bem como as razões que os levaram a optar por essa actividade. Dessa forma, deu-se seguimento a visão de Gil (2008), segundo a qual, as entrevistas semiestruturadas guiam-se por uma relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso. Para este autor, o entrevistador deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere aos pontos assinalados.

Para além das técnicas, acima referenciadas, recorreu-se a consulta bibliográfica com vista na familiarização dos pesquisadores com o tema bem como o levantamento de elementos de discussão. Esta perspectiva é alicerçada por Fonseca (2002 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009) segundo o qual a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Sector informal e informalidade em Moçambique

Na discussão sobre a “informalidade”, Abreu (2007) associa o termo a toda actividade desenvolvida à margem da formalidade, por cidadãos de baixo rendimento, fraca formação académica e profissional, e pertencentes a agregados familiares relativamente numerosos.

Igualmente, Mosca (2010) define a informalidade como sendo to-

das as relações de natureza económica, jurídica, social ou burocrática que, não estando reguladas parcial ou totalmente, existem e fazem parte das regras de funcionamento da sociedade e contribuem para que os padrões de reprodução da sociedade e economia persistam.

Nessa perspectiva, assiste-se na economia moçambicana a coexistência dos sectores formal e informal, também designados por mercado de trabalho formal e informal, pese embora este último seja ainda dado uma reduzida atenção. Esta situação resulta, de certa forma, do facto do sector informal agregar “todas as formas de trabalho remunerado que se encontram à margem da legislação social e trabalhista” (BARBOSA, 2009, p. 30).

Nos diversos estudos sobre a temática, é comum a definição do sector informal, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1991, *apud* NHACA, 2016, p. 23), como sendo o conjunto de unidades de pequena escala que produzem e distribuem bens e serviços e é composto essencialmente por produtores independentes e que operam por conta própria e empregando mão-de-obra familiar e/ou poucos trabalhadores, funcionando com reduzida e baixa produtividade, tendo receitas bastantes irregulares.

Ainda assim, Correia e Lopes (2009) reconhecem a dificuldade de se encontrar um conceito exato sobre o mercado de trabalho informal, dada a variedade de definições utilizadas nos trabalhos existentes. Essa perspectiva é também comungada por Amaral (2005), segundo o qual, há ainda hoje quem conteste a expressão sector informal, sobretudo porque ela abarca um leque muito vasto de actividades.

Nas cidades dos países em desenvolvimento, com manifesta dificuldade do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supre essas faltas, quer nas áreas da produção (agricultura peri-urbana, artesanato e formas industriais simples), da distribuição (comércio e serviços), da cons-

trução (habitação), dos serviços sociais (educação e saúde) e, sobretudo, do emprego gerador de oportunidades salariais de uma grande parte da população, muitas vezes a maioria dos habitantes de uma aglomeração urbana (AMARAL, 2005, p. 58)

Contudo, Francisco e Paulo (2006) concluem que a actividade informal: i) assegura emprego; ii) é uma fonte de iniciativa criadora com elevado potencial de criação de riqueza; iii) emerge como reacção inevitável à carga fiscal não distribuída equitativamente pela população economicamente activa; iv) proporciona preços baixos e alternativas comerciais competitivas; v) insere os pobres no consumo e melhora seu poder de compra.

Na visão de Soares (2008 *apud* LIMA; COSTA, 2016, p. 311), a crise do capitalismo¹ registada na década de 1970 e a, conseqüente, dificuldade para a retomada do aumento da taxa de lucro, condicionou a emergência de um novo modo de acumulação, conhecido por trabalho informal, “ampliado drasticamente entre meados dos anos 1980 e toda a década de 1990, foi a alternativa de sobrevivência diante da incapacidade do sistema capitalista de absorver a mão-de-obra ativa existente e da falta de políticas públicas capazes de inserir os trabalhadores no mercado formal” (OLIVEIRA, 2005, *apud* LIMA; COSTA, 2016, p. 311).

No que concerne a Moçambique, a literatura revela que nas déca-

¹ Sanches (2008), no seu estudo subordinado ao tema *Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento* económico, defende que na década de 70 registou-se nos países mais industrializados um acelerado crescimento económico baseado amplamente na mão-de-obra assalariada e regulamentada pelo Estado. O fim desse ciclo gerou uma crise no modelo de crescimento afectando cada país de forma distinta, principalmente os que se encontravam na periferia e ainda não haviam completado ou iniciado o processo de industrialização. Estes países não conseguiram desenvolver um mercado de trabalho onde o assalariamento houvesse alcançado ampla maioria da sociedade. Portanto, é neste cenário que surgem os primeiros trabalhos estudando o fenómeno da economia informal.

das de 1970 e 90, o país registrou a ocorrência de calamidades naturais e a guerra civil, desencadeada pela RENAMO, que de certa forma impulsionaram a migração massiva de pessoas e bens do campo para os principais centros urbanos agravando, cada vez mais, as condições de vida dos cidadãos e da economia, sobretudo, no aumento da taxa de desemprego. Com vista a reverter este cenário, o governo moçambicano passou a desenvolver significativas acções, com destaque para a criação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987. De acordo com Jairoce (2016), o PRE visava não só essencialmente a liberalização dos preços como também a adoção de políticas macroeconómicas restritivas no que diz respeito às finanças públicas, emprego, salário e preços, moeda e crédito.

Para Chichava (1998, *apud* MAPOSSE, 2011), a implementação desse programa, em 1987, impulsionou, de certa forma, o desenvolvimento de actividades informais no país, pois “permitiu que a economia informal saísse da clandestinidade e do subterrâneo a que estava remetida, isto é, converteu parte da economia nacional reprimida em economia informal consentida, pois, antes dessa evolução, não se distinguia mercado negro (ilícito, criminoso e delituoso) de economia informal consentida” (FRANCISCO; PAULO, 2006, *apud* MAPOSSE, 2011, p. 21).

Esse pensamento é também comungado por Sulemane (2001, *apud* ABREU, 2007) segundo o qual o período de recuperação, que começou em 1987, relacionou-se também com o início das reformas económicas e o florescimento das actividades informais nas zonas urbanas, ao mesmo tempo que o emprego formal, na agricultura e na indústria, decrescia.

Actualmente, a continuidade e expansão do sector informal em Moçambique justifica-se pela “incapacidade, do que se chama de eco-

nomia formal, em absorver o factor trabalho e de gerar rendimentos” (MOSCA, 2010, p. 85), como também da “carga tributária elevada, excesso de burocracia, ineficiência na administração pública, proibição legal de algumas atividades, etc” (ABREU, 2007, p. 46).

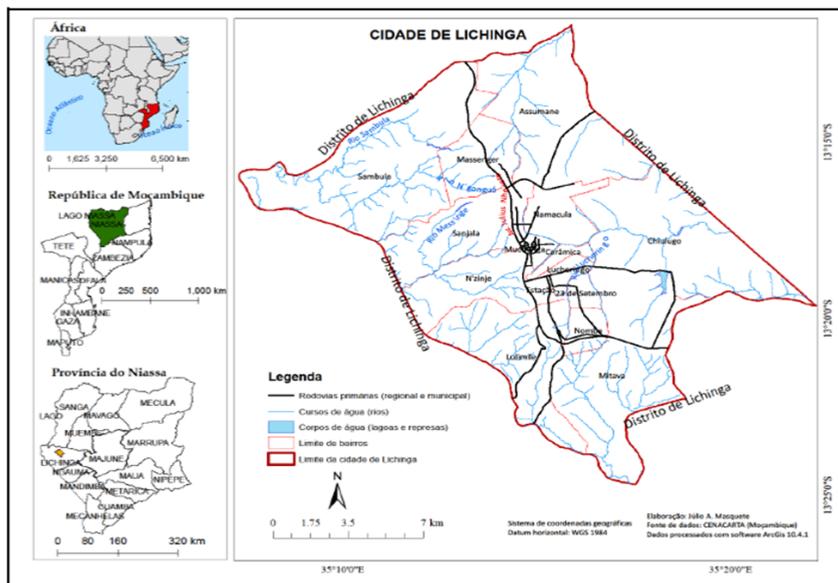
Assim sendo, percebe-se nas ideias dos autores, acima aludidos, que o sector informal está associado a um conjunto de actividades, das quais o comércio, desenvolvidas com vista a garantir a sobrevivência de um determinado grupo de indivíduos, com fraca formação académica e profissional.

Trajetória do comércio informal de calçados e vestuários usados no Município de Lichinga

A cidade de Lichinga, capital da Província de Niassa, que situa-se ao norte de Moçambique, possui uma superfície de 290 km² e uma população global de 213,361 habitantes, distribuídos em 4 Postos Administrativos e estruturados em 15 bairros. A população da cidade de Lichinga, passou de 142,331 para 213,361 habitantes, entre 1997-2017, o que corresponde a um acréscimo de 50% (um aumento absoluto de 71,030 habitantes), e uma taxa média de crescimento anual de 4,13% (MALOA, 2019). Note-se que a grande parte da população, falante da língua *Yao*, tem a actividade agrícola e o comércio informal, sobretudo de bens agrícolas, como a sua fonte de subsistência.

Em termos de limites, a cidade de Lichinga é contornada totalmente pelo distrito de Lichinga, designadamente: a Norte pela localidade de Lussanhando; a Este pelos Postos Administrativos de Lione e Meponda; a Sul e a Este pelo Posto Administrativo de Chimbonila (MUNICÍPIO DE LICHINGA, 2011: 01).

Antes de 2010, a cidade de Lichinga esteve marcada pela fraca



Mapa 1: Cidade de Lichinga

Fonte: Masquete (2017).

existência de lojas ou estabelecimentos comerciais, especialmente de vestuários e calçados. Nessa época, os mercados periféricos de Chiu-aula, Namacula e, em poucas vezes, o de Sanjala e Central eram os principais centros de venda e de atracção de vestuários e calçados usados, importados dos países europeus e da China, comumente designados por “calamidade”² ou simplesmente *caundjica*.

Com o passar do tempo, começou a assistir-se uma forte expansão dessa prática comercial nas principais avenidas da urbe, com destaque para a avenida Julius Nyerere, popularmente designada por rua do mercado central. Isto, deveu-se ao facto desta avenida concen-

² Em Moçambique, o uso do termo calamidade em referência a todo o bem usado resulta das ajudas humanitárias internacionais que o país registou a partir da década 1980, ligada essencialmente a seca, cheias e a guerra civil. Com o passar do tempo, este termo passou a ser usado para designar todos os bens usados importado e comercializados, na sua maioria, informalmente.

trar um maior número de infraestruturas, administrativa e comerciais e, por conseguinte, registar um maior fluxo de indivíduos, tornando-se um espaço preferencial dos vendedores, inicialmente oriundos das províncias de Nampula e Zambézia.

Em Nampula, está de população que faz o mesmo negócio e o negócio é diferente de cá, porque quando chegamos aqui em Lichinga, não havia comerciantes de sapato. Fomos nós que iniciamos com a bolada de sapato e roupa, os nativos não tinham iniciativa da tal coisa, por isso o rendimento de cá e lá é diferente, a qui rende mais. (Vendedor B, de calçado, de 23 anos, proveniente de Nampula).

Outrossim, a medida em que o comércio de vestuário e calçado ia se expandindo — dos mercados periféricos para as ruas e avenidas da urbe, devido a entrada de novos intervenientes (comerciantes) nessa atividade comercial — ocorria simultaneamente a estruturação do seu mercado, em uma cadeia de intervenientes (comerciantes) que parte do formal para o informal, a saber:

1. *Importadores:* a Associação Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) — Moçambique, que importa e comercializa embalagens de artigos, comumente designado por “fardo”, provenientes dos países europeus, e as lojas e empresas do país vizinho Malawi que importam e comercializam artigos provenientes da China. De acordo com os nossos entrevistados, as embalagens dos artigos (vestuários e calçados) provenientes da europa caracterizam-se por apresentar altos custos de aquisição — que variam de 130 mil a 150 mil meticais em função do peso (que parte de 300kgs a 500kgs) — e uma variedade de peças segundo a idade, o sexo, altura e massa corporal e a utilidade do artigo. Ao passo que, os “fardos” de vestuários e calçados de proveniência Chinesa apresentam baixos custos de

aquisição, com preços que variam de 8 mil a 15 mil meticais devido aos pesos que estes apresentam (que partem de 45kgs a 75kgs) e ao facto das embalagens estarem discriminadas segundo o sexo (masculino e feminino) e a faixa etária (adulto e infantil).

2. *Fornecedores*: particulares ou indivíduos que adquirem as embalagens/fardos a grosso no país vizinho Malawi e revendem localmente para aqueles que têm os mercados e a feira como postos fixos de venda.
3. *Comerciantes informais fixos*: indivíduos responsáveis pela abertura das embalagens/fardos e, posteriormente, venda das peças a retalho em estendais/varais e nos passeios (expostos no chão). Note-se que após a abertura da embalagem, segue o processo de seleção e, simultaneamente, a atribuição de preços aos artigos, de acordo com a faixa etária, o sexo, a qualidade, a condição do artigo (novo ou gasto) e a beleza (estilo/moda). Nessa fase, são notificados os comerciantes ambulantes que para além de auxiliarem na seleção, lhes é reservado o direito de adquirirem as peças de melhor qualidade e beleza, enquanto o público, no geral, procede com a apreciação e compra dos artigos por estes selecionados. Por tratar-se de espaços públicos (ruas), a apreciação ou avaliação das peças, por parte dos clientes, ocorre de duas maneiras: para artigos (como calçados, camisete, camisololas, casacos) que não exigem a remoção da roupa trajada, os clientes tendem a experimentar no local, ao passo que para peças interiores ou que exigem a exposição do corpo, a sua apreciação é feita por meio de observação.
4. *Ambulante*: indivíduos altamente informados das tendências da

moda e dos preços, que adquirem peças de roupa e calçados dos comerciantes informais fixos para revenderem aos potenciais clientes. Geralmente, os comerciantes ambulantes adquirem as peças em função do perfil e pedido dos seus clientes (fixos) que na sua maioria são indivíduos com algum poder aquisitivo.

Note-se que, o ato de compra e venda dos artigos entre os comerciantes fixos e os ambulantes e destes com os clientes é marcado por um processo de negociação dos preços onde, por regra geral, o cliente tende a influenciar o vendedor no intuito de obter o artigo a menor preço possível. Por essa razão, os preços dos artigos são estipulados tendo em conta os custos de aquisição, o lucro e a margem de desconto (valor acrescido).



Foto: Munícipes de Lichinga comprando vestuários na “Feira”.

Fonte: Autores (2018).

No intuito de instaurar a ordem e garantir a postura municipal, o Conselho Autárquico de Lichinga começou por permitir que aqueles desenvolvessem essa actividade, somente aos finais de semana, num espaço³ que passou a designar-se por “feira”.

Dado o aumento de indivíduos a exercerem essa actividade na Av. Julius Nherere, a autoridade municipal definiu, por tempo indeterminado, a “feira” como o local de venda de calçados e vestuários usados, obrigando os comerciantes a deslocarem-se ao referido espaço. Todavia, observou-se, com o passar do tempo, o retorno destes aos anteriores espaços, visto que a “feira” não possuía capacidade para albergar a todos assim como os impedia de estabelecerem um contacto mais próximo com os clientes e, por conseguinte, tinham um fraco poder de influência no processo de decisão de compra.

Aquí vendemos aleatoriamente, as pessoas compram sapatos sem ter o plano de comparar sapato. Porque quando sai de casa para o mercado ou de passeio e de repente vê um sapato que gostou. Agora se agente for assim na feira, a pessoa deve fazer programa de comparar sapato, porque lá todos os comerciantes estão aglomerados no mesmo sítio. (Vendedor B, de calçado, de 23 anos, proveniente de Nampula).

O município tinha nos dado lugar aqui onde faz feira, então nós íamos lá e outros não tinham lugar, porque o espaço é pequeno e está cheio. (Vendedor F, de roupa, de 30 anos, proveniente de Niassa).

Estes depoimentos, revelam que para além da incapacidade da “feira” em albergar os vendedores, a fraca aderência dos clientes ao local e o consequente rendimento baixo constituíram os principais factores que determinaram o regresso destes aos anteriores espaços de venda.

³ Próximo ao semáforo, no cruzamento entre as avenidas Julius Nyerere e a Samora Machel

A expansão do comércio informal de calçados e vestuários nas ruas da urbe, ocorre em paralelo com o aumento de lojas de venda destes bens, principalmente no interior do mercado central. Não obstante, observa-se uma preferência massiva pelos artigos usados, ou simplesmente da “calamidade”, por seguintes factores: baixo preço, qualidade e exclusividade.

Entre a roupa da calamidade e de loja, eu prefiro calamidade porque os preços são baixos e de qualidade. (Cliente A, de 30 anos, residente em Lichinga).

Na calamidade tu encontras roupas de boa qualidade e exclusivas. Quando compras uma roupa na loja, dia seguinte contras 5 a 6 pessoas com a mesma roupa. (Cliente B, de 28 anos, residente em Lichinga).

Note-se que, ainda que essa atividade atraia indivíduos (clientes) de diferentes estratos sociais, regista-se uma predominância de compradores de baixa e média renda. Por essa razão, constata-se, nos depoimentos dos clientes, que o critério de baixo preço reflecte, de certa forma, a fraca capacidade aquisitiva dos compradores que se fazem à Av. Julius Nherere. Mas também, que esses produtos apresentam-se como sendo únicos e de alta qualidade, o que indica uma forte capacidade de escolha e selecção dos vendedores em função da moda, influenciando a percepção de que com *caundjica* é possível “vestir barato mas vestir bem”.

Mudanças no comércio informal: perfil e ganhos dos vendedores de calçados e vestuários usados

No decorrer da pesquisa, foi possível observar que o comércio informal de calçados e vestuário é desenvolvido por jovens, de sexo

masculino, com idades compreendidas entre 18 a 39 anos, provenientes na sua maioria das províncias de Nampula e Zambézia (para o comércio de calçado) e Niassa (o de vestuário), com níveis de escolaridade que parte de básico ao superior.

Essa realidade, demonstra que o comércio informal em Lichinga, à semelhança dos demais centros urbanos do país, “tem registrado um aumento de pessoas com mais qualificação” (BECK, 2000 *apud* CORREA; LOPES, 2009, p. 03).

Eu venho de Quelimane, na Zambézia, e fiz a licenciatura em ensino de geografia com minor em turismo, e decidi vender roupa porque já tentei de todas as formas concorrer a vagas de emprego mas não consegui. Eles sempre pedem 5 anos de experiência e nós que acabamos de sair como conseguir emprego assim. É por isso que você assiste alguém com 3 empregos só porque tem a experiência. (vendedor A, de roupa, de 25 anos, proveniente de Quelimane).

Tenho a 12^a classe e tentei de um lado a outro a procura de emprego e nada, então prefiro me manter aqui enquanto fico a batalhar o emprego. (Vendedor D, de calçado, de 39 anos, natural de Nampula).

Esse aumento de indivíduos no comércio informal, com o nível médio e superior, é justificado por Mosca (2010) e Amaral (2005) como sendo o resultado da incapacidade do Estado e do sector formal de darem resposta às necessidades da população, principalmente na geração de emprego. Este posicionamento contrasta com a ideia, defendida por Abreu (2007), de que a informalidade reflecte toda a actividade desenvolvida por cidadãos de baixo rendimento, fraca formação académica e profissional. Esse contraste demonstra uma mudança no perfil dos vendedores informais, uma vez que o estudo de Abreu (2007) faz referência a um período em que a expansão da formação era fraca.

Daí que, assistia-se maior número de vendedores informais com

fraca formação académica e profissional, e baixo rendimento. Todavia, as entrevistas revelaram que o comércio informal de calçado e vestuário em Lichinga possibilita aos vendedores obterem, em certos momentos, altos rendimentos.

Depende do dia de pico, por exemplo, a partir dos dias 17 a dias 5, é normal agente 1.000 meticais diários. Mas quando são dias não de pico, como dia 8 a 16 é normal conseguirmos 200 meticais por dia. (Vendedor A, de roupa, de 25 anos, proveniente de Quelimane, província da Zambézia).

Há dias que agente não vende mas se for a fazer um cálculo mensalmente é normal ganhar uns 6.000 mil e de haver movimento e apanhar uma boa mercadoria posso fazer muito mais que isso aí. (Vendedor B, de calçado, de 23 anos, proveniente de Nampula).

Quando calculado os dias de pico,⁴ ou seja, os de maior procura destes bens com o rendimento diário de 1.000 meticais, percebeu-se que os vendedores têm um ganho mensal que varia de 6 a 19 mil meticais, acima do salário mínimo pago nos diversos sectores de actividade formal, de âmbito público e privado. É com base nesta perspectiva, que Hirata e Machado (2007 *apud* CORREA; LOPES, 2009) concluem que os indivíduos podem entrar no mercado informal por diversos motivos sendo um deles a oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação.

Acrescentando, o autor sustenta que estes indivíduos podem entrar na informalidade também por uma estratégia de sobrevivência, ou seja, uma alternativa à falta de melhores oportunidades de emprego, nesta última situação os indivíduos recorrem à informalidade como forma de aliviar ou evitar a pobreza. De facto, os dados revelam que o comércio informal de calçados e vestuários constitui uma estratégia

⁴ O período, que vai de dia 15 a 30, em que as instituições públicas e privadas efectuem o pagamento dos salários, caracterizado por uma maior procura destes e outros bens.

de sobrevivência, ou seja, forma de alívio à pobreza, por parte destes vendedores.

Comecei a fazer esta actividade por causa de pobreza, a minha família não tem nada para me ajudar. Epa, eu também fiz biscoitos para ganhar um dinheirinho e puxar pouco, pouco. (Vendedor E, de vestuário, de 23 anos, natural de Lichinga, província de Niassa).

É na tentativa de aliviar a pobreza e garantir a sua subsistência, que os vendedores foram desenvolvendo diferentes actividades comerciais que os possibilitou adquirirem uma larga experiência no comércio informal. Schutz (1972, *apud* RICHATE, 2017), esclarece que ao longo da sua biografia os indivíduos vão incorporando as suas vivências do *mundo vida* e os conhecimentos oferecidos pelo seu *estoque de conhecimento*, é este processo que constitui a *experiência*, ou seja, a experiência é fruto das vivências que os indivíduos têm um com outro e com a realidade. E, foi com base nesta experiência, que os vendedores passaram a ver no comércio de calçado e vestuário uma oportunidade de aumentar o seu rendimento, dado o alto nível de procura e ganho, quando comparado aos bens anteriormente comercializados.

Eu vendia sal nos outros mercados, depois passei a fazer o meu negócio de fardo aqui na Movitel, porque aqui na cidade ganha-se um pouco, diferentemente do mercado de Namacula. (Vendedor F de vestuário, de 27 anos, natural de Lichinga, província de Niassa).

Eu vendia sal e ia flechar, vender no copo, e quando tinha 12 anos, vendia sacolas plásticas. Mas mudei porque não rendia muito como este negócio. (Vendedor E, de vestuário, de 23 anos, natural de Lichinga, província de Niassa).

Eu antes vendia crédito ai na praça, no BCI, mas depois decidi vender roupa através do lucro. (Vendedor H, de vestuário, de 27 anos, natural de Lichinga, província de Niassa).

Assim sendo, os vendedores foram unânimes em afirmar que os

ganhos obtidos a partir desta actividade comercial os permitiu prestar uma maior assistência às famílias bem como obter bens de maior valor (terreno, casa e motorizada).

Em casa, estou a conseguir viver e alimentar a minha família e filhos, até para quem me vê diz que este mesmo estou a confiar... (Vendedor H, de vestuário, de 27 anos, natural de Lichinga, província de Niassa).

Com o que consigo ganhar aqui sustento a minha família, já tenho casa... (Vendedor D, de vestuário, de 37 anos, natural de Nampula).

Contudo, observou-se que o comércio de calçados e vestuário em Lichinga é marcado por uma mudança no perfil dos vendedores, isto é, assiste-se um maior número de indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, dada a fraca capacidade de geração de emprego ao nível das instituições públicas e privadas. É neste contexto, que o comércio de calçados e vestuários surge como uma das principais estratégias de sobrevivência e alívio a pobreza, por parte destes jovens, visto que os rendimentos dessa actividade, contrariamente à anterior, chegam a ultrapassar os salários pagos nos diversos sectores de actividade formal, tornando-se numa actividade comercial mais atractiva.

Considerações finais

A pesquisa revelou que o comércio informal de calçado e vestuário na cidade de Lichinga, realizada por jovens, oriundos das províncias de Niassa, Nampula e Zambeze, com diferentes níveis de escolaridade, vem ganhando novos espaços, sobretudo, nas principais avenidas e ruas da urbe, como é o caso da avenida Julius Nyerere. Isto, deve-se ao facto desta avenida concentrar um maior número de infraestruturas, administrativa e comerciais, tornando-se no principal

ponto atractivo para esta actividade, uma vez que verifica-se um fluxo de indivíduos com preferência pelos artigos usados, de baixo preço, qualidade e exclusividade, o que permite aos vendedores obterem um maior rendimento para assistir às suas famílias bem como obter bens de maior valor (terreno e casa).

Referências

ABREU, António Pinto De. Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 2007. Disponível em journals.openedition.org. Acesso em 22 de Setembro de 2019.

AMARAL, Ilídio Do. Importância do sector informal da economia urbana em países da africa subsariana. *Finisterra*, XL, 79: 53-72, 2005. Disponível em revistas.rcaap.pt. Acesso em 22 de Novembro de 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito. São Paulo: USP, 2009. Mimeo. Disponível em centrodametropole.fflch.usp.br. Acesso em 24 de Setembro de 2019.

BRITO, Luís De; CHIVULELE, Fernanda Massarongo. *Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique*. Maputo: IESE, 2017.

CORREA, Rosilda Oliveira; LOPES, Janete Leige. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre brasil e paraná numa trajetória de “10” anos. In: IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2009.

FRANCISCO, António A. da Silva; PAULO, Margarida. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos — CEA, 2006.

FRY, Adrian. Mais de 7 milhões de agentes económicos em Moçambique são informais. In: *Club of Mozambique*, 2017. Disponível em: clubofmozambique.com. Acesso em 20 Outubro de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. 1ª Edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em lume.ufrgs.br. Acesso em 30 de Setembro 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

JAIROCE, Jorge Fernando. *A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “mukhero” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016*. 2016. Tese (Doutoramento em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Thales Batista; COSTA, Márcia Silva. Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, nº 2, 2016.

MALOA, Joaquim Miranda. A cidade de Lichinga: tendências demográficas e desafios (1997-2017). 1ª Conferência Internacional: *Educação para o desenvolvimento num mundo em constantes mudanças*. Universidade Rovuma — Extensão do Niassa. Outubro, 2019.

MAPOSSE, Adelina Hercília Sete. *O papel do comércio informal na ocupação da força de trabalho em moçambique*. 2011. Dissertação (Mestrado em População e Desenvolvimento) — Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

MASQUETE, Júlio Ambrósio. *Expansão urbana no município de Lichinga (Moçambique — África): agentes, processos e políticas*. Tese (Doutoramento em Geografia) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2017.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A., (orgs.). *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em SciELO Books books.scielo.org. Acesso em 23 de Setembro de 2019.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. *Interações*, v. 15, n. 2, p. 341-352, 2014. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 30 de Setembro de 2019.

MOSCA, João. Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento. In: Brito, L. et al. (orgs.). *Pobreza, Desigualdades e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, 2010. p. 83-98.

MUNICÍPIO DE LICHINGA. Perfil do Município de Lichinga. 2011. Disponível em www.uclg.org. Acesso em 12 de Abril de 2021.

NHACA, Carlos Mário. *Análise da Contribuição do Sector Informal na Redução da Pobreza Urbana: Caso do Mercado Canongola-Tete* (2012 a 2014). 2016. Monografia (Licenciatura em Administração Pública) — Universidade Católica de Moçambique, Tete, 2016.

RICHATE, Emanuel Jerace. *Mulher no sector informal e práticas que propiciam a reafirmação do género: caso de mukheristas do Mercado Grossista do Zimpeto*. 2017. Monografia (Licenciatura em Sociologia) — Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2017.

SANCHES, Omar. *Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico*, 2008. Disponível em www5.pucsp.br. Acesso em 25 de Setembro de 2019.

SOUSA, Leilane Barbosa; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. 2008. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. *Esc Anna Nery Rev Enferm*, v. 12, n. 1: 150 — 5, 2017. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 27 de Setembro de 2019.

Resumo:

A situação socioeconómica do país marcada por um acentuado nível de desemprego, a depreciação do metical e os significativos cortes nos sectores da administração pública, faz com que muitos cidadãos vejam no comércio informal a principal fonte de sobrevivência. Por estas razões, assiste-se na cidade de Lichinga o aumento desta actividade comercial, sobretudo o de calçado e vestuário, nos passeios das principais avenidas e ruas da urbe, com destaque para a avenida Julius Nyerere, popularmente conhecida por rua do mercado central. Neste sentido, urge, a partir do estudo, a necessidade de reflectir-se sobre o comércio informal de vestuário e calçado na cidade de Lichinga, com vista a identificar as principais mudanças que marcaram esta actividade bem como o seu contributo no bem-estar destes munícipes. Em termos metodológicos, o estudo centrou-se numa pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, que permitiu aos pesquisadores captarem, por meio da entrevista semiestruturada, as percepções e comportamentos manifestos pelos sujeitos em estudo. Os resultados indicam que os vendedores informais são na sua maioria jovens de sexo masculino, com sólida experiência na venda informal. No entanto, a escolha da venda de calçados e roupas usadas resultou do facto de esta actividade garantir um maior rendimento, pelo facto destes bens serem mais demandados comparativamente aos vendidos no mercado formal, devido ao baixo preço, qualidade e exclusividade. Outrossim, a preferência dos vendedores pelo espaço em estudo resulta do facto de este concentrar um maior número de infraestruturas, administrativa e comerciais, garantindo um maior fluxo de indivíduos. Assim sendo, conclui-se que o comércio informal de calçado e vestuário, contribui significativamente para o bem-estar dos comerciantes, pois constitui a principal fonte de renda.

Palavras-chave: Comércio informal; vendedores; calçados e vestuários.

Abstract:

The socio-economic situation of the country marked by a sharp level of unemployment, depreciation of the local currency (metical) and the significant cuts in the sectors of public administration means that many citizens see in informal trade the main source of survival. For these reasons, there has been a notable increase in this commercial activity, especially the selling of footwear and used clothing on the sidewalks of the main avenues and streets of the city, especially Julius Nyerere Avenue, popularly known as *a rua do mercado central*. In this sense, the need to reflect on the informal trade in clothing and footwear in the city of Lichinga is urgently needed in order to identify the main changes that marked this activity as well as its contribution to the well-being of these citizens. In methodological terms, the study focused on a qualitative research, of ethnographic nature, which allowed researchers to capture, through semi-structured interviews, the perceptions and behaviors manifested by the subjects under study. The results indicate that informal sellers are mostly young, male, with solid experience in informal trade. However, the choice of the sale of footwear and used clothing resulted from the fact that this activity guaranteed a higher performance, because these goods are on most demand compared to those sold on the formal market, due to the low price, quality and exclusivity. Moreover, the preference of sellers for the space under study results from the fact that this concentrates a greater number of infrastructures, administrative and commercial, ensuring a greater flow of individuals. Consequently, it is concluded that the informal trade in footwear and clothing contributes significantly to the well-being of traders, as it is the main source of income.

Keywords: Informal trade; sellers; footwear and clothing.

Recebido para publicação em 02/03/2020.

Aceito em 07/07/2021.

**ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

